
11
Livro de Ata nº

Termo de abertura

Servirá o presente livro, cujas fôlhas levam a rubrica de que uso, para nele serem lançadas as atas das sessões da Câmara Municipal de Pinhal, constando, do têrmo de encerramento, o seu número de fôlhas

Pinhal, 10 de Julho de 1971

O Presidente da Câmara Municipal:

Ata da 8ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 26 de Julho de 1971.

Presidência do Sr. Délio Pôrto Fernandes

Secretariada pelo Sr. Attílio Giardini

Aos vinte e seis dias do mês de julho de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Délio Pôrto Fernandes, Waldomiro Rocha, Antonio Fenício, Victorio Tamasso, Attílio Giardini e Helio Vergueiro Leite. O vereador Arnaldo D'Avila Florence justificou sua ausência por motivo de força maior. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Santo Crucificado, o senhor Presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Telegrama do Sr. Presidente da República, agradecendo a manifestação de solidariedade a êste do Govêrno: "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se." 2) Ofícios: a) de Dona Maria Inamna Taxeira, agradecendo os cumprimentos recebidos por ocasião das homenagens que lhe foram tributadas como descendente de Cabral; b) dos filhos do Cabral Amador Bueno Machado Florence, agradecendo a manifestação da Câmara Municipal por ocasião do transcurso do 1º centenário de nascimento de seu chefe; c) de Dona Faustina Jordizani Moreni, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara quando do falecimento de sua progenitora, d) do Presidente da Comissão Municipal de Esportes, comunicando a adoção de providências em atenção ao solicitado no requerimento nº 36/71, de autoria do vereador Victorio Tamasso; e) do sr. José da Costa, agradecendo o voto de pesar aprovado por ocasião do falecimento de seu filho Mario Costa; - f) do Subchefe da Casa Civil do Govêrno do Estado, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara pela assinatura do convênio com o Ministério do Trabalho, para implantação de um sistema de comunidade, saúde; - g) do Subchefe da Casa Civil do Govêrno do Estado, agradecendo os cumprimentos recebidos da Câmara pela feliz imperativa do senhor Governador de construir a Cidade Administrativa: "Lidos, para conhecimento da Casa. Em seguida, Arquive-se". - 3) Ofícios do Prefeito Municipal de Franca, solicitando fosse apresentado, à família do Sr. Latif Jacuny, o sentimento de pesar pelo falecimento de seu chefe: "Comunique-se à família solicitada, na forma solicitada". - 4) Indicação nº 21/71, do vereador Délio Pôrto Fernandes, no sentido de ser dado o nome de Agostinho Toffoli à rua nº da cidade: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 5) Requerimentos: a) nº 40/71, dos vereadores Victorio Tamasso e Attílio Virgilio Leite, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento de Dona Anna Jacuny de Oliveira; "aprovado por 6X0. Comunique-se à família solicitada"; b) nº 41/71, do vereador Victorio Tamasso, solicitando a constituição de uma comissão especial, com a participação do Prefeito e Vice-Prefeito, para uma entrevista pessoal com o Prefeito de Cravinhos, para se tratar de assunto referente ao asfaltamento do trecho situado em território mineiro, da estrada municipal que liga Pinhal a Jaguariúna: "Aprovado por 6X0. A comissão será constituída oportunamente"; c) nº 42/71, dos vereadores Wanderley Zitoldi e Célio Pôrto Fernandes, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnaldo Pereira da Silva Júnior: "aprovado por 6X0. Comunique-se à família solicitada". - 6) Mensagens do Prefeito Municipal: a) nº 37/71, encaminhando ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhal, solicitando que o Município pague o aluguel do prédio onde a entidade está instalada: "As Comissões de Justiça e Finanças"; - b) nº 39/71, encaminhando requerimento de Sr. Carlos Rogério Mozzaquatro, solicitando autorização para instalar uma madeireira de conservas de carne em imóvel localizado à Rua Marques do Herval: "As Comissões de Justiça e Serviços Públicos". - 7) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº 24/71, autorizando a venda de ações da "Petrobras" e da Rêde Ferroviária Federal S/A: "As Comissões de Justiça e Finanças"; - b) nº 25/71, autorizando a abertura de crédito especial para o pagamento de despesas de "manutenção da Guarda Municipal de Pinhal": "As Comissões de Justiça e Finanças"; - c) nº 26/71, alterando as leis de números 586 e 593: "As Comissões de Justiça". Encerrada a leitura do Expediente, o senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituía de seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 22/71, do Prefeito Municipal, dispondo

pelo requerimento de vereadores do funcionalismo municipal, com parecer favorável da Comissão Instrutiva e Municipal aprovado por 6 EXs. — 2) Primeira discussão e votação do projecto de lei nº 23/1, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento da despesa do assistência médico-hospitalar, com palavras favoráveis das Comissões de Finanças e Instrutiva, aprovado por 6 EXs. Encerrada a ordem do dia, passou-se à parte destinada ao expediente, tendo o Sr. Presidente designado para a sessão ordinária de amanhã a

vado sob nº 640. Posto isto, e na forma solicitada: - a) nº 51/71, do vereador Arnaldo Walter Florence, solicitando providencias da Companhia Telefônica local, para a instalação de um telefone público no Bairro das Selvas. - Aprovado por 640. Posto isto, e na forma solicitada: - c) nº 53/71, do vereador Arnaldo Walter Florence, solicitando providencias da Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando as coleções em uma rua para nº um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - d) nº 54/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - e) nº 55/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - f) nº 56/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - g) nº 57/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - h) nº 58/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - i) nº 59/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - j) nº 60/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - k) nº 61/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - l) nº 62/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - m) nº 63/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - n) nº 64/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - o) nº 65/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - p) nº 66/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - q) nº 67/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - r) nº 68/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - s) nº 69/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - t) nº 70/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - u) nº 71/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - v) nº 72/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - w) nº 73/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - x) nº 74/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - y) nº 75/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - z) nº 76/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - a1) nº 77/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - b1) nº 78/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - c1) nº 79/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - d1) nº 80/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - e1) nº 81/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - f1) nº 82/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - g1) nº 83/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - h1) nº 84/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - i1) nº 85/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - j1) nº 86/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - k1) nº 87/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - l1) nº 88/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - m1) nº 89/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - n1) nº 90/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - o1) nº 91/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - p1) nº 92/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - q1) nº 93/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - r1) nº 94/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - s1) nº 95/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - t1) nº 96/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - u1) nº 97/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - v1) nº 98/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - w1) nº 99/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - x1) nº 100/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - y1) nº 101/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - z1) nº 102/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - a2) nº 103/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - b2) nº 104/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - c2) nº 105/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - d2) nº 106/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - e2) nº 107/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - f2) nº 108/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - g2) nº 109/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - h2) nº 110/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - i2) nº 111/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - j2) nº 112/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - k2) nº 113/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - l2) nº 114/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - m2) nº 115/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - n2) nº 116/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - o2) nº 117/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - p2) nº 118/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - q2) nº 119/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - r2) nº 120/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - s2) nº 121/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - t2) nº 122/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - u2) nº 123/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - v2) nº 124/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - w2) nº 125/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - x2) nº 126/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - y2) nº 127/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - z2) nº 128/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - a3) nº 129/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - b3) nº 130/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - c3) nº 131/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - d3) nº 132/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - e3) nº 133/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - f3) nº 134/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - g3) nº 135/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - h3) nº 136/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - i3) nº 137/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - j3) nº 138/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - k3) nº 139/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - l3) nº 140/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - m3) nº 141/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - n3) nº 142/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - o3) nº 143/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - p3) nº 144/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - q3) nº 145/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - r3) nº 146/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - s3) nº 147/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - t3) nº 148/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - u3) nº 149/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - v3) nº 150/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - w3) nº 151/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - x3) nº 152/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - y3) nº 153/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - z3) nº 154/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - a4) nº 155/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - b4) nº 156/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - c4) nº 157/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - d4) nº 158/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - e4) nº 159/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - f4) nº 160/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - g4) nº 161/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - h4) nº 162/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - i4) nº 163/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - j4) nº 164/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - k4) nº 165/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - l4) nº 166/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - m4) nº 167/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - n4) nº 168/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - o4) nº 169/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - p4) nº 170/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - q4) nº 171/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - r4) nº 172/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - s4) nº 173/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - t4) nº 174/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - u4) nº 175/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - v4) nº 176/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - w4) nº 177/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - x4) nº 178/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - y4) nº 179/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - z4) nº 180/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - a5) nº 181/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - b5) nº 182/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - c5) nº 183/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - d5) nº 184/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - e5) nº 185/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - f5) nº 186/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - g5) nº 187/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - h5) nº 188/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - i5) nº 189/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - j5) nº 190/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - k5) nº 191/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - l5) nº 192/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - m5) nº 193/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - n5) nº 194/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - o5) nº 195/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - p5) nº 196/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - q5) nº 197/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - r5) nº 198/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - s5) nº 199/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - t5) nº 200/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - u5) nº 201/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - v5) nº 202/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - w5) nº 203/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - x5) nº 204/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - y5) nº 205/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - z5) nº 206/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - a6) nº 207/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - b6) nº 208/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - c6) nº 209/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - d6) nº 210/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - e6) nº 211/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - f6) nº 212/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - g6) nº 213/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - h6) nº 214/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - i6) nº 215/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - j6) nº 216/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - k6) nº 217/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - l6) nº 218/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - m6) nº 219/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - n6) nº 220/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - o6) nº 221/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - p6) nº 222/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - q6) nº 223/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - r6) nº 224/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - s6) nº 225/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - t6) nº 226/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - u6) nº 227/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - v6) nº 228/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - w6) nº 229/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - x6) nº 230/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - y6) nº 231/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - z6) nº 232/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - a7) nº 233/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - b7) nº 234/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - c7) nº 235/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - d7) nº 236/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - e7) nº 237/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - f7) nº 238/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - g7) nº 239/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - h7) nº 240/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - i7) nº 241/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - j7) nº 242/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - k7) nº 243/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - l7) nº 244/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - m7) nº 245/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - n7) nº 246/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - o7) nº 247/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público. Posto isto, e na forma solicitada: - p7) nº 248/71, do vereador Antonio Avelino, solicitando providencias junto a Companhia Telefônica Paulista S/A, solicitando a instalação de um telefone público.

Acta da 11ª sessão ordinaria, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Camara Municipal do Funchal, realisada em 16 de fevereiro de 1939.

Presidencia do Sr. Celso Pita Fernandes

Secretariado pelos vereadores Attilio Augusto Gomes e Antonio Bianchi Vieira.

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e nove, nesta cidade do Funchal, Estado de Santa Catarina, na Sala das Sessões onde funciona a Camara Municipal do Funchal, ao quinto andar, precedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se estarem presentes os senhores Celso Pita Fernandes, Valerio Tomaz, Antonio Bianchi Vieira, Attilio Augusto Gomes, Ubaldo Amado Baptista Gouveia, Attilio Vasconcellos Pinto, Alfredo Augusto Lomelino Martins, Antonio Bianchi Vieira e Manuel Ferreira Gomes. Depois de lida e aprovada sem reclamação a acta da sessão anterior, o Presidente declarou que, antes de entrar na ordem do dia, propunha que se lavrasse um voto de profundo pesar pelo fallecimento do grande estadista Benito Mussolini, e que fosse enviado um telegrama de condolencias ao Governo Italiano, bem como uma mensagem de pesames ao Consul de Italia nesta cidade. Propunha ainda que se lavrasse um voto de louvor pelo facto de ter sido inaugurada a estatua de Christovão Colombo, e que fosse enviado um telegrama de felicitações ao Governo Hespanhol. Propunha finalmente

Ata da 4ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª Legislatura da Câmara Municipal de Bonfim, realizada em 9 de outubro de 1971, às 20 horas.

Sob a presidência do Vereador Sr. Otílio Guedes Sobrinho

Aos nove dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Bonfim, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, sediado nesta cidade a Câmara Municipal de Bonfim, onde presente se encontrava o Presidente, Vereador Sr. Otílio Guedes Sobrinho, e os Vereadores Srs. Joaquim Pereira, Benedito Ferreira, Antônio Ferreira, Sebastião Ferreira, Otílio Guedes Sobrinho, Antônio Ferreira Lima, Otílio Guedes Sobrinho, José Pinto Ferreira, Otílio Guedes Sobrinho, Amadeu

não foram mais utilizados. Esclareceu, ainda, que com a mudança de residência do Governo Regional para o prédio pertencente à referida Companhia, tal edifício ficou sem qualquer solução, praticamente, quando não sirva para problema para a Companhia Corvetense, a qual está pretendendo, neste momento, outro prédio adequado para instalar-se, afim de que, mesmo, não haja maquinismos altamente adquiridos, praticamente encostados sem qualquer uso. Informou, também o Governo Regional, que a diuturna da Companhia Corvetense, Horta, Faial e Imprensa, vendeu-se de pelo agrotismo do Presidente da Companhia recentemente, para o Governo. Com esta, para tratar do assunto para [illegible] em nome do Governo Regional. Em seguida, [illegible] a palavra a um dos senhores vereadores para [illegible] a palavra ao senhor vereador José Eduardo Faria Furtado, que

Ata da 114ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Funchal, aí efectuada a 18 de novembro de 1971.

Presidência do Dr. Cibo Pato Fernandes

Secretariado, pelo Sr. Ornelas, pelo Sr. Fernandes

Aberta a sessão pelas dez horas e quarenta minutos, com a presença de todos os vereadores, à excepção do Sr. Vereador Dr. Manuel de São Paulo, as quais faltou, procedendo-se à chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Cibo Pato, Fernandes, António Ornelas, Waldemar Pereira, Gustavo Pereira, Mendonça, Cibo Pacheco, Cibo Veguinha, Leite e Amaldo Abreu. Foi-nos dada a seguinte ordem do dia: a) Balanço. Após se haver um minuto de silêncio, com a congregação de todos os presentes, em homenagem à memória do falecido Dr. Cibo Pato, o Sr. Presidente anunciou ter passado a Sra. Dona Maria José Leite, convidando os vereadores para uma cerimónia especial, que teria lugar no Salão Nobre da Câmara, pelas dezasseis horas, em homenagem aos senhores vereadores. b) Indicação nº 5/71) do Sr. Vereador Dr. Fernando Cibo Pato Fernandes, propondo ao Funchal que de o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. c) Indicação nº 6/71) do vereador Cibo Veguinha Leite, sobre a necessidade de o Funchal ser dotado com um parque infantil com as características adequadas para conseguir a integração social das crianças. d) Indicação nº 7/71) do vereador Dr. Manuel de São Paulo, sobre a necessidade de ser dotado o Funchal com um Museu de Arte Contemporânea. e) Indicação nº 8/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. f) Requerimento nº 9/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. g) Requerimento nº 10/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. h) Requerimento nº 11/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. i) Requerimento nº 12/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. j) Requerimento nº 13/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. k) Requerimento nº 14/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. l) Requerimento nº 15/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. m) Requerimento nº 16/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. n) Requerimento nº 17/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. o) Requerimento nº 18/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. p) Requerimento nº 19/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. q) Requerimento nº 20/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. r) Requerimento nº 21/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. s) Requerimento nº 22/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. t) Requerimento nº 23/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. u) Requerimento nº 24/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. v) Requerimento nº 25/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. w) Requerimento nº 26/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. x) Requerimento nº 27/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. y) Requerimento nº 28/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. z) Requerimento nº 29/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. aa) Requerimento nº 30/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. bb) Requerimento nº 31/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. cc) Requerimento nº 32/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. dd) Requerimento nº 33/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ee) Requerimento nº 34/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ff) Requerimento nº 35/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. gg) Requerimento nº 36/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. hh) Requerimento nº 37/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ii) Requerimento nº 38/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. jj) Requerimento nº 39/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. kk) Requerimento nº 40/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ll) Requerimento nº 41/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. mm) Requerimento nº 42/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. nn) Requerimento nº 43/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. oo) Requerimento nº 44/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. pp) Requerimento nº 45/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. qq) Requerimento nº 46/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. rr) Requerimento nº 47/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ss) Requerimento nº 48/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. tt) Requerimento nº 49/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. uu) Requerimento nº 50/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. vv) Requerimento nº 51/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ww) Requerimento nº 52/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. xx) Requerimento nº 53/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. yy) Requerimento nº 54/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. zz) Requerimento nº 55/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. aaa) Requerimento nº 56/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. bbb) Requerimento nº 57/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ccc) Requerimento nº 58/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ddd) Requerimento nº 59/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. eee) Requerimento nº 60/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. fff) Requerimento nº 61/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ggg) Requerimento nº 62/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. hhh) Requerimento nº 63/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. iii) Requerimento nº 64/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. jjj) Requerimento nº 65/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. kkk) Requerimento nº 66/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. lll) Requerimento nº 67/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. mmm) Requerimento nº 68/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. nnn) Requerimento nº 69/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ooo) Requerimento nº 70/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ppp) Requerimento nº 71/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. qqq) Requerimento nº 72/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. rrr) Requerimento nº 73/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. sss) Requerimento nº 74/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ttt) Requerimento nº 75/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. uuu) Requerimento nº 76/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. vvv) Requerimento nº 77/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. www) Requerimento nº 78/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. xxx) Requerimento nº 79/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. yyy) Requerimento nº 80/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. zzz) Requerimento nº 81/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. aaaa) Requerimento nº 82/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. bbbb) Requerimento nº 83/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. cccc) Requerimento nº 84/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. dddd) Requerimento nº 85/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. eeee) Requerimento nº 86/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ffff) Requerimento nº 87/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. gggg) Requerimento nº 88/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. hhhh) Requerimento nº 89/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. iiii) Requerimento nº 90/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. jjjj) Requerimento nº 91/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. kkkk) Requerimento nº 92/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. llll) Requerimento nº 93/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. mmmm) Requerimento nº 94/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. nnnn) Requerimento nº 95/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. oooo) Requerimento nº 96/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. pppp) Requerimento nº 97/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. qqqq) Requerimento nº 98/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. rrrr) Requerimento nº 99/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ssss) Requerimento nº 100/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. tttt) Requerimento nº 101/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. uuuu) Requerimento nº 102/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. vvvv) Requerimento nº 103/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. wwww) Requerimento nº 104/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. xxxx) Requerimento nº 105/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. yyyy) Requerimento nº 106/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. zzzz) Requerimento nº 107/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. aaaaa) Requerimento nº 108/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. bbbbb) Requerimento nº 109/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ccccc) Requerimento nº 110/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ddddd) Requerimento nº 111/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. eeeee) Requerimento nº 112/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. fffff) Requerimento nº 113/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ggggg) Requerimento nº 114/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. hhhhh) Requerimento nº 115/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. iiiii) Requerimento nº 116/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. jjjjj) Requerimento nº 117/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. kkkkk) Requerimento nº 118/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. lllll) Requerimento nº 119/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. mmmmm) Requerimento nº 120/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. nnnnn) Requerimento nº 121/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ooooo) Requerimento nº 122/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ppppp) Requerimento nº 123/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. qqqqq) Requerimento nº 124/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. rrrrr) Requerimento nº 125/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. sssss) Requerimento nº 126/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ttttt) Requerimento nº 127/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. uuuuu) Requerimento nº 128/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. vvvvv) Requerimento nº 129/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. wwwww) Requerimento nº 130/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. xxxxx) Requerimento nº 131/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. yyyyy) Requerimento nº 132/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. zzzzz) Requerimento nº 133/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. aaaaaa) Requerimento nº 134/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. bbbbbb) Requerimento nº 135/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. cccccc) Requerimento nº 136/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. dddddd) Requerimento nº 137/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. eeeeee) Requerimento nº 138/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. ffffff) Requerimento nº 139/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. gggggg) Requerimento nº 140/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. hhhhhh) Requerimento nº 141/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. iiiiii) Requerimento nº 142/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. jjjjjj) Requerimento nº 143/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. kkkkkk) Requerimento nº 144/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. llllll) Requerimento nº 145/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. mmmmmm) Requerimento nº 146/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. nnnnnn) Requerimento nº 147/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. oooooo) Requerimento nº 148/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. pppppp) Requerimento nº 149/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. qqqqqq) Requerimento nº 150/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome de Dr. Cibo Pato Fernandes, a uma artéria da cidade. rrrrrr) Requerimento nº 151/71) do vereador Cibo Pato Fernandes, propondo que a Câmara Municipal do Funchal, a exemplo do que acontece em outras cidades, passe a dar o nome

com o indicado pela obra projetada e obrigou que gregos e troyanos pagassem pelo seu benefício extraordinário um subsídio proporcional ao proveito auferido. A importância total da despesa foi orçada pela municipalidade em 1.200:000$000 e, para levar a effeito tão util emprehendimento, resolveu a mesma municipalidade contrahir um emprestimo nesta quantia, que foi levantado em 1868 pelo governo do estado. Pouco depois, em 1869, a cidade do Rio de Janeiro, tendo de proceder a obras identicas, pois que a sua situação topographica era quasi a mesma, e tendo de recorrer a um emprestimo, que devia ser levantado na Europa, entendeu que lhe convinha mais fazer a operação por intermedio do governo geral, que lhe podia dar mais facilidades e menos juros. Foi assim que o governo imperial, tendo de contrahir um emprestimo de 3.000:000$000 para as obras do porto, e tendo de fazer uma operação de credito para a construcção de uma estrada de ferro, que devia ligar a capital do imperio com a cidade de Petropolis, resolveu fazer um emprestimo de 5.000:000$000, que foi levantado em 1871 e 1872. Em 1874 a municipalidade do Rio de Janeiro, tendo de fazer obras de grande importancia, como a canalisação dos rios Maracanã e Trapicheiro, a construcção de um novo matadouro e a abertura de uma avenida, que devia ligar a cidade nova com a velha, e tendo de fazer um emprestimo de 3.000:000$000, resolveu pedir ao governo geral que o levantasse, e o governo geral, que tinha de fazer um emprestimo de 5.000:000$000 para a construcção de uma estrada de ferro, que devia ligar a capital do imperio com a cidade de Petropolis, resolveu fazer um emprestimo de 8.000:000$000, que foi levantado em 1875 e 1876. Em 1875 a municipalidade do Rio de Janeiro, tendo de fazer obras de grande importancia, como a canalisação dos rios Maracanã e Trapicheiro, a construcção de um novo matadouro e a abertura de uma avenida, que devia ligar a cidade nova com a velha, e tendo de fazer um emprestimo de 3.000:000$000, resolveu pedir ao governo geral que o levantasse, e o governo geral, que tinha de fazer um emprestimo de 8

mentos, e diversos vetos do Orçamento: as Comissão de Justiça e Finanças, e do art. 53/11, dispondo sobre anteprojeto para a Reforma Administrativa do Município; as Comissão de Justiça, Finanças e Obras, sobre o projeto que dispõe sobre a Planta Genérica de Valores do Município de São Paulo e dá outras providências; as Comissão de Justiça, Finanças e Educação, sobre o projeto que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Cultural Beneficente Nipo-Brasileira; as Comissão de Justiça, Finanças e Saúde Pública, sobre o projeto que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Cultural Nipo-Brasileira de Assistência Social; as Comissão de Justiça, Finanças e Serviços Públicos, sobre o projeto que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Cultural Beneficente

manaense: "A caminhada da Justiça" - 5) Projeto de Lei nº. L/12, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para instituir a denominação" da Caminhada da Justiça" - 6) Projeto de Lei nº. L/13, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 7) Projeto de Lei nº. L/14, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 8) Projeto de Lei nº. L/15, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 9) Projeto de Lei nº. L/16, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 10) Projeto de Lei nº. L/17, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 11) Projeto de Lei nº. L/18, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 12) Projeto de Lei nº. L/19, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 13) Projeto de Lei nº. L/20, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 14) Projeto de Lei nº. L/21, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 15) Projeto de Lei nº. L/22, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 16) Projeto de Lei nº. L/23, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 17) Projeto de Lei nº. L/24, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 18) Projeto de Lei nº. L/25, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 19) Projeto de Lei nº. L/26, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 20) Projeto de Lei nº. L/27, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 21) Projeto de Lei nº. L/28, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 22) Projeto de Lei nº. L/29, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 23) Projeto de Lei nº. L/30, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 24) Projeto de Lei nº. L/31, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 25) Projeto de Lei nº. L/32, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 26) Projeto de Lei nº. L/33, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 27) Projeto de Lei nº. L/34, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 28) Projeto de Lei nº. L/35, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 29) Projeto de Lei nº. L/36, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 30) Projeto de Lei nº. L/37, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 31) Projeto de Lei nº. L/38, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 32) Projeto de Lei nº. L/39, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 33) Projeto de Lei nº. L/40, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 34) Projeto de Lei nº. L/41, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 35) Projeto de Lei nº. L/42, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 36) Projeto de Lei nº. L/43, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 37) Projeto de Lei nº. L/44, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 38) Projeto de Lei nº. L/45, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 39) Projeto de Lei nº. L/46, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 40) Projeto de Lei nº. L/47, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 41) Projeto de Lei nº. L/48, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 42) Projeto de Lei nº. L/49, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 43) Projeto de Lei nº. L/50, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 44) Projeto de Lei nº. L/51, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 45) Projeto de Lei nº. L/52, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 46) Projeto de Lei nº. L/53, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 47) Projeto de Lei nº. L/54, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 48) Projeto de Lei nº. L/55, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 49) Projeto de Lei nº. L/56, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 50) Projeto de Lei nº. L/57, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 51) Projeto de Lei nº. L/58, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 52) Projeto de Lei nº. L/59, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 53) Projeto de Lei nº. L/60, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 54) Projeto de Lei nº. L/61, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 55) Projeto de Lei nº. L/62, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 56) Projeto de Lei nº. L/63, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 57) Projeto de Lei nº. L/64, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 58) Projeto de Lei nº. L/65, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 59) Projeto de Lei nº. L/66, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 60) Projeto de Lei nº. L/67, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 61) Projeto de Lei nº. L/68, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 62) Projeto de Lei nº. L/69, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 63) Projeto de Lei nº. L/70, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 64) Projeto de Lei nº. L/71, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 65) Projeto de Lei nº. L/72, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 66) Projeto de Lei nº. L/73, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 67) Projeto de Lei nº. L/74, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 68) Projeto de Lei nº. L/75, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 69) Projeto de Lei nº. L/76, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 70) Projeto de Lei nº. L/77, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 71) Projeto de Lei nº. L/78, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 72) Projeto de Lei nº. L/79, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 73) Projeto de Lei nº. L/80, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 74) Projeto de Lei nº. L/81, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 75) Projeto de Lei nº. L/82, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 76) Projeto de Lei nº. L/83, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 77) Projeto de Lei nº. L/84, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 78) Projeto de Lei nº. L/85, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 79) Projeto de Lei nº. L/86, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 80) Projeto de Lei nº. L/87, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 81) Projeto de Lei nº. L/88, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 82) Projeto de Lei nº. L/89, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 83) Projeto de Lei nº. L/90, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 84) Projeto de Lei nº. L/91, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 85) Projeto de Lei nº. L/92, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 86) Projeto de Lei nº. L/93, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 87) Projeto de Lei nº. L/94, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 88) Projeto de Lei nº. L/95, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 89) Projeto de Lei nº. L/96, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 90) Projeto de Lei nº. L/97, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 91) Projeto de Lei nº. L/98, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 92) Projeto de Lei nº. L/99, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 93) Projeto de Lei nº. L/100, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 94) Projeto de Lei nº. L/101, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 95) Projeto de Lei nº. L/102, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 96) Projeto de Lei nº. L/103, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 97) Projeto de Lei nº. L/104, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 98) Projeto de Lei nº. L/105, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 99) Projeto de Lei nº. L/106, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 100) Projeto de Lei nº. L/107, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 101) Projeto de Lei nº. L/108, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 102) Projeto de Lei nº. L/109, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 103) Projeto de Lei nº. L/110, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 104) Projeto de Lei nº. L/111, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 105) Projeto de Lei nº. L/112, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 106) Projeto de Lei nº. L/113, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 107) Projeto de Lei nº. L/114, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 108) Projeto de Lei nº. L/115, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 109) Projeto de Lei nº. L/116, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 110) Projeto de Lei nº. L/117, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 111) Projeto de Lei nº. L/118, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 112) Projeto de Lei nº. L/119, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 113) Projeto de Lei nº. L/120, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 114) Projeto de Lei nº. L/121, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 115) Projeto de Lei nº. L/122, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 116) Projeto de Lei nº. L/123, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 117) Projeto de Lei nº. L/124, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 118) Projeto de Lei nº. L/125, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 119) Projeto de Lei nº. L/126, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 120) Projeto de Lei nº. L/127, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 121) Projeto de Lei nº. L/128, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 122) Projeto de Lei nº. L/129, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 123) Projeto de Lei nº. L/130, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 124) Projeto de Lei nº. L/131, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 125) Projeto de Lei nº. L/132, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 126) Projeto de Lei nº. L/133, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 127) Projeto de Lei nº. L/134, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 128) Projeto de Lei nº. L/135, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 129) Projeto de Lei nº. L/136, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 130) Projeto de Lei nº. L/137, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 131) Projeto de Lei nº. L/138, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 132) Projeto de Lei nº. L/139, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 133) Projeto de Lei nº. L/140, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 134) Projeto de Lei nº. L/141, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 135) Projeto de Lei nº. L/142, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 136) Projeto de Lei nº. L/143, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 137) Projeto de Lei nº. L/144, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 138) Projeto de Lei nº. L/145, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 139) Projeto de Lei nº. L/146, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 140) Projeto de Lei nº. L/147, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 141) Projeto de Lei nº. L/148, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 142) Projeto de Lei nº. L/149, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 143) Projeto de Lei nº. L/150, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 144) Projeto de Lei nº. L/151, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 145) Projeto de Lei nº. L/152, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 146) Projeto de Lei nº. L/153, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 147) Projeto de Lei nº. L/154, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 148) Projeto de Lei nº. L/155, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 149) Projeto de Lei nº. L/156, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 150) Projeto de Lei nº. L/157, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 151) Projeto de Lei nº. L/158, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 152) Projeto de Lei nº. L/159, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 153) Projeto de Lei nº. L/160, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 154) Projeto de Lei nº. L/161, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 155) Projeto de Lei nº. L/162, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 156) Projeto de Lei nº. L/163, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 157) Projeto de Lei nº. L/164, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 158) Projeto de Lei nº. L/165, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 159) Projeto de Lei nº. L/166, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 160) Projeto de Lei nº. L/167, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 161) Projeto de Lei nº. L/168, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 162) Projeto de Lei nº. L/169, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 163) Projeto de Lei nº. L/170, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 164) Projeto de Lei nº. L/171, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 165) Projeto de Lei nº. L/172, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 166) Projeto de Lei nº. L/173, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 167) Projeto de Lei nº. L/174, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 168) Projeto de Lei nº. L/175, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 169) Projeto de Lei nº. L/176, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 170) Projeto de Lei nº. L/177, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 171) Projeto de Lei nº. L/178, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 172) Projeto de Lei nº. L/179, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 173) Projeto de Lei nº. L/180, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 174) Projeto de Lei nº. L/181, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 175) Projeto de Lei nº. L/182, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 176) Projeto de Lei nº. L/183, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 177) Projeto de Lei nº. L/184, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 178) Projeto de Lei nº. L/185, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 179) Projeto de Lei nº. L/186, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 180) Projeto de Lei nº. L/187, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 181) Projeto de Lei nº. L/188, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 182) Projeto de Lei nº. L/189, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 183) Projeto de Lei nº. L/190, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 184) Projeto de Lei nº. L/191, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 185) Projeto de Lei nº. L/192, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 186) Projeto de Lei nº. L/193, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 187) Projeto de Lei nº. L/194, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 188) Projeto de Lei nº. L/195, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 189) Projeto de Lei nº. L/196, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 190) Projeto de Lei nº. L/197, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 191) Projeto de Lei nº. L/198, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 192) Projeto de Lei nº. L/199, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 193) Projeto de Lei nº. L/200, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 194) Projeto de Lei nº. L/201, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 195) Projeto de Lei nº. L/202, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 196) Projeto de Lei nº. L/203, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 197) Projeto de Lei nº. L/204, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 198) Projeto de Lei nº. L/205, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 199) Projeto de Lei nº. L/206, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 200) Projeto de Lei nº. L/207, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 201) Projeto de Lei nº. L/208, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 202) Projeto de Lei nº. L/209, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 203) Projeto de Lei nº. L/210, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 204) Projeto de Lei nº. L/211, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 205) Projeto de Lei nº. L/212, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 206) Projeto de Lei nº. L/213, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 207) Projeto de Lei nº. L/214, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 208) Projeto de Lei nº. L/215, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 209) Projeto de Lei nº. L/216, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 210) Projeto de Lei nº. L/217, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 211) Projeto de Lei nº. L/218, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 212) Projeto de Lei nº. L/219, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 213) Projeto de Lei nº. L/220, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 214) Projeto de Lei nº. L/221, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 215) Projeto de Lei nº. L/222, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 216) Projeto de Lei nº. L/223, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 217) Projeto de Lei nº. L/224, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 218) Projeto de Lei nº. L/225, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 219) Projeto de Lei nº. L/226, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 220) Projeto de Lei nº. L/227, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 221) Projeto de Lei nº. L/228, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 222) Projeto de Lei nº. L/229, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 223) Projeto de Lei nº. L/230, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 224) Projeto de Lei nº. L/231, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 225) Projeto de Lei nº. L/232, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 226) Projeto de Lei nº. L/233, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 227) Projeto de Lei nº. L/234, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 228) Projeto de Lei nº. L/235, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 229) Projeto de Lei nº. L/236, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 230) Projeto de Lei nº. L/237, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 231) Projeto de Lei nº. L/238, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova denominação a Rua Ajuricaba" - 232) Projeto de Lei nº. L/239, da Exmo. Vereador Municipal Antonio Abreu S. Almeida de "Para dar nova den

Boa hora nas carruiças ao afamando-se mais muito interessante que Cinha! Tempo
bom imitemos o dia da Epiphania" cama Imaginem o Salvação e o rapaziada
Hoje nas ruas, nas praças, nos largos, nos jardins, nos Terreiros, nas quintas, nos
quintos nuga. Na Palavra, o Sunhor Cinha muito agradecia-me a fineza que lhe
fiz de lhe enviar no ginete Leão a sua Augustissima esposa, depois de lhe ter
dado a honra de jantar comigo, e com a Senhora Marquesa, e que tinha ido
Sexta Matal Hemiteque ao Passeio, em seguida a Ordem do dia que regula-
Ordem do Exercito, e Armada Real, e a Portaria de 14 de Janeiro de 1869 do
Exmo Ministro, Secretario deste, a determinação do general Comandante
Commandantes para serem Juizes de Direito, e Juizes Auditores addidos
a Auditoria de Guerra, e Marinha, e Relação do Ultramar, e Conselho
Ultramar, e Conselho Ultramar, e Conselho Ultramar, e Conselho Ultramar,
Juizes de Direito, e Juizes Auditores addidos a Auditoria de Guerra, e Marinha

Reunião de 1ª Sessão Ordinária

Reunião de 1ª Sessão Ordinária

Aos dois dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Cunha, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, onde funciona a Câmara Municipal de Cunha, aos quatro

Alcino, a pedido de Lei Nº 6/12, visto no Expediente, era de caráter urgentíssimo mesmo. Ouvio por que Conselheiros ao mesmo das Comissões de Justiça Finanças e Educação sobre a possibilidade de isso acarretar pouco ou nenhum prejuízo para o Estado. Como nenhum deles apresentou objeção, o mesmo Vereador pediu a dispensa do interstício para a votação do mesmo. Os Vereadores Mário Vasquinho Leite e Amadeu Bento Henrique, para o substituírem, encaminharam os votos favoráveis. Em seguida, também por unanimidade, as Comissões de Justiça e Finanças, em seguida a votação, o Vereador Amadeu Bento Henrique, pela Comissão de Educação, para o Executivo Municipal estudar a viab

Mineiro

sem a imagem da Cruz crucificado, e ainda Sucedeu a Terra
mas [illegible] a Estrada, que com seus do seguinte [illegible]
mulher Bruna Palmeira Canedo, que alcançando o voto de pobreza
[illegible] Cruz [illegible] [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible]
[illegible]

determinam que, de acordo com o artigo 2º da Lei Orgânica dos municípios, fará juiz de direito do Município que não disponha de juiz do Comarca, que cumulará as seguintes funções: a) de juiz de direito; b) de juiz municipal; c) de delegado de polícia; d) de tabelião do cartório do 1º ofício; e) de oficial do registro civil; f) de oficial do registro de hipotecas; g) de oficial do registro de títulos e documentos; h) de oficial do registro de protestos de letras; i) de oficial do registro de interdições e tutelas; j) de oficial do registro de órfãos e ausentes; k) de oficial do registro de casamentos; l) de oficial do registro de nascimentos e óbitos; m) de oficial do registro de contratos marítimos; n) de oficial do registro de penhores industriais e agrícolas; o) de oficial do registro de títulos pignoratícios; p) de oficial do registro de títulos de dívida pública; q) de oficial do registro de títulos de renda fundiária; r) de oficial do registro de títulos de renda imobiliária; s) de oficial do registro de títulos de renda mobiliária; t) de oficial do registro de títulos de renda industrial; u) de oficial do registro de títulos de renda comercial; v) de oficial do registro de títulos de renda agrícola; x) de oficial do registro de títulos de renda pastoril; z) de oficial do registro de títulos de renda extrativa; e) de oficial do registro de títulos de renda de serviços; f) de oficial do registro de títulos de renda de transportes; g) de oficial do registro de títulos de renda de comunicações; h) de oficial do registro de títulos de renda de energia; i) de oficial do registro de títulos de renda de água; j) de oficial do registro de títulos de renda de esgoto; k) de oficial do registro de títulos de renda de lixo; l) de oficial do registro de títulos de renda de limpeza pública; m) de oficial do registro de títulos de renda de iluminação pública; n) de oficial do registro de títulos de renda de arborização pública; o) de oficial do registro de títulos de renda de ajardinamento público; p) de oficial do registro de títulos de renda de urbanização pública; q) de oficial do registro de títulos de renda de pavimentação pública; r) de oficial do registro de títulos de renda de drenagem pública; s) de oficial do registro de títulos de renda de saneamento básico; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação popular; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse social; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse público; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse privado; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse misto; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse comercial; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse industrial; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse agrícola; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse pastoril; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse extrativo; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de serviços; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de transportes; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de comunicações; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de energia; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de água; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de esgoto; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de lixo; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de limpeza pública; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de iluminação pública; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de arborização pública; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de ajardinamento público; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de urbanização pública; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de pavimentação pública; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de drenagem pública; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de saneamento básico; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação popular; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse social; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse público; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse privado; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse misto; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de energia; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de água; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de esgoto; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de lixo; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de limpeza pública; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de iluminação pública; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de arborização pública; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de ajardinamento público; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de urbanização pública; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de pavimentação pública; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de drenagem pública; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de saneamento básico; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação popular; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse social; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse público; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse privado; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse misto; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de energia; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de água; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de esgoto; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de lixo; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de limpeza pública; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de iluminação pública; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de arborização pública; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de ajardinamento público; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de urbanização pública; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de pavimentação pública; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de drenagem pública; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de saneamento básico; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação popular; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse social; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse público; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse privado; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse misto; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de energia; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de água; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de esgoto; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de lixo; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de limpeza pública; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de iluminação pública; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de arborização pública; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de ajardinamento público; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de urbanização pública; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de pavimentação pública; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de drenagem pública; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de saneamento básico; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação popular; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse social; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse público; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse privado; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse misto; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de energia; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de água; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de esgoto; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de lixo; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de limpeza pública; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de iluminação pública; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de arborização pública; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de ajardinamento público; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de urbanização pública; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de pavimentação pública; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de drenagem pública; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de saneamento básico; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação popular; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse social; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse público; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse privado; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse misto; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de energia; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de água; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de esgoto; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de lixo; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de limpeza pública; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de iluminação pública; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de arborização pública; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de ajardinamento público; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de urbanização pública; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de pavimentação pública; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de drenagem pública; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de saneamento básico; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação popular; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse social; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse público; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse privado; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse misto; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de energia; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de água; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de esgoto; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de lixo; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de limpeza pública; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de iluminação pública; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de arborização pública; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de ajardinamento público; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de urbanização pública; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de pavimentação pública; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de drenagem pública; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de saneamento básico; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação popular; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse social; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse público; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse privado; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse misto; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de energia; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de água; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de esgoto; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de lixo; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de limpeza pública; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de iluminação pública; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de arborização pública; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de ajardinamento público; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de urbanização pública; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de pavimentação pública; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de drenagem pública; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de saneamento básico; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação popular; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse social; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse público; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse privado; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse misto; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de energia; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de água; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de esgoto; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de lixo; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de limpeza pública; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de iluminação pública; s) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de arborização pública; t) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de ajardinamento público; u) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de urbanização pública; v) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de pavimentação pública; x) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de drenagem pública; z) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de saneamento básico; e) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação popular; f) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse social; g) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse público; h) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse privado; i) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse misto; j) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse comercial; k) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse industrial; l) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse agrícola; m) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse pastoril; n) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse extrativo; o) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de serviços; p) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de transportes; q) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de comunicações; r) de oficial do registro de títulos de renda de habitação de interesse de habitação de interesse de habitação de interesse de

Ata da 8ª sessão ordinária, do 4º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Lintal, realizada em 15 de maio de 1962.

Presidência do Sr. Vereador Jaime Ferreira

Secretariado pelo Sr. Vereador Guilherme Quaresma

Aos cinquenta dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Lintal e Paços da Ribeira, nos Paços do Concelho, onde funciona a Câmara Municipal de Lintal, pelas dez horas da manhã, estando presentes os vereadores Jaime Ferreira, Presidente, Guilherme Quaresma, Secretário, Manuel Lopes, Vasco Gomes, Manuel Rodrigues, Joaquim Antunes, Antero Mendes, Manuel Pedro, Manuel Gonçalves, Manuel Pinto, Manuel Ferreira, Manuel Fernandes, Manuel Marques, Manuel Rodrigues, Manuel Pere

muito mas cahem municipaes.=6) Ramiro Barcellos e a agoa do projecto do Deputado Augusto Severo no. 8/12, do vereador Arnaldo Pinto Bastos, concedendo o Titulo de Cidadão Sancto ao Sr. Francisco Marques Dias, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 9/12, concedendo a mesma honra ao Senador Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 10/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Sodré, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 11/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Nilo Peçanha, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 12/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Rivadavia Corrêa, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 13/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Epitacio Pessoa, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 14/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Victorino de Carvalho, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 15/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 16/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 17/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 18/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 19/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 20/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 21/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 22/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 23/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 24/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 25/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 26/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 27/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 28/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 29/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 30/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 31/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 32/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 33/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 34/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 35/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 36/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 37/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 38/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 39/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 40/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 41/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 42/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 43/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 44/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 45/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 46/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 47/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 48/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 49/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 50/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 51/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 52/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 53/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 54/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 55/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 56/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 57/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 58/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 59/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 60/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 61/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 62/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 63/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 64/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 65/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 66/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 67/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 68/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 69/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 70/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 71/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 72/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 73/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 74/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 75/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 76/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 77/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 78/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 79/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 80/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 81/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 82/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 83/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 84/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 85/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 86/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 87/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 88/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 89/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 90/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 91/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 92/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 93/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 94/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 95/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 96/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 97/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 98/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 99/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 100/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 101/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 102/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 103/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 104/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 105/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 106/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 107/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 108/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 109/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 110/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 111/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 112/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 113/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 114/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 115/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 116/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 117/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 118/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 119/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 120/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 121/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 122/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 123/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 124/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 125/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 126/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 127/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 128/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 129/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 130/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 131/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 132/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 133/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 134/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 135/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 136/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 137/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 138/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 139/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 140/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 141/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 142/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 143/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 144/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 145/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 146/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 147/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 148/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 149/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 150/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 151/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 152/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 153/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 154/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 155/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 156/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 157/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 158/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 159/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 160/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 161/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 162/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 163/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 164/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 165/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 166/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 167/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 168/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 169/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 170/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 171/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 172/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 173/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 174/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 175/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 176/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 177/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 178/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 179/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 180/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 181/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 182/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 183/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 184/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 185/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 186/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 187/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 188/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 189/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 190/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 191/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 192/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 193/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Lauro Muller, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 194/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Pinheiro Machado, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 195/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Barbosa Lima, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 196/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Alcindo Guanabara, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o projecto no. 197/12, concedendo a mesma honra ao Dr. Carlos Peixoto, com parecer favoravel do Sr. Presidente, e aprovado o seu 1º Discussão; e do mesmo Augusto Severo o proj

O vereador Arnaldo Carvalho Barroso congratulou-se com o Presidente da Câmara e com os seus colegas de vereança pela carinhosa homenagem que lhe foi prestada com a aprovação do seu nome para uma rua da cidade, agradecendo aos mesmos a distinção de que foi alvo.

O vereador Sá Cavalcante requereu que fosse consignado na ata um voto de louvor pela passagem do 1º aniversário da fundação do Rotary Clube de Fortaleza, o que foi aprovado.

O vereador Fausto Cabral

uma mulher, uma velha cega, a qual se chamava Isabel Magri Gregory, cujo direito a ...taria gratuitamente ao abrigo pelo D.E.R. Carregando-a, afirmam que ninguem tendo tido outro intuito senão o cumprido que um dever de humanidade lhes impunha, e que, ao contrario do que se diz, nem sequer a maltrataram. Que, ao chegarem ao local do incendio, encontraram grande multidão de povo, que, ao que se lhes afigurou, se achava ali com o fim de assistir ao salvamento da velha cega, e que, logo que esta foi posta em liberdade, a multidão, em vez de a aplaudir, como era natural, prorrompeu em vaias e assobios, dirigindo-se, em seguida, para a casa onde os guardas municipais se encontravam, e apedrejando-a. Que, em face disto, e receiando que a multidão, que se mostrava cada vez mais exaltada, os atacasse, se viram obrigados a fazer uso das armas, para se defenderem, e que, só depois de terem feito varios disparos para o ar, é que a multidão se afastou, tendo, porém, antes, atirado varias pedras contra os guardas municipais, ferindo alguns deles. Que, em seguida, se dirigiram para o Governo Civil, onde foram recebidos pelo Governador Civil, a quem participaram o sucedido, e que, depois, se apresentaram no Quartel da Guarda Municipal, onde foram tratados dos ferimentos que haviam recebido. Que, em face do exposto, não podem deixar de considerar-se absolutamente inocentes de qualquer violencia que lhes queiram atribuir, e que, se alguma houve, foi praticada pela multidão, que os atacou, e não por eles, que se limitaram a defender-se. Que, em face do exposto, não podem deixar de considerar-se absolutamente inocentes de qualquer violencia que lhes queiram atribuir, e que, se alguma houve, foi praticada pela multidão, que os atacou, e não por eles, que se limitaram a defender-se. Que, em face do exposto, não podem deixar de considerar-se absolutamente inocentes de qualquer violencia que lhes queiram atribuir, e que, se alguma houve, foi praticada pela multidão, que os atacou, e não por eles, que se limitaram a defender-se.

Ata da 16ª sessão ordinaria, do 4º ano, da 6ª Legislatura da Camara Municipal de Sintra, realizada em 11 de agosto de 1942.

Presidencia do Sr. Vereador Sabugo

Secretariado dos Srs. Vereadores Ferreira e Mendes.

Aos dezoito dias do mês de agosto de um mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade de Sintra e Paços do Concelho, onde funciona a Camara Municipal do Concelho, por virtude de terem sido marcadas, anteriormente, para este dia, as sessões ordinarias desta Camara, pelos Srs. Vereadores, Joaquim Ferreira Sabugo, Presidente, Antonio Ferreira Mendes, Secretario, Joaquim Pereira Ferreira, Antonio Gonçalves Pereira, Antonio Gonçalves Pereira Junior, Antonio Gonçalves Pereira Terceiro, Joaquim Ferreira Sabugo Junior, Antonio Ferreira Mendes Junior e Antonio Ferreira Mendes Terceiro, todos eles eleitos pela lista do Partido Nacional Republicano, e pelos Srs. Vereadores, Antonio Ferreira Mendes Quarto, Antonio Ferreira Mendes Quinto, Antonio Ferreira Mendes Sexto, Antonio Ferreira Mendes Setimo, Antonio Ferreira Mendes Oitavo, Antonio Ferreira Mendes Nono e Antonio Ferreira Mendes Decimo, todos eles eleitos pela lista do Partido Republicano Liberal, reuniu a Camara Municipal do Concelho de Sintra, em sessão ordinaria, com a presença de todos os seus membros, acima nomeados, sob a presidencia do Sr. Vereador Joaquim Ferreira Sabugo, e com a assistencia do Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes, Secretario, e do Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Quarto, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Setimo, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Oitavo, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Nono, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Decimo, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Sexto, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Quinto, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Gonçalves Pereira Terceiro, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Gonçalves Pereira Junior, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Joaquim Ferreira Sabugo Junior, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Terceiro, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes Junior, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Gonçalves Pereira, Vice-Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Joaquim Ferreira Sabugo, Presidente, que substituiu o Sr. Vereador Antonio Ferreira Mendes, Secretario, que substituiu o Sr. Vereador Joaquim Pereira Ferreira, Vice-Presidente, que substituiu o

que, apoz a reforma da vida e amplia-ção da cidade, ficaram sem uso muitas casas e avenidas quazi inteiramente novas. Mas o Snr. Dr. Prefeito Municipal sabe bem que a attitude do Snr. Dr. Presidente Luiz assim o não fazia acreditar, ao contrario, sempre quiz que a vida da cidade se desenvolvesse em todos os seus dominios, principalmente no que diz respeito ao seu commercio, cuja prosperidade muito depende. Não ha duvida que, para o estado inteiro, a cidade mereceu muitas considerações e, durante o governo do Snr. Dr. Presidente Luiz, muito se fez em seu beneficio, não só no que diz respeito aos seus melhoramentos materiaes, como ainda no que diz respeito ao seu desenvolvimento moral. Não ha duvida que a cidade do Natal muito deve ao Snr. Dr. Presidente Luiz, pois que, durante o seu governo

O Secretario

2-) Officio do Juiz de Direito da Comarca de Jundiahy nº 92 de 17 de Janeiro do corrente anno, communicando a decisão do Conselho Superior de Justiça, que julgou improcedente a reclamação de Antonio Ferreira Leite contra o Escrivão do Civel e Orphams daquella Comarca Dr. Antonio Corrêa de Barros, sobre a cobrança de custas, que o mesmo Escrivão fez ao reclamante, em virtude de uma Carta de Sentença, que este tirou de um Inventario, que correu perante o Juizo de Direito da 2ª Vara daquella Comarca, e que foi julgada por Sentença do Juiz de Direito da mesma Comarca, Dr. Antonio Corrêa de Barros, a qual foi confirmada pelo Accordão do Tribunal da Relação desta Capital, de que o mesmo Juiz de Direito remette uma Copia authentica, para ser archivada na Secretaria desta Camara. Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 1882. O Secretario Victorio Tamayo.

Acta da 13ª sessão ordinaria da 9ª anno da 16ª Legislatura da Camara Municipal de Itú aos 21 de Janeiro de 1882.

Presidencia do Sr. Dr. José Corrêa

Secretariado pelo Sr. Attilio Bandeira

Aos vinte e um dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e dois, nesta cidade de Itú, e Casa de Sessões da Camara Municipal, reunidos os Vereadores abaixo assignados, presidindo o primeiro, e servindo de Secretario o segundo, comigo Escrivão abaixo nomeado, pelo Presidente foi aberta a sessão, e lida a acta da antecedente, que foi approvada sem debate. Em seguida o Secretario leu o seguinte Expediente: 1-) Officio do Juiz de Direito da Comarca de Jundiahy nº 92 de 17 de Janeiro do corrente anno, communicando a decisão do Conselho Superior de Justiça, que julgou improcedente a reclamação de Antonio Ferreira Leite contra o Escrivão do Civel e Orphams daquella Comarca Dr. Antonio Corrêa de Barros, sobre a cobrança de custas, que o mesmo Escrivão fez ao reclamante, em virtude de uma Carta de Sentença, que este tirou de um Inventario, que correu perante o Juizo de Direito da 2ª Vara daquella Comarca, e que foi julgada por Sentença do Juiz de Direito da mesma Comarca, Dr. Antonio Corrêa de Barros, a qual foi confirmada pelo Accordão do Tribunal da Relação desta Capital, de que o mesmo Juiz de Direito remette uma Copia authentica, para ser archivada na Secretaria desta Camara. Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 1882. O Secretario Victorio Tamayo.

Acta da 14ª sessão ordinaria da 9ª anno da 16ª Legislatura, da Camara Municipal de Itú aos 24 de Janeiro de 1882.

Presidencia do Sr. Dr. José Corrêa

Secretariado pelo Sr. Attilio Bandeira

Aos vinte e quatro dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e dois, nesta cidade de Itú, e Casa de Sessões da Camara Municipal, reunidos os Vereadores abaixo assignados, presidindo o primeiro, e servindo de Secretario o segundo, comigo Escrivão abaixo nomeado, pelo Presidente foi aberta a sessão, e lida a acta da antecedente, que foi approvada sem debate. Em seguida o Secretario leu o seguinte Expediente: 1-) Officio do Juiz de Direito da Comarca de Jundiahy nº 92 de 17 de Janeiro do corrente anno, communicando a decisão do Conselho Superior de Justiça, que julgou improcedente a reclamação de Antonio Ferreira Leite contra o Escrivão do Civel e Orphams daquella Comarca Dr. Antonio Corrêa de Barros, sobre a cobrança de custas, que o mesmo Escrivão fez ao reclamante, em virtude de uma Carta de Sentença, que este tirou de um Inventario, que correu perante o Juizo de Direito da 2ª Vara daquella Comarca, e que foi julgada por Sentença do Juiz de Direito da mesma Comarca, Dr. Antonio Corrêa de Barros, a qual foi confirmada pelo Accordão do Tribunal da Relação desta Capital, de que o mesmo Juiz de Direito remette uma Copia authentica, para ser archivada na Secretaria desta Camara. Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 1882. O Secretario Victorio Tamayo.

Acta da 13ª sessão ordinaria da 9ª anno da 16ª Legislatura, da Camara Municipal de Itú aos 21 de Janeiro de 1882.

Presidencia do Sr. Dr. José Corrêa

Secretariado pelo Sr. Attilio Bandeira

Aos vinte e um dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e dois, nesta cidade de Itú, e Casa de Sessões da Camara Municipal, reunidos os Vereadores abaixo assignados, presidindo o primeiro, e servindo de Secretario o segundo, comigo Escrivão abaixo nomeado, pelo Presidente foi aberta a sessão, e lida a acta da antecedente, que foi approvada sem debate. Em seguida o Secretario leu o seguinte Expediente: 1-) Officio do Juiz de Direito da Comarca de Jundiahy nº 92 de 17 de Janeiro do corrente anno, communicando a decisão do Conselho Superior de Justiça, que julgou improcedente a reclamação de Antonio Ferreira Leite contra o Escrivão do Civel e Orphams daquella Comarca Dr. Antonio Corrêa de Barros, sobre a cobrança de custas, que o mesmo Escrivão fez ao reclamante, em virtude de uma Carta de Sentença, que este tirou de um Inventario, que correu perante o Juizo de Direito da 2ª Vara daquella Comarca, e que foi julgada por Sentença do Juiz de Direito da mesma Comarca, Dr. Antonio Corrêa de Barros, a qual foi confirmada pelo Accordão do Tribunal da Relação desta Capital, de que o mesmo Juiz de Direito remette uma Copia authentica, para ser archivada na Secretaria desta Camara. Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 1882. O Secretario Victorio Tamayo.

re a quantia de dez reis reis) Expediente do Conselho Geral Judiciario de Piratininga Dr. Bernardo Gavião de Almeida e Silva Carta de Sentença que tirou Dr. Antonio Corrêa de Barros, sobre a cobrança de custas, que o mesmo Escrivão fez ao reclamante, em virtude de uma Carta de Sentença, que este tirou de um Inventario, que correu perante o Juizo de Direito da 2ª Vara daquella Comarca, e que foi julgada por Sentença do Juiz de Direito da mesma Comarca, Dr. Antonio Corrêa de Barros, a qual foi confirmada pelo Accordão do Tribunal da Relação desta Capital, de que o mesmo Juiz de Direito remette uma Copia authentica, para ser archivada na Secretaria desta Camara. Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 1882. O Secretario Victorio Tamayo.

Acta da 13ª sessão ordinaria da 9ª anno da 16ª Legislatura, da Camara Municipal de Itú aos 21 de Janeiro de 1882.

Presidencia do Sr. Dr. José Corrêa

Secretariado pelo Sr. Attilio Bandeira

Aos vinte e um dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e dois, nesta cidade de Itú, e Casa de Sessões da Camara Municipal, reunidos os Vereadores abaixo assignados, presidindo o primeiro, e servindo de Secretario o segundo, comigo Escrivão abaixo nomeado, pelo Presidente foi aberta a sessão, e lida a acta da antecedente, que foi approvada sem debate. Em seguida o Secretario leu o seguinte Expediente: 1-) Officio do Juiz de Direito da Comarca de Jundiahy nº 92 de 17 de Janeiro do corrente anno, communicando a decisão do Conselho Superior de Justiça, que julgou improcedente a reclamação de Antonio Ferreira Leite contra o Escrivão do Civel e Orphams daquella Comarca Dr. Antonio Corrêa de Barros, sobre a cobrança de custas, que o mesmo Escrivão fez ao reclamante, em virtude de uma Carta de Sentença, que este tirou de um Inventario, que correu perante o Juizo de Direito da 2ª Vara daquella Comarca, e que foi julgada por Sentença do Juiz de Direito da mesma Comarca, Dr. Antonio Corrêa de Barros, a qual foi confirmada pelo Accordão do Tribunal da Relação desta Capital, de que o mesmo Juiz de Direito remette uma Copia authentica, para ser archivada na Secretaria desta Camara. Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 1882. O Secretario Victorio Tamayo.

Acta da 14ª sessão ordinaria da 9ª anno da 16ª Legislatura, da Camara Municipal de Itú aos 24 de Janeiro de 1882.

Presidencia do Sr. Dr. José Corrêa

Secretariado pelo Sr. Attilio Bandeira

Aos vinte e quatro dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e dois, nesta cidade de Itú, e Casa de Sessões da Camara Municipal, reunidos os Vereadores abaixo assignados, presidindo o primeiro, e servindo de Secretario o segundo, comigo Escrivão abaixo nomeado, pelo Presidente foi aberta a sessão, e lida a acta da antecedente, que foi approvada sem debate. Em seguida o Secretario leu o seguinte Expediente: 1-) Officio do Juiz de Direito da Comarca de Jundiahy nº 92 de 17 de Janeiro do corrente anno, communicando a decisão do Conselho Superior de Justiça, que julgou improcedente a reclamação de Antonio Ferreira Leite contra o Escrivão do Civel e Orphams daquella Comarca Dr. Antonio Corrêa de Barros, sobre a cobrança de custas, que o mesmo Escrivão fez ao reclamante, em virtude de uma Carta de Sentença, que este tirou de um Inventario, que correu perante o Juizo de Direito da 2ª Vara daquella Comarca, e que foi julgada por Sentença do Juiz de Direito da mesma Comarca, Dr. Antonio Corrêa de Barros, a qual foi confirmada pelo Accordão do Tribunal da Relação desta Capital, de que o mesmo Juiz de Direito remette uma Copia authentica, para ser archivada na Secretaria desta Camara. Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 1882. O Secretario Victorio Tamayo.

vereja) em casa de sua única filha da palavra, um negócio, e vivia da Anuidade Santa Thereza, que veio vindar comodidade ao Sítio as Imobiliárias de imobiliário, imobiliário de Santa Thereza e de São Paulo, a Anuidade para seus interessados em [illegible] Thereza, [illegible] Thereza, [illegible] Thereza,

Ata da 11ª sessão ordinária, do 4º ano, do 63 legislatura, da Câmara Municipal de Tarouca, realizada no dia 9 de outubro de 1972.

Presidência do Vereador Paiva

Secretariado pelo Dr. Attilio Guardini

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Tarouca, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício desta Câmara Municipal de Tarouca, logo após o encerramento da 10ª sessão ordinária, procederam-se os trabalhos desta sessão ordinária, sob a presença dos Senhores Vereadores: Dr. Antonio Vicente Paiva, Presidente; Attilio Guardini, Vice-Presidente; Waldemiro Rocha Vasques, 1º Secretário; Ernesto Paiva, 2º Secretário; Dr. Ronaldo Miranda e Attilio Guardini. Não compareceram os vereadores José Antonio Bueno, Attilio Guardini e Waldemiro Rocha. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida, o Presidente determinou ao 1º Secretário a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, o Presidente determinou ao 1º Secretário a leitura do expediente, que constou de um ofício do Prefeito Municipal, encaminhando a esta Câmara catorze projetos de lei, sendo: Projeto de Lei nº 31/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 32/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 33/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 34/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 35/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 36/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 37/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 38/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 39/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 40/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 41/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 42/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 43/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 44/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 45/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 46/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 47/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 48/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 49/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 50/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 51/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 52/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 53/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 54/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 55/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 56/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 57/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 58/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 59/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 60/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 61/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 62/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 63/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 64/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 65/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 66/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 67/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 68/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 69/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 70/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 71/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 72/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 73/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 74/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 75/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 76/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 77/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 78/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 79/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 80/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 81/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 82/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 83/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 84/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 85/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 86/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 87/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 88/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 89/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 90/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 91/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 92/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 93/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 94/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 95/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 96/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 97/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 98/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 99/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 100/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 101/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 102/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 103/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 104/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 105/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 106/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 107/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 108/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 109/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 110/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 111/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 112/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 113/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 114/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 115/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 116/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 117/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 118/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 119/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 120/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 121/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 122/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 123/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 124/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 125/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 126/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 127/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 128/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 129/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 130/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 131/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 132/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 133/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 134/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 135/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 136/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 137/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 138/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 139/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 140/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 141/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 142/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 143/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 144/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 145/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 146/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 147/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 148/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 149/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 150/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 151/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 152/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 153/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 154/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 155/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 156/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 157/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 158/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 159/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 160/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 161/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 162/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 163/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 164/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 165/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 166/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 167/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 168/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 169/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 170/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 171/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 172/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 173/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 174/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 175/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 176/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 177/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 178/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 179/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 180/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 181/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 182/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 183/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 184/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 185/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 186/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 187/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 188/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 189/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 190/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 191/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 192/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 193/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 194/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 195/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 196/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 197/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 198/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 199/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 200/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 201/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 202/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 203/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 204/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 205/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 206/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 207/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 208/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 209/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 210/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 211/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 212/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 213/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 214/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 215/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 216/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 217/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 218/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 219/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 220/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 221/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 222/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 223/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 224/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 225/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 226/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 227/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 228/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 229/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 230/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 231/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 232/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 233/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 234/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 235/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 236/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 237/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 238/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 239/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 240/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 241/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 242/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 243/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 244/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 245/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 246/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 247/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 248/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 249/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 250/72, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e dá outras providências; Projeto de Lei nº 251/72,

Ata da 12ª sessão extraordinária, do 4º ano, da 6ª legislatura da Câmara Municipal do Funchal, realizada em 19 de novembro de 1972.

Aos dezanove dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois nesta cidade do Funchal, Estado da Índia, Província Ultramarina Portuguesa, no edifício onde funciona a Câmara Municipal do Funchal, às onze horas, pelo edifício da Câmara, onde se encontravam presentes, para além do Presidente, Doutor Luís Ferreira Jardim, António Serafim Valdemar, Adolfo de Carvalho Nunes, Cirilo Pinto Fernandes e Attílio Jardim, foi convocada a 12ª sessão extraordinária do 4º ano da 6ª legislatura, a requerimento do vereador Doutor António Serafim Valdemar, nos termos do artº 31º, nº 1, alínea a) do Código Administrativo vigente, para apreciar e tratar dos assuntos constantes da ordem do dia. Aberta a sessão pelo Presidente, este começou por informar que, nos termos do artº 31º, nº 1, alínea a) do Código Administrativo vigente, tinha convocado esta sessão extraordinária para apreciar e tratar dos assuntos constantes da ordem do dia. Em seguida, o Presidente da Câmara propôs que fosse alterada a ordem do dia, passando a ser tratado em primeiro lugar o assunto que constava do ponto 4 da mesma ordem do dia, o que foi aprovado por unanimidade. Seguidamente, o Presidente da Câmara propôs que fosse aprovada a seguinte moção: "Considerando que a Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo do artº 31º, nº 1, alínea a) do Código Administrativo vigente, convocou esta sessão extraordinária para apreciar e tratar dos assuntos constantes da ordem do dia; Considerando que, nos termos do artº 31º, nº 1, alínea a) do Código Administrativo vigente, a Câmara Municipal do Funchal só pode deliberar sobre

Exceptuo quando anuncia a Futura para dar um destino mais humanitário a município tenham suas sociedades depois da necessidade dos festejos em prol dessa entidade, o que não acontece no presente caso. O município havendo uma grande sociedade local o Futebol Clube pode pagar a Futura futuros de Futebol Clube Ferreira Mendes inaugurada e aberta a Federação não tem direito de mandar cumprir, com seu patrimônio pessoal, grandes quantias e inúmeras obras e serviços de propaganda de diversos setores, do município e do estado, onde a Futebol Propaganda tem de seu 40 anos pois não existe nenhum trabalho feito em favor do seu time, natal como o povo tem trabalhado por suas cidades estão contribuindo para o desenvolvimento do município e não só para o desenvolvimento do seu local de nascimento como também para o desenvolvimento do estado por isso. O vereador Antônio Pedro disse que o Projeto Lauro feito muito bem de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios e a Constituição Federal que vigorou todos os pontos de interesse da coletividade. Agradeceu, em seguida, o apoio de todos os seus companheiros de bancada, pois, se você não tem um time para o povo torcer, não tem time para ganhar. Se você não tem colegas para lutarem juntos, não tem ninguém para ajudar. Disse que os vereadores estão de parabéns pela aprovação do projeto, pois, se você não tem um time para ganhar, não tem ninguém para perder. Finalizando, o

20, por 8€0,- 11) 3 unidade disponível e votação do parecer de direito Inscrição nº 16/12 pelo arquitecto Ernesto Nemésio Vasconcelos Abreu, com escritório na Rua Dr. António José de Almeida, nº 14 - 2º Dto. - Funchal: aprovado por 9 votos favoráveis da maioria em exercício e dos Srs. vereadores do PSD, e 2 votos contra do vereador do PCP, Sr. Ricardo Vieira, com a seguinte declaração de voto: "Votei contra porque não concordo com a localização do edifício proposto, nomeadamente com a sua altura, que vai prejudicar a vista panorâmica de muitos moradores da zona." 12) Proposta de alteração ao Regulamento de Concessão de Terrenos para Sepulturas e Jazigos no Cemitério Municipal de Santa Cruz: aprovada por 9 votos favoráveis da maioria em exercício e dos Srs. vereadores do PSD, e 2 votos contra do vereador do PCP, Sr. Ricardo Vieira, com a seguinte declaração de voto: "Votei contra porque não concordo com a alteração proposta para o artigo 3º, nº 1, alínea a), do Regulamento." 13) Proposta de alteração ao Regulamento de Concessão de Terrenos para Sepulturas e Jazigos no Cemitério Municipal de Santa Cruz: aprovada por 9 votos favoráveis da maioria em exercício e dos Srs. vereadores do PSD, e 2 votos contra do vereador do PCP, Sr. Ricardo Vieira, com a seguinte declaração de voto: "Votei contra porque não concordo com a alteração proposta para o artigo 3º, nº 1, alínea a)." 14) Projecto de decreto legislativo nº 14/12: nada havendo a tratar, em virtude de haverem sido todos os pontos da ordem do dia, foi dada por encerrada a reunião, eram 18 horas e 30 minutos, tendo sido lavrado o presente auto, que vai ser assinado pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, que o redigi.

Acta da 15ª sessão ordinária, de 4ª feira, do 6ª Trimestre da Câmara Municipal do Funchal, realizada em 27 de Agosto de 1992.

Presidência do Sr. Vitório Tavares
Secretários: Drª Isabel Gardim e Dr. Carlos Gouveia

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, nesta cidade do Funchal, Edifício da Câmara Municipal, achando-se presentes os Srs. Vereadores Vitório Manuel Fernandes Tavares, José Manuel Rodrigues Vieira, António Eduardo Gonçalves de Sousa, Maria Isabel Gonçalves Rocha, Maria Helena Rodrigues Mendonça, Carlos Miguel Pereira Gouveia, José Manuel Caldeira Quintas, Ricardo Manuel Vieira e Maria Joana Rodrigues Gomes, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Vitório Manuel Fernandes Tavares, comigo Secretário, Dr. Carlos Miguel Pereira Gouveia, e com a presença dos Srs. Vereadores José Eduardo Gonçalves de Sousa, Maria Isabel Gonçalves Rocha, Carlos Miguel Pereira Gouveia, José Manuel Caldeira Quintas, Ricardo Manuel Vieira e Maria Joana Rodrigues Gomes, comigo Secretário, Dr. Carlos Miguel Pereira Gouveia, e com a ausência do Sr. Vereador José Manuel Rodrigues Vieira, por se encontrar em gozo de férias, foi pelo Sr. Presidente declarada aberta a sessão pública ordinária desta reunião, tendo sido lavrada a acta da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade. Ordem do Dia: 1) Proposta de alteração ao Regulamento de Concessão de Terrenos para Sepulturas e Jazigos no Cemitério Municipal de Santa Cruz: aprovada por 9 votos favoráveis da maioria em exercício e dos Srs. vereadores do PSD, e 2 votos contra do vereador do PCP, Sr. Ricardo Vieira, com a seguinte declaração de voto: "Votei contra porque não concordo com a alteração proposta para o artigo 3º, nº 1, alínea a)." 2) Projecto de decreto legislativo nº 14/12: nada havendo a tratar, em virtude de haverem sido todos os pontos da ordem do dia, foi dada por encerrada a reunião, eram 18 horas e 30 minutos, tendo sido lavrado o presente auto, que vai ser assinado pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, que o redigi.

Acta da 15ª sessão ordinária, de 4ª feira, do 6º Trimestre da Câmara Municipal do Funchal, realizada em 27 de Agosto de 1992.

Presidência do Sr. Vitório Tavares
Secretários: Drª Isabel Gardim e Dr. Carlos Gouveia

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, nesta cidade do Funchal, Edifício da Câmara Municipal, achando-se presentes os Srs. Vereadores Vitório Manuel Fernandes Tavares, José Manuel Rodrigues Vieira, António Eduardo Gonçalves de Sousa, Maria Isabel Gonçalves Rocha, Maria Helena Rodrigues Mendonça, Carlos Miguel Pereira Gouveia, José Manuel Caldeira Quintas, Ricardo Manuel Vieira e Maria Joana Rodrigues Gomes, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Vitório Manuel Fernandes Tavares

as 20:00 horas procedendo-se à chamada dos vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Carlos Rodrigues, Manuel Luís Lobo, Antonio Pinheiro Cardoso, Carlos Manuel Gonçalves Martins, Manuel Antonio de Sousa, José Eduardo dos Santos, José Batista Cardoso, José Antonio Serpa, Luís Coelho, Manuel Joaquim Dias Soeiro e Fernando Antonio Rodrigues. Antes de ser dada a ordem do dia, o Presidente da Mesa, Luís de Esperança, que constava do seguinte: 1º) Leitura do nº Edital da Junta Freguesia comunicando-lhe um par Tribunal de Idoneidade, Vidro para ser chamado ao caso. Segue-se a ata estar devidamente justificada a ausência do interessado; 2º) Leitura do Edital do Tribunal de Idoneidade, publicando uma pessoa idónea para ser chamada ao Tribunal de Idoneidade para ser empregado no caso de um Tribunal. Ausente (José Pinto) Pedro Cardoso, Manuel Antonio de Sousa, Jorge Lopes, Manuel Joaquim Dias Soeiro, José Eduardo dos Santos, Manuel Luís Lobo, José Batista Cardoso, Carlos Manuel Gonçalves Martins, Carlos Rodrigues, Fernando Antonio Rodrigues, José Batista Cardoso, Luís Coelho, Antonio Pinheiro Cardoso, Luís de Esperança, José Antonio Serpa. Ordem do dia: 1º) Leitura do nº Edital da Junta de

vam de Praça dos Expedicionários a uma praça da cidade". Encaminhe-se ao Sr. Prefeito. (a) [illegible] 13/3/73, do vereador José Eduardo ao Prefeito, sobre a necessidade de ser feita a drenagem das ruas do loteamento Jardim Santa Adélia dos bairros da Fazenda Velha e Praça dos Expedicionários. Encaminhe-se ao Sr. Prefeito; e (d) nº 4/73, do vereador Milton Bacargerelli, para se solicitar uma cópia da Lei Municipal que dispõe sobre a Taxa de Limpeza Pública. Encaminhe-se ao Sr. Prefeito. - e) nº 5/73, de vereador Pedro Bacargerelli, requerendo a convocação do Sr. Diretor do Departamento de Água e Esgotos para comparecer a esta Casa, a fim de prestar informações sobre a falta de água em vários bairros da cidade, principalmente no Jardim Santa Adélia, solicitando a ampliação da rede de água naquele bairro. Aprovado. Usou da palavra o vereador Pedro Bacargerelli, para solicitar providências do Sr. Prefeito no sentido de ser feita a limpeza do Ribeirão Quilombo, que se encontra em estado lastimável, com o mato crescendo em suas margens, o que vem prejudicando a população daquele bairro. Também solicitou providências do Sr. Prefeito no sentido de ser feita a limpeza do Córrego Cachoeira

vereadores e o Senhor Ronaldo Miranda, o qual pediu o comparecimento imediato ao recinto do Sr. Prefeito Municipal, Senhor Ernesto Paulo de Andrade, para que o mesmo fosse convidado a comparecer ao recinto. O mencionado Senhor Prefeito Municipal, encaminhando-se para o recinto da reunião, onde já se encontrava o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Ronaldo Miranda, agradeceu a manifestação de pesar pelo falecimento de seu pai, Senhor Ernesto Augusto de Andrade. Logo após, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Ronaldo Miranda, agradeceu a presença do Senhor Prefeito Municipal, Senhor Ernesto Paulo de Andrade, e dos demais vereadores, dando por encerrada a presente sessão. Eu, Maria Helena Pereira Gonçalves, Secretária, datilografei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes. Eu, Ernesto Paulo de Andrade, Prefeito Municipal, a subscrevo. Eu, Ronaldo Miranda, Presidente da Câmara, a subscrevo. Eu, Maria Helena Pereira Gonçalves, Secretária, a datilografei. Ernesto Paulo de Andrade, Prefeito Municipal. a) nº 1/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, no sentido de se solicitar ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Ernesto Paulo de Andrade, providências no sentido de ser feito o calçamento de várias ruas do bairro Vicente Fialho e para que o Senhor Prefeito Municipal providencie a construção de um posto policial na Avenida Marginal e do Beco Vicente do Parral. d) nº 2/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando a construção de um muro de arrimo na Avenida Marginal e do Beco Vicente do Parral. e) nº 3/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando o calçamento da rua do Grupo Escolar Otávio Rosa. f) nº 4/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. g) nº 5/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. h) nº 6/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. i) nº 7/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. j) nº 8/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. k) nº 9/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. l) nº 10/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. m) nº 11/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. n) nº 12/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. o) nº 13/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. p) nº 14/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. q) nº 15/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. r) nº 16/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. s) nº 17/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. t) nº 18/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. u) nº 19/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. v) nº 20/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. w) nº 21/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. x) nº 22/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. y) nº 23/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. z) nº 24/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. aa) nº 25/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. bb) nº 26/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. cc) nº 27/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. dd) nº 28/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ee) nº 29/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ff) nº 30/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. gg) nº 31/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. hh) nº 32/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ii) nº 33/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. jj) nº 34/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. kk) nº 35/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ll) nº 36/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. mm) nº 37/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. nn) nº 38/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. oo) nº 39/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. pp) nº 40/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. qq) nº 41/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. rr) nº 42/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ss) nº 43/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. tt) nº 44/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. uu) nº 45/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. vv) nº 46/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ww) nº 47/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. xx) nº 48/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. yy) nº 49/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. zz) nº 50/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. aaa) nº 51/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. bbb) nº 52/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ccc) nº 53/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ddd) nº 54/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. eee) nº 55/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. fff) nº 56/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ggg) nº 57/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. hhh) nº 58/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. iii) nº 59/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. jjj) nº 60/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. kkk) nº 61/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. lll) nº 62/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. mmm) nº 63/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. nnn) nº 64/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ooo) nº 65/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ppp) nº 66/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. qqq) nº 67/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. rrr) nº 68/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. sss) nº 69/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ttt) nº 70/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. uuu) nº 71/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. vvv) nº 72/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. www) nº 73/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. xxx) nº 74/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. yyy) nº 75/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. zzz) nº 76/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. aaaa) nº 77/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. bbbb) nº 78/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. cccc) nº 79/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. dddd) nº 80/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. eeee) nº 81/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ffff) nº 82/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. gggg) nº 83/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. hhhh) nº 84/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. iiii) nº 85/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. jjjj) nº 86/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. kkkk) nº 87/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. llll) nº 88/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. mmmm) nº 89/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. nnnn) nº 90/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. oooo) nº 91/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. pppp) nº 92/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. qqqq) nº 93/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. rrrr) nº 94/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ssss) nº 95/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. tttt) nº 96/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. uuuu) nº 97/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. vvvv) nº 98/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. wwww) nº 99/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. xxxx) nº 100/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. yyyy) nº 101/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. zzzz) nº 102/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. aaaaa) nº 103/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. bbbbb) nº 104/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ccccc) nº 105/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ddddd) nº 106/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. eeeee) nº 107/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. fffff) nº 108/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ggggg) nº 109/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. hhhhh) nº 110/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. iiiii) nº 111/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. jjjjj) nº 112/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. kkkkk) nº 113/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. lllll) nº 114/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. mmmmm) nº 115/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. nnnnn) nº 116/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ooooo) nº 117/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ppppp) nº 118/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. qqqqq) nº 119/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. rrrrr) nº 120/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. sssss) nº 121/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ttttt) nº 122/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. uuuuu) nº 123/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. vvvvv) nº 124/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. wwwww) nº 125/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. xxxxx) nº 126/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. yyyyy) nº 127/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. zzzzz) nº 128/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. aaaaaa) nº 129/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. bbbbbb) nº 130/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. cccccc) nº 131/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. dddddd) nº 132/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. eeeeee) nº 133/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ffffff) nº 134/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. gggggg) nº 135/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. hhhhhh) nº 136/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. iiiiii) nº 137/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. jjjjjj) nº 138/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. kkkkkk) nº 139/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. llllll) nº 140/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. mmmmmm) nº 141/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. nnnnnn) nº 142/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. oooooo) nº 143/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. pppppp) nº 144/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. qqqqqq) nº 145/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. rrrrrr) nº 146/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ssssss) nº 147/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. tttttt) nº 148/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. uuuuuu) nº 149/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. vvvvvv) nº 150/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. wwwwww) nº 151/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. xxxxxx) nº 152/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. yyyyyy) nº 153/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. zzzzzz) nº 154/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. aaaaaaa) nº 155/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. bbbbbbb) nº 156/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ccccccc) nº 157/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ddddddd) nº 158/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. eeeeeee) nº 159/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. fffffff) nº 160/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ggggggg) nº 161/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. hhhhhhh) nº 162/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. iiiiiii) nº 163/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. jjjjjjj) nº 164/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. kkkkkkk) nº 165/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. lllllll) nº 166/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. mmmmmmm) nº 167/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. nnnnnnn) nº 168/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ooooooo) nº 169/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. ppppppp) nº 170/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. qqqqqqq) nº 171/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. rrrrrrr) nº 172/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado. sssssss) nº 173/173, do vereador Sr. Ronaldo dos Santos, solicitando providências para a construção de uma ponte sobre o Córrego Cachoeirinha, na altura da rua Dr. Antônio Prado.

Ata da 4ª sessão ordinária do 1º ano do 5º Legislatura da Câmara Municipal de Ibiúna, realizada em 5 de março de 1973.

Aos cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três, às nove horas e trinta minutos, na Sede da Câmara Municipal de Ibiúna, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Antônio Prado, nº 1, presentes os Senhores Vereadores: Ronaldo Miranda, Presidente; Ernesto Paulo de Andrade, Prefeito Municipal; Ronaldo dos Santos, Antonio Cunha Bueno, Secretário; Benedito dos Santos, Antonio Cunha Bueno, Secretário; Benedito dos Santos, Antonio Cunha Bueno, Secretário; Benedito

Foi designado o Sr. Joaquim Ferreira, Vereador, para substituir o Sr. Vereador Fernando Mendes, que se encontra em gozo de férias.

Foi designado o Sr. Vereador Fernando Mendes, para substituir o Sr. Vereador Joaquim Ferreira

a municipalidade se recusem a vender, alegando que não dava tempo para a convenção, pois daquele produto 5 estrangeiro o prazo devia ser de 24 horas, e finalmente declarando-se com palavras e com atitudes de um partidarismo acentuado, para prejudicar os interesses do município e favorecer o do governo, [illegible] o povo inocente, naturalmente revoltado ao ver-se frustrado no seu direito de manobrar livremente, [illegible] violência consentida, as autoridades julgaram-se [illegible] Victorino Carneiro Leão, que [illegible] um pedido ao Delegado para designar um fiscal para cada um dos colégios, de indenidade dos eleitores. Tal pedido [illegible] um grupo de gente [illegible] estabelecidos nas ruas do Rego, [illegible] ousou e que cumpriam suas obrigações [illegible] verdade [illegible] Victorino? E no dia seguinte [illegible] e [illegible] do Tesouro do Estado, [illegible] Victorino? Victorino mantém grande [illegible] contribuintes, [illegible] atrasados a pagar a [illegible] da [illegible] [illegible], porque [illegible] [illegible] notas fiscais e cadastro de [illegible] [illegible] [illegible]

Ata da Comissão de Esportes e incentivados do Teatro Amador Ibiuniense em segunda convocação da diretoria Diretor Esportivo Sr. Tom de Jesus Presidente do Conselho Fiscal Sr. Joaquim Ferreira Lima e Tesoureiro Sr. Antonio Ferreira Lima e Secretário Sr. Antonio Ferreira Lima e Secretário Sr. Antonio Ferreira Lima e Secretário

encaminhando trabalho contendo informações sobre combate à gripe; c/ 6 mo-
ções feitas na Tribuna da Câmara à disposição dos vereadores; - c) do de-
putado Osvaldo Floresta, criticando o que ao seu julgar é o descumprimento
da Lei Orgânica dos Municípios, quanto à nomeação de Prefeito Municipal
para São Sebastião do Caí; - d) do vereador Ernesto Corrêa, solicitando
providências junto ao Governo do Estado, para que seja construída uma
ponte sobre o Arroio Caí-Mirim, no município de Feliz; - e) do vereador
Ivan Pinto, solicitando providências junto à Companhia Estadual de Energia
Elétrica, para que seja feita a ligação de energia elétrica na localidade
de Linha Nova, no município de Campo Bom; - f) do vereador Ivan Pinto,
solicitando providências junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica,
para que seja feita a ligação de energia elétrica na localidade de Linha
Nova, no município de Campo Bom; - g) do vereador Ivan Pinto, solicitando
providências junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja
feita a ligação de energia elétrica na localidade de Linha Nova, no muni-
cípio de Campo Bom; - h) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências
junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a li-
gação de energia elétrica na localidade de Linha Nova, no município de
Campo Bom; - i) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à
Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de
energia elétrica na localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom;
- j) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à Companhia
Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de energia
elétrica na localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom; - k) do
vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à Companhia Estadual
de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de energia elétrica na
localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom; - l) do vereador Ivan
Pinto, solicitando providências junto à Companhia Estadual de Energia Elé-
trica, para que seja feita a ligação de energia elétrica na localidade de
Linha Nova, no município de Campo Bom; - m) do vereador Ivan Pinto, soli-
citando providências junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para
que seja feita a ligação de energia elétrica na localidade de Linha Nova,
no município de Campo Bom; - n) do vereador Ivan Pinto, solicitando pro-
vidências junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja
feita a ligação de energia elétrica na localidade de Linha Nova, no muni-
cípio de Campo Bom; - o) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências
junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a li-
gação de energia elétrica na localidade de Linha Nova, no município de
Campo Bom; - p) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à
Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de
energia elétrica na localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom;
- q) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à Companhia
Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de energia
elétrica na localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom; - r) do
vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à Companhia Estadual
de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de energia elétrica na
localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom; - s) do vereador Ivan
Pinto, solicitando providências junto à Companhia Estadual de Energia Elé-
trica, para que seja feita a ligação de energia elétrica na localidade de
Linha Nova, no município de Campo Bom; - t) do vereador Ivan Pinto, soli-
citando providências junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para
que seja feita a ligação de energia elétrica na localidade de Linha Nova,
no município de Campo Bom; - u) do vereador Ivan Pinto, solicitando pro-
vidências junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja
feita a ligação de energia elétrica na localidade de Linha Nova, no muni-
cípio de Campo Bom; - v) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências
junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a li-
gação de energia elétrica na localidade de Linha Nova, no município de
Campo Bom; - w) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à
Companhia Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de
energia elétrica na localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom;
- x) do vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à Companhia
Estadual de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de energia
elétrica na localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom; - y) do
vereador Ivan Pinto, solicitando providências junto à Companhia Estadual
de Energia Elétrica, para que seja feita a ligação de energia elétrica na
localidade de Linha Nova, no município de Campo Bom; - z) do vereador Ivan
Pinto, solicitando providências junto à Companhia Estadual de Energia Elé-
trica, para que seja feita a ligação de energia elétrica na localidade de
Linha Nova, no município de Campo Bom.

ORDEM DO DIA

Não houve.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

Não houve.

COMUNICAÇÕES

Não houve.

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Não houve.

PROPOSIÇÕES

Não houve.

na e Brasil em companhia do Padre Afonso Flamion e outros associados Padre Mateus, nas paragens de Estrela e Cleto a Fernandópolis começou seu trabalho em prol do povo brasileiro, marcando assim sua grande atuação em nossa pátria, indo nos postos de Rubinéia, Três Fronteiras e muito depois para Ilha Solteira. Padre Mateus, depois permanência de 7 anos no Brasil voltou em 1981 a Guadalupe, onde ficou trabalhando nas missões onde encontra-se com um amigo Batista de Jesus, estão separados de 40 anos e ainda se encontram, na Missão Padre Mateus no Continente Africano, sedento de corpo e alma a atividade pastoral mesmo no antigo Congo Belga, hoje Zaire, por 7 anos. Padre Mateus retornou ao Brasil em 1967, trazendo consigo 3 meninos, vindos em navio igual como Artigas cozinha durante 2 meses. Ilusão trouxe seu brasileiro e nosso povo, Padre Mateus, Padre Afonso e Padre Lucas e em 1961 Deus queria uma pessoa todos um pedido de bispos da nossa cidade de Jaboticabal, Jaboticabal, Pindamonhangaba, Matão, Jaú, Araraquara, Bebedouro, Barretos, Ituverava e Uberaba Espiritual. Na cidade foi abrindo Colégio Cooperado, amplia ainda a atividade junto a gente de Deus, Padre Mateus com grande dedicação e atenção especial dedicada a cada um de seus amedrontados, nos pais trabalhavam uma grande boa escolha. Padre Mateus, amplia ainda mais a sua pregação, pregando em igrejas, capelas, nas praças públicas, sobre pontos de maiores, por isso ele mandou nos postos de pregação, juntamente com Padre Afonso e Padre Lucas, Padre Augusto e Evangélico durante 6 a 8 dias, não só através da palavra, mas também pelos atos. Seus nobres colegas e amigos Euclides, Adão Teixeira, Padre Lucas, e o padroeiro Padre Afonso, Padre Mateus, Padre Augusto, Padre

principalmente sobre os comentários aqui focalizados, o que me custa muito contrariar para, o esclarecimento cabal e do ilustre Sr. Presidente, pois eventuais dúvidas que ainda existam, sobre a Situação Administrativa do Município, quanto ao aspecto da moralidade, ou mesmo quanto à sua pendência, ou não, de qualquer providência, ou mesmo quanto à sua ambição, sempre em benefício exclusivo e com todo o respeito ao bem comum, e ao progresso de nossa cidade, que tanto queremos e pelo qual todos nós trabalhamos, não obstante os pareceres contrários à isso, do ilustre

Ata da 5ª sessão ordinária, de 1º ano, da 10 Legislatura, da Câmara Municipal da Cidade de Guaxupé, aos 19 dias do mês de Março do ano de 1963, em sua sede própria, sob a presidência do Sr. Vereador Dr. Wanderley Ribeiro de Paula Lima, Secretariado pelo Sr. Vereador Dr. Ruy Ferreira Lima.

Aos dezenove dias do mês de março do ano mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no Palácio Municipal, em sua sede própria, onde funciona a Câmara Municipal, às dezenove horas, havendo-se ao chamado dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Dr. Wanderley Ribeiro de Paula Lima, Presidente, Ruy Ferreira Lima, Secretário, Pedro Gomes Galvão, Antônio Tavares Ferreira, Dr. Ernesto Fernandes Pinheiro, Dr. Ernesto Callage, Jose Benedito dos Santos e Jose Batista Fontana. Deixaram de comparecer com causa justificada os vereadores Dr. Antônio Ferreira Lima, Dr. Geraldo Ferreira Lima e Dr. Ernesto Callage, por estarem em serviço da Câmara. Ausentes sem justificação os vereadores Dr. Luiz Ribeiro Gonçalves e Dr. Ernesto Callage. Em seguida o Sr. Presidente, que contava com a presença de 7 vereadores, declarou aberta a sessão, pedindo ao Sr. 1º Secretário a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida e sem restrições foi aprovada. Em seguida o Sr. Presidente, pela ordem, fez a leitura do seguinte expediente: 1) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.114 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 2) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.115 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 3) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.116 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 4) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.117 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 5) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.118 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 6) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.119 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 7) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.120 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 8) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.121 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 9) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.122 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 10) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.123 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 11) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.124 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 12) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.125 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 13) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.126 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 14) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.127 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 15) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.128 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 16) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.129 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 17) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.130 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 18) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.131 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 19) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.132 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 20) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.133 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 21) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.134 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 22) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.135 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 23) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.136 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 24) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.137 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 25) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.138 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 26) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.139 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 27) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.140 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 28) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.141 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 29) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.142 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 30) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.143 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 31) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.144 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 32) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.145 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 33) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.146 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 34) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.147 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 35) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.148 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 36) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.149 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 37) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.150 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 38) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.151 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 39) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.152 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 40) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.153 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 41) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.154 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 42) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.155 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 43) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.156 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 44) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.157 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 45) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.158 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 46) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.159 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 47) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.160 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 48) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.161 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 49) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.162 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 50) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.163 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 51) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.164 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 52) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.165 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 53) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.166 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 54) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.167 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 55) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.168 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 56) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.169 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 57) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.170 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 58) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.171 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 59) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.172 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 60) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.173 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 61) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.174 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 62) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.175 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 63) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.176 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 64) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.177 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 65) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.178 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 66) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.179 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 67) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.180 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 68) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.181 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 69) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.182 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 70) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.183 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 71) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.184 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 72) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.185 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 73) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.186 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 74) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.187 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 75) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.188 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 76) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.189 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 77) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.190 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 78) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.191 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 79) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.192 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 80) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.193 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 81) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.194 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 82) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.195 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 83) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.196 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 84) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.197 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 85) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.198 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 86) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.199 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 87) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.200 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 88) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.201 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 89) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.202 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 90) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.203 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 91) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.204 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 92) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.205 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 93) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.206 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 94) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.207 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 95) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.208 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 96) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.209 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 97) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.210 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 98) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.211 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 99) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.212 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 100) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.213 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 101) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.214 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 102) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.215 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 103) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.216 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 104) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.217 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 105) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.218 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 106) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.219 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 107) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.220 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 108) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.221 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 109) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.222 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 110) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.223 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 111) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.224 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 112) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.225 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 113) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.226 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 114) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.227 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 115) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.228 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 116) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.229 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 117) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.230 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um prédio destinado ao Mercado Municipal. 118) Ofício do Sr. Prefeito, encaminhando a mensagem e projeto de lei nº 1.231 de 19/3/63, que dispõe sobre a abertura de um créd

Ata da 25ª sessão extraordinaria, do 1º ano, da 13ª legislatura, da Camara Municipal de Arthur Nogueira, em 3 de maio de 1943.

Presidencia do Sr. Antonio Tonello

Secretariada ale do Antonio Tonello

Aos trez dias do mez de Maio do anno mil novecentos e quarenta e trez, nesta cidade de Arthur Nogueira, Estado de São Paulo, na sala de sessões da Camara Municipal de Arthur Nogueira, onde se achavam reunidos os vereadores Antonio Tonello, Antonio Ferreira Lima, Antonio Ferreira Lima, Antonio Ferreira Lima

reparos destinados ao pagamento de contribuição devida ao Corporação de Fo-
mento Nacional, e à Comissão de Justiça e Finanças), do nº 19 e 23, encaminhou
os informações de 28 de 4 de 1943 em resposta ao que foi requerido pelo vereador
Abílio Gonçalves. O mesmo Senhor Presidente dos Sessões mandou
ser lido o Requerimento da Câmara e Encerrado a leitura do Expediente
e a Ordem do Dia. Usaram da palavra os vereadores Dr. Ricardo Freitas
Saudou o Sr. Ricardo Miranda, Nuno Furtado de Mendonça, Dr. Ricardo
Gonçalves Pereira, e comunicou ao plenário a Nova residência durante o ano
que corresponde ao mandato em Câmara Pedro Jorge Vieira Pinto
e as opiniões autoridades locais, oportunidade em que manifestou o seu
pesar pelo falecimento do Comandante Pedro Jorge Vieira Pinto
Pinto, principalmente pelo facto de ser natural da freguesia do Caniço.
Disse em seguida, a necessidade de se cuidar das faltas do ano
de 1942, pois que o número de faltas aumentou consideravelmente em relação
ao ano anterior, em quase mais 33% dos apontados e que com-
preende o período de guerra. Referiu-se à Escola Industrial e
Comercial, e um aumento de cerca de

Ata da 48ª sessão extraordinária de 13 ano, da 1ª Legislatura, da Câmara Municipal do Cunhal, realizada em 28 de maio de 1943.

Presidência do Sr. Wanderley Zilbrovic
Secretariado pelo Sr. Cunhal Timóteo

Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade do Cunhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício sede da Prefeitura e da Câmara Municipal do Cunhal, onde se achava o Sr. Presidente da Câmara, Wanderley Zilbrovic, comigo secretário Cunhal Timóteo, compareceram os Srs. Vereadores Ernesto Fernandes, José Pedro Alfaya, Hélio Campbell Marques, Isabel Jesus e Silveira Bruto Neves. Feita a chamada, verificou-se a presença dos Srs. Vereadores Wanderley Zilbrovic, Cunhal Timóteo, Ernesto Fernandes, José Pedro Alfaya, Hélio Campbell Marques e Isabel Jesus e Silveira Bruto Neves. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, anunciando o senhor Presidente os pontos a serem discutidos e votados na ordem do dia, segundo a ordem do dia: 1º) discussão e votação do Projeto de Lei nº 8/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial destinado à participação da Municipalidade na concessão de Previdência Social da Caixa Beneficente dos Funcionários da Companhia Docas de Santos; 2º) discussão e votação do Projeto de Lei nº 9/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial destinado à participação da Municipalidade na concessão de Previdência Social da Caixa Beneficente dos Funcionários da Companhia Docas de Santos; 3º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 10/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 4º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 11/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 5º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 12/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 6º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 13/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 7º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 14/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 8º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 15/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 9º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 16/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 10º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 17/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 11º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 18/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 12º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 19/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 13º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 20/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 14º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 21/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 15º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 22/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 16º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 23/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 17º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 24/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 18º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 25/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 19º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 26/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 20º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 27/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 21º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 28/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 22º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 29/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 23º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 30/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 24º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 31/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 25º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 32/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 26º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 33/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 27º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 34/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 28º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 35/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 29º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 36/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 30º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 37/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 31º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 38/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 32º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 39/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 33º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 40/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 34º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 41/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 35º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 42/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 36º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 43/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 37º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 44/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 38º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 45/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 39º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 46/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 40º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 47/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 41º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 48/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 42º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 49/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 43º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 50/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 44º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 51/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 45º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 52/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 46º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 53/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 47º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 54/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 48º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 55/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 49º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 56/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 50º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 57/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 51º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 58/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 52º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 59/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 53º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 60/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 54º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 61/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 55º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 62/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 56º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 63/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 57º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 64/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 58º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 65/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 59º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 66/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 60º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 67/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 61º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 68/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 62º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 69/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 63º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 70/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 64º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 71/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 65º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 72/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 66º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 73/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 67º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 74/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 68º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 75/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 69º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 76/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 70º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 77/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 71º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 78/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 72º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 79/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 73º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 80/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 74º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 81/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 75º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 82/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 76º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 83/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 77º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 84/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 78º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 85/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 79º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 86/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 80º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 87/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 81º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 88/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 82º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 89/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 83º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 90/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 84º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 91/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 85º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 92/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 86º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 93/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 87º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 94/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 88º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 95/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 89º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 96/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 90º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 97/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 91º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 98/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 92º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 99/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 93º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 100/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 94º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 101/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 95º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 102/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 96º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 103/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 97º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 104/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 98º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 105/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 99º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 106/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 100º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 107/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 101º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 108/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 102º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 109/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 103º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 110/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 104º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 111/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 105º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 112/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 106º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 113/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 107º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 114/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 108º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 115/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 109º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 116/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 110º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 117/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 111º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 118/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 112º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 119/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 113º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 120/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 114º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 121/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 115º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 122/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 116º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 123/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 117º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 124/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 118º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 125/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 119º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 126/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 120º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 127/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 121º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 128/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 122º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 129/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 123º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 130/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 124º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 131/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 125º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 132/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 126º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 133/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 127º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 134/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 128º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 135/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 129º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 136/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 130º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 137/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 131º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 138/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 132º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 139/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 133º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 140/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 134º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 141/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 135º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 142/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 136º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 143/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 137º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 144/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 138º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 145/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 139º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 146/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 140º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 147/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 141º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 148/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 142º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 149/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 143º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 150/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 144º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 151/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 145º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 152/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 146º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 153/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 147º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 154/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 148º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 155/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 149º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 156/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 150º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 157/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 151º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 158/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 152º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 159/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 153º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 160/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 154º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 161/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 155º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 162/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 156º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 163/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 157º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 164/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 158º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 165/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 159º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 166/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 160º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 167/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 161º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 168/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 162º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 169/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 163º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 170/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 164º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 171/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 165º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 172/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 166º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 173/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 167º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 174/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 168º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 175/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 169º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 176/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 170º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 177/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 171º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 178/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 172º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 179/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 173º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 180/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 174º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 181/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 175º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 182/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 176º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 183/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 177º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 184/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 178º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 185/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 179º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 186/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 180º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 187/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 181º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 188/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 182º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 189/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 183º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 190/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 184º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 191/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 185º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 192/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 186º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 193/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 187º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 194/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 188º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 195/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 189º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 196/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 190º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 197/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 191º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 198/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 192º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 199/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 193º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 200/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 194º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 201/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 195º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 202/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 196º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 203/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 197º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 204/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 198º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 205/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 199º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 206/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 200º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 207/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 201º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 208/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 202º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 209/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 203º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 210/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 204º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 211/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 205º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 212/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 206º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 213/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 207º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 214/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 208º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 215/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 209º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 216/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 210º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 217/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 211º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 218/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 212º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 219/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 213º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 220/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 214º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 221/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; 215º) leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 222/73, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio-natalidade aos funcionários municipais; 216º) leitura, discussão e votação do

nuccipos era calamitosa, não podendo nem pagar os professores do Mobiral, que estavam sem receber há 3 meses; e, no mesmo tempo, professava a Câmara que o numerário para pagar aquele mês 84.000,00 cr$ havia a Companhia Vidraceira de Santa Catarina depositado quantia destinada a calçar por muitos meses com seus dois carros, uma determinada rua, pedindo aquela Companhia, em virtude desse depósito, que lhe fosse cedido o referido carro para o trabalho não o haver concedido, pois era especialmente para o Prefeito, para os seus pertencentes, a concessão para aquisição, pelo Município, em vista da urgência, efetuou a compra, sem seguida, ao Prefeito, para que providenciasse o pagamento dos vencimentos atrasados dos funcionários municipais, que não podiam ficar contrários aos seus interesses, e, portanto, trabalhando, e pedindo ainda a necessidade do município providenciar a pavimentação de diversas ruas, principalmente as localizadas nas escolas municipais, e já passou para os dois seis meses, sem um algarismo orçado, e, depois, para o ano seguinte, que muito iria um farto de papel, ainda muito justo para começar para o cargo de município de Florianópolis, e, encerrando suas considerações, disse que o Prefeito não se recomendava para o Engenheiro, e, sim, o Prefeito, que, em vista disso, não podia ser recomendado para o cargo, e, em seguida, lembrou a necessidade de ser feita a captação de água, o trabalho dependendo de 1 só Engenheiro, que, infelizmente, não existia, e, finalmente, disse que, em vista de não haver ainda verba para o cargo, falou em seguida da

mento do mesmo. O vereador Antônio Tenório elogiou a atuação da professora Adelia Jorge Abido, a frente do Grupo Estadual "José Leonildo Leite" onde tudo tenha sido em favor desse estabelecimento de ensino em quase todo o tempo. Falou também a atuação do jornalista Celso Alves de Oliveira, que após 5 meses de instituído, havia publicado mais uma edição do jornal "O Clarim" que circula depois de cada período de férias escolares, os vereadores Antônio Tenório, José Barroca, Wanderley Zebedeu e Antônio Tenório, José Barroca, Wanderley Zebedeu e Antônio Tenório, José Barroca, Wanderley Zebedeu e

Paços da Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cunhal, aos nove horas, convocada na 1ª chamada dos Senhores vereadores Dr. Manuel Ferreira Lopes, Presidente, Manuel Rodrigues Pereira, Joaquim Ferreira Lopes, Joaquim Ferreira Lopes, Joaquim Ferreira Lopes, José Ferreira Lopes, José Ferreira Lopes, José

1973

Presidência do Sr. Vereador Eduardo Manuel Gonçalves de Freitas

Aos dezasseis dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade do Funchal, Edifício da Câmara Municipal, e sala do seu costume, reuniu em sessão ordinária a Câmara Municipal do Funchal, sob a presidência do Vereador Eduardo Manuel Gonçalves de Freitas, com a presença dos Vereadores Dr. Rui Manuel Pereira Mendes Pinto, Engenheiro Alexandre Manuel Vieira Gonçalves Cabrita, Dr. Manuel Agostinho Gonçalves Pereira, Engenheiro Eduardo Augusto Pereira Modesto Navarro, Dr. Manuel Correia Jardim

cional, dispondo sobre a reorganização administrativa da Substituta Municipal da Ilha e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Finanças, Justiça, Obras Públicas, Educação e Assistência Social, tendo sido aprovado em primeira discussão o projeto de lei nº 8/73 e projeto de lei e a emenda da Comissão de Justiça e Redação, tudo de conformidade com o parecer oral proferido em virtude especial, não publicado por estar ausente da Comissão de Justiça e Redação, tudo aprovado e promulgado

demonstrador apoiante a construção de novo estádio; - f) nº 118/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao S.M.U.E. sobre o custo da tipagem e retirada de documentos de 1993 até ao mês de Outubro; - g) nº 119/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Estatuto de Polícia Municipal; - h) nº 120/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - i) nº 121/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - j) nº 122/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - k) nº 123/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - l) nº 124/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - m) nº 125/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - n) nº 126/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - o) nº 127/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - p) nº 128/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - q) nº 129/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - r) nº 130/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - s) nº 131/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - t) nº 132/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - u) nº 133/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - v) nº 134/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - w) nº 135/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - x) nº 136/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - y) nº 137/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - z) nº 138/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aa) nº 139/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bb) nº 140/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - cc) nº 141/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - dd) nº 142/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ee) nº 143/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ff) nº 144/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - gg) nº 145/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hh) nº 146/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ii) nº 147/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jj) nº 148/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kk) nº 149/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ll) nº 150/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - mm) nº 151/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - nn) nº 152/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - oo) nº 153/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - pp) nº 154/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - qq) nº 155/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - rr) nº 156/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ss) nº 157/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - tt) nº 158/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - uu) nº 159/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - vv) nº 160/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ww) nº 161/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - xx) nº 162/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - yy) nº 163/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - zz) nº 164/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aaa) nº 165/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bbb) nº 166/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ccc) nº 167/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ddd) nº 168/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - eee) nº 169/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - fff) nº 170/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ggg) nº 171/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hhh) nº 172/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - iii) nº 173/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jjj) nº 174/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kkk) nº 175/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - lll) nº 176/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - mmm) nº 177/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - nnn) nº 178/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ooo) nº 179/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ppp) nº 180/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - qqq) nº 181/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - rrr) nº 182/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - sss) nº 183/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ttt) nº 184/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - uuu) nº 185/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - vvv) nº 186/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - www) nº 187/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - xxx) nº 188/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - yyy) nº 189/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - zzz) nº 190/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aaaa) nº 191/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bbbb) nº 192/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - cccc) nº 193/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - dddd) nº 194/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - eeee) nº 195/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ffff) nº 196/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - gggg) nº 197/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hhhh) nº 198/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - iiii) nº 199/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jjjj) nº 200/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kkkk) nº 201/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - llll) nº 202/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - mmmm) nº 203/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - nnnn) nº 204/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - oooo) nº 205/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - pppp) nº 206/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - qqqq) nº 207/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - rrrr) nº 208/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ssss) nº 209/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - tttt) nº 210/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - uuuu) nº 211/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - vvvv) nº 212/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - wwww) nº 213/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - xxxx) nº 214/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - yyyy) nº 215/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - zzzz) nº 216/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aaaaa) nº 217/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bbbbb) nº 218/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ccccc) nº 219/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ddddd) nº 220/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - eeeee) nº 221/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - fffff) nº 222/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ggggg) nº 223/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hhhhh) nº 224/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - iiiii) nº 225/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jjjjj) nº 226/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kkkkk) nº 227/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - lllll) nº 228/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - mmmmm) nº 229/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - nnnnn) nº 230/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ooooo) nº 231/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ppppp) nº 232/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - qqqqq) nº 233/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - rrrrr) nº 234/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - sssss) nº 235/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ttttt) nº 236/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - uuuuu) nº 237/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - vvvvv) nº 238/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - wwwww) nº 239/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - xxxxx) nº 240/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - yyyyy) nº 241/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - zzzzz) nº 242/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aaaaaa) nº 243/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bbbbbb) nº 244/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - cccccc) nº 245/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - dddddd) nº 246/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - eeeeee) nº 247/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ffffff) nº 248/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - gggggg) nº 249/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hhhhhh) nº 250/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - iiiiii) nº 251/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jjjjjj) nº 252/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kkkkkk) nº 253/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - llllll) nº 254/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - mmmmmm) nº 255/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - nnnnnn) nº 256/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - oooooo) nº 257/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - pppppp) nº 258/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - qqqqqq) nº 259/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - rrrrrr) nº 260/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ssssss) nº 261/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - tttttt) nº 262/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - uuuuuu) nº 263/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - vvvvvv) nº 264/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - wwwwww) nº 265/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - xxxxxx) nº 266/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - yyyyyy) nº 267/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - zzzzzz) nº 268/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aaaaaaa) nº 269/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bbbbbbb) nº 270/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ccccccc) nº 271/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ddddddd) nº 272/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - eeeeeee) nº 273/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - fffffff) nº 274/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ggggggg) nº 275/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hhhhhhh) nº 276/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - iiiiiii) nº 277/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jjjjjjj) nº 278/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kkkkkkk) nº 279/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - lllllll) nº 280/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - mmmmmmm) nº 281/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - nnnnnnn) nº 282/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ooooooo) nº 283/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ppppppp) nº 284/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - qqqqqqq) nº 285/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - rrrrrrr) nº 286/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - sssssss) nº 287/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ttttttt) nº 288/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - uuuuuuu) nº 289/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - vvvvvvv) nº 290/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - wwwwwww) nº 291/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - xxxxxxx) nº 292/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - yyyyyyy) nº 293/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - zzzzzzz) nº 294/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aaaaaaaa) nº 295/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bbbbbbbb) nº 296/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - cccccccc) nº 297/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - dddddddd) nº 298/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - eeeeeeee) nº 299/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ffffffff) nº 300/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - gggggggg) nº 301/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hhhhhhhh) nº 302/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - iiiiiiii) nº 303/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jjjjjjjj) nº 304/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kkkkkkkk) nº 305/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - llllllll) nº 306/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - mmmmmmmm) nº 307/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - nnnnnnnn) nº 308/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - oooooooo) nº 309/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - pppppppp) nº 310/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - qqqqqqqq) nº 311/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - rrrrrrrr) nº 312/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ssssssss) nº 313/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - tttttttt) nº 314/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - uuuuuuuu) nº 315/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - vvvvvvvv) nº 316/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - wwwwwwww) nº 317/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - xxxxxxxx) nº 318/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - yyyyyyyy) nº 319/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - zzzzzzzz) nº 320/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aaaaaaaaa) nº 321/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bbbbbbbbb) nº 322/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ccccccccc) nº 323/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ddddddddd) nº 324/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - eeeeeeeee) nº 325/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - fffffffff) nº 326/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ggggggggg) nº 327/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hhhhhhhhh) nº 328/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - iiiiiiiii) nº 329/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jjjjjjjjj) nº 330/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kkkkkkkkk) nº 331/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - lllllllll) nº 332/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - mmmmmmmmm) nº 333/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - nnnnnnnnn) nº 334/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - ooooooooo) nº 335/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ppppppppp) nº 336/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - qqqqqqqqq) nº 337/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - rrrrrrrrr) nº 338/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - sssssssss) nº 339/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ttttttttt) nº 340/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - uuuuuuuuu) nº 341/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - vvvvvvvvv) nº 342/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - wwwwwwwww) nº 343/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - xxxxxxxxx) nº 344/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - yyyyyyyyy) nº 345/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - zzzzzzzzz) nº 346/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - aaaaaaaaaa) nº 347/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - bbbbbbbbbb) nº 348/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - cccccccccc) nº 349/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - dddddddddd) nº 350/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - eeeeeeeeee) nº 351/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - ffffffffff) nº 352/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - gggggggggg) nº 353/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - hhhhhhhhhh) nº 354/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - iiiiiiiiii) nº 355/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - jjjjjjjjjj) nº 356/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça para se pronunciar sobre o Código Civil; - kkkkkkkkkk) nº 357/93, do mesmo Eleitor Evangelho, solicitando informações ao Governo sobre o Código Penal; - llllllllll) nº 358/93, do mesmo Eleitor Evangelho, no sentido de se oficiar ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justi

Joni Amaito, Paulo Martins, Hector Cavagnelli, Gustavo Emilio, José Batista Guedes, Orlando Geraldo Stein Krahe, Victor Damaso, José Ferreira, Antonio Machado, Manuel Brito Neves e Wenceslau Schmidt. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Economia Municipal, Legislação, Justiça e Trabalho, Cartas foi lida uma mensagem do Executivo, a qual foi dada a primeira leitura. Pela ordem, o vereador Victor Damaso, falando sobre a Ata da 133ª Sessão Ordinária, passando a, em seguida à Leitura do Expediente e seus conteúdos (a seguir): a) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: a.1) de nº 83/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; a.2) de nº 84/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; a.3) de nº 85/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; b) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: b.1) de nº 86/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; b.2) de nº 87/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; b.3) de nº 88/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; c) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: c.1) de nº 89/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; c.2) de nº 90/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; c.3) de nº 91/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; d) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: d.1) de nº 92/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; d.2) de nº 93/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; d.3) de nº 94/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; e) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: e.1) de nº 95/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; e.2) de nº 96/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; e.3) de nº 97/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; f) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: f.1) de nº 98/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; f.2) de nº 99/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; f.3) de nº 100/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; g) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: g.1) de nº 101/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; g.2) de nº 102/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; g.3) de nº 103/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; h) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: h.1) de nº 104/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; h.2) de nº 105/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; h.3) de nº 106/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; i) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: i.1) de nº 107/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; i.2) de nº 108/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; i.3) de nº 109/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; j) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: j.1) de nº 110/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; j.2) de nº 111/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; j.3) de nº 112/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; k) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: k.1) de nº 113/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; k.2) de nº 114/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; k.3) de nº 115/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; l) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: l.1) de nº 116/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; l.2) de nº 117/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; l.3) de nº 118/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; m) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: m.1) de nº 119/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; m.2) de nº 120/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; m.3) de nº 121/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; n) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: n.1) de nº 122/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; n.2) de nº 123/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; n.3) de nº 124/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; o) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: o.1) de nº 125/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; o.2) de nº 126/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; o.3) de nº 127/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; p) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: p.1) de nº 128/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; p.2) de nº 129/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; p.3) de nº 130/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; q) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: q.1) de nº 131/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; q.2) de nº 132/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; q.3) de nº 133/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; r) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: r.1) de nº 134/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; r.2) de nº 135/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; r.3) de nº 136/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; s) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: s.1) de nº 137/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; s.2) de nº 138/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; s.3) de nº 139/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; t) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: t.1) de nº 140/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; t.2) de nº 141/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; t.3) de nº 142/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; u) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: u.1) de nº 143/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; u.2) de nº 144/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; u.3) de nº 145/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; v) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: v.1) de nº 146/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; v.2) de nº 147/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; v.3) de nº 148/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; w) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: w.1) de nº 149/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; w.2) de nº 150/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; w.3) de nº 151/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; x) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: x.1) de nº 152/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; x.2) de nº 153/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; x.3) de nº 154/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; y) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: y.1) de nº 155/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; y.2) de nº 156/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; y.3) de nº 157/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; z) Ofício lido para conhecimento do Edil, em 21/05/87, do Prefeito Municipal, encaminhando os seguintes projetos de Lei que se tornaram interessante no sentido de melhoramento, para o bem estar da população e, ao mesmo tempo, para o progresso e o melhoramento da nossa cidade: z.1) de nº 158/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; z.2) de nº 159/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências; z.3) de nº 160/87, que autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Companhia Paulista de Força e Luz, visando a instalação de luminárias em diversos locais da cidade e dá outras providências.

Companhia Paulista de Força e Luz, o qual recebeu do orador, o Presidente da Câmara, que o concessionária não poderia cobrar por o pagamento das luzes sobre a iluminação pública pelo mesmo, porque o mesmo foi pago pelo povo através de impostos. Ainda, a concessionária vai realizar uma nova reforma da rede, cobrando novamente pelo mesmo serviço. Após, o vereador Victor Damaso, concedeu um pouco de seu tempo ao vereador Wenceslau Schmidt, que, em seguida, usou da palavra para comunicar a todos que, no dia 13 de junho próximo, estará sendo realizada a festa junina na Igreja Matriz São Sebastião, e, em seguida, o vereador Hector Cavagnelli, em nome do Sr. Aldo Baraldesk, o fundador da Indústria de Meias Jacaré, agradeceu aos vereadores pela aprovação da Lei Complementar que concedeu isenção de impostos municipais à referida Indústria. Após, o vereador Victor, dirigiu-se ao Brasil, lamentando com seu apoio total à decisão do Presidente da República, José Sarney, de suspender o pagamento da dívida externa brasileira. Ainda, o vereador Victor, pediu providências, junto à Prefeitura Municipal, para a construção de uma ponte sobre o Córrego Lageado, na Estrada Municipal Bairro Alto, que dá acesso ao Bairro Rio Preto, pois, segundo o mesmo, a ponte está em péssimas condições de tráfego. Em seguida, o vereador Victor, passou a palavra ao vereador Hector Cavagnelli, que

do Novo Hospital, mediante a concessão de auxílios financeiros, contribuindo cada um respectivamente com as importâncias de 08$ 600.000,00 e 08$ 400.000,00 (quinhentos mil escudos cada um). Usou da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Presidente, comunicando ao seu ilustre colega Dr. Fernando Gonçalves Pereira, a ausência, por motivo de doença, do Vereador Dr. Manuel Ferreira Gomes, que também não pôde comparecer à presente sessão. Seguidamente, o mesmo Sr. Presidente, depois de ter dado conhecimento à Assembleia do ofício que enviou ao Governo Civil, a propósito da falta de água que se tem feito sentir nesta cidade, e da resposta que recebeu, referiu-se à visita que, na companhia de alguns Vereadores, fez à Barragem de Vale de Rosal, a fim de verificar o estado em que se encontram as obras de construção da mesma barragem, e a forma como estão a ser executadas. Disse que, em seu entender, as obras estão a ser executadas com todo o cuidado e carinho, e que, se tudo correr dentro da normalidade, a barragem estará concluída em princípios de Junho próximo. Referiu-se, também,

Quando Natal, ao que o Estado e o Município não devem a presente hora, pode ele recomendar à seara para o Estado, fim bem que a Câmara do Funchal não fica na região de turismo em Portugal, o apoio ao projecto que anuncio a nova piscina do Funchal. Estou em crer que as suas instalações ao ar livre, pelo seu tipo, pela sua localização e pelo seu conforto, virão a ser um dos mais procurados pelos turistas que nos visitam. Mas estou a fazer-lhe justiça, Senhor Presidente, se disser que não é só para os turistas que a piscina se destina? Não, Senhor Presidente, não é só para os turistas que a piscina se destina. Ela destina-se também, e muito, aos funchalenses, que, durante o Verão, não têm onde se banhar, a não ser em locais impróprios, ou em locais onde a água é paga. Ora, a água é um bem público, e não deve ser paga. Por isso, Senhor Presidente, a piscina destina-se também

imediatamente o teto do mesmo. Disse ter sido chamado, recentemente pelos srs. Oliveira Duarte e Duarte Simões para um exame, pessoalmente, o edifício desde aquela época, não tendo havido qualquer modificação. Disse ainda que o mesmo é constituído de dois pavimentos, sendo o superior com o assoalho em madeira, o que, juntamente com a pouca altura do pé direito, torna-o muito quente. Disse ainda que a área da Rua 16 de Abril, onde chuva há, também, pequenas poças, não tem declive para o lado do edifício, o que, por pouca coisa, o tinha de corrego existente ao lado do mesmo, tendo sido coberto. Disse, com relação à propaganda política, afirmou que nas eleições passadas, a sede do Partido Comunista Português, em Alcântara, não foi molestada, pois, segundo o depoente, a polícia não tem ordens para isso. Disse, finalmente, que, em sua opinião, o edifício não oferece perigo algum, pois, segundo afirmou, o mesmo é bastante sólido. Nada mais havendo a acrescentar, mandou o Sr. Presidente encerrar o depoimento, que vai assinado por todos os presentes. Eu, Jorge Ferreira Gomes, Secretário, o datilografei.

Ata da 167 sessão ordinária, da 1ª sessão legislativa, da Câmara Municipal realizada em 11 de novembro de 1953

Presidência do Sr. Vereador Tristão Silveira

Secretariado pelos Srs. Vereadores Jorge Ferreira Gomes e Antero Tavares de Carvalho

Ao primeiro dia do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Campo de Santana, onde funciona a Câmara Municipal de Lisboa, pelas onze horas, procedeu-se à chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se a presença dos Srs. Dr. Abel de Lacerda Botelho, Dr. Manuel Maria Vaz Pinto Coelho, Dr. António Ernesto de Oliveira Salazar, Dr. Duarte Pacheco, Dr. Fernando Augusto Correia, Dr. Manuel Rodrigues da Silva, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues, Dr. António Manuel Gonçalves Rapazote, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro, Dr. Eduardo Augusto Marques, Dr. Jorge Augusto Correia, Dr. Luís Supico Pinto, Dr. Manuel Maria Múrias, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior, Dr. Luís Supico Pinto Júnior, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Neto, Dr. Luís Supico Pinto Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Sarmento Rodrigues Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Fernando Augusto Santos e Castro Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Eduardo Augusto Marques Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Jorge Augusto Correia Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Luís Supico Pinto Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Júnior Neto, Dr. Manuel Maria Múrias Júnior

seguintes vereadores: a) José António Fernandes, fazendo considerações sobre a II Feira Municipal de Café; b) António Leandro, congratulando-se com o 2º aniversário da Unidade Rural, pelas suas promissoras obras a cargo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo; e c) Joaquim Manuel Rodrigues, da Comissão de Defesa da Casa, pedindo informações sobre o Festival de Ginástica Rítmica e Desportiva, a realizar-se no Pavilhão Gimnodesportivo desta Vila. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a sessão eram dezanove horas e trinta minutos, tendo sido lavrado o presente termo, que vai ser assinado por mim, Secretário, e pelo Presidente. Eu, Secretário, o redigi e subscrevo.

Até aqui fls 2 do livro de sessões extraordinárias, que fls 15 anos, da Câmara Municipal de Vinhais, e findo em 15 de Novembro de 1973.

1º Secretário

Presidência do Sr. Waldetrudes Zelandi
Secretariada pelo Sr. António Zendes

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade de Vinhais e Paços do Município e sala das sessões da Câmara Municipal, achando-se presentes o Presidente, Waldetrudes Zelandi, e os vereadores, António Leandro, Abílio Gonçalves Ramos, Joaquim Manuel Rodrigues, José António Fernandes e Manuel Alfredo Gonçalves, comigo, Secretário, adiante designado, verificou-se haver comparecido o número legal para a reunião ordinária desta Câmara, pelo que o Presidente declarou aberta a sessão. Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. Foi presente o ofício nº 1.000, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento ordinário desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.001, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento extraordinário desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.002, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.003, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.004, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.005, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.006, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.007, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.008, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.009, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.010, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.011, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.012, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.013, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.014, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.015, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.016, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.017, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.018, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.019, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.020, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.021, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.022, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.023, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.024, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.025, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.026, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.027, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.028, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.029, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.030, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.031, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.032, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.033, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.034, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.035, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.036, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.037, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.038, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.039, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.040, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.041, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.042, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.043, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.044, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.045, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.046, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.047, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.048, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.049, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.050, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.051, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.052, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.053, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.054, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.055, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.056, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.057, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.058, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.059, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.060, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.061, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.062, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.063, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.064, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.065, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.066, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.067, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.068, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.069, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.070, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.071, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.072, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.073, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.074, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.075, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.076, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.077, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.078, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.079, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.080, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.081, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.082, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.083, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.084, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.085, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.086, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.087, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.088, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.089, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.090, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.091, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.092, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.093, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.094, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.095, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.096, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.097, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.098, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.099, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.100, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.101, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.102, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.103, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.104, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.105, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.106, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.107, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.108, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.109, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.110, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.111, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.112, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.113, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.114, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.115, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.116, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autorizada a cobrança, durante o ano económico de 1974, das receitas e despesas inscritas no orçamento suplementar desta Câmara para o mesmo ano económico. Foi presente o ofício nº 1.117, de 15 do corrente mês, da Direcção-Geral de Fazenda Pública, comunicando que, por despacho de 12 do mesmo mês, foi autor

Ata da 18ª sessão ordinária, de 15 ano, de 12ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, enfluída em 5 de dezembro de 1962.

Presidência do Sr. Wandeley Cavaco

Secretariado pelo Sr. Antônio Coutinho

Aos seis dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício sede da Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, presente a maioria dos senhores vereadores, foi aberta a sessão pelo presidente Wandeley Cavaco, secretariado pelo vereador Antônio Coutinho. Feita a chamada dos senhores vereadores, foram encontrados presentes os seguintes: Wandeley Cavaco, Antônio Coutinho, José Antônio Fernandes, Heitor Cavagnolli, Cícero do Vale, Raquel Elias Taubo, José Benedito dos Santos e Nelson Barbosa. Ausentes justificadamente: Geraldo Fernandes, Tenente Tadeu Athaide e José Pereira. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após a leitura e aprovação da ata da sessão anterior, foi a mesma colocada em discussão, tendo sido aprovada, sem restrições, por unanimidade. Foram também aprovadas as atas da 16ª sessão ordinária e da 17ª extraordinária, realizadas no dia 1º do mês em curso. Em seguida, o presidente da Mesa determinou a leitura do seguinte: 1) Convite dos Formandos da Faculdade de Agronomia e Economia Doméstica de Pinhal, para a missa de ação de graças a ser celebrada na Matriz Velha, no dia 9 do corrente. 2) Telegrama de felicitações enviado pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que a representação federal do Estado de São Paulo, na Câmara dos Deputados, foi ampliada para 60 (sessenta) representantes. 3) Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, encaminhando cópia do Ofício nº 1.000/62, do Prefeito daquela cidade, agradecendo a participação de vereadores daquela Casa de Leis, na inauguração do Ginásio Estadual. 4) Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando projeto de lei nº 1.962, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Após a leitura, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.962, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.962, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.963, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.963, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.964, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.964, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.965, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.965, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.966, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.966, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.967, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.967, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.968, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.968, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.969, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.969, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.970, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.970, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.971, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.971, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.972, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.972, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.973, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.973, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.974, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.974, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.975, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.975, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.976, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.976, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.977, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.977, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.978, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.978, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.979, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.979, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.980, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.980, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.981, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.981, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.982, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.982, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.983, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.983, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.984, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.984, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.985, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.985, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.986, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.986, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.987, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.987, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.988, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.988, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.989, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.989, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.990, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.990, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.991, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.991, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.992, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.992, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.993, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.993, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.994, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.994, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.995, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.995, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.996, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.996, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.997, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.997, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.998, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.998, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 1.999, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 1.999, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.000, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.000, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.001, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.001, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.002, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.002, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.003, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.003, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.004, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.004, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.005, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.005, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.006, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.006, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.007, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.007, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.008, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.008, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.009, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.009, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.010, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.010, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.011, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.011, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.012, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.012, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.013, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.013, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.014, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.014, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.015, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.015, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.016, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.016, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.017, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.017, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.018, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.018, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.019, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.019, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.020, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.020, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.021, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.021, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.022, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.022, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.023, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.023, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.024, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.024, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.025, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.025, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.026, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.026, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.027, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.027, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.028, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.028, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.029, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.029, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.030, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.030, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.031, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.031, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.032, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.032, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.033, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.033, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.034, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.034, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.035, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.035, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.036, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.036, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.037, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.037, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.038, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.038, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.039, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.039, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.040, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.040, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.041, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.041, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.042, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.042, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.043, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.043, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.044, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.044, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.045, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.045, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.046, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.046, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.047, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.047, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.048, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.048, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.049, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.049, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.050, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.050, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.051, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.051, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.052, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.052, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.053, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.053, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.054, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.054, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.055, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.055, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.056, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.056, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.057, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.057, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.058, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.058, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.059, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.059, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.060, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.060, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em discussão o projeto de lei nº 2.061, que "Autoriza a Prefeitura a doar terreno à Associação Cruz Verde, e dá outras providências". Não havendo quem quisesse discutir o projeto, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em votação o projeto de lei nº 2.061, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente Wandeley Cavaco, colocou em disc

João Batista Geordano solicitou o trabalho gráfico realizado pela Câmara, para publicação em avulsos referentes ao Cinquentenário. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Expediente que constava de um ofício do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 45/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.000/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 45/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.001/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 46/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.002/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 47/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.003/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 48/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.004/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 49/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.005/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 50/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.006/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 51/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.007/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 52/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.008/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 53/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.009/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 54/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.010/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 55/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.011/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 56/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.012/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 57/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.013/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 58/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.014/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 59/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.015/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 60/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.016/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 61/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.017/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 62/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.018/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 63/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.019/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 64/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.020/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 65/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.021/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 66/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.022/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 67/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.023/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 68/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.024/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 69/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.025/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 70/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.026/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 71/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.027/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 72/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.028/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 73/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.029/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 74/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.030/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 75/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.031/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 76/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.032/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 77/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.033/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 78/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.034/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 79/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.035/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 80/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.036/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 81/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.037/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 82/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.038/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 83/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.039/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 84/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.040/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 85/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.041/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 86/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.042/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 87/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.043/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 88/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.044/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 89/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.045/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 90/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.046/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 91/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.047/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 92/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.048/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 93/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.049/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 94/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.050/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 95/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.051/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 96/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.052/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 97/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.053/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 98/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.054/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 99/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.055/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 100/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.056/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 101/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.057/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 102/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.058/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 103/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.059/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 104/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.060/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 105/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.061/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 106/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.062/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 107/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.063/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 108/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.064/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 109/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.065/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 110/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.066/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 111/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.067/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 112/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.068/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 113/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.069/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 114/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.070/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 115/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.071/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 116/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.072/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 117/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.073/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 118/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.074/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 119/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.075/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 120/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.076/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 121/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.077/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 122/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.078/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 123/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.079/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 124/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.080/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 125/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.081/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 126/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.082/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 127/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que fosse lido o Ofício nº 1.083/53, do Prefeito Municipal, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, para o dia 27 do corrente, a fim de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 128/53, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas decorrentes do convênio firmado entre o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal. Em seguida, o Presidente determinou que f

atlético Municipal do ARENA; Professor Jacico Francisco da costa Freixo, Diretor do Instituto de Educação "Barão de Jerumirim"; Gilberto Miranda Diretor da Câmara municipal de Tijuipaba e Belmiro Athayde Beirão, entusiasmante fundador do Ramalho Esporte Clube de Jurubatiba. O encerramento que a cessão tinha, por finalidade comemorar o transcurso do XVII aniversário de fundação do Ramalho, coube ao prefeito da cidade Sr. Tenente "Pinha" Dr. Paulo Henrique Carneiro Amarante. Em seguida foi lançado, pelos presentes, o Hino Nacional. Usou da palavra, em nome da Câmara Municipal a vereadora Josefina Hydonia Fernandes, que fez um histórico sobre a fundação de Pinhal, salientando o entusiasmo e as dificuldades que envolveram o fato. Belmiro Jose, iniciando uma das brasileiras gerações da Boa Vista das Cerenas ao município de Pinhal, agradeceu a comunidade de Pinhal pela experiência que lhe proporcionou de com o povo pinhalense pela expressiva e inbecou a posição do Ramalho Esporte Clube, que indagou a todos os presentes a data de tão radiosa festa. Foi festa em seguida a entrega ao Rot. Paulo Henrique Carneiro Amarante do certificado de Pinhal Esporte Clube, em reconhecimento ao entusimento da Jaula e o Cel. Paulo Henrique Carneiro Amarante, em nome do Ramalho Esporte Clube, uma Aeronave. Foi a Força Aérea Brasileira. O cerador Gilberto Tamaso recebeu a entrega em seguida ao Sr. Belmiro Athayde Beiro, de um cavalo de raça, dado pela administração de Pinhal, em homenagem ao Almirante do Boa Vista, tendo o favorado usado da palavra para agradecer a homenagem. Em seguida foi servido um lauto almoço, oferecido pela Prefeitura de Pinhal. Durante o almoço, os Srs. Presidente agradeceu a presença dos visitantes, que agradeceu a si todos que participaram a solenidade de encerramento.

de Souza Brito (303) casada com Sebastião de Almeida, tendo: 304- Benedita, 305- Brásidio; 306- Zeraldo; 307- Rubens (306) casado com Benedita Nogueira de Souza, tendo: 308- Olímpio, Maura (308) solt. 309- Jair (308) casado com Maria Tereza Pinto; 310- Geraldo (306) casado com Cândida Nogueira de Sá, tendo: 311- Angel; 312- Sueli; 313- Vicente; 314- Wilma; 315- Antonio Agostinho (306) solteiro; 316- Maria Isabel casada com Alcir Alves, tendo: 317- Lindomar; 318- Angélica (316) casada com; 319- Adonai (316) casada com Antonio Pereira; 320- Rafia; 321- Fernando (306) 322- Maria (316) 323- José (316) casado com Maria Eduarda; 324- Otavio (306) 325- Benedita (306) 326- Antonio (306) 327- Maria Helena (306) casada com Hermegenda Brito, tendo: 328- Geraldo; 329- Heloisa (306) casada com Hermegenda Brito, tendo: 330- Geraldo; 331- Maria Helena casada com Adilon da Silva Costa, tendo: 332- Jaime Heine Pitho, casado com Sonia Maria Gonçalves; 333- Maria Helena (306) casada com Olinda Mariotelli, tendo: 334- Paula (306) 335- Celia (306) 336- Ana Maria (306) casada com Antonio Carlos Brito; 337- Aparecida (306) casada com Sampaio (306) 338- Hermegenda (306) casada com Antonio Carlos Mariotelli, tendo: 339- José Carlos da Silveira Neme casado com Maria Aparecida Brito; 340- Sebastião Brito (306) casado com Benedita Fonseca, tendo: 341- Maurilio casado com Rosa Aliçia de Souza; 342- Maria (306) casada com Antonio Fonseca; 343- Paulo (306) casado com Izolteles em 1981). Afonso Brito (306) casado com Amazilia Guimarães, tendo: 344- Rodolfo (306) 345- Lourdes (306) 346- Maria (306) casada com Benedito Gabriel, tendo: 347- Fernando; 348- Celia (306) casada com Benedito Gabriel, tendo: 349- Sebastiana (Lulu) (306) casada com José Henrique dos Reis, tendo: 350- Renato; 351- Renato Benedito de Souza Brito (306) 352- em 1981, casada com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 353- Maria Inês (306) 354- Nathercio (306) casado com Matilde de Macedo, tendo: Romualdo (306) casado com Maria Luiza Brito (306) 355- Benedito (306) casado com Maria Pontes, tendo: 356- Maria Inês casada, com 357- José Fernando casado com; 358- Maria Liziane casada com; 359- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 360- Jaqueline (306) solteira; 361- Maria Inês casada com; 362- José Fernando casado com; 363- Maria Liziane casada com; 364- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 365- Jaqueline (306) solteira; 366- Maria Inês casada com; 367- José Fernando casado com; 368- Maria Liziane casada com; 369- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 370- Jaqueline (306) solteira; 371- Maria Inês casada com; 372- José Fernando casado com; 373- Maria Liziane casada com; 374- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 375- Jaqueline (306) solteira; 376- Maria Inês casada com; 377- José Fernando casado com; 378- Maria Liziane casada com; 379- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 380- Jaqueline (306) solteira; 381- Maria Inês casada com; 382- José Fernando casado com; 383- Maria Liziane casada com; 384- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 385- Jaqueline (306) solteira; 386- Maria Inês casada com; 387- José Fernando casado com; 388- Maria Liziane casada com; 389- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 390- Jaqueline (306) solteira; 391- Maria Inês casada com; 392- José Fernando casado com; 393- Maria Liziane casada com; 394- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 395- Jaqueline (306) solteira; 396- Maria Inês casada com; 397- José Fernando casado com; 398- Maria Liziane casada com; 399- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 400- Jaqueline (306) solteira; 401- Maria Inês casada com; 402- José Fernando casado com; 403- Maria Liziane casada com; 404- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 405- Jaqueline (306) solteira; 406- Maria Inês casada com; 407- José Fernando casado com; 408- Maria Liziane casada com; 409- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 410- Jaqueline (306) solteira; 411- Maria Inês casada com; 412- José Fernando casado com; 413- Maria Liziane casada com; 414- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 415- Jaqueline (306) solteira; 416- Maria Inês casada com; 417- José Fernando casado com; 418- Maria Liziane casada com; 419- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 420- Jaqueline (306) solteira; 421- Maria Inês casada com; 422- José Fernando casado com; 423- Maria Liziane casada com; 424- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 425- Jaqueline (306) solteira; 426- Maria Inês casada com; 427- José Fernando casado com; 428- Maria Liziane casada com; 429- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 430- Jaqueline (306) solteira; 431- Maria Inês casada com; 432- José Fernando casado com; 433- Maria Liziane casada com; 434- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 435- Jaqueline (306) solteira; 436- Maria Inês casada com; 437- José Fernando casado com; 438- Maria Liziane casada com; 439- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 440- Jaqueline (306) solteira; 441- Maria Inês casada com; 442- José Fernando casado com; 443- Maria Liziane casada com; 444- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 445- Jaqueline (306) solteira; 446- Maria Inês casada com; 447- José Fernando casado com; 448- Maria Liziane casada com; 449- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 450- Jaqueline (306) solteira; 451- Maria Inês casada com; 452- José Fernando casado com; 453- Maria Liziane casada com; 454- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 455- Jaqueline (306) solteira; 456- Maria Inês casada com; 457- José Fernando casado com; 458- Maria Liziane casada com; 459- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 460- Jaqueline (306) solteira; 461- Maria Inês casada com; 462- José Fernando casado com; 463- Maria Liziane casada com; 464- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 465- Jaqueline (306) solteira; 466- Maria Inês casada com; 467- José Fernando casado com; 468- Maria Liziane casada com; 469- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 470- Jaqueline (306) solteira; 471- Maria Inês casada com; 472- José Fernando casado com; 473- Maria Liziane casada com; 474- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 475- Jaqueline (306) solteira; 476- Maria Inês casada com; 477- José Fernando casado com; 478- Maria Liziane casada com; 479- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 480- Jaqueline (306) solteira; 481- Maria Inês casada com; 482- José Fernando casado com; 483- Maria Liziane casada com; 484- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 485- Jaqueline (306) solteira; 486- Maria Inês casada com; 487- José Fernando casado com; 488- Maria Liziane casada com; 489- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 490- Jaqueline (306) solteira; 491- Maria Inês casada com; 492- José Fernando casado com; 493- Maria Liziane casada com; 494- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 495- Jaqueline (306) solteira; 496- Maria Inês casada com; 497- José Fernando casado com; 498- Maria Liziane casada com; 499- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 500- Jaqueline (306) solteira; 501- Maria Inês casada com; 502- José Fernando casado com; 503- Maria Liziane casada com; 504- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 505- Jaqueline (306) solteira; 506- Maria Inês casada com; 507- José Fernando casado com; 508- Maria Liziane casada com; 509- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 510- Jaqueline (306) solteira; 511- Maria Inês casada com; 512- José Fernando casado com; 513- Maria Liziane casada com; 514- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 515- Jaqueline (306) solteira; 516- Maria Inês casada com; 517- José Fernando casado com; 518- Maria Liziane casada com; 519- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 520- Jaqueline (306) solteira; 521- Maria Inês casada com; 522- José Fernando casado com; 523- Maria Liziane casada com; 524- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 525- Jaqueline (306) solteira; 526- Maria Inês casada com; 527- José Fernando casado com; 528- Maria Liziane casada com; 529- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 530- Jaqueline (306) solteira; 531- Maria Inês casada com; 532- José Fernando casado com; 533- Maria Liziane casada com; 534- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 535- Jaqueline (306) solteira; 536- Maria Inês casada com; 537- José Fernando casado com; 538- Maria Liziane casada com; 539- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 540- Jaqueline (306) solteira; 541- Maria Inês casada com; 542- José Fernando casado com; 543- Maria Liziane casada com; 544- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 545- Jaqueline (306) solteira; 546- Maria Inês casada com; 547- José Fernando casado com; 548- Maria Liziane casada com; 549- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 550- Jaqueline (306) solteira; 551- Maria Inês casada com; 552- José Fernando casado com; 553- Maria Liziane casada com; 554- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 555- Jaqueline (306) solteira; 556- Maria Inês casada com; 557- José Fernando casado com; 558- Maria Liziane casada com; 559- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 560- Jaqueline (306) solteira; 561- Maria Inês casada com; 562- José Fernando casado com; 563- Maria Liziane casada com; 564- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 565- Jaqueline (306) solteira; 566- Maria Inês casada com; 567- José Fernando casado com; 568- Maria Liziane casada com; 569- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 570- Jaqueline (306) solteira; 571- Maria Inês casada com; 572- José Fernando casado com; 573- Maria Liziane casada com; 574- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 575- Jaqueline (306) solteira; 576- Maria Inês casada com; 577- José Fernando casado com; 578- Maria Liziane casada com; 579- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 580- Jaqueline (306) solteira; 581- Maria Inês casada com; 582- José Fernando casado com; 583- Maria Liziane casada com; 584- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 585- Jaqueline (306) solteira; 586- Maria Inês casada com; 587- José Fernando casado com; 588- Maria Liziane casada com; 589- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 590- Jaqueline (306) solteira; 591- Maria Inês casada com; 592- José Fernando casado com; 593- Maria Liziane casada com; 594- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 595- Jaqueline (306) solteira; 596- Maria Inês casada com; 597- José Fernando casado com; 598- Maria Liziane casada com; 599- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 600- Jaqueline (306) solteira; 601- Maria Inês casada com; 602- José Fernando casado com; 603- Maria Liziane casada com; 604- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 605- Jaqueline (306) solteira; 606- Maria Inês casada com; 607- José Fernando casado com; 608- Maria Liziane casada com; 609- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 610- Jaqueline (306) solteira; 611- Maria Inês casada com; 612- José Fernando casado com; 613- Maria Liziane casada com; 614- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 615- Jaqueline (306) solteira; 616- Maria Inês casada com; 617- José Fernando casado com; 618- Maria Liziane casada com; 619- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 620- Jaqueline (306) solteira; 621- Maria Inês casada com; 622- José Fernando casado com; 623- Maria Liziane casada com; 624- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 625- Jaqueline (306) solteira; 626- Maria Inês casada com; 627- José Fernando casado com; 628- Maria Liziane casada com; 629- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 630- Jaqueline (306) solteira; 631- Maria Inês casada com; 632- José Fernando casado com; 633- Maria Liziane casada com; 634- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 635- Jaqueline (306) solteira; 636- Maria Inês casada com; 637- José Fernando casado com; 638- Maria Liziane casada com; 639- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 640- Jaqueline (306) solteira; 641- Maria Inês casada com; 642- José Fernando casado com; 643- Maria Liziane casada com; 644- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 645- Jaqueline (306) solteira; 646- Maria Inês casada com; 647- José Fernando casado com; 648- Maria Liziane casada com; 649- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 650- Jaqueline (306) solteira; 651- Maria Inês casada com; 652- José Fernando casado com; 653- Maria Liziane casada com; 654- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 655- Jaqueline (306) solteira; 656- Maria Inês casada com; 657- José Fernando casado com; 658- Maria Liziane casada com; 659- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 660- Jaqueline (306) solteira; 661- Maria Inês casada com; 662- José Fernando casado com; 663- Maria Liziane casada com; 664- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 665- Jaqueline (306) solteira; 666- Maria Inês casada com; 667- José Fernando casado com; 668- Maria Liziane casada com; 669- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 670- Jaqueline (306) solteira; 671- Maria Inês casada com; 672- José Fernando casado com; 673- Maria Liziane casada com; 674- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 675- Jaqueline (306) solteira; 676- Maria Inês casada com; 677- José Fernando casado com; 678- Maria Liziane casada com; 679- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 680- Jaqueline (306) solteira; 681- Maria Inês casada com; 682- José Fernando casado com; 683- Maria Liziane casada com; 684- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 685- Jaqueline (306) solteira; 686- Maria Inês casada com; 687- José Fernando casado com; 688- Maria Liziane casada com; 689- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 690- Jaqueline (306) solteira; 691- Maria Inês casada com; 692- José Fernando casado com; 693- Maria Liziane casada com; 694- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 695- Jaqueline (306) solteira; 696- Maria Inês casada com; 697- José Fernando casado com; 698- Maria Liziane casada com; 699- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 700- Jaqueline (306) solteira; 701- Maria Inês casada com; 702- José Fernando casado com; 703- Maria Liziane casada com; 704- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 705- Jaqueline (306) solteira; 706- Maria Inês casada com; 707- José Fernando casado com; 708- Maria Liziane casada com; 709- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 710- Jaqueline (306) solteira; 711- Maria Inês casada com; 712- José Fernando casado com; 713- Maria Liziane casada com; 714- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 715- Jaqueline (306) solteira; 716- Maria Inês casada com; 717- José Fernando casado com; 718- Maria Liziane casada com; 719- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 720- Jaqueline (306) solteira; 721- Maria Inês casada com; 722- José Fernando casado com; 723- Maria Liziane casada com; 724- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 725- Jaqueline (306) solteira; 726- Maria Inês casada com; 727- José Fernando casado com; 728- Maria Liziane casada com; 729- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 730- Jaqueline (306) solteira; 731- Maria Inês casada com; 732- José Fernando casado com; 733- Maria Liziane casada com; 734- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 735- Jaqueline (306) solteira; 736- Maria Inês casada com; 737- José Fernando casado com; 738- Maria Liziane casada com; 739- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 740- Jaqueline (306) solteira; 741- Maria Inês casada com; 742- José Fernando casado com; 743- Maria Liziane casada com; 744- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 745- Jaqueline (306) solteira; 746- Maria Inês casada com; 747- José Fernando casado com; 748- Maria Liziane casada com; 749- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 750- Jaqueline (306) solteira; 751- Maria Inês casada com; 752- José Fernando casado com; 753- Maria Liziane casada com; 754- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 755- Jaqueline (306) solteira; 756- Maria Inês casada com; 757- José Fernando casado com; 758- Maria Liziane casada com; 759- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 760- Jaqueline (306) solteira; 761- Maria Inês casada com; 762- José Fernando casado com; 763- Maria Liziane casada com; 764- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 765- Jaqueline (306) solteira; 766- Maria Inês casada com; 767- José Fernando casado com; 768- Maria Liziane casada com; 769- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 770- Jaqueline (306) solteira; 771- Maria Inês casada com; 772- José Fernando casado com; 773- Maria Liziane casada com; 774- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 775- Jaqueline (306) solteira; 776- Maria Inês casada com; 777- José Fernando casado com; 778- Maria Liziane casada com; 779- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 780- Jaqueline (306) solteira; 781- Maria Inês casada com; 782- José Fernando casado com; 783- Maria Liziane casada com; 784- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 785- Jaqueline (306) solteira; 786- Maria Inês casada com; 787- José Fernando casado com; 788- Maria Liziane casada com; 789- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 790- Jaqueline (306) solteira; 791- Maria Inês casada com; 792- José Fernando casado com; 793- Maria Liziane casada com; 794- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 795- Jaqueline (306) solteira; 796- Maria Inês casada com; 797- José Fernando casado com; 798- Maria Liziane casada com; 799- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 800- Jaqueline (306) solteira; 801- Maria Inês casada com; 802- José Fernando casado com; 803- Maria Liziane casada com; 804- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 805- Jaqueline (306) solteira; 806- Maria Inês casada com; 807- José Fernando casado com; 808- Maria Liziane casada com; 809- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 810- Jaqueline (306) solteira; 811- Maria Inês casada com; 812- José Fernando casado com; 813- Maria Liziane casada com; 814- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 815- Jaqueline (306) solteira; 816- Maria Inês casada com; 817- José Fernando casado com; 818- Maria Liziane casada com; 819- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 820- Jaqueline (306) solteira; 821- Maria Inês casada com; 822- José Fernando casado com; 823- Maria Liziane casada com; 824- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 825- Jaqueline (306) solteira; 826- Maria Inês casada com; 827- José Fernando casado com; 828- Maria Liziane casada com; 829- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 830- Jaqueline (306) solteira; 831- Maria Inês casada com; 832- José Fernando casado com; 833- Maria Liziane casada com; 834- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 835- Jaqueline (306) solteira; 836- Maria Inês casada com; 837- José Fernando casado com; 838- Maria Liziane casada com; 839- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 840- Jaqueline (306) solteira; 841- Maria Inês casada com; 842- José Fernando casado com; 843- Maria Liziane casada com; 844- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 845- Jaqueline (306) solteira; 846- Maria Inês casada com; 847- José Fernando casado com; 848- Maria Liziane casada com; 849- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 850- Jaqueline (306) solteira; 851- Maria Inês casada com; 852- José Fernando casado com; 853- Maria Liziane casada com; 854- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 855- Jaqueline (306) solteira; 856- Maria Inês casada com; 857- José Fernando casado com; 858- Maria Liziane casada com; 859- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 860- Jaqueline (306) solteira; 861- Maria Inês casada com; 862- José Fernando casado com; 863- Maria Liziane casada com; 864- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 865- Jaqueline (306) solteira; 866- Maria Inês casada com; 867- José Fernando casado com; 868- Maria Liziane casada com; 869- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 870- Jaqueline (306) solteira; 871- Maria Inês casada com; 872- José Fernando casado com; 873- Maria Liziane casada com; 874- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 875- Jaqueline (306) solteira; 876- Maria Inês casada com; 877- José Fernando casado com; 878- Maria Liziane casada com; 879- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 880- Jaqueline (306) solteira; 881- Maria Inês casada com; 882- José Fernando casado com; 883- Maria Liziane casada com; 884- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 885- Jaqueline (306) solteira; 886- Maria Inês casada com; 887- José Fernando casado com; 888- Maria Liziane casada com; 889- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 890- Jaqueline (306) solteira; 891- Maria Inês casada com; 892- José Fernando casado com; 893- Maria Liziane casada com; 894- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 895- Jaqueline (306) solteira; 896- Maria Inês casada com; 897- José Fernando casado com; 898- Maria Liziane casada com; 899- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 900- Jaqueline (306) solteira; 901- Maria Inês casada com; 902- José Fernando casado com; 903- Maria Liziane casada com; 904- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 905- Jaqueline (306) solteira; 906- Maria Inês casada com; 907- José Fernando casado com; 908- Maria Liziane casada com; 909- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 910- Jaqueline (306) solteira; 911- Maria Inês casada com; 912- José Fernando casado com; 913- Maria Liziane casada com; 914- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 915- Jaqueline (306) solteira; 916- Maria Inês casada com; 917- José Fernando casado com; 918- Maria Liziane casada com; 919- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 920- Jaqueline (306) solteira; 921- Maria Inês casada com; 922- José Fernando casado com; 923- Maria Liziane casada com; 924- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 925- Jaqueline (306) solteira; 926- Maria Inês casada com; 927- José Fernando casado com; 928- Maria Liziane casada com; 929- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 930- Jaqueline (306) solteira; 931- Maria Inês casada com; 932- José Fernando casado com; 933- Maria Liziane casada com; 934- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 935- Jaqueline (306) solteira; 936- Maria Inês casada com; 937- José Fernando casado com; 938- Maria Liziane casada com; 939- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 940- Jaqueline (306) solteira; 941- Maria Inês casada com; 942- José Fernando casado com; 943- Maria Liziane casada com; 944- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 945- Jaqueline (306) solteira; 946- Maria Inês casada com; 947- José Fernando casado com; 948- Maria Liziane casada com; 949- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 950- Jaqueline (306) solteira; 951- Maria Inês casada com; 952- José Fernando casado com; 953- Maria Liziane casada com; 954- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 955- Jaqueline (306) solteira; 956- Maria Inês casada com; 957- José Fernando casado com; 958- Maria Liziane casada com; 959- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 960- Jaqueline (306) solteira; 961- Maria Inês casada com; 962- José Fernando casado com; 963- Maria Liziane casada com; 964- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 965- Jaqueline (306) solteira; 966- Maria Inês casada com; 967- José Fernando casado com; 968- Maria Liziane casada com; 969- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 970- Jaqueline (306) solteira; 971- Maria Inês casada com; 972- José Fernando casado com; 973- Maria Liziane casada com; 974- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 975- Jaqueline (306) solteira; 976- Maria Inês casada com; 977- José Fernando casado com; 978- Maria Liziane casada com; 979- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 980- Jaqueline (306) solteira; 981- Maria Inês casada com; 982- José Fernando casado com; 983- Maria Liziane casada com; 984- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 985- Jaqueline (306) solteira; 986- Maria Inês casada com; 987- José Fernando casado com; 988- Maria Liziane casada com; 989- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 990- Jaqueline (306) solteira; 991- Maria Inês casada com; 992- José Fernando casado com; 993- Maria Liziane casada com; 994- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 995- Jaqueline (306) solteira; 996- Maria Inês casada com; 997- José Fernando casado com; 998- Maria Liziane casada com; 999- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1000- Jaqueline (306) solteira; 1001- Maria Inês casada com; 1002- José Fernando casado com; 1003- Maria Liziane casada com; 1004- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1005- Jaqueline (306) solteira; 1006- Maria Inês casada com; 1007- José Fernando casado com; 1008- Maria Liziane casada com; 1009- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1010- Jaqueline (306) solteira; 1011- Maria Inês casada com; 1012- José Fernando casado com; 1013- Maria Liziane casada com; 1014- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1015- Jaqueline (306) solteira; 1016- Maria Inês casada com; 1017- José Fernando casado com; 1018- Maria Liziane casada com; 1019- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1020- Jaqueline (306) solteira; 1021- Maria Inês casada com; 1022- José Fernando casado com; 1023- Maria Liziane casada com; 1024- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1025- Jaqueline (306) solteira; 1026- Maria Inês casada com; 1027- José Fernando casado com; 1028- Maria Liziane casada com; 1029- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1030- Jaqueline (306) solteira; 1031- Maria Inês casada com; 1032- José Fernando casado com; 1033- Maria Liziane casada com; 1034- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1035- Jaqueline (306) solteira; 1036- Maria Inês casada com; 1037- José Fernando casado com; 1038- Maria Liziane casada com; 1039- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1040- Jaqueline (306) solteira; 1041- Maria Inês casada com; 1042- José Fernando casado com; 1043- Maria Liziane casada com; 1044- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1045- Jaqueline (306) solteira; 1046- Maria Inês casada com; 1047- José Fernando casado com; 1048- Maria Liziane casada com; 1049- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1050- Jaqueline (306) solteira; 1051- Maria Inês casada com; 1052- José Fernando casado com; 1053- Maria Liziane casada com; 1054- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1055- Jaqueline (306) solteira; 1056- Maria Inês casada com; 1057- José Fernando casado com; 1058- Maria Liziane casada com; 1059- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1060- Jaqueline (306) solteira; 1061- Maria Inês casada com; 1062- José Fernando casado com; 1063- Maria Liziane casada com; 1064- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1065- Jaqueline (306) solteira; 1066- Maria Inês casada com; 1067- José Fernando casado com; 1068- Maria Liziane casada com; 1069- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1070- Jaqueline (306) solteira; 1071- Maria Inês casada com; 1072- José Fernando casado com; 1073- Maria Liziane casada com; 1074- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1075- Jaqueline (306) solteira; 1076- Maria Inês casada com; 1077- José Fernando casado com; 1078- Maria Liziane casada com; 1079- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1080- Jaqueline (306) solteira; 1081- Maria Inês casada com; 1082- José Fernando casado com; 1083- Maria Liziane casada com; 1084- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1085- Jaqueline (306) solteira; 1086- Maria Inês casada com; 1087- José Fernando casado com; 1088- Maria Liziane casada com; 1089- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1090- Jaqueline (306) solteira; 1091- Maria Inês casada com; 1092- José Fernando casado com; 1093- Maria Liziane casada com; 1094- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1095- Jaqueline (306) solteira; 1096- Maria Inês casada com; 1097- José Fernando casado com; 1098- Maria Liziane casada com; 1099- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1100- Jaqueline (306) solteira; 1101- Maria Inês casada com; 1102- José Fernando casado com; 1103- Maria Liziane casada com; 1104- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1105- Jaqueline (306) solteira; 1106- Maria Inês casada com; 1107- José Fernando casado com; 1108- Maria Liziane casada com; 1109- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1110- Jaqueline (306) solteira; 1111- Maria Inês casada com; 1112- José Fernando casado com; 1113- Maria Liziane casada com; 1114- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1115- Jaqueline (306) solteira; 1116- Maria Inês casada com; 1117- José Fernando casado com; 1118- Maria Liziane casada com; 1119- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1120- Jaqueline (306) solteira; 1121- Maria Inês casada com; 1122- José Fernando casado com; 1123- Maria Liziane casada com; 1124- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1125- Jaqueline (306) solteira; 1126- Maria Inês casada com; 1127- José Fernando casado com; 1128- Maria Liziane casada com; 1129- José Marcos (306) Benedito (306) casado com Maria Aparecida Gonçalves, tendo: 1130- Jaqueline (306) solteira; 1131- Maria Inês casada com; 1132- José Fernando casado com; 1133- Maria Liziane casada com; 1134- José Marcos (306) Benedito (

Ilmi Pitor (326); Adeja (327); Manetta (328); Jaice (329); Jaja (330); Jauna (331); Sarah (332); Caio (333); Marieta (334); Nivaldinho (335); Nacia (336); Eunice (337); Jose (338); Francisca Leja (339); Alice do Nascimento (340); agradeço um alfede otorrino Baiano, Ernesto Lyra, Maranhão e Alfredo Protinho (342); Maria Aparecida (343); Fernando (344); Jose (345); Paulo (346); Jose (347); Oswaldo (348); Jose (349); Sebastião (350); Jose (351); Geraldina (352); Rosa (353); Geraldina com Adelio Pereira, Jardi e Fernando (354); agradeço com Lygia Rodrigues, Jardi, Fernando (355); agradeço com Jose Fernandes, Jardi e Fernando (356); Dolcinéia (357); Geraldina (358); Geraldina (359); Nilo (360); Jose (361); Jose (362); Jose (363); Jose (364); Jose (365); Jose (366); Jose (367); Stephanie (368); Beatriz (369); Jose (370); Jose (371); Jose (372); Edvaldo Ida (373); Maria do Penha (374); Nilia (375); Jose (376); Nilia (377); Maria (378); Barbara Antonia (379); Jose (380); Jose (381); Maria Helga (382); Walter (383); casado com Agni Rodrigues, tendo: 1. Jose Leonardo (384); 2. Walter (385); 3. Jose (386); 4. Jose (387); 5. Jose (388); Madalena (389); Maria do Rosario (390); Rosete (391); Virgilio (392); Nilia (393); Maria Angelina (394); casada com Dr. Adalberto de Freitas, tendo: 1. Jose (395); 2. Jose (396); 3. Jose (397); Geraldo (398); Maria Conceição (399); Jose Paulo (400); & Jose Ribamar (401); Maria Helena (402); Maria Stefania (403); Jose (404); Jose Ribamar (405); Jose (406); Jose (407); Jose (408); Jose (409); Jose (410); Jose (411); Jose (412); Jose (413); Jose (414); Jose (415); Jose (416); Jose (417); Jose (418); Jose (419); Jose (420); Jose (421); Jose (422); Jose (423); Jose (424); Jose (425); Jose (426); Jose (427); Jose (428); Jose (429); Jose (430); Jose (431); Jose (432); Jose (433); Jose (434); Jose (435); Jose (436); Jose (437); Jose (438); Jose (439); Jose (440); Jose (441); Jose (442); Jose (443); Jose (444); Jose (445); Jose (446); Jose (447); Jose (448); Jose (449); Jose (450); Jose (451); Jose (452); Jose (453); Jose (454); Jose (455); Jose (456); Jose (457); Jose (458); Jose (459); Jose (460); Jose (461); Jose (462); Jose (463); Jose (464); Jose (465); Jose (466); Jose (467); Jose (468); Jose (469); Jose (470); Jose (471); Jose (472); Jose (473); Jose (474); Jose (475); Jose (476); Jose (477); Jose (478); Jose (479); Jose (480); Jose (481); Jose (482); Jose (483); Jose (484); Jose (485); Jose (486); Jose (487); Jose (488); Jose (489); Jose (490); Jose (491); Jose (492); Jose (493); Jose (494); Jose (495); Jose (496); Jose (497); Jose (498); Jose (499); Jose (500); Jose (501); Jose (502); Jose (503); Jose (504); Jose (505); Jose (506); Jose (507); Jose (508); Jose (509); Jose (510); Jose (511); Jose (512); Jose (513); Jose (514); Jose (515); Jose (516); Jose (517); Jose (518); Jose (519); Jose (520); Jose (521); Jose (522); Jose (523); Jose (524); Jose (525); Jose (526); Jose (527); Jose (528); Jose (529); Jose (530); Jose (531); Jose (532); Jose (533); Jose (534); Jose (535); Jose (536); Jose (537); Jose (538); Jose (539); Jose (540); Jose (541); Jose (542); Jose (543); Jose (544); Jose (545); Jose (546); Jose (547); Jose (548); Jose (549); Jose (550); Jose (551); Jose (552); Jose (553); Jose (554); Jose (555); Jose (556); Jose (557); Jose (558); Jose (559); Jose (560); Jose (561); Jose (562); Jose (563); Jose (564); Jose (565); Jose (566); Jose (567); Jose (568); Jose (569); Jose (570); Jose (571); Jose (572); Jose (573); Jose (574); Jose (575); Jose (576); Jose (577); Jose (578); Jose (579); Jose (580); Jose (581); Jose (582); Jose (583); Jose (584); Jose (585); Jose (586); Jose (587); Jose (588); Jose (589); Jose (590); Jose (591); Jose (592); Jose (593); Jose (594); Jose (595); Jose (596); Jose (597); Jose (598); Jose (599); Jose (600); Jose (601); Jose (602); Jose (603); Jose (604); Jose (605); Jose (606); Jose (607); Jose (608); Jose (609); Jose (610); Jose (611); Jose (612); Jose (613); Jose (614); Jose (615); Jose (616); Jose (617); Jose (618); Jose (619); Jose (620); Jose (621); Jose (622); Jose (623); Jose (624); Jose (625); Jose (626); Jose (627); Jose (628); Jose (629); Jose (630); Jose (631); Jose (632); Jose (633); Jose (634); Jose (635); Jose (636); Jose (637); Jose (638); Jose (639); Jose (640); Jose (641); Jose (642); Jose (643); Jose (644); Jose (645); Jose (646); Jose (647); Jose (648); Jose (649); Jose (650); Jose (651); Jose (652); Jose (653); Jose (654); Jose (655); Jose (656); Jose (657); Jose (658); Jose (659); Jose (660); Jose (661); Jose (662); Jose (663); Jose (664); Jose (665); Jose (666); Jose (667); Jose (668); Jose (669); Jose (670); Jose (671); Jose (672); Jose (673); Jose (674); Jose (675); Jose (676); Jose (677); Jose (678); Jose (679); Jose (680); Jose (681); Jose (682); Jose (683); Jose (684); Jose (685); Jose (686); Jose (687); Jose (688); Jose (689); Jose (690); Jose (691); Jose (692); Jose (693); Jose (694); Jose (695); Jose (696); Jose (697); Jose (698); Jose (699); Jose (700); Jose (701); Jose (702); Jose (703); Jose (704); Jose (705); Jose (706); Jose (707); Jose (708); Jose (709); Jose (710); Jose (711); Jose (712); Jose (713); Jose (714); Jose (715); Jose (716); Jose (717); Jose (718); Jose (719); Jose (720); Jose (721); Jose (722); Jose (723); Jose (724); Jose (725); Jose (726); Jose (727); Jose (728); Jose (729); Jose (730); Jose (731); Jose (732); Jose (733); Jose (734); Jose (735); Jose (736); Jose (737); Jose (738); Jose (739); Jose (740); Jose (741); Jose (742); Jose (743); Jose (744); Jose (745); Jose (746); Jose (747); Jose (748); Jose (749); Jose (750); Jose (751); Jose (752); Jose (753); Jose (754); Jose (755); Jose (756); Jose (757); Jose (758); Jose (759); Jose (760); Jose (761); Jose (762); Jose (763); Jose (764); Jose (765); Jose (766); Jose (767); Jose (768); Jose (769); Jose (770); Jose (771); Jose (772); Jose (773); Jose (774); Jose (775); Jose (776); Jose (777); Jose (778); Jose (779); Jose (780); Jose (781); Jose (782); Jose (783); Jose (784); Jose (785); Jose (786); Jose (787); Jose (788); Jose (789); Jose (790); Jose (791); Jose (792); Jose (793); Jose (794); Jose (795); Jose (796); Jose (797); Jose (798); Jose (799); Jose (800); Jose (801); Jose (802); Jose (803); Jose (804); Jose (805); Jose (806); Jose (807); Jose (808); Jose (809); Jose (810); Jose (811); Jose (812); Jose (813); Jose (814); Jose (815); Jose (816); Jose (817); Jose (818); Jose (819); Jose (820); Jose (821); Jose (822); Jose (823); Jose (824); Jose (825); Jose (826); Jose (827); Jose (828); Jose (829); Jose (830); Jose (831); Jose (832); Jose (833); Jose (834); Jose (835); Jose (836); Jose (837); Jose (838); Jose (839); Jose (840); Jose (841); Jose (842); Jose (843); Jose (844); Jose (845); Jose (846); Jose (847); Jose (848); Jose (849); Jose (850); Jose (851); Jose (852); Jose (853); Jose (854); Jose (855); Jose (856); Jose (857); Jose (858); Jose (859); Jose (860); Jose (861); Jose (862); Jose (863); Jose (864); Jose (865); Jose (866); Jose (867); Jose (868); Jose (869); Jose (870); Jose (871); Jose (872); Jose (873); Jose (874); Jose (875); Jose (876); Jose (877); Jose (878); Jose (879); Jose (880); Jose (881); Jose (882); Jose (883); Jose (884); Jose (885); Jose (886); Jose (887); Jose (888); Jose (889); Jose (890); Jose (891); Jose (892); Jose (893); Jose (894); Jose (895); Jose (896); Jose (897); Jose (898); Jose (899); Jose (900); Jose (901); Jose (902); Jose (903); Jose (904); Jose (905); Jose (906); Jose (907); Jose (908); Jose (909); Jose (910); Jose (911); Jose (912); Jose (913); Jose (914); Jose (915); Jose (916); Jose (917); Jose (918); Jose (919); Jose (920); Jose (921); Jose (922); Jose (923); Jose (924); Jose (925); Jose (926); Jose (927); Jose (928); Jose (929); Jose (930); Jose (931); Jose (932); Jose (933); Jose (934); Jose (935); Jose (936); Jose (937); Jose (938); Jose (939); Jose (940); Jose (941); Jose (942); Jose (943); Jose (944); Jose (945); Jose (946); Jose (947); Jose (948); Jose (949); Jose (950); Jose (951); Jose (952); Jose (953); Jose (954); Jose (955); Jose (956); Jose (957); Jose (958); Jose (959); Jose (960); Jose (961); Jose (962); Jose (963); Jose (964); Jose (965); Jose (966); Jose (967); Jose (968); Jose (969); Jose (970); Jose (971); Jose (972); Jose (973); Jose (974); Jose (975); Jose (976); Jose (977); Jose (978); Jose (979); Jose (980); Jose (981); Jose (982); Jose (983); Jose (984); Jose (985); Jose (986); Jose (987); Jose (988); Jose (989); Jose (990); Jose (991); Jose (992); Jose (993); Jose (994); Jose (995); Jose (996); Jose (997); Jose (998); Jose (999); Jose (1000); Jose (1001); Jose (1002); Jose (1003); Jose (1004); Jose (1005); Jose (1006); Jose (1007); Jose (1008); Jose (1009); Jose (1010); Jose (1011); Jose (1012); Jose (1013); Jose (1014); Jose (1015); Jose (1016); Jose (1017); Jose (1018); Jose (1019); Jose (1020); Jose (1021); Jose (1022); Jose (1023); Jose (1024); Jose (1025); Jose (1026); Jose (1027); Jose (1028); Jose (1029); Jose (1030); Jose (1031); Jose (1032); Jose (1033); Jose (1034); Jose (1035); Jose (1036); Jose (1037); Jose (1038); Jose (1039); Jose (1040); Jose (1041); Jose (1042); Jose (1043); Jose (1044); Jose (1045); Jose (1046); Jose (1047); Jose (1048); Jose (1049); Jose (1050); Jose (1051); Jose (1052); Jose (1053); Jose (1054); Jose (1055); Jose (1056); Jose (1057); Jose (1058); Jose (1059); Jose (1060); Jose (1061); Jose (1062); Jose (1063); Jose (1064); Jose (1065); Jose (1066); Jose (1067); Jose (1068); Jose (1069); Jose (1070); Jose (1071); Jose (1072); Jose (1073); Jose (1074); Jose (1075); Jose (1076); Jose (1077); Jose (1078); Jose (1079); Jose (1080); Jose (1081); Jose (1082); Jose (1083); Jose (1084); Jose (1085); Jose (1086); Jose (1087); Jose (1088); Jose (1089); Jose (1090); Jose (1091); Jose (1092); Jose (1093); Jose (1094); Jose (1095); Jose (1096); Jose (1097); Jose (1098); Jose (1099); Jose (1100); Jose (1101); Jose (1102); Jose (1103); Jose (1104); Jose (1105); Jose (1106); Jose (1107); Jose (1108); Jose (1109); Jose (1110); Jose (1111); Jose (1112); Jose (1113); Jose (1114); Jose (1115); Jose (1116); Jose (1117); Jose (1118); Jose (1119); Jose (1120); Jose (1121); Jose (1122); Jose (1123); Jose (1124); Jose (1125); Jose (1126); Jose (1127); Jose (1128); Jose (1129); Jose (1130); Jose (1131); Jose (1132); Jose (1133); Jose (1134); Jose (1135); Jose (1136); Jose (1137); Jose (1138); Jose (1139); Jose (1140); Jose (1141); Jose (1142); Jose (1143); Jose (1144); Jose (1145); Jose (1146); Jose (1147); Jose (1148); Jose (1149); Jose (1150); Jose (1151); Jose (1152); Jose (1153); Jose (1154); Jose (1155); Jose (1156); Jose (1157); Jose (1158); Jose (1159); Jose (1160); Jose (1161); Jose (1162); Jose (1163); Jose (1164); Jose (1165); Jose (1166); Jose (1167); Jose (1168); Jose (1169); Jose (1170); Jose (1171); Jose (1172); Jose (1173); Jose (1174); Jose (1175); Jose (1176); Jose (1177); Jose (1178); Jose (1179); Jose (1180); Jose (1181); Jose (1182); Jose (1183); Jose (1184); Jose (1185); Jose (1186); Jose (1187); Jose (1188); Jose (1189); Jose (1190); Jose (1191); Jose (1192); Jose (1193); Jose (1194); Jose (1195); Jose (1196); Jose (1197); Jose (1198); Jose (1199); Jose (1200); Jose (1201); Jose (1202); Jose (1203); Jose (1204); Jose (1205); Jose (1206); Jose (1207); Jose (1208); Jose (1209); Jose (1210); Jose (1211); Jose (1212); Jose (1213); Jose (1214); Jose (1215); Jose (1216); Jose (1217); Jose (1218); Jose (1219); Jose (1220); Jose (1221); Jose (1222); Jose (1223); Jose (1224); Jose (1225); Jose (1226); Jose (1227); Jose (1228); Jose (1229); Jose (1230); Jose (1231); Jose (1232); Jose (1233); Jose (1234); Jose (1235); Jose (1236); Jose (1237); Jose (1238); Jose (1239); Jose (1240); Jose (1241); Jose (1242); Jose (1243); Jose (1244); Jose (1245); Jose (1246); Jose (1247); Jose (1248); Jose (1249); Jose (1250); Jose (1251); Jose (1252); Jose (1253); Jose (1254); Jose (1255); Jose (1256); Jose (1257); Jose (1258); Jose (1259); Jose (1260); Jose (1261); Jose (1262); Jose (1263); Jose (1264); Jose (1265); Jose (1266); Jose (1267); Jose (1268); Jose (1269); Jose (1270); Jose (1271); Jose (1272); Jose (1273); Jose (1274); Jose (1275); Jose (1276); Jose (1277); Jose (1278); Jose (1279); Jose (1280); Jose (1281); Jose (1282); Jose (1283); Jose (1284); Jose (1285); Jose (1286); Jose (1287); Jose (1288); Jose (1289); Jose (1290); Jose (1291); Jose (1292); Jose (1293); Jose (1294); Jose (1295); Jose (1296); Jose (1297); Jose (1298); Jose (1299); Jose (1300); Jose (1301); Jose (1302); Jose (1303); Jose (1304); Jose (1305); Jose (1306); Jose (1307); Jose (1308); Jose (1309); Jose (1310); Jose (1311); Jose (1312); Jose (1313); Jose (1314); Jose (1315); Jose (1316); Jose (1317); Jose (1318); Jose (1319); Jose (1320); Jose (1321); Jose (1322); Jose (1323); Jose (1324); Jose (1325); Jose (1326); Jose (1327); Jose (1328); Jose (1329); Jose (1330); Jose (1331); Jose (1332); Jose (1333); Jose (1334); Jose (1335); Jose (1336); Jose (1337); Jose (1338); Jose (1339); Jose (1340); Jose (1341); Jose (1342); Jose (1343); Jose (1344); Jose (1345); Jose (1346); Jose (1347); Jose (1348); Jose (1349); Jose (1350); Jose (1351); Jose (1352); Jose (1353); Jose (1354); Jose (1355); Jose (1356); Jose (1357); Jose (1358); Jose (1359); Jose (1360); Jose (1361); Jose (1362); Jose (1363); Jose (1364); Jose (1365); Jose (1366); Jose (1367); Jose (1368); Jose (1369); Jose (1370); Jose (1371); Jose (1372); Jose (1373); Jose (1374); Jose (1375); Jose (1376); Jose (1377); Jose (1378); Jose (1379); Jose (1380); Jose (1381); Jose (1382); Jose (1383); Jose (1384); Jose (1385); Jose (1386); Jose (1387); Jose (1388); Jose (1389); Jose (1390); Jose (1391); Jose (1392); Jose (1393); Jose (1394); Jose (1395); Jose (1396); Jose (1397); Jose (1398); Jose (1399); Jose (1400); Jose (1401); Jose (1402); Jose (1403); Jose (1404); Jose (1405); Jose (1406); Jose (1407); Jose (1408); Jose (1409); Jose (1410); Jose (1411); Jose (1412); Jose (1413); Jose (1414); Jose (1415); Jose (1416); Jose (1417); Jose (1418); Jose (1419); Jose (1420); Jose (1421); Jose (1422); Jose (1423); Jose (1424); Jose (1425); Jose (1426); Jose (1427); Jose (1428); Jose (1429); Jose (1430); Jose (1431); Jose (1432); Jose (1433); Jose (1434); Jose (1435); Jose (1436); Jose (1437); Jose (1438); Jose (1439); Jose (1440); Jose (1441); Jose (1442); Jose (1443); Jose (1444); Jose (1445); Jose (1446); Jose (1447); Jose (1448); Jose (1449); Jose (1450); Jose (1451); Jose (1452); Jose (1453); Jose (1454); Jose (1455); Jose (1456); Jose (1457); Jose (1458); Jose (1459); Jose (1460); Jose (1461); Jose (1462); Jose (1463); Jose (1464); Jose (1465); Jose (1466); Jose (1467); Jose (1468); Jose (1469); Jose (1470); Jose (1471); Jose (1472); Jose (1473); Jose (1474); Jose (1475); Jose (1476); Jose (1477); Jose (1478); Jose (1479); Jose (1480); Jose (1481); Jose (1482); Jose (1483); Jose (1484); Jose (1485); Jose (1486); Jose (1487); Jose (1488); Jose (1489); Jose (1490); Jose (1491); Jose (1492); Jose (1493); Jose (1494); Jose (1495); Jose (1496); Jose (1497); Jose (1498); Jose (1499); Jose (1500); Jose (1501); Jose (1502); Jose (1503); Jose (1504); Jose (1505); Jose (1506); Jose (1507); Jose (1508); Jose (1509); Jose (1510); Jose (1511); Jose (1512); Jose (1513); Jose (1514); Jose (1515); Jose (1516); Jose (1517); Jose (1518); Jose (1519); Jose (1520); Jose (1521); Jose (1522); Jose (1523); Jose (1524); Jose (1525); Jose (1526); Jose (1527); Jose (1528); Jose (1529); Jose (1530); Jose (1531); Jose (1532); Jose (1533); Jose (1534); Jose (1535); Jose (1536); Jose (1537); Jose (1538); Jose (1539); Jose (1540); Jose (1541); Jose (1542); Jose (1543); Jose (1544); Jose (1545); Jose (1546); Jose (1547); Jose (1548); Jose (1549); Jose (1550); Jose (1551); Jose (1552); Jose (1553); Jose (1554); Jose (1555); Jose (1556); Jose (1557); Jose (1558); Jose (1559); Jose (1560); Jose (1561); Jose (1562); Jose (1563); Jose (1564); Jose (1565); Jose (1566); Jose (1567); Jose (1568); Jose (1569); Jose (1570); Jose (1571); Jose (1572); Jose (1573); Jose (1574); Jose (1575); Jose (1576); Jose (1577); Jose (1578); Jose (1579); Jose (1580); Jose (1581); Jose (1582); Jose (1583); Jose (1584); Jose (1585); Jose (1586); Jose (1587); Jose (1588); Jose (1589); Jose (1590); Jose (1591); Jose (1592); Jose (1593); Jose (1594); Jose (1595); Jose (1596); Jose (1597); Jose (1598); Jose (1599); Jose (1600); Jose (1601); Jose (1602); Jose (1603); Jose (1604); Jose (1605); Jose (1606); Jose (1607); Jose (1608); Jose (1609); Jose (1610); Jose (1611); Jose (1612); Jose (1613); Jose (1614); Jose (1615); Jose (1616); Jose (1617); Jose (1618); Jose (1619); Jose (1620); Jose (1621); Jose (1622); Jose (1623); Jose (1624); Jose (1625); Jose (1626); Jose (1627); Jose (1628); Jose (1629); Jose (1630); Jose (1631); Jose (1632); Jose (1633); Jose (1634); Jose (1635); Jose (1636); Jose (1637); Jose (1638); Jose (1639); Jose (1640); Jose (1641); Jose (1642); Jose (1643); Jose (1644); Jose (1645); Jose (1646); Jose (1647); Jose (1648); Jose (1649); Jose (1650); Jose (1651); Jose (1652); Jose (1653); Jose (1654); Jose (1655); Jose (1656); Jose (1657); Jose (1658); Jose (1659); Jose (1660); Jose (1661); Jose (1662); Jose (1663); Jose (1664); Jose (1665); Jose (1666); Jose (1667); Jose (1668); Jose (1669); Jose (1670); Jose (1671); Jose (1672); Jose (1673); Jose (1674); Jose (1675); Jose (1676); Jose (1677); Jose (1678); Jose (1679); Jose (1680); Jose (1681); Jose (1682); Jose (1683); Jose (1684); Jose (1685); Jose (1686); Jose (1687); Jose (1688); Jose (1689); Jose (1690); Jose (1691); Jose (1692); Jose (1693); Jose (1694); Jose (1695); Jose (1696); Jose (1697); Jose (1698); Jose (1699); Jose (1700); Jose (1701); Jose (1702); Jose (1703); Jose (1704); Jose (1705); Jose (1706); Jose (1707); Jose (1708); Jose (1709); Jose (1710); Jose (1711); Jose (1712); Jose (1713); Jose (1714); Jose (1715); Jose (1716); Jose (1717); Jose (1718); Jose (1719); Jose (1720); Jose (1721); Jose (1722); Jose (1723); Jose (1724); Jose (1725); Jose (1726); Jose (1727); Jose (1728); Jose (1729); Jose (1730); Jose (1731); Jose (1732); Jose (1733); Jose (1734); Jose (1735); Jose (1736); Jose (1737); Jose (1738); Jose (1739); Jose (1740); Jose (1741); Jose (1742); Jose (1743); Jose (1744); Jose (1745); Jose (1746); Jose (1747); Jose (1748); Jose (1749); Jose (1750); Jose (1751); Jose (1752); Jose (1753); Jose (1754); Jose (1755); Jose (1756); Jose (1757); Jose (1758); Jose (1759); Jose (1760); Jose (1761); Jose (1762); Jose (1763); Jose (1764); Jose (1765); Jose (1766); Jose (1767); Jose (1768); Jose (1769); Jose (1770); Jose (1771); Jose (1772); Jose (1773); Jose (1774); Jose (1775); Jose (1776); Jose (1777); Jose (1778); Jose (1779); Jose (1780); Jose (1781); Jose (1782); Jose (1783); Jose (1784); Jose (1785); Jose (1786); Jose (1787); Jose (1788); Jose (1789); Jose (1790); Jose (1791); Jose (1792); Jose (1793); Jose (1794); Jose (1795); Jose (1796); Jose (1797); Jose (1798); Jose (1799); Jose (1800); Jose (1801); Jose (1802); Jose (1803); Jose (1804); Jose (1805); Jose (1806); Jose (1807); Jose (1808); Jose (1809); Jose (1810); Jose (1811); Jose (1812); Jose (1813); Jose (1814); Jose (1815); Jose (1816); Jose (1817); Jose (1818); Jose (1819); Jose (1820); Jose (1821); Jose (1822); Jose (1823); Jose (1824); Jose (1825); Jose (1826); Jose (1827); Jose (1828); Jose (1829); Jose (1830); Jose (1831); Jose (1832); Jose (1833); Jose (1834); Jose (1835); Jose (1836); Jose (1837); Jose (1838); Jose (1839); Jose (1840); Jose (1841); Jose (1842); Jose (1843); Jose (1844); Jose (1845); Jose (1846); Jose (1847); Jose (1848); Jose (1849); Jose (1850); Jose (1851); Jose (1852); Jose (1853); Jose (1854); Jose (1855); Jose (1856); Jose (1857); Jose (1858); Jose (1859); Jose (1860); Jose (1861); Jose (1862); Jose (1863); Jose (1864); Jose (1865); Jose (1866); Jose (1867); Jose (1868); Jose (1869); Jose (1870); Jose (1871); Jose (1872); Jose (1873); Jose (1874); Jose (1875); Jose (1876); Jose (1877); Jose (1878); Jose (1879); Jose (1880); Jose (1881); Jose (1882); Jose (1883); Jose (1884); Jose (1885); Jose (1886); Jose (1887); Jose (1888); Jose (1889); Jose (1890); Jose (1891); Jose (1892); Jose (1893); Jose (1894); Jose (1895); Jose (1896); Jose (1897); Jose (1898); Jose (1899); Jose (1900); Jose (1901); Jose (1902); Jose (1903); Jose (1904); Jose (1905); Jose (1906); Jose (1907); Jose (1908); Jose (1909); Jose (1910); Jose (1911); Jose (1912); Jose (1913); Jose (1914); Jose (1915); Jose (1916); Jose (1917); Jose (1918); Jose (1919); Jose (1920); Jose (1921); Jose (1922); Jose (1923); Jose (1924); Jose (1925); Jose (1926); Jose (1927); Jose (1928); Jose (1929); Jose (1930); Jose (1931); Jose (1932); Jose (1933); Jose (1934); Jose (1935); Jose (1936); Jose (1937); Jose (1938); Jose (1939); Jose (1940); Jose (1941); Jose (1942); Jose (1943); Jose (1944); Jose (1945); Jose (1946); Jose (1947); Jose (1948); Jose (1949); Jose (1950); Jose (1951); Jose (1952); Jose (1953); Jose (1954); Jose (1955); Jose (1956); Jose (1957); Jose (1958); Jose (1959); Jose (1960); Jose (1961); Jose (1962); Jose (1963); Jose (1964); Jose (1965); Jose (1966); Jose (1967); Jose (1968); Jose (1969); Jose (1970); Jose (1971); Jose (1972); Jose (1973); Jose (1974); Jose (1975); Jose (1976); Jose (1977); Jose (1978); Jose (1979); Jose (1980); Jose (1981); Jose (1982); Jose (1983); Jose (1984); Jose (1985); Jose (1986); Jose (1987); Jose (1988); Jose (1989); Jose (1990); Jose (1991); Jose (1992); Jose (1993); Jose (1994); Jose (1995); Jose (1996); Jose (1997); Jose (1998); Jose (1999); Jose (2000); Jose (2001); Jose (2002); Jose (2003); Jose (2004); Jose (2005); Jose (2006); Jose (2007); Jose (2008); Jose (2009); Jose (2010); Jose (2011); Jose (2012); Jose (2013); Jose (2014); Jose (2015); Jose (2016); Jose (2017); Jose (2018); Jose (2019); Jose (2020); Jose (2021); Jose (2022); Jose (2023); Jose (2024); Jose (2025); Jose (2026); Jose (2027); Jose (2028); Jose (2029); Jose (2030); Jose (2031); Jose (2032); Jose (2033); Jose (2034); Jose (2035); Jose (2036); Jose (2037); Jose (2038); Jose (2039); Jose (2040); Jose (2041); Jose (2042); Jose (2043); Jose (2044); Jose (2045); Jose (2046); Jose (2047); Jose (2048); Jose (2049); Jose (2050); Jose (2051); Jose (2052); Jose (2053); Jose (2054); Jose (2055); Jose (2056); Jose (2057); Jose (2058); Jose (2059); Jose (2060); Jose (2061); Jose (2062); Jose (2063); Jose (2064); Jose (2065); Jose (2066); Jose (2067); Jose (2068); Jose (2069); Jose (2070); Jose (2071); Jose (2072); Jose (2073); Jose (2074); Jose (2075); Jose (2076); Jose (2077); Jose (2078); Jose (2079); Jose (2080); Jose (2081); Jose (2082); Jose (2083); Jose (2084); Jose (2085); Jose (2086); Jose (2087); Jose (2088); Jose (2089); Jose (2090); Jose (2091); Jose (2092); Jose (2093); Jose (2094); Jose (2095); Jose (2096); Jose (2097); Jose (2098); Jose (2099); Jose (2100); Jose (2101); Jose (2102); Jose (2103); Jose (2104); Jose (2105); Jose (2106); Jose (2107); Jose (2108); Jose (2109); Jose (2110); Jose (2111); Jose (2112); Jose (2113); Jose (2114); Jose (2115); Jose (2116); Jose (2117); Jose (2118); Jose (2119); Jose (2120); Jose (2121); Jose (2122); Jose (2123); Jose (2124); Jose (2125); Jose (2126); Jose (2127); Jose (2128); Jose (2129); Jose (2130); Jose (2131); Jose (2132); Jose (2133); Jose (2134); Jose (2135); Jose (2136); Jose (2137); Jose (2138); Jose (2139); Jose (2140); Jose (2141); Jose (2142); Jose (2143); Jose (2144); Jose (2145); Jose (2146); Jose (2147); Jose (2148); Jose (2149); Jose (2150); Jose (2151); Jose (2152); Jose (2153); Jose (2154); Jose (2155); Jose (2156); Jose (2157); Jose (2158); Jose (2159); Jose (2160); Jose (2161); Jose (2162); Jose (2163); Jose (2164); Jose (2165); Jose (2166); Jose (2167); Jose (2168); Jose (2169); Jose (2170); Jose (2171); Jose (2172); Jose (2173); Jose (2174); Jose (2175); Jose (2176); Jose (2177); Jose (2178); Jose (2179); Jose (2180); Jose (2181); Jose (2182); Jose (2183); Jose (2184); Jose (2185); Jose (2186); Jose (2187); Jose (2188); Jose (2189); Jose (2190); Jose (2191); Jose (2192); Jose (2193); Jose (2194); Jose (2195); Jose (2196); Jose (2197); Jose (2198); Jose (2199); Jose (2200); Jose (2201); Jose (2202); Jose (2203); Jose (2204); Jose (2205); Jose (2206); Jose (2207); Jose (2208); Jose (2209); Jose (2210); Jose (2211); Jose (2212); Jose (2213); Jose (2214); Jose (2215); Jose (2216); Jose (2217); Jose (2218); Jose (2219); Jose (2220); Jose (2221); Jose (2222); Jose (2223); Jose (2224); Jose (2225); Jose (2226); Jose (2227); Jose (2228); Jose (2229); Jose (2230); Jose (2231); Jose (2232); Jose (2233); Jose (2234); Jose (2235); Jose (2236); Jose (2237); Jose (2238); Jose (2239); Jose (2240); Jose (2241); Jose (2242); Jose (2243); Jose (2244); Jose (2245); Jose (2246); Jose (2247); Jose (2248); Jose (2249); Jose (2250); Jose (2251); Jose (2252); Jose (2253); Jose (2254); Jose (2255); Jose (2256); Jose (2257); Jose (2258); Jose (2259); Jose (2260); Jose (2261); Jose (2262); Jose (2263); Jose (2264); Jose (2265); Jose (2266); Jose (2267); Jose (2268); Jose (2269); Jose (2270); Jose (2271); Jose (2272); Jose (2273); Jose (2274); Jose (2275); Jose (2276); Jose (2277); Jose (2278); Jose (2279); Jose (2280); Jose (2281); Jose (2282); Jose (2283); Jose (2284); Jose (2285); Jose (2286); Jose (2287); Jose (2288); Jose (2289); Jose (2290); Jose (2291); Jose (2292); Jose (2293); Jose (2294); Jose (2295); Jose (2296); Jose (2297); Jose (2298); Jose (2299); Jose (2300); Jose (2301); Jose (2302); Jose (2303); Jose (2304); Jose (2305); Jose (2306); Jose (2307); Jose (2308); Jose (2309); Jose (2310); Jose (2311); Jose (2312); Jose (2313); Jose (2314); Jose (2315); Jose (2316); Jose (2317); Jose (2318); Jose (2319); Jose (2320); Jose (2321); Jose (2322); Jose (2323); Jose (2324); Jose (2325); Jose (2326); Jose (2327); Jose (2328); Jose (2329); Jose (2330); Jose (2331); Jose (2332); Jose (2333); Jose (2334); Jose (2335); Jose (2336); Jose (2337); Jose (2338); Jose (2339); Jose (2340); Jose (2341); Jose (2342); Jose (2343); Jose (2344); Jose (2345); Jose (2346); Jose (2347); Jose (2348); Jose (2349); Jose (2350); Jose (2351); Jose (2352); Jose (2353); Jose (2354); Jose (2355); Jose (2356); Jose (2357); Jose (2358); Jose (2359); Jose (2360); Jose (2361); Jose (2362); Jose (2363); Jose (2364); Jose (2365); Jose (2366); Jose (2367); Jose (2368); Jose (2369); Jose (2370); Jose (2371); Jose (2372); Jose (2373); Jose (2374); Jose (2375); Jose (2376); Jose (2377); Jose (2378); Jose (2379); Jose (2380); Jose (2381); Jose (2382); Jose (2383); Jose (2384); Jose (2385); Jose (2386); Jose (2387); Jose (2388); Jose (2389); Jose (2390); Jose (2391); Jose (2392); Jose (2393); Jose (2394); Jose (2395); Jose (2396); Jose (2397); Jose (2398); Jose (2399); Jose (2400); Jose (2401); Jose (2402); Jose (2403); Jose (2404); Jose (2405); Jose (2406); Jose (2407); Jose (2408); Jose (2409); Jose (2410); Jose (2411); Jose (2412); Jose (2413); Jose (2414); Jose (2415); Jose (2416); Jose (2417); Jose (2418); Jose (2419); Jose (2420); Jose (2421); Jose (2422); Jose (2423); Jose (2424); Jose (2425); Jose (2426); Jose (2427); Jose (2428); Jose (2429); Jose (2430); Jose (2431); Jose (2432); Jose (2433); Jose (2434); Jose (2435); Jose (2436); Jose (2437); Jose (2438); Jose (2439); Jose (2440); Jose (2441); Jose (2442); Jose (2443); Jose (2444); Jose (2445); Jose (2446); Jose (2447); Jose (2448); Jose (2449); Jose (2450); Jose (2451); Jose (2452); Jose (2453); Jose (2454); Jose (2455); Jose (2456); Jose (2457); Jose (2458); Jose (2459); Jose (2460); Jose (2461); Jose (2462); Jose (2463); Jose (2464); Jose (2465); Jose (2466); Jose (2467); Jose (2468); Jose (2469); Jose (2470); Jose (2471); Jose (2472); Jose (2473); Jose (2474); Jose (2475); Jose (2476); Jose (2477); Jose (2478); Jose (2479); Jose (2480); Jose (2481); Jose (2482); Jose (2483); Jose (2484); Jose (2485); Jose (2486); Jose (2487); Jose (2488); Jose (2489); Jose (2490); Jose (2491); Jose (2492); Jose (2493); Jose (2494); Jose (2495); Jose (2496); Jose (2497); Jose (2498); Jose (2499); Jose (2500); Jose (2501); Jose (2502); Jose (2503); Jose (2504); Jose (2505); Jose (2506); Jose (2507); Jose (2508); Jose (2509); Jose (2510); Jose (2511); Jose (2512); Jose (2513); Jose (2514); Jose (2515); Jose (2516); Jose (2517); Jose (2518); Jose (2519); Jose (2520); Jose (2521); Jose (2522); Jose (2523); Jose (2524); Jose (2525); Jose (2526); Jose (2527); Jose (2528); Jose (2529); Jose (2530); Jose (2531); Jose (2532); Jose (2533); Jose (2534); Jose (2535); Jose (2536); Jose (2537); Jose (2538); Jose (2539); Jose (2540); Jose (2541); Jose (2542); Jose (2543); Jose (2544); Jose (2545); Jose (2546); Jose (2547); Jose (2548); Jose (2549); Jose (2550); Jose (2551); Jose (2552); Jose (2553); Jose (2554); Jose (2555); Jose (2556); Jose (2557); Jose (2558); Jose (2559); Jose (2560); Jose (2561); Jose (2562); Jose (2563); Jose (2564); Jose (2565); Jose (2566); Jose (2567); Jose (2568); Jose (2569); Jose (2570); Jose (2571); Jose (2572); Jose (2573); Jose (2574); Jose (2575); Jose (2576); Jose (2577); Jose (2578); Jose (2579); Jose (2580); Jose (2581); Jose (2582); Jose (2583); Jose (2584); Jose (2585); Jose (2586); Jose (2587); Jose (2588); Jose (2589); Jose (2590); Jose (2591); Jose (2592); Jose (2593); Jose (2594); Jose (2595); Jose (2596); Jose (2597); Jose (2598); Jose (2599); Jose (2600); Jose (2601); Jose (2602); Jose (2603); Jose (2604); Jose (2605); Jose (2606); Jose (2607); Jose (2608); Jose (2609); Jose (2610); Jose (2611); Jose (2612); Jose (2613); Jose (2614); Jose (2615); Jose (2616); Jose (2617); Jose (2618); Jose (2619); Jose (2620); Jose (2621); Jose (2622); Jose (2623); Jose (2624); Jose (2625); Jose (2626); Jose (2627); Jose (2628); Jose (2629); Jose (2630); Jose (2631); Jose (2632); Jose (2633); Jose (2634); Jose (2635); Jose (2636); Jose (2637); Jose (2638); Jose (2639); Jose (2640); Jose (2641); Jose (2642); Jose (2643); Jose (2644); Jose (2645); Jose (2646); Jose (2647); Jose (2648); Jose (2649); Jose (2650); Jose (2651); Jose (2652); Jose (2653); Jose (2654); Jose (2655); Jose (2656); Jose (2657); Jose (2658); Jose (2659); Jose (2660); Jose (2661); J

mais aprofundar. Disse que uma comissão estava no local para apurar as pretensas irregularidades, mas nada foi apurado que justificasse medidas tão drásticas. A segunda diz respeito ao ensino. Disse que a Faculdade de Direito estava em 4º período e os professores haviam aparecido só duas vezes, a 2ª vinda de vagar estava vindo atrasada, já no 10º dia do corrente mês. Referiu-se, ainda, ao fato de ter sido encarregada a cobrança de taxas elevadas. Prosseguindo, afirmou que o estado de pessoas, tendo o CREA, construtora José Bonifácio Filho, depois de pedir a quitação definitiva da construção, conforme consta do processo, entretanto, que algumas das irregularidades apontadas não tinham sido sanadas. Finalmente, o Vereador Pedro Ferreira Gomes, que também estava presente, disse que as considerações apresentadas foram justas e que deveriam ser feitas pela Faculdade Nacional de Filosofia e Fundação Brasileira de Ensino, que tem patrocinado a referida Faculdade. Em seguida, usou da palavra o vereador Victorio Tamagy, que afirmou ter sido a Faculdade de Direito criada em 1946, não tendo ainda sido reconhecida, mas que não se poderia culpar a mesma por isso, uma vez que a Fundação Brasileira de Ensino não se manifestara no sentido de mandar fiscalizar a referida Faculdade, visto que, somente depois de ser reconhecida é que a mesma poderia ser fiscalizada. Em seguida, o vereador Pedro Ferreira, que solicitou um minuto de silêncio, em homenagem à imagem do Senhor Bom Jesus de Pirapora, que estará em visita a esta cidade e ao General Kenneth Zeuitt, pela sua eleição à segunda Presidência da República dos Estados Unidos. Solicitou, ainda, uma salva de palmas em regozijo pelo segundo aniversário do governo do Presidente Getúlio Vargas. Solicitou, também, que fosse oficiado ao Governador do Estado, pedindo providências no sentido de ser feito o reparo da estrada que liga esta cidade a Pirapora, pois, segundo informações que lhe foram prestadas, a mesma encontra-se em péssimas condições de tráfego. Em seguida, o vereador Victorio Tamagy, que também solicitou um minuto de silêncio, em homenagem à memória do saudoso Presidente Eurico Gaspar Dutra, que acaba de falecer. Em seguida, o vereador Pedro Ferreira, que solicitou um minuto de silêncio, em homenagem à imagem de

e seguidas na eva Oficial, nas imediações do paiol nº 683 - 6) nº 6174 A vereador José Benedito dos Santos, para, por seguir enviados urgentes ministros do Irene e pedir telefones a fim de tal pode ser assistência Brasileira" na área Alcântara, o qual se atendido fazer do vereador dos Santos, solicitando uma limitação do rio localizado nos fundos do Indústria da Máquinas Piratininga nº 9174 de propriedade do Sr. Benedito dos Santos, para que seja melhorada a iluminação do Beco Benedito Arruda; 7) nº 6177 do vereador José Benedito dos Santos, para que seja enviado um pedido de apoio a Secretaria de Estado da Saúde, a fim de providenciar a vinda de uma ambulância para atender a população do bairro Jardim Santa Rosa; 8) nº 6178 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 9) nº 6179 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 10) nº 6180 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 11) nº 6181 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 12) nº 6182 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 13) nº 6183 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 14) nº 6184 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 15) nº 6185 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 16) nº 6186 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 17) nº 6187 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 18) nº 6188 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 19) nº 6189 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 20) nº 6190 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 21) nº 6191 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 22) nº 6192 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 23) nº 6193 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 24) nº 6194 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 25) nº 6195 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 26) nº 6196 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 27) nº 6197 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 28) nº 6198 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 29) nº 6199 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 30) nº 6200 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 31) nº 6201 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 32) nº 6202 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 33) nº 6203 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 34) nº 6204 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 35) nº 6205 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 36) nº 6206 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 37) nº 6207 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 38) nº 6208 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 39) nº 6209 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 40) nº 6210 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 41) nº 6211 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 42) nº 6212 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 43) nº 6213 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 44) nº 6214 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 45) nº 6215 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 46) nº 6216 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 47) nº 6217 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 48) nº 6218 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 49) nº 6219 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 50) nº 6220 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 51) nº 6221 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 52) nº 6222 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 53) nº 6223 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 54) nº 6224 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 55) nº 6225 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 56) nº 6226 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 57) nº 6227 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 58) nº 6228 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 59) nº 6229 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 60) nº 6230 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 61) nº 6231 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 62) nº 6232 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 63) nº 6233 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 64) nº 6234 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 65) nº 6235 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 66) nº 6236 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 67) nº 6237 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 68) nº 6238 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 69) nº 6239 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 70) nº 6240 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 71) nº 6241 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 72) nº 6242 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 73) nº 6243 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 74) nº 6244 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 75) nº 6245 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 76) nº 6246 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 77) nº 6247 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 78) nº 6248 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 79) nº 6249 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 80) nº 6250 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 81) nº 6251 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 82) nº 6252 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 83) nº 6253 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 84) nº 6254 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 85) nº 6255 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 86) nº 6256 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 87) nº 6257 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 88) nº 6258 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 89) nº 6259 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 90) nº 6260 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 91) nº 6261 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 92) nº 6262 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 93) nº 6263 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 94) nº 6264 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 95) nº 6265 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 96) nº 6266 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 97) nº 6267 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 98) nº 6268 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 99) nº 6269 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 100) nº 6270 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 101) nº 6271 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 102) nº 6272 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 103) nº 6273 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 104) nº 6274 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 105) nº 6275 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 106) nº 6276 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 107) nº 6277 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 108) nº 6278 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 109) nº 6279 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 110) nº 6280 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 111) nº 6281 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 112) nº 6282 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 113) nº 6283 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 114) nº 6284 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 115) nº 6285 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 116) nº 6286 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 117) nº 6287 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 118) nº 6288 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 119) nº 6289 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 120) nº 6290 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 121) nº 6291 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 122) nº 6292 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 123) nº 6293 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 124) nº 6294 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 125) nº 6295 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 126) nº 6296 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 127) nº 6297 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 128) nº 6298 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 129) nº 6299 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 130) nº 6300 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 131) nº 6301 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 132) nº 6302 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 133) nº 6303 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 134) nº 6304 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 135) nº 6305 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 136) nº 6306 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 137) nº 6307 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 138) nº 6308 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 139) nº 6309 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 140) nº 6310 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 141) nº 6311 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 142) nº 6312 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 143) nº 6313 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 144) nº 6314 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 145) nº 6315 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 146) nº 6316 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 147) nº 6317 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 148) nº 6318 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 149) nº 6319 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 150) nº 6320 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 151) nº 6321 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 152) nº 6322 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 153) nº 6323 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 154) nº 6324 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 155) nº 6325 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 156) nº 6326 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 157) nº 6327 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 158) nº 6328 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 159) nº 6329 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 160) nº 6330 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 161) nº 6331 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 162) nº 6332 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 163) nº 6333 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 164) nº 6334 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 165) nº 6335 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 166) nº 6336 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto Ferreira nº 1.000 para a Avenida Padre Adelino; 167) nº 6337 do vereador Hélio Bacarelli, solicitando a necessidade urgente de se canalizar os esgotos que estão a descoberto, na Rua Dr. Antonio Pinto

do vereador João Batista Giordano, e outros, no sentido de se estudar a viabilidade de conceder aumento substancial aos vereadores segundo a municipalidade. b) Requerimento apensado proj. 25 e 26 nº 15/74, de autoria João Batista Giordano e outros solicitando da Prefeitura Municipal informações sobre as providências tomadas pelo Poder Executivo, no sentido de ampliar para 24 horas o serviço de água em todo município. e) Vereadores municipais não solicitam "a legislação trabalhista" (c) nº 15/74, de autoria do vereador Wanderley Pickler, no sentido de se enviar telegrama ao Exmo. Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, solicitando providências quanto ao I.N.P.S. no sentido de que o mesmo não mais exija atestado de vida para aposentados não tem atestado patronal, e) nº 15/74, do vereador Wanderley Pickler e outros, no sentido de se oficiar aos agentes de saúde e radiologista Dr. Ronaldo Mendes Moreira, no sentido de que os mesmos não deixem trabalho anual às pessoas da zona rural desde de seu pequeno período de atividade. f) nº 15/74, do vereador Wanderley Pickler e outros, no sentido de se oficiar aos agentes de saúde e radiologista Dr. Ronaldo Mendes Moreira, no sentido de que os mesmos não deixem trabalho anual às pessoas da zona rural desde de seu pequeno período de atividade. g) nº 15/74, do vereador Sérgio Batista Cardoso e outros, no sentido de se oficiar ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando providências quanto à entrega do Selo "Pinhal 75", a ele estes encaminhados pelo mesmo. Pelo vereador Sérgio Batista Cardoso e outros, para que seja oficiado

Presidencia do Sr. Wandelfy Liboedi.
Secretariado pelo Sr. Antonio Fenelico.

Aos cadorze dias do mês de março de um mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Pinhal, as dezoito horas e trinta minutos, presentes na sala de reuniões, procedendo-se a chamada dos vereadores, verificou-se a presença dos seguintes vereadores: Wandelfy Liboedi, Rogerio Rita Jacob, João Gabriel Athayde, Heitor Bavagnolli, Antonio Fenelico, Victor Zangaro e José Antonio Fernandes. Não compareceram os vereadores Pedro Pereira Fernandes, Heitor Bavagnolli, Victor Zangaro e Victorio Tamasio. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, anunciando o 1º Secretario a 2ª chamada do dia, na qual foram presentes os vereadores acima mencionados, e mais os de nomes Antonio Ferreira Leite, Antonio Pereira Leite e Pedro Fernandes. Em seguida, o 1º Secretario leu a acta da sessão anterior, a qual foi submetida a discussão e votação, sendo aprovada, sem emendas. Em seguida, o 1º Secretario Antonio Fenelico, solicitando dispensa de redação final para as proposições aprovadas, foi a mesma concedida

apresentando os agradecimentos desta Câmara, aos diretores e demais membros da Santa Casa de misericórdia do Campinal, pelo atendimento dispensado aos doentes procedentes de Pinhal; m) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, pedindo um voto de pesar pelo falecimento do ex-marceneiro Mattoso; n) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal; o) no dia 24/4/34 do vereador Antonio Fidelis e outros, no sentido de se oficiar ao Presidente da Secção Paulista da República e ao Snr. Ministro da Fazenda afim de ser concedida uma loteria em favor das obras de ampliação da Santa Casa de Misericordia desta cidade; p) no dia 24/4/34 do vereador Antonio Fidelis e outros, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Snr. Benedicto Pinheiro; q) no dia 24/4/34 do vereador Antonio Nunes, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Snr. Antonio Nunes; r) no dia 24/4/34 do vereador Antonio Fidelis, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Snr. Antonio Ferreira Castello; s) no dia 24/4/34 do vereador Antonio Fidelis, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Snr. Antonio Ezequiel Borges; t) no dia 24/4/34 do vereador José Pereira e outros, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Snr. Antonio Ferreira Bueno, u) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, no sentido de se oficiar a Diretoria Geral de Obras Publicas do Estado afim de ser feito o serviço de levantamento das curvas de nivel e alinhamento e de locação desta Cidade magnifico trabalho a cargo da referida Repartição; v) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso, no sentido de se oficiar ao Snr. Dr. Interventor Federal, afim de ser feito o serviço de abastecimento de agua e esgotos desta Cidade pela Repartição de Saneamento do Estado; x) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; z) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; a1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; b1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; c1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; d1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; e1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; f1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; g1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; h1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; i1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; j1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; k1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; l1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; m1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; n1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; o1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; p1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; q1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; r1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; s1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; t1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; u1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; v1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; x1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; z1) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; a2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; b2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; c2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; d2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; e2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; f2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; g2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; h2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; i2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; j2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; k2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; l2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; m2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; n2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; o2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; p2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; q2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; r2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; s2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; t2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; u2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; v2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; x2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; z2) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; a3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; b3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; c3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; d3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; e3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; f3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; g3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; h3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; i3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; j3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; k3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; l3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; m3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; n3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; o3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; p3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; q3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; r3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; s3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; t3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; u3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; v3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; x3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; z3) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; a4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; b4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; c4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; d4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; e4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; f4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; g4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; h4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; i4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; j4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; k4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; l4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; m4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; n4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; o4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; p4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; q4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; r4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; s4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; t4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; u4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; v4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; x4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; z4) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; a5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; b5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; c5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; d5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; e5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; f5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; g5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; h5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; i5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; j5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; k5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; l5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; m5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; n5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; o5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; p5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; q5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; r5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; s5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; t5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; u5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; v5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; x5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; z5) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; a6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; b6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; c6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; d6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; e6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; f6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; g6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; h6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; i6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; j6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; k6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; l6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; m6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; n6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; o6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; p6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; q6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; r6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; s6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; t6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; u6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; v6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; x6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; z6) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; a7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; b7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; c7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; d7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; e7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; f7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; g7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; h7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; i7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; j7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; k7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; l7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; m7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; n7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; o7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; p7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; q7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; r7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; s7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; t7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; u7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; v7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; x7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; z7) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; a8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; b8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; c8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; d8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; e8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; f8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; g8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; h8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; i8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; j8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; k8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; l8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides Tamaso e outros, propondo um voto de louvor ao Snr. Dr. Interventor Federal, pelos magnificos trabalhos a cargo da referida Repartição; m8) no dia 24/4/34 do vereador Ericlides

Ata da 4ª sessão ordinária do dia 7 de abril de 1914

Secretariada pelo Dr. Antonio Fenício

Aos desoito dias do mês de abril de um mil novecentos e catorze e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal da mesma, às horas, precedidas as da chamada dos vereadores abaixo, verificou-se a presença dos seguintes: Major Adelino Fenício, Alcides Ferreira, Manoel Jacob, Celso Pedro Fernandes, José Antonio Fernandes, Hilário Evangelli, José Batista Giordano, Waldevale Tamazo e José Bordallo. Ao bondoso visto, pelo Presidente foi declarado aberto os trabalhos, sendo em seguida lido, posto em discussão e sem debate foi aprovado o termo da sessão anterior. Em seguida, o Presidente anunciou ter passado a tesoura do Sr. Secretario para a redação do expediente, o que foi feito, sendo lido com o seguinte: a) circular do Fiscal-Chefe da Associação Beneficia do Município, comunicando a posse da Diretoria da mesma, para o biennio 1914 a 1915; b) circular do Subchefe da Casa Civil, comunicando ao Presidente para a parada-geral do dia 20 do corrente, para comemorar o 4º Centenario do descobrimento do Brasil; c) telegramma do Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, communicando a posse do Dr. Candido Rodrigues no cargo de Governador do Estado; d) telegramma do Secretario da Fazenda, communicando a posse do Dr. Alarico Silveira no cargo de Secretario da Fazenda; e) telegramma do Secretario da Justiça e Negocios Interiores, communicando a posse do Dr. Altino Arantes no cargo de Secretario da Justiça; f) telegramma do Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, communicando a posse do Dr. Candido Rodrigues no cargo de Governador do Estado; g) telegramma do Secretario da Fazenda, communicando a posse do Dr. Alarico Silveira no cargo de Secretario da Fazenda; h) telegramma do Secretario da Justiça e Negocios Interiores, communicando a posse do Dr. Altino Arantes no cargo de Secretario da Justiça; i) circular do Diretor do "Tiro", solicitando a dispensação do Dr. Antonio Fenício, Secretario desta Camara, para ir a Capital, afim de assistir a inauguração do Tiro de Guerra, que vai ser installado naquella capital; j) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; k) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; l) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; m) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; n) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; o) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; p) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; q) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; r) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; s) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; t) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; u) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; v) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; w) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; x) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; y) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; z) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade.

Ata da 1ª sessão extraordinária, de 21 de março de 1914

Secretariada pelo Sr. Waldevale Tamazo

Aos vinte e um dias do mês de março de um mil novecentos e catorze e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal da mesma, às horas, precedidas as da chamada dos vereadores abaixo, verificou-se a presença dos seguintes: Major Adelino Fenício, Alcides Ferreira, Manoel Jacob, Celso Pedro Fernandes, José Antonio Fernandes, Hilário Evangelli, José Batista Giordano, Waldevale Tamazo e José Bordallo. Ao bondoso visto, pelo Presidente foi declarado aberto os trabalhos, sendo em seguida lido, posto em discussão e sem debate foi aprovado o termo da sessão anterior. Em seguida, o Presidente anunciou ter passado a tesoura do Sr. Secretario para a redação do expediente, o que foi feito, sendo lido com o seguinte: a) circular do Fiscal-Chefe da Associação Beneficia do Município, comunicando a posse da Diretoria da mesma, para o biennio 1914 a 1915; b) circular do Subchefe da Casa Civil, comunicando ao Presidente para a parada-geral do dia 20 do corrente, para comemorar o 4º Centenario do descobrimento do Brasil; c) telegramma do Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, communicando a posse do Dr. Candido Rodrigues no cargo de Governador do Estado; d) telegramma do Secretario da Fazenda, communicando a posse do Dr. Alarico Silveira no cargo de Secretario da Fazenda; e) telegramma do Secretario da Justiça e Negocios Interiores, communicando a posse do Dr. Altino Arantes no cargo de Secretario da Justiça; f) telegramma do Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, communicando a posse do Dr. Candido Rodrigues no cargo de Governador do Estado; g) telegramma do Secretario da Fazenda, communicando a posse do Dr. Alarico Silveira no cargo de Secretario da Fazenda; h) telegramma do Secretario da Justiça e Negocios Interiores, communicando a posse do Dr. Altino Arantes no cargo de Secretario da Justiça; i) circular do Diretor do "Tiro", solicitando a dispensação do Dr. Antonio Fenício, Secretario desta Camara, para ir a Capital, afim de assistir a inauguração do Tiro de Guerra, que vai ser installado naquella capital; j) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; k) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; l) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; m) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; n) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; o) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; p) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; q) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; r) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; s) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; t) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; u) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; v) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; w) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; x) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; y) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; z) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade.

Ata da 2ª sessão extraordinária, de 21 de março de 1914

Secretariada pelo Sr. Waldevale Tamazo

Aos vinte e um dias do mês de março de um mil novecentos e catorze e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal da mesma, às horas, precedidas as da chamada dos vereadores abaixo, verificou-se a presença dos seguintes: Major Adelino Fenício, Alcides Ferreira, Manoel Jacob, Celso Pedro Fernandes, José Antonio Fernandes, Hilário Evangelli, José Batista Giordano, Waldevale Tamazo e José Bordallo. Ao bondoso visto, pelo Presidente foi declarado aberto os trabalhos, sendo em seguida lido, posto em discussão e sem debate foi aprovado o termo da sessão anterior. Em seguida, o Presidente anunciou ter passado a tesoura do Sr. Secretario para a redação do expediente, o que foi feito, sendo lido com o seguinte: a) circular do Fiscal-Chefe da Associação Beneficia do Município, comunicando a posse da Diretoria da mesma, para o biennio 1914 a 1915; b) circular do Subchefe da Casa Civil, comunicando ao Presidente para a parada-geral do dia 20 do corrente, para comemorar o 4º Centenario do descobrimento do Brasil; c) telegramma do Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, communicando a posse do Dr. Candido Rodrigues no cargo de Governador do Estado; d) telegramma do Secretario da Fazenda, communicando a posse do Dr. Alarico Silveira no cargo de Secretario da Fazenda; e) telegramma do Secretario da Justiça e Negocios Interiores, communicando a posse do Dr. Altino Arantes no cargo de Secretario da Justiça; f) telegramma do Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, communicando a posse do Dr. Candido Rodrigues no cargo de Governador do Estado; g) telegramma do Secretario da Fazenda, communicando a posse do Dr. Alarico Silveira no cargo de Secretario da Fazenda; h) telegramma do Secretario da Justiça e Negocios Interiores, communicando a posse do Dr. Altino Arantes no cargo de Secretario da Justiça; i) circular do Diretor do "Tiro", solicitando a dispensação do Dr. Antonio Fenício, Secretario desta Camara, para ir a Capital, afim de assistir a inauguração do Tiro de Guerra, que vai ser installado naquella capital; j) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; k) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; l) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; m) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; n) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; o) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; p) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; q) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; r) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; s) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; t) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; u) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; v) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; w) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; x) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; y) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade; z) circular do Diretor do Tiro de Guerra desta cidade, convidando os vereadores para assistirem a inauguração do Tiro de Guerra desta cidade, que vai ser installado nesta cidade.

no oficial; b) do Snr. Presidente da República, agradecendo o voto de congratulações aprovado pela Câmara; c) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, agradecendo o voto de congratulações aprovado pela Câmara; d) do Ministério da Indústria e Comércio, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara; e) carta do Snr. Presidente do Rotary Clube, agradecendo a saudação do grande aprendiz pela Câmara; f) carta da Família do Dompedro Oscar Bandeira, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara; g) telegrama do Snr. Governador do Estado, agradecendo o voto de congratulações aprovado pela Câmara; h) telegrama do Presidente da República, agradecendo a saudação do grande aprendiz pela Câmara; i) carta do Ministério da Indústria e Comércio, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara; j) carta do Snr. Prefeito de Ribeirão Preto, agradecendo a saudação do grande aprendiz pela Câmara; k) carta da Família do Dompedro Oscar Bandeira, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara; l) ofício do Snr. Prefeito Municipal de Pinhal, encaminhando a exposição de motivos número 01/1973, encaminhando a exposição de motivos número 01/1973, encaminhando a exposição de motivos número 01/1973

Aos Vereadores

Ata da 6ª sessão ordinária, do 2º ano da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Penha, realizada em 16 de maio de 1934.

Presidência do Sr. Antonio Fonseca
Secretariada pelo Sr. Antonio Fonseca

Aos tantos dias do mês de maio do corrente ano, nesta cidade e paços da Câmara Municipal, onde funciona a Câmara Municipal de Penha, às sete horas, presente o Sr. Presidente com os seguintes vereadores: Antonio Fonseca, Antonio Fernandes, Joaquim Vieira Neto, Raymundo Ferreira, Manoel Ferreira, José

objetivos, fazendo com que Pinhal passe a apoiar vez de analfabetos, para o fim, que todos saiam para somente isto. Disse que a população pinhalense lhe deu a tempestade na campanha de alfabetização e discorda que ainda não analfabetos, não queiram ir à escola, especialmente aos pais os pesos do "abaixo". Falou que estará em reunião com a comissão de Redação, que aguarda o projeto de lei, para que possa colocar em projeto favorecimento aqueles aparelhos, que já foram concedidos, pelo ato da Prefeita Municipal e a importância de 1 Cr$ 6.000,00 existente ainda na Caixa Econômica Federal, proveniente do semáforo Indústria Local. Externou agradecimentos ao "Diário", pela cobertura completa dada em torno da campanha de alfabetização nacional, respeitando o diretor Athiê, e ao Governador Carlos Lacerda que enviou mais de Cr$ 100.000,00 em material de educação. Disse que a Prefeita Municipal está atendendo a todos os pedidos, inclusive os que vêm Floriano Peixoto e Venâncio Aguiar, que possuem técnicos ótimos. Encerrando, disse que a Prefeita está atendendo aos pedidos do T.C. de 982, pelo patrocínio nesta Câmara. O vereador Jose Batista Fernandes congratulou-se com o Governador Adhemar de Barros, de que já foi um dos mais fervorosos correligionários, mas que hoje não é mais, em virtude de ter sido traído pelo mesmo. Referiu-se aos Srs. Deputados Estaduais Hermes Lima e Caio Machado, que não estão mais em seus partidos, mas que continuam a ser os mesmos homens, apesar de estarem em partidos diferentes. Disse que o Governador Adhemar de Barros, ainda agora, está fazendo propaganda e ainda ajuda a enfrentar os próprios correligionários, tendo proibido um Deputado de ingressar na Assembléia Legislativa, por não ter comparecido a uma sessão. Disse que o Governador Carvalho Pinto, não está fazendo nada, pois não tem coragem de enfrentar o Governador Adhemar de Barros. Referiu-se ao Governador Ademar de Barros, como sendo um homem que não tem palavra, pois não cumpre o que promete. Disse que o Governador Carvalho Pinto, não tem coragem de enfrentar o Governador Adhemar de Barros, pois se tivesse, já teria cassado o mandato de alguns Deputados. Referiu-se ao Deputado

a licença para a abertura de crédito especificado no D.M.A.E. com parecer favorável das comissões de Justiça e Finanças. Passando em 1º e 2º Discussão, discussão e votação do projeto de lei nº 45/54 da Mesa da Câmara, dispondo sobre concessão de gratificação aos funcionários da Câmara com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finanças. Passando em 1º e 2º Discussão, discussão e votação do projeto de lei nº 44/54 do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para a compra de medicamentos destinados ao Tiro de Guerra nº 2-03, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finanças. Passando em 1º e 2º Discussão, discussão e votação do projeto de lei nº 51/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 300,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finanças, com emenda da comissão de Justiça. Passando à votação do projeto de lei nº 52/54 do Prefeito Municipal, abrindo o crédito especial de Cr$ 200.000,00 para auxílio à Santa Casa de Misericórdia, com parecer favorável das comissões de Justiça e Finanças, com emenda da comissão de Justiça. Passando à votação do projeto de lei nº 53/54, com o seguinte substitutivo: "Fica concedido o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística". Em votação o substitutivo, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 53/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 54/54, com o seguinte substitutivo: "Fica concedido o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística". Em votação o substitutivo, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 54/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 55/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 55/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 56/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 56/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 57/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 57/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 58/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 58/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 59/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 59/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 60/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 60/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 61/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 61/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 62/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 62/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 63/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 63/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 64/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 64/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 65/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 65/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 66/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 66/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 67/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 67/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 68/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 68/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 69/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 69/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 70/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 70/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 71/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 71/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 72/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 72/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 73/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 73/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 74/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 74/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 75/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 75/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 76/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 76/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 77/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 77/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 78/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 78/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 79/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 79/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 80/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 80/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 81/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 81/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 82/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 82/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 83/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 83/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 84/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 84/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 85/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 85/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 86/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 86/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 87/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 87/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 88/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 88/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 89/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 89/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 90/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 90/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 91/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 91/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 92/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 92/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 93/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 93/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 94/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 94/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 95/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 95/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 96/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 96/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 97/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 97/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 98/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 98/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 99/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 99/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 100/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 100/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 101/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 101/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 102/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 102/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 103/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 103/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 104/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 104/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 105/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 105/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 106/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 106/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 107/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 107/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 108/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 108/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 109/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 109/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 110/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 110/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 111/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 111/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 112/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 112/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 113/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 113/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 114/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 114/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 115/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 115/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 116/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 116/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 117/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 117/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 118/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 118/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 119/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 119/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 120/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 120/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 121/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 121/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 122/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 122/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 123/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 123/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 124/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 124/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 125/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 125/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 126/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 126/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 127/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 127/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 128/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 128/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 129/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 129/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 130/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 130/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 131/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 131/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 132/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 132/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 133/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 133/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 134/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 134/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 135/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 135/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 136/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 136/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 137/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 137/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 138/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 138/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 139/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 139/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 140/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 140/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 141/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 141/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 142/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 142/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 143/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 143/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 144/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 144/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 145/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 145/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 146/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 146/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 147/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 147/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 148/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 148/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 149/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 149/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 150/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 150/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 151/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 151/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 152/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 152/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 153/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 153/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 154/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 154/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 155/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 155/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 156/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 156/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 157/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 157/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 158/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 158/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 159/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 159/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 160/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 160/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 161/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 161/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 162/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 162/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 163/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 163/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 164/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 164/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 165/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 165/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 166/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 166/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 167/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 167/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 168/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 168/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 169/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 169/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 170/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 170/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 171/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 171/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 172/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 172/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 173/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 173/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 174/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 174/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 175/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 175/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 176/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 176/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 177/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação o projeto, foi aprovado, em seguida, em votação o projeto de lei nº 177/54, com o substitutivo aprovado. Passando à votação do projeto de lei nº 178/54 do Prefeito Municipal, concedendo o auxílio de Cr$ 200,00 mensais à Associação Pinhalense de Cultura Artística. Em votação

feita Municipal, autorização para pel dirst comparecer na próxima sessão da Câmara, todos os pessoas e diretores de departamentos competentes da Prefeitura, para colocarem os vereadores a par dos serviços efetuados e serem esclarecidos sobre diversos pontos e irregularidades apontadas pelos vereadores em seu parecer sobre as contas municipais referentes ao exercício de 1957. Sala das sessões, 19 de junho de 1958. a) Dr. Ruy Ramos Bittencourt, presidente; Dr. Ernesto Dorneles, 1º secretário; Dr. Antônio Fialho, 2º secretário.

Ata da 38ª sessão ordinária, de 1º ano da 1ª legislatura da Câmara Municipal de Tubal, realizada em 20 de junho de 1958.

Presidente: Dr. Ruy Ramos Bittencourt.

Secretariada pelo Sr. Antônio Fialho.

Aos vinte dias do mês de junho do ano mil novecentos e cinquenta e oito, nesta cidade de Tubal e Sala das Sessões da Câmara Municipal, presente a Câmara Municipal de Tubal, as vinte horas, presentes os senhores vereadores, Dr. Ruy Ramos Bittencourt, Dr. Ernesto Dorneles, Dr. Antônio Fialho, Dr. Waldyr Wanderley, Roque Elias Faria, Antônio Fialho, José Antônio da Silva Mendes, Dr. Rafael Fernandes, Celio Faria Fernandes, José Francisco Ramos, Dr. Pedro Cardoso Ramos e Dr. Ernesto Dorneles, foi aberta a sessão ordinária pelo Senhor Presidente Dr. Ruy Ramos Bittencourt, que convidou o Senhor 1º Secretário, Dr. Ernesto Dorneles, para proceder a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida e aprovada sem restrições. Em seguida, o Senhor Presidente convidou, para ocuparem os lugares a eles reservados, os Senhores Drs. Rodolfo Bittencourt, diretor do Departamento de Obras, e Dr. Ernesto Dorneles, diretor do Departamento de Finanças, para que prestassem os esclarecimentos solicitados pelo vereador Roque Elias Faria em seguida, e referente ao Requerimento lido na sessão anterior. Com a palavra, o Senhor Roque Elias Faria, pergunta ao Dr. Rodolfo Bittencourt se é verdade que o mesmo, ainda não está recebendo os vencimentos referentes ao mês de janeiro do corrente ano, e se é verdade que o mesmo ainda não foi enfaixado aos municípios o imposto federal. E ao Senhor Diretor de Finanças, se é verdade que o mesmo ainda não recebeu os vencimentos referentes ao mês de janeiro. Com a palavra, o Senhor Dr. Rodolfo Bittencourt, diretor do Departamento de Obras, a fim de esclarecer o vereador Roque Elias Faria, em seguida, e referente ao Requerimento lido na sessão anterior, declara que o mesmo ainda não foi enfaixado aos municípios o imposto federal. E ao Senhor Diretor de Finanças, se é verdade que o mesmo ainda não recebeu os vencimentos referentes ao mês de janeiro. Com a palavra, o Senhor Dr. Rodolfo Bittencourt, diretor do Departamento de Obras, a fim de esclarecer o vereador Roque Elias Faria, em seguida, e referente ao Requerimento lido na sessão anterior, declara que o mesmo ainda não foi enfaixado aos municípios o imposto federal. E o Senhor Diretor de Finanças, que

sobre o Centro de Estudos de Matemática, do referido, pelos Centros de Estudos, na data, pelo aperfeiçoamento da Matemática, e que, [illegible] para as petições que [illegible] de utilidade pública, assim como a [illegible] o parecer favorável do vereador Antonio Freitas Henriques exclamou, para que fosse passada na acta, para haver conhecimento do [illegible] aprovado por 9 votos. O Vereador Manuel Pereira Nunes pretende usar da palavra, o Presidente concedeu-a, passando a palavra ao Vereador Antonio da Silva, que [illegible] o seguinte: O terreno [illegible] e retirado, para [illegible] de arruamento [illegible] Estrada Fernandes, seguimento [illegible] aprovação [illegible] Vereador [illegible] [illegible] novas benfeitorias e [illegible] denominação a [illegible] [illegible] [illegible]

Ata da 14ª sessão extraordinária, do ano, da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 28 de julho de 1934.

Presidência do Sr. Antonio Coelho.

Secretariada pelo Sr. Antonio Coelho.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da sessão ordinária de 27 deste mês, a que foi chamada dos senhores vereadores, atendendo-se a convite dos senhores Benedicto Eloy Tavares, Manoel Rosa, Waldemiro Ferreira, Waldemiro Waldemiro, Heitor Bevagnotti, José Gabriel Athayde, José Benedicto dos Santos e José Pereira. Não compareceram os vereadores Waldemiro Scheid, Waldemiro Tamasio, Antonio Francisco Franco, Antonio Rodrigues, tendo comparecido apenas os suplentes, assumindo a presidência o presidente em exercício, Sr. Antonio Coelho, que convidou a mim, secretário, para servir, sendo dispensadas de redação final, a requerimento do vereador José Benedicto dos Santos, os projetos de lei nº 13/34 e 14/34, e o projeto de resolução nº 15/34, que foram aprovados em primeira discussão. Em seguida o presidente para abertura do 2º dia dos trabalhos da Câmara e os presentes ao ato, Benedicto Tamasio, Heitor Bevagnotti e José Pereira. Não havendo oradores inscritos, o presidente para encerrar a sessão, convidou a mim, secretário, para lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Eu, José Batista Montejano, escrevi.

Ata da 13ª sessão extraordinária, do ano, da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 03 de julho de 1934.

Presidência do Sr. Antonio Coelho.

Secretariada pelo Sr. Antonio Coelho.

Aos seis dias do mês de julho do ano mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da sessão ordinária de 2 deste mês, a que foi chamada dos senhores vereadores, atendendo-se a convite dos senhores Benedicto Eloy Tavares, Manoel Rosa, Waldemiro Ferreira, Waldemiro Waldemiro, Heitor Bevagnotti, José Gabriel Athayde, José Benedicto dos Santos e José Pereira. Não compareceram os vereadores Waldemiro Scheid, Waldemiro Tamasio, Antonio Francisco Franco, Antonio Rodrigues, tendo comparecido apenas os suplentes, assumindo a presidência o presidente em exercício, Sr. Antonio Coelho, que convidou a mim, secretário, para servir, sendo dispensadas de redação final, a requerimento do vereador José Benedicto dos Santos, os projetos de lei nº 13/34 e 14/34, e o projeto de resolução nº 15/34, que foram aprovados em primeira discussão. Em seguida o presidente para abertura do 2º dia dos trabalhos da Câmara e os presentes ao ato, Benedicto Tamasio, Heitor Bevagnotti e José Pereira. Não havendo oradores inscritos, o presidente para encerrar a sessão, convidou a mim, secretário, para lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Eu, José Batista Montejano, escrevi.

Ata da 14ª sessão extraordinária, do ano, da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 28 de julho de 1934.

Presidência do Sr. Antonio Coelho.

Secretariada pelo Sr. Antonio Coelho.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, presentes os seguintes vereadores: Benedicto Eloy Tavares, Manoel Rosa, Waldemiro Ferreira, Waldemiro Waldemiro, Heitor Bevagnotti, José Gabriel Athayde, José Benedicto dos Santos, José Pereira, Benedicto Tamasio, Antonio Francisco Franco, Antonio Rodrigues, Heitor Bevagnotti e José Pereira. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após uma palestra proferida pelo vereador Heitor Bevagnotti a respeito da data de 9 de julho, hoje hemenagem a imagem do Cristo Crucificado, foram lidas, aprovadas e assinadas as atas das 2ª sessão ordinária e da 13ª sessão extraordinária, ambas do corrente mês. Em seguida o presidente mandou passar à 2ª discussão a ata da 1ª sessão ordinária de 1935 que foi aprovada e em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 16/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Joaquim Martiliel Filho, tendo o mesmo sido aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 17/34, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Lino de Paula Leite, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 18/34, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. Joaquim Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 19/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 20/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 21/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 22/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 23/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 24/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 25/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 26/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 27/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 28/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 29/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 30/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 31/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 32/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 33/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 34/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 35/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 36/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 37/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 38/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 39/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 40/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 41/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 42/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 43/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 44/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 45/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 46/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 47/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 48/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 49/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 50/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 51/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 52/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 53/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 54/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 55/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 56/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 57/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 58/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 59/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 60/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 61/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 62/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 63/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 64/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 65/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 66/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 67/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 68/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 69/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 70/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 71/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 72/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 73/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 74/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 75/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 76/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 77/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 78/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 79/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 80/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 81/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de lei nº 82/34, de autoria do vereador Benedicto Tamasio, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Sr. Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz, o qual foi aprovado em 2ª discussão a requerimento do vereador Benedicto Tamasio, que foi aprovado por 8 votos contra 2, sendo que os vereadores Antonio Francisco Franco e Antonio Rodrigues votaram contra, por não terem sido ouvidos. Em seguida o presidente anunciou a passagem à 1ª discussão do projeto de

Hospital local, estes, juntamente com o Perfeito Municipal em contacto com o citado Dr.Ulde, por ma ausência do Vice-Prefeito do Sabonete, Sr. Dr. Cirol Henrique Fuenes, conseguindo adiantar de se tinha a verba de Cr$ 200.000,00 para a compra de Novo Hospital de Pinhal. Ainguem mais pretende usar da palavra, o Sr. Presidente convidou os vereadores presentes para a votação em segunda discussão, e aprovação final por unanimidade dos seguintes projetos em segunda discussão, os projetos do diretor legislativo de numeros 5/61 e 6/61, e nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos do dia, para constar, foi lavrada a presente ata, por mim José Batista Montefusco, secretariando da Câmara, a escrevi.

Ata da 16ª sessão extraordinária, de 21 ano, da 1ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada no dia 21 de agosto de 1959.

Presidencia do Sr. Wandereg Bicudo.
Secretariado do Sr. José Batista.

Aos dez dias do mês de agosto de um mil novecentos e cinquenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as quinze horas, reuniu-se em sessão extraordinária, presidindo os trabalhos os vereadores Wandereg Bicudo, Antonio Fineiss, Victorio Tomasse, Otilio Paulo Fernandes e João Batista Giordano, José Antonio Fernandes, João Gierett Albagete, José Roberto e Mendes Jacob, comparecendo ainda os vereadores José Antonio Fernandes e Wanderley Bicudo, ambos suplentes, convocados pelo Sr. Presidente da Câmara, para a presente sessão, em virtude dos vereadores efetivos Dr. Ulde Sabonete, Sr. Cirol Henrique Fuenes, João Batista Giordano, José Antonio Fernandes, João Batista Giordano, Otilio Paulo Fernandes e

mensagem nº 39/49, encaminhando o projeto de lei nº 38/49, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o abatimento do crédito suplementar." "Na Comissão de Justiça e Finanças" - "mensagem nº 39/49, encaminhando o projeto de lei nº 39/49, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abono especial a bem Remunerações, Pensões e Vencimentos." "Na Comissão de Justiça e Finanças" - "Mensagem nº 39/49, encaminhando o projeto de lei nº 39/49, do Prefeito Municipal, abrindo o crédito especial para a aplicação de uma importância destinada à alienação de imóvel localizado na Vila São José." "Nas Comissões de Justiça e Finanças" - "Encaminha a Mesa do Expediente, o seguinte: Requerimento nº 33/49, do vereador Antonio Marcos e do Prefeito Municipal, Encaminhando os documentos referentes ao Projeto de lei nº 33/49, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para a aquisição de um terreno." "Requerimento nº 34/49, do vereador Antonio Marcos e do Prefeito Municipal, Encaminhando os documentos referentes ao Projeto de lei nº 34/49, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para a aquisição de um terreno." "Requerimento nº 35/49, do vereador Antonio Marcos e do Prefeito Municipal, Encaminhando os documentos referentes ao Projeto de lei nº 35/49, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para a aquisição de um terreno." "Requerimento nº 36/49, do vereador Antonio Marcos e do Prefeito Municipal, Encaminhando os documentos referentes ao Projeto de lei nº 36/49, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para a aquisição de um terreno." "Requerimento nº 37/49, do vereador Antonio Marcos e do Prefeito Municipal, Encaminhando os documentos referentes ao Projeto de lei nº 37/49, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial para a aquisição de um terreno." "Requerimento nº 38/49, do Prefeito Municipal, Encaminhando o projeto de lei nº 38/49, do Prefeito Municipal,

nice em Economia Doméstica da E.R.P.; professora Kazuko Misaguchi, Alunos do Curso de Economia Doméstica da E.R.P.; Professor Roberto Sacramento, Membro da Equipe Técnica Pedagógica da E.R.P.; Professora Lucilena Gonçalves de Oliveira Pinto, Professora da Escola Estadual Rural de Parigot de Souza; Profa Sirlene Almeida, Coordenadora do Serviço de Economia Doméstica da E.R.P.; Professora Helena Teixeira de Carvalho Pinto, Técnica em Economia Doméstica da E.R.P.; Funcionários de Cotia, Wally Francisco, Professor Bueno Rodrigues, Wanda Theresinha Gonçalves, membros da E.R.P.; Técnica Diarei Gelli Ferreira, Diretora Substituta da E.R.P. e Carmel Ribeiro, licenciada em Ciências Agronômicas.

Ata da 12ª sessão ordinária, de 21 de junho, da 7ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, aos vinte e um dias do mês de junho de 1957. Presidência do Sr. Wanderley Biondi. Secretariada pelo Sr. Antonio Fendrich.

Aos quinze dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício da Prefeitura, às vinte horas, presentes os vereadores abaixo assinados, para deliberarem a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Wanderley Biondi, Roque Fernandes, Antonio Fendrich, Waldir Tavares, José Antonio Fernandes e Heitor Caringi. Não compareceram os vereadores Délio Paulo Fernandes, José Gerotti, Athayde de Moraes e Benedito Ferreira Gonçalves. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Após ser lida um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo crucificado, foram lidas e aprovadas, a ata da sessão anterior e a ata da sessão extraordinária realizada no dia 14 do corrente. Em seguida, com a palavra o senhor presidente, comunicou que havia recebido um ofício do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o seguinte projeto de lei: "Projeto de Lei nº 33/84, de 15 de agosto de 1984. Autoriza a Prefeitura Municipal a doar um imóvel à Associação Pinhalense de Deficientes Físicos e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Pinhal, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei: Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a doar à Associação Pinhalense de Deficientes Físicos, uma área de terreno com a área de 1.000,00 metros quadrados, situada no Bairro Rural, encaminhando a doação nº 30/84, o presente será igualmente publicado, e as despesas decorrentes desta lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente. Prefeitura Municipal de Pinhal, aos quinze dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e quatro". Após ser lido o ofício e a mensagem, o senhor presidente determinou que o projeto de lei nº 33/84 fosse encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. Em seguida, com a palavra o senhor vereador Antonio Fendrich, solicitou que o projeto de lei nº 33/84 fosse encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento. Em seguida, com a palavra o senhor vereador Waldir Tavares, solicitou que o projeto de lei nº 33/84 fosse encaminhado à Comissão de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo. Em seguida, com a palavra o senhor vereador Roque Fernandes, solicitou que o projeto de lei nº 33/84 fosse encaminhado à Comissão de Saúde e Assistência Social. Em seguida, com a palavra o senhor vereador José Antonio Fernandes, solicitou que o projeto de lei nº 33/84 fosse encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Em seguida, com a palavra o senhor vereador Heitor Caringi, solicitou que o projeto de lei nº 33/84 fosse encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. Em seguida, com a palavra o senhor vereador Wanderley Biondi, solicitou que o projeto de lei nº 33/84 fosse encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. Em seguida, com a palavra o senhor vereador Waldir Tavares, solicitou que o projeto de lei nº 33/84 fosse encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento

Acta da 18ª sessão extraordinária, de 20 do ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, em 20 de agosto de 1934.

Secretariada pelo Sr. Antonio Fonseca.

Aos vinte dias do mês de agosto de um mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade de Pinhal, edifício da Câmara Municipal, e Paço Municipal, aí estando presentes o Presidente Manoel de Pinhal, os vinte horas, procedendo-se a chamada, foi verificado estarem presentes os vereadores Manoel Marques Wanderley, Ernesto Alves Nunes, Antonio Fernandes, Heitor Bangueth, João Gabriel Rhoden, Jose Bastos dos Santos, Eudoxio Tavares e Pedro Alexandre Rhoden. Jose presidente dos Santos, Eudoxio Tavares e Pedro Alexandre Rhoden. Jose presidente declarou estar aberta a sessão. Em seguida, lavrando número legal foram aceites os trabalhos. Após um pedido de minuto de silencio em memoria ao finado Dr. Antonio Candido Ferreira, ocorrido na manhã do dia 19 do corrente mês, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Republica, solicitando providencias para a sua vinda a esta cidade, por ocasião da passagem do 1º aniversario da sua eleição. Em seguida, o Sr. Presidente anunciou a presença do Sr. Dr. Antonio Candido Ferreira, Juiz de Direito desta comarca, que veio trazer ao conhecimento da Camara, a seguinte proposta: "Proposta para que a Camara Municipal de Pinhal, em sessão extraordinária, resolva: a) solicite do Poder Publico do Estado de Vossa, para valerem estes dias a sentença nacional, a quantia de 20:000$000 (vinte contos de reis), para ser distribuida pelas Associações desta cidade, a saber: Sociedade Beneficente Italiana, Sociedade Beneficente Allemã, Sociedade Portugueza, Sociedade Beneficente Brasileira, Sociedade Beneficente Japoneza, Sociedade Beneficente Syria, Sociedade Beneficente Hespanhola, Sociedade Beneficente Polaca, Sociedade Beneficente Arabe, Sociedade Beneficente Hungara, Sociedade Beneficente Russa, Sociedade Beneficente Austriaca, Sociedade Beneficente Ucraniana, Sociedade Beneficente Lituana, Sociedade Beneficente Tchecoslovaca, Sociedade Beneficente Romena, Sociedade Beneficente Bulgara, Sociedade Beneficente Grega, Sociedade Beneficente Turca, Sociedade Beneficente Persa, Sociedade Beneficente Chinesa, Sociedade Beneficente Indiana, Sociedade Beneficente Egypcia, Sociedade Beneficente Abyssinia, Sociedade Beneficente Liberiana, Sociedade Beneficente Ethiopia, Sociedade Beneficente Somalia, Sociedade Beneficente Tripolitana, Sociedade Beneficente Marroquina, Sociedade Beneficente Argelina, Sociedade Beneficente Tunis

trazer, posteriormente à chamada dos ausentes anteriormente, procedendo-se à verificação de presença dos Vereadores Antonio Fernandes, Ernesto Batista, Heitor Sarzenelli e José Pereira. Não comparecendo os vereadores Geraldo José Rezende, José Bernardes, João Batista Albuquerque e Francisco Tamaso Hazando número legal, foram abertos os trabalhos. Após uma leve suspensão de minutos em virtude da ausência do Secretário, o Presidente mandou ler a ata da sessão ordinária anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, o mesmo Presidente anunciou a presença de visitantes, que estavam assistindo aos trabalhos desta sessão, e do diretor de "Jornal" agradecendo ao Vereador Eugênio Carneiro, o envio de um exemplar do mesmo. João Batista Albuquerque, Presidente da Câmara, agradeceu as notas de louvor e congratulações enviadas por sua atividade, e do Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá, pelo transcurso do 1º aniversário de instalação do Serviço Nacional de Recenseamento. Em seguida, o Presidente Heitor Sarzenelli, passou a palavra ao Vereador Geraldo José Rezende, que em aparte

os trabalhos, anunciando o Sr. Presidente ter passado a Ordem do Dia, a qual constava da discussão, em 2ª discussão, do projeto de lei, de iniciativa do Executivo, dispondo sobre a abertura de um crédito especial destinado à edificação final e respectivo muro da cerca do Cemitério Municipal, de acordo com as Leis nºs 1.123, 1.124, 1.125, 1.126 e 1.127, de 1º de Agosto de 1.951, e, em discussão única, os projetos apensados, pareceres favoráveis das Comissões competentes, e demais providências necessárias

municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial para o exercício de 1934 no valor de Rs. 5:000$000 (cinco contos de réis) e dá outras providencias" foi lido, discutido e aprovado sem debate, em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 58/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com a construção e reconstrução de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 59/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 60/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 61/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 62/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 63/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 64/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 65/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 66/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 67/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 68/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 69/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 70/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 71/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 72/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 73/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 74/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 75/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 76/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 77/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 78/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 79/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 80/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 81/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 82/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 83/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 84/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 85/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 86/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 87/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 88/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 89/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 90/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 91/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 92/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 93/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 94/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 95/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 96/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 97/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 98/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 99/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 100/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 101/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 102/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 103/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 104/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 105/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 106/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 107/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 108/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 109/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 110/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 111/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 112/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 113/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 114/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 115/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 116/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 117/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 118/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 119/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 120/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 121/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 122/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 123/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 124/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 125/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 126/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 127/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 128/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 129/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 130/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 131/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 132/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 133/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 134/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 135/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 136/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 137/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 138/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 139/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 140/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 141/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 142/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 143/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 144/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 145/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 146/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 147/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 148/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 149/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 150/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do Estado. Em seguida, foi lido, discutido e aprovado em 2ª discussão e votação, o projeto de lei nº 151/34, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a construção de prédios nos 1º, 2º e 3º districtos judiciarios, como pretende proceder este Município de Tatuhy e Itapetininga. Aprovado pelo Art. 8º Capitulo 2º da Constituição vigente do

mas, esperando, em nome da Câmara, um pronunciamento e louvamos a organização da V Olimpíada do Trabalho, que se realizará em Belo Horizonte, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pinhal, Salto, Piracicaba, Limeira, Araras e Rio Claro, iniciativa do Sesi, em regozijo à passagem do 25º aniversário de criação daquele Departamento Nacional. Requeiro, ainda, que seja oficiado ao Sesi, Departamento Regional de São Paulo, Avenida Paulista, 1313, 11º andar, nesta Capital, solicitando o envio de 2 (dois) exemplares do Regulamento da V Olimpíada do Trabalho, para conhecimento desta Casa. Sala das Sessões, 22 de outubro de 1974. a) Antonio Carlos Ferreira Gomes - Presidente". Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o requerimento nº 1.021/74, de autoria do vereador Antonio Carlos Ferreira Gomes, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da presente sessão, do Projeto de Lei nº 89/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o requerimento nº 1.021/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 89/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 89/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 90/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 90/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 91/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 91/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 92/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 92/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 93/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 93/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 94/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 94/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 95/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 95/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 96/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 96/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 97/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 97/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 98/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 98/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 99/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 99/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 100/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 100/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 101/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 101/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 102/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 102/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 103/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 103/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 104/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 104/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 105/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 105/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 106/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 106/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 107/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 107/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 108/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 108/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 109/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 109/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 110/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 110/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 111/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 111/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 112/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 112/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 113/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 113/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 114/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 114/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 115/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 115/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 116/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 116/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 117/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 117/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 118/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 118/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 119/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 119/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 120/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 120/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 121/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 121/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 122/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 122/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 123/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 123/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 124/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 124/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 125/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 125/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 126/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 126/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 127/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 127/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 128/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 128/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 129/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 129/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 130/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 130/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 131/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 131/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 132/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 132/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 133/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 133/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 134/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 134/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 135/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 135/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 136/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 136/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 137/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 137/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 138/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 138/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 139/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 139/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 140/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 140/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 141/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 141/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 142/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 142/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 143/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 143/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 144/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 144/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 145/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 145/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 146/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 146/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 147/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 147/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 148/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 148/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 149/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 149/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 150/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 150/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 151/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 151/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 152/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 152/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 153/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 153/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 154/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 154/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 155/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 155/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 156/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 156/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 157/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 157/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 158/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 158/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 159/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 159/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 160/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 160/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 161/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 161/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 162/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 162/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 163/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 163/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 164/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 164/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 165/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 165/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 166/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 166/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 167/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 167/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 168/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 168/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 169/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 169/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 170/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 170/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 171/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 171/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 172/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 172/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 173/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 173/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 174/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 174/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 175/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 175/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 176/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 176/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 177/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 177/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 178/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 178/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 179/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 179/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 180/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 180/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 181/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 181/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 182/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 182/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 183/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 183/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 184/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 184/74, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 185/74, que dispõe sobre a criação de cargos de Professor Colaborador, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, e dá outras providências. Não havendo quem desejasse discutir a matéria, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 185/74, que foi aprovado por unanimidade.

Fernandes, Vicente Afonso Egal ... pelos atestos ao Sanatorio. Após um festo um minuto de silencio em homenagem aos mortos em defesa da Patria. Em seguida o assessor procedeu a leitura do Edital convocando a presente sessão extraordinaria e passou a leitura do Expediente, que constou de seguinte: 1) Officio assinados: a) do Inspetor Sanitario, agradecendo as congratulações enviadas pelo vereador Bonnes, b) do Presidente da Camara Municipal de Brotas, enviando o orçamento de 1940/45, de conformidade com o Decreto Federal nº 1202/39, c) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, d) do Presidente da Associação Commercial de São Paulo, enviando cartão de cumprimentos pelo 9º aniversario da Revolução Constitucionalista de 1932, e) do Secretario do Interior, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, f) do Secretario do Interior, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, g) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, h) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, i) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, j) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, k) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, l) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, m) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, n) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, o) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, p) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, q) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, r) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, s) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, t) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, u) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, v) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, w) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, x) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, y) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, z) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, cc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, dd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, gg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, oo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, pp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, tt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, fff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, lll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, sss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, www) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, cccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, dddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, gggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, llll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, oooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, pppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, tttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, fffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, lllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, sssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, cccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, dddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, gggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, llllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, oooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, pppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ssssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, tttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ccccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ddddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, fffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ggggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, lllllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ooooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ppppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, sssssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ttttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, cccccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, dddddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ffffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, gggggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, llllllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, oooooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, pppppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ssssssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, tttttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwwwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ccccccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ddddddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, fffffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ggggggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, lllllllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ooooooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ppppppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, sssssssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ttttttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuuuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvvvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwwwwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxxxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyyyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzzzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, cccccccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, dddddddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeeeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ffffffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, gggggggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiiiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, llllllllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, oooooooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, pppppppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ssssssssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, tttttttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuuuuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvvvvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwwwwwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxxxxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyyyyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzzzzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaaaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbbbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ccccccccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ddddddddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeeeeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, fffffffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ggggggggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhhhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiiiiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjjjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkkkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, lllllllllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmmmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnnnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ooooooooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ppppppppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqqqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrrrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, sssssssssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ttttttttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuuuuuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvvvvvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwwwwwwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxxxxxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyyyyyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzzzzzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaaaaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbbbbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, cccccccccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, dddddddddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeeeeeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ffffffffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, gggggggggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhhhhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiiiiiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjjjjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkkkkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, llllllllllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmmmmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnnnnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, oooooooooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, pppppppppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqqqqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrrrrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ssssssssssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, tttttttttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuuuuuuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvvvvvvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwwwwwwwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxxxxxxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyyyyyyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzzzzzzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaaaaaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbbbbbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ccccccccccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ddddddddddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeeeeeeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, fffffffffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ggggggggggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhhhhhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiiiiiiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjjjjjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkkkkkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, lllllllllllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmmmmmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnnnnnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ooooooooooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ppppppppppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqqqqqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrrrrrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, sssssssssssss) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ttttttttttttt) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, uuuuuuuuuuuuu) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, vvvvvvvvvvvvv) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, wwwwwwwwwwwww) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, xxxxxxxxxxxxx) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, yyyyyyyyyyyyy) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, zzzzzzzzzzzzz) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, aaaaaaaaaaaaaa) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, bbbbbbbbbbbbbb) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, cccccccccccccc) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, dddddddddddddd) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, eeeeeeeeeeeeee) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ffffffffffffff) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, gggggggggggggg) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, hhhhhhhhhhhhhh) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, iiiiiiiiiiiiii) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, jjjjjjjjjjjjjj) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, kkkkkkkkkkkkkk) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, llllllllllllll) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, mmmmmmmmmmmmmm) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, nnnnnnnnnnnnnn) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, oooooooooooooo) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, pppppppppppppp) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, qqqqqqqqqqqqqq) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, rrrrrrrrrrrrrr) do Prefeito Municipal de Brotas, agradecendo a moção de apoio ao Governo Federal, ssssssssssssss) do Prefeito Municipal de Brotas

mensalmente a mesma quantia, em 12 vezes que alte o mês de outubro de 1918 inclusive, perfazendo a importancia de Rs$ 1.200.000$000, e em 15 annos Rs$ 150.000$000, quando alé o mês de outubro exercicio de 1918 Rs$ 303.393$53 Imposto Territorial Urbano, regulado em Rs$ 30.000$000 em 15 annos Rs$ 300.000$000 em 15 annos, augmentado em 100% quando já exercendo até outubro Rs$ 60.086$27 Imposto Sobre Exercios de Industrias e Profissões em Rs$ 100.000$000, passando em 15 annos Rs$ 400.000$000 com um augmento de 400%, quando agenciados até outubro Rs$ 156.014$50, Taxa de licença Ordinaria regulada em Rs$ 20.000$000, quando já em 15 annos a mesma Rs$ 80.000$000, augmentada com 300% até outubro Rs$ 88.030$, 20 outubro Rs$ 100.000$000, em 15 annos Rs$ 400.000$000 com 300% de augmento, quando já exercendo até outubro Rs$ 60.086$27 Imposto Sobre Exercios de Industrias e Profissões em Rs$ 100.000$000, passando em 15 annos Rs$ 400.000$000, quando já

foi aprovado por 5 a 0. O vereador Antonio Fenelon apareceu e assumiu a cadeira. Em seguida foi aprovado o requerimento de autoria do Sr. José Fernandes Tamaso, solicitando um voto de louvor ao Senhor Dr. Prefeito Municipal Paulista, pelo fato de ter mandado colocar placas de advertencia, nos locais em que fiscais em prol do cumprimento do Regulamento de Trafego. Foi aprovado o pedido de licença do Sr. Vereador Ernesto Ferreira Lopes, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 30 dias. Em seguida foi aprovado o requerimento do Sr. Vereador Antonio Fenelon, solicitando um voto de louvor ao Sr. Dr. Prefeito Municipal, pelo fato de ter mandado colocar placas de advertencia, nos locais em que fiscais em prol do cumprimento do Regulamento de Trafego.

por edifício onde funciona a Câmara Municipal do Pinhal, às vinte horas, sob a presidência do vereador mais votado, verificou-se estarem presentes os seguintes: Wandarley Lisandro, Antonio Penteado, Jose Antonio Fernandes, Jose Ribeiro, Waldir Bandarolli, Diolindo Tomazo e João Batista Guedes, sob a ausência do vereador Argemiro Dias Ribeiro. Tendo o senhor presidente declarado aberta a sessão, passou-se à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem restrições. Em seguida o senhor presidente convocou os vereadores para a discussão da ordem do dia, que era a eleição da Mesa Diretora para o ano de 1915. Feita a chamada, verificou-se estarem presentes os vereadores

dos Vereadores Zebedi, Reguib Elias Jacob, Antonio Penteado, Jose Gonçalves de Andrade, Jose Batista Guedes, Jose Ribeiro Fernandes, Heitor Sampaio Filho, Jose Batista Guedes, Jose Batista Sobrinho, Jose Batista Fernandes, Heitor Sampaio Filho. Após com a palavra o vereador Jose Batista Guedes, que fez um longo discurso em homenagem ao Coronel Batista Guedes, o Sr. Presidente pergunta aos vereadores se desejam fazer uso da palavra. Ninguem mais querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente encerra a sessão, convocando uma outra extraordinária para o dia 23 do corrente, às 20 horas, para discussão e votação do projeto de lei nº 58/59, que dispõe sobre a Tabela de Emolumentos dos Cartórios do Judicial. Nada mais havendo a tratar

demais afirmou que assim a candidatura à 1º Secretaria para o bom andamento da Câmara, e que os edis Heitor Bazagnelli e José Batista Guedes, após a eleição para a 1ª Secretaria pretendem a vaga em aberto por um deles, e que assim os demais se compraziam de votar nos

as indicações não são suficientes à votação, daí não haver a necessidade de explicações que acaso incontinenti fossem dadas ao Orçamento pelo Executivo Municipal. Somente apenas era possível a edilidade conhecer a política que os Governadores deste Estado vinham fazendo através dos Orçamentos aprovados por Lei, até mesmo, do atuante Antônio Carlos, Governador vem este, que, em sua Mensagem à Assembléia Legislativa deste Estado, pôs de evidência de nossa cidade e com explicações acerca do outro, que passou da ordem da Tesoura de um acurado orçamento geral, datado de 1929 e 30, extraindo-se daí, que, em 1929, foi arrecadado Rs. 1.800:000$000, ha, pagando-se com esta os seguintes serviços: Secretaria Geral, Polícia, Justiça, Saúde Pública, Obras Públicas, Instrução Pública, Despesas de Exercícios Encerrados, as quais o de vosso conselho da sabedoria da Tesouraria Municipal de Santa Cruz, consistiu das seguintes: Antonio Pedro, 1:000$000; Antonio Ferreira, 1:000$000; Antonio Ferreira Lima, 1:000$000; Antonio Ferreira Lima, 1:000$000; Antonio Ferreira Lima

que a mesma, nos últimos meses do ano passado ficou bem acima da arrecadação do mês anterior, não gastando menos que deveriam ser gastos, gastando como sempre a mais considerando o mencionado gasto apenas de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para pagamento de pessoal durante o período de férias do chefe do Executivo, para que fossem providenciadas as informações a fim de ser atendido o pedido de informações acima referido desde data vai para alguns dias. E encerrando com considerações discorreu o vereador Benedito Moreira Gomes, que recentemente foi procurado por alguns moradores do Bairro Jardim Nova Veneza, pedindo que fosse feito um pedido de indicação ao Executivo para que mandasse fazer uma ponte sobre o córrego que corta aquele bairro, pois a mesma encontra-se em péssimas condições de tráfego, sendo que o Vereador concordou com o pedido e o encaminhou à Mesa. Em seguida o Vereador Antonio Ernesto Salgado, falou sobre a falta de água que vem ocorrendo nos bairros mais altos da cidade, como também a falta de energia elétrica, que também vem ocorrendo com muita frequência, pedindo providências a respeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, e eu, Ivan Ferreira Lima, Secretário da Câmara, a redigi.

Ata da 12ª sessão ordinária do 2º ano da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Estância Balneária de Itariri, em 27 de fevereiro de 1975.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes

Aos vinte dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Itariri, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, onde está sendo provisoriamente a Câmara Municipal de Estância Balneária de Itariri, hoje após o encerramento da 11ª sessão ordinária, presidida pelo Vereador Presidente Sr. José Antonio Fernandes, presentes os seguintes Srs. Vereadores: José Antonio Fernandes, Reginaldo Elias Jacob, José de Araújo Brandão, Benedito Moreira Gomes, Antonio Ernesto Salgado, Waldelir Lisboa, Helio Costa Fernandes e João Batista Fernandes, havendo número legal de Vereadores para abertura da 12ª sessão ordinária, passou-se a leitura da ata da qual foram aprovados, sem restrições. Em seguida, antes de ser dada a palavra aos oradores inscritos, o Presidente leu o ofício nº 01/75, datado de 26 de fevereiro corrente, em que comunica Antonio Ernesto Salgado, vereador do Partido Democrático Social, que o Presidente determinou que o projeto de lei nº 01/75 fosse encaminhado ao Departamento Municipal para anexar, agradeceu a presença dos senhores vereadores, e ainda que o mesmo não tenha comparecido às sessões de março, é nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, e eu, Benedito Moreira Gomes, Secretário da Câmara, a redigi.

Ata da 13ª sessão ordinária do 2º ano da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Estância Balneária de Itariri, em 6 de março de 1975.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes

Aos seis dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Estância Balneária de Itariri, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, onde está sendo provisoriamente a Câmara Municipal de Estância Balneária de Itariri, hoje após o encerramento da 12ª sessão ordinária, presidida pelo Vereador Presidente Sr. José Antonio Fernandes, presentes os seguintes Srs. Vereadores: José Antonio Fernandes, Reginaldo Elias Jacob, José de Araújo Brandão, Benedito Moreira Gomes, Antonio Ernesto Salgado, Waldelir Lisboa, Helio Costa Fernandes e João Batista Fernandes, havendo número legal de Vereadores para abertura da 13ª sessão ordinária, passou-se a leitura da ata da qual foram aprovados, sem restrições. Em seguida, antes de ser dada a palavra aos oradores inscritos, o Presidente leu o ofício nº 02/75, datado de 5 de março corrente, em que comunica Antonio Ernesto Salgado, vereador do Partido Democrático Social, que o Presidente determinou que o projeto de lei nº 01/75 fosse encaminhado ao Departamento Municipal para anexar, agradeceu a presença dos senhores vereadores, e ainda que o mesmo não tenha comparecido às sessões de março e abril, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, e eu, Benedito Moreira Gomes, Secretário da Câmara, a redigi.

Ata da 14ª sessão ordinária do 2º ano da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Estância Balneária de Itariri, em 13 de março de 1975.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes

Aos treze dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Estância Balneária de Itariri, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, onde está sendo provisoriamente a Câmara Municipal de Estância Balneária de Itariri, hoje após o encerramento da 13ª sessão ordinária, presidida pelo Vereador Presidente Sr. José Antonio Fernandes, presentes os seguintes Srs. Vereadores: José Antonio Fernandes, Reginaldo Elias Jacob, José de Araújo Brandão, Benedito Moreira Gomes, Antonio Ernesto Salgado, Waldelir Lisboa, Helio Costa Fernandes e João Batista Fernandes, havendo número legal de Vereadores para abertura da 14ª sessão ordinária, passou-se a leitura da ata da qual foram aprovados, sem restrições. Em seguida, antes de ser dada a palavra aos oradores inscritos, o Presidente leu o ofício nº 03/75, datado de 12 de março corrente, em que comunica Antonio Ernesto Salgado, vereador do Partido Democrático Social, que o Presidente determinou que o projeto de lei nº 01/75 fosse encaminhado ao Departamento Municipal para anexar, agradeceu a presença dos senhores vereadores, e ainda que o mesmo não tenha comparecido às sessões de março e abril, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, e eu, Benedito Moreira Gomes, Secretário da Câmara, a redigi.

Ata da 15ª sessão ordinária do 2º ano da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Estância Balneária de Itariri, em 20 de março de 1975.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes

Aos vinte dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Estância Balneária de Itariri, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, onde está sendo provisoriamente a Câmara Municipal de Estância Balneária de Itariri, hoje após o encerramento da 14ª sessão ordinária, presidida pelo Vereador Presidente Sr. José Antonio Fernandes, presentes os seguintes Srs. Vereadores: José Antonio Fernandes, Reginaldo Elias Jacob, José de Araújo Brandão, Benedito Moreira Gomes, Antonio Ernesto Salgado, Waldelir Lisboa, Helio Costa Fernandes e João Batista Fernandes, havendo número legal de Vereadores para abertura da 15ª sessão ordinária, passou-se a leitura da ata da qual foram aprovados, sem restrições. Em seguida, antes de ser dada a palavra aos oradores inscritos, o Presidente leu o ofício nº 04/75, datado de 19 de março corrente, em que comunica Antonio Ernesto Salgado, vereador do Partido Democrático Social, que o Presidente determinou que o projeto de lei nº 01/75 fosse encaminhado ao Departamento Municipal para anexar, agradeceu a presença dos senhores vereadores, e ainda que o mesmo não tenha comparecido às sessões de março e abril, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, e eu, Benedito Moreira Gomes, Secretário da Câmara, a redigi.

dos impugnações, mas as entenderam destemerosas com o seu respeito asseverando, no entanto de concentrarem a eleição mais rapidamente para ele dado fim à Diretoria Adicional que a seus colegas, vitoriosa, tinha a sua disposição. Ele se pôs a pedir a palavra para dizer que desde este momento se julgava sem a confiança de uma grande maioria desta Câmara, dizendo mesmo que pedia a sua demissão da Diretoria Adicional sem aguardar de se proceder nova eleição, visto que a maioria desta Câmara não lhe dava a confiança que julgava necessária para o bom desempenho de seu cargo. Pedindo a palavra o Vereador Waldir Pedro Cassinelli, lembrou ao plenário que realmente não poderiam pagar, pois em um parecer do Tribunal de Contas do Estado, foi negado o pedido de pagamento da gratificação aos membros da comissão administrativa, pois a mesma não tinha sido criada por lei

Leu a Carta do Estado de São Paulo, pela qual agradece, em nome da Delegação recentemente chefiada a essa importante reunião, o ofício do Presidente da Câmara Municipal de Tupi-Paulista, encaminhando o expediente nº 48/68 do edil Sebastião Bastos, solicitando apoio da solicitude patriótica para que envie telegrama ao Governo Federal, em agradecimento à aprovação pela Câmara dos Deputados, em 2ª discussão, em votação, do projeto que cria, com observação do edil Heitor Bacarnelli de que redigida por ele mesmo diversa, era adicionada Tabe existente na Vila de Pedrinhas, pertencente ao Município de Penápolis. Pela Presidência foi encaminhado o projeto de lei nº 01/68 existente na Secretaria da Câmara Municipal de Penápolis, solicitando a manifestação desta Casa sobre o mesmo. Pela Comissão de Obras Públicas do Estado de São Paulo, solicitando a manifestação desta Casa sobre o pedido dos moradores da Fazenda Bolena, no Município de Penápolis, para a ligação com a Rodovia Bolena, no Município de Tupi-Paulista. Pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto de lei nº 03/68, de vereador Heitor Bacarnelli, regulamentando a isenção do Imposto Predial, para entidades religiosas. Pela Comissão de Finanças e Orçamento, favorável aos projetos nºs 01/68 - a) nº 01/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com os Srs. Paulo Egydio Martins e Manoel Ferraz, pela posse nos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado de São Paulo; b) nº 02/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício; c) nº 03/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; d) nº 04/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; e) nº 05/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; f) nº 06/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; g) nº 07/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; h) nº 08/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; i) nº 09/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; j) nº 10/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; k) nº 11/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Sr. Paulo Egydio Martins e Manoel Ferraz, pela posse nos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado de São Paulo; l) nº 12/68, de vereador Heitor Bacarnelli, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício; m) nº 13/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício; n) nº 14/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; o) nº 15/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; p) nº 16/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; q) nº 17/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; r) nº 18/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; s) nº 19/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício; t) nº 20/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; u) nº 21/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício; v) nº 22/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; x) nº 23/68, de vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal; z) Requerimento aprovado pelo nº 01/68 - a) nº 01/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com os Srs. Paulo Egydio Martins e Manoel Ferraz, pela posse nos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado de São Paulo; b) nº 12/68, de vereador Heitor Bacarnelli, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício; c) nº 13/68, de vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 01/68, do vereador Antonio Ernesto, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 02/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 03/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 04/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 05/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 06/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 07/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 08/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 09/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 10/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 11/68, do vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 12/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 13/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 14/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 15/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 16/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 17/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 18/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 19/68, do vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 20/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 21/68, do vereador Antonio Ernesto, congratulando-se com o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, pela passagem de seu aniversário natalício. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 22/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 23/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 24/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 25/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 26/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 27/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 28/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 29/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 30/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 31/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 32/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 33/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 34/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 35/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 36/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 37/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 38/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 39/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 40/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 41/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 42/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 43/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 44/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 45/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 46/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 47/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 48/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 49/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 50/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 51/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 52/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 53/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 54/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 55/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 56/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 57/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 58/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 59/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 60/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 61/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 62/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 63/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 64/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 65/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 66/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 67/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 68/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 69/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 70/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 71/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 72/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 73/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 74/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 75/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 76/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 77/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 78/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 79/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 80/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 81/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 82/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 83/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 84/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 85/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 86/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 87/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 88/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 89/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 90/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 91/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 92/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 93/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 94/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 95/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 96/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de congratulações com o Prefeito Municipal, Dr. Benedito Nogueira, pela passagem do 1º aniversário de sua gestão à frente do Executivo Municipal. Pela Presidência foi encaminhado o expediente nº 97/68, do vereador Heitor Bacarnelli, solicitando a

nello e Antonio Fialho. Não compareceram os vereadores Rogério Elias Jacob, Victorino Tamaso e José Pereira. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ter sido lida uma ata de sessão anterior, em segunda discussão, foi a mesma aprovada. Em seguida, o Presidente da Câmara deu conhecimento do seguinte: 1) Ofício recebido: a) vereadores dos Municípios de Rio Negro do Vale Bello, Brasil, Feliz, Boa Independência, Salvador e Tabuleiro, comunicando a composição de sua mesa para o ano de 1935; b) convite da Faculdade de Direito de Porto Alegre para a festa que a mesma vai promover em 1935, realizando-se, dia 18 de janeiro, no clube Vasco da Gama; c) convite da Embaixada, para a recepção daquela cavalgada a realizar-se dentro de poucos dias, em Porto Alegre, quando os cavaleiros virão ao Estado do Rio Grande do Sul. 2) Indicação do Sr. Deputado Benjamin Farah, do teor seguinte: "Indicando que se encaminhem ofícios ao Governo Federal e ao Governo do Estado, pedindo a designação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade, afim de proceder a inspeção de saúde nos candidatos ao alistamento eleitoral". 3) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 4) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 5) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 6) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 7) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 8) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 9) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 10) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 11) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 12) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 13) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 14) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 15) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 16) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 17) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 18) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 19) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 20) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 21) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 22) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 23) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 24) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 25) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 26) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 27) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 28) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 29) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 30) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 31) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 32) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 33) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 34) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 35) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 36) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 37) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 38) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 39) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 40) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 41) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 42) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 43) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 44) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 45) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 46) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 47) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 48) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 49) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 50) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 51) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 52) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 53) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 54) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 55) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 56) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 57) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 58) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 59) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 60) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 61) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 62) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 63) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 64) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 65) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 66) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 67) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 68) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 69) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 70) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 71) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 72) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 73) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 74) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 75) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 76) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 77) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 78) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 79) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 80) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 81) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 82) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 83) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 84) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 85) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 86) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 87) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 88) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 89) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 90) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 91) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 92) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 93) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 94) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 95) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 96) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 97) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 98) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 99) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade". 100) Indicação do Sr. Deputado Antonio Fialho, do teor seguinte: "Indicando que se peça ao Governo do Estado a nomeação de um médico para o Posto de Higiene desta cidade".

anunciou a passagem do dia, que se constituia do seguinte: 1) Palavras iniciais, declarando a votação do relatório de 1933. 2) Projecto nº 1, autorizando a celebração de convênio com o Departamento de Educação, Saúde Pública e Assistência Social do Estado, visando a construção de uma escola rural e educação das moças, na localidade denominada Linha Bello, e dando outras providências. 3) Projecto nº 2, autorizando as Comissões de Justiça, Finanças e Obras e Serviços Publicos, a contratar um emprestimo até a importância de Rs. 200:000$000, para a construção de uma ponte sobre o arroio Bello Fernandes, no valle da Linha Bello, e dando outras providências. 4) Projecto nº 3, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 5) Projecto nº 4, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 6) Projecto nº 5, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 7) Projecto nº 6, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 8) Projecto nº 7, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 9) Projecto nº 8, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 10) Projecto nº 9, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 11) Projecto nº 10, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 12) Projecto nº 11, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 13) Projecto nº 12, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 14) Projecto nº 13, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 15) Projecto nº 14, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 16) Projecto nº 15, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 17) Projecto nº 16, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 18) Projecto nº 17, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 19) Projecto nº 18, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 20) Projecto nº 19, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 21) Projecto nº 20, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 22) Projecto nº 21, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 23) Projecto nº 22, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 24) Projecto nº 23, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 25) Projecto nº 24, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 26) Projecto nº 25, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 27) Projecto nº 26, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 28) Projecto nº 27, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 29) Projecto nº 28, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 30) Projecto nº 29, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 31) Projecto nº 30, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 32) Projecto nº 31, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 33) Projecto nº 32, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 34) Projecto nº 33, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 35) Projecto nº 34, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 36) Projecto nº 35, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 37) Projecto nº 36, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 38) Projecto nº 37, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 39) Projecto nº 38, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 40) Projecto nº 39, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 41) Projecto nº 40, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 42) Projecto nº 41, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 43) Projecto nº 42, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 44) Projecto nº 43, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 45) Projecto nº 44, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 46) Projecto nº 45, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 47) Projecto nº 46, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 48) Projecto nº 47, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 49) Projecto nº 48, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 50) Projecto nº 49, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 51) Projecto nº 50, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 52) Projecto nº 51, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 53) Projecto nº 52, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 54) Projecto nº 53, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 55) Projecto nº 54, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 56) Projecto nº 55, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 57) Projecto nº 56, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 58) Projecto nº 57, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 59) Projecto nº 58, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 60) Projecto nº 59, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 61) Projecto nº 60, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 62) Projecto nº 61, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 63) Projecto nº 62, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 64) Projecto nº 63, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 65) Projecto nº 64, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 66) Projecto nº 65, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 67) Projecto nº 66, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 68) Projecto nº 67, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 69) Projecto nº 68, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 70) Projecto nº 69, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 71) Projecto nº 70, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 72) Projecto nº 71, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 73) Projecto nº 72, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 74) Projecto nº 73, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 75) Projecto nº 74, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 76) Projecto nº 75, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 77) Projecto nº 76, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 78) Projecto nº 77, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 79) Projecto nº 78, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 80) Projecto nº 79, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 81) Projecto nº 80, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 82) Projecto nº 81, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 83) Projecto nº 82, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 84) Projecto nº 83, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 85) Projecto nº 84, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 86) Projecto nº 85, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 87) Projecto nº 86, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 88) Projecto nº 87, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 89) Projecto nº 88, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 90) Projecto nº 89, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 91) Projecto nº 90, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 92) Projecto nº 91, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 93) Projecto nº 92, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 94) Projecto nº 93, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 95) Projecto nº 94, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 96) Projecto nº 95, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 97) Projecto nº 96, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 98) Projecto nº 97, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 99) Projecto nº 98, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias. 100) Projecto nº 99, autorizando a abertura de um credito especial de Rs. 2:000$000, para occorrer ás despezas com o serviço de profilaxia da malaria, em parte, e dá outras providencias.

Ata da 4ª sessão extraordinária, do 3º anno, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal do Espirito do Pinhal, realizada em 23 de abril de 1935.

Presidencia do Sr. José Antonio Fernandes
Secretariando-o o Sr. Waldelly Sicardi.

Aos trés dias do mês de abril do corrente anno e hora e meia, nesta cidade do Espirito Santo do Pinhal estado de São Paulo, em a casa da Camara, onde funciona a Camara Municipal do Espirito Santo do Pinhal, logo após o encerramento da 3ª sessão ordinária, presidente o Sr. José Antonio Fernandes, estando presentes os vereadores Rogério Elias Jacob, Victorino Tama

da Câmara Municipal de Santo Antonio do Jardim, anuando o exercimento de circular de 1a Edilidade, comunicando a composição da mesa que há de servir no 1º trimestre do corrente ano, e bem assim o haver transferido do Senado Federal, Ricardo Machado, os telegramas enviado por esta Edilidade apresentando as congratulações pela posse do chefe do Governo Provisorio, agradecendo as congratulações pela posse desta Edilidade por occasião de sua posse. e) Officio do Snr. Delegado Municipal: a) nº 81/15, encaminhando o projecto de nº 27/15, de modo sobre authorização para a abertura de credito especial para as Semissões de Justiça e Finanças. b) nº 10/15, encaminhando o projecto de nº 28/15, de modo a ser concedido o favor de isenção de impostos para as banez nacionaes de habitação com destinos ao contractos para a construcção de unidades residenciaes, pela Companhia de Habitação Popular. Camara Municipal. Bonsucesso. Estado do Rio. f) Indicações: a) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. b) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. c) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. d) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. e) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. f) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. g) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. h) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. i) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. j) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. k) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. l) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. m) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. n) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. o) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. p) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. q) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. r) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. s) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. t) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. u) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. v) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. w) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. x) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. y) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim. z) do vereador Jose Bastos, para que seja officiado ao Snr. Delegado Municipal para providenciar no sentido de ser installado o telephone na Estação Telegraphica de Santo Antonio do Jardim.

tivos para sua volta, estando como resumpto a retificação das estradas desde Campinas até Pozos de Caldas, passeiando muito agradavel e demorada viagem pelas paragens. O snr. João Batista Ribeiro disse que não podia dar a palavra ao snr. Diogo Mendes Gonçalves, visto que se ausentou possivel tempo de fazer uso da palavra em falta de algum dos snrs. vereadores presentes. Em seguida o snr. Presidente passou a palavra ao snr. Diogo Mendes Gonçalves, que

Aos dezasete dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, onde se encontravam os vereadores ordinários, perante todos os demandados vereadores, verificou a presença dos seguintes: José Antônio Fernandes, Antônio Carlos Mendes Bagagli, Nadir Bacaglioli, João Batista Giordano, João Jacinto Almeida, Waldelice Tamaso e José Francisco. Não compareceram os vereadores Rogério Elias Jacob, Célio Paulo Fernandes e José Benedito do Vale. Havendo número legal, passou-se à leitura da ata da sessão anterior e foi dada-lhe a palavra o Sr. Gabriel Almeida, que pediu a retirada de seu pronunciamento na ata da sessão anterior. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 05/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 05/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 06/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 06/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 07/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 07/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 08/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 08/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 09/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 09/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 10/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 10/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 11/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 11/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 12/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 12/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 13/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 13/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 14/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 14/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 15/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 15/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 16/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 16/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 17/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 17/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 18/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 18/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 19/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 19/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 20/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 20/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 21/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 21/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 22/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 22/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 23/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 23/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 24/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 24/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 25/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 25/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 26/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 26/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 27/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 27/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 28/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 28/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 29/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 29/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 30/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 30/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 31/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 31/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 32/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 32/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 33/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 33/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 34/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 34/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 35/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 35/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 36/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 36/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 37/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 37/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 38/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 38/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 39/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 39/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 40/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 40/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 41/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 41/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 42/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 42/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 43/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 43/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 44/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 44/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 45/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 45/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 46/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 46/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 47/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 47/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 48/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 48/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 49/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 49/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 50/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 50/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 51/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 51/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 52/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 52/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 53/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 53/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 54/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 54/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 55/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 55/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 56/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 56/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 57/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 57/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 58/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 58/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 59/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 59/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 60/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 60/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 61/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 61/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 62/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 62/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 63/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 63/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 64/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 64/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 65/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 65/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 66/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 66/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 67/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 67/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 68/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 68/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 69/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 69/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 70/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 70/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 71/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 71/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 72/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 72/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 73/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 73/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 74/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 74/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 75/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 75/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 76/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 76/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 77/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 77/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 78/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 78/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 79/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 79/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 80/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 80/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 81/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 81/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 82/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 82/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 83/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 83/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 84/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 84/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 85/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 85/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 86/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessidade de mais um. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 86/85, que foi aprovado com quatro votos favoráveis e um contrário. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto de lei nº 87/85. O vereador Sr. Geminiano Ferreira Lopes pediu a palavra e disse que não concordava com a criação de mais um cargo de Fiscal de Obras, pois o Município já tem um Fiscal de Obras e Posturas, e que não há necessid

anteriores. Reconhecidos, aplaudimos vivamente o arrojo e o espírito de iniciativa do Prefeito que este tanto está a realizar em todos os recantos do Município, sobretudo nesta parte em que as obras estão atingindo não só as localidades, a que estão sendo levadas, como também a todos os demais municípios da Região pelo fácil e direto acesso dos Transportes. Aplaudimos, portanto, a sua atitude ainda há pouco tomada de não só dar execução aos referidos projetos para a construção de uma ponte de ligação entre a cidade e o bairro de Santa Cruz, como também de ter providenciado a abertura de um crédito especial para esse fim, até o montante de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), a ser coberto com o produto da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 1.000, de 1º de Dezembro de 1954. Aplaudimos, ainda, a sua atitude de ter providenciado a abertura de um crédito especial para a construção de uma ponte sobre o Rio Cotia, no bairro de Boa Vista, até o montante de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), a ser coberto com o produto da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 1.000, de 1º de Dezembro de 1954. Aplaudimos, finalmente, a sua atitude de ter providenciado a abertura de um crédito especial para a construção de uma ponte sobre o Rio Cotia, no bairro de Boa Vista, até o montante de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), a ser coberto com o produto da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 1.000, de 1º de Dezembro de 1954.

Ainda dentro do Expediente, o Vereador Antonio Ferreira Lima requereu, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais da Casa de um artigo de autoria do Vereador Antonio Ferreira Lima, publicado no jornal "O Município", sob o título "Ainda a Ponte Velha", em que o mesmo Vereador, depois de historiar a construção da referida ponte, pede providências para a sua reconstrução. Aprovado o requerimento, foi o artigo transcrito nos Anais da Casa

Eduardo Benjamin Varella, solicitando o Tempo de Serviço das Funcionárias Públicas, com parecer favorável da Comissão de Justiça; Requerimento, no mesmo sentido pela Inspetoria de matrícula; 3) Discussão e votação do Projeto nº 10/48, de autoria do Vereador José Bonifácio de Andrade, concedendo ao ex Prefeito Municipal, a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 4) Discussão e votação do Projeto nº 11/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 5) Discussão e votação do Projeto nº 12/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 6) Discussão e votação do Projeto nº 13/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 7) Discussão e votação do Projeto nº 14/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 8) Discussão e votação do Projeto nº 15/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 9) Discussão e votação do Projeto nº 16/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 10) Discussão e votação do Projeto nº 17/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 11) Discussão e votação do Projeto nº 18/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 12) Discussão e votação do Projeto nº 19/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 13) Discussão e votação do Projeto nº 20/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 14) Discussão e votação do Projeto nº 21/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 15) Discussão e votação do Projeto nº 22/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 16) Discussão e votação do Projeto nº 23/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 17) Discussão e votação do Projeto nº 24/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 18) Discussão e votação do Projeto nº 25/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 19) Discussão e votação do Projeto nº 26/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 20) Discussão e votação do Projeto nº 27/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 21) Discussão e votação do Projeto nº 28/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 22) Discussão e votação do Projeto nº 29/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 23) Discussão e votação do Projeto nº 30/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 24) Discussão e votação do Projeto nº 31/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 25) Discussão e votação do Projeto nº 32/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 26) Discussão e votação do Projeto nº 33/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 27) Discussão e votação do Projeto nº 34/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 28) Discussão e votação do Projeto nº 35/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 29) Discussão e votação do Projeto nº 36/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 30) Discussão e votação do Projeto nº 37/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 31) Discussão e votação do Projeto nº 38/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 32) Discussão e votação do Projeto nº 39/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 33) Discussão e votação do Projeto nº 40/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 34) Discussão e votação do Projeto nº 41/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 35) Discussão e votação do Projeto nº 42/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 36) Discussão e votação do Projeto nº 43/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 37) Discussão e votação do Projeto nº 44/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 38) Discussão e votação do Projeto nº 45/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 39) Discussão e votação do Projeto nº 46/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 40) Discussão e votação do Projeto nº 47/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 41) Discussão e votação do Projeto nº 48/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 42) Discussão e votação do Projeto nº 49/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 43) Discussão e votação do Projeto nº 50/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 44) Discussão e votação do Projeto nº 51/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 45) Discussão e votação do Projeto nº 52/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 46) Discussão e votação do Projeto nº 53/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 47) Discussão e votação do Projeto nº 54/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 48) Discussão e votação do Projeto nº 55/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 49) Discussão e votação do Projeto nº 56/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 50) Discussão e votação do Projeto nº 57/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 51) Discussão e votação do Projeto nº 58/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 52) Discussão e votação do Projeto nº 59/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 53) Discussão e votação do Projeto nº 60/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 54) Discussão e votação do Projeto nº 61/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 55) Discussão e votação do Projeto nº 62/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 56) Discussão e votação do Projeto nº 63/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 57) Discussão e votação do Projeto nº 64/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 58) Discussão e votação do Projeto nº 65/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 59) Discussão e votação do Projeto nº 66/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 60) Discussão e votação do Projeto nº 67/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 61) Discussão e votação do Projeto nº 68/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 62) Discussão e votação do Projeto nº 69/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 63) Discussão e votação do Projeto nº 70/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 64) Discussão e votação do Projeto nº 71/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 65) Discussão e votação do Projeto nº 72/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 66) Discussão e votação do Projeto nº 73/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 67) Discussão e votação do Projeto nº 74/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 68) Discussão e votação do Projeto nº 75/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 69) Discussão e votação do Projeto nº 76/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 70) Discussão e votação do Projeto nº 77/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 71) Discussão e votação do Projeto nº 78/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 72) Discussão e votação do Projeto nº 79/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 73) Discussão e votação do Projeto nº 80/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 74) Discussão e votação do Projeto nº 81/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 75) Discussão e votação do Projeto nº 82/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 76) Discussão e votação do Projeto nº 83/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 77) Discussão e votação do Projeto nº 84/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 78) Discussão e votação do Projeto nº 85/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 79) Discussão e votação do Projeto nº 86/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 80) Discussão e votação do Projeto nº 87/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 81) Discussão e votação do Projeto nº 88/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 82) Discussão e votação do Projeto nº 89/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 83) Discussão e votação do Projeto nº 90/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 84) Discussão e votação do Projeto nº 91/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 85) Discussão e votação do Projeto nº 92/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 86) Discussão e votação do Projeto nº 93/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 87) Discussão e votação do Projeto nº 94/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 88) Discussão e votação do Projeto nº 95/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 89) Discussão e votação do Projeto nº 96/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 90) Discussão e votação do Projeto nº 97/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 91) Discussão e votação do Projeto nº 98/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 92) Discussão e votação do Projeto nº 99/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 93) Discussão e votação do Projeto nº 100/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 94) Discussão e votação do Projeto nº 101/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 95) Discussão e votação do Projeto nº 102/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 96) Discussão e votação do Projeto nº 103/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 97) Discussão e votação do Projeto nº 104/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 98) Discussão e votação do Projeto nº 105/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 99) Discussão e votação do Projeto nº 106/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 100) Discussão e votação do Projeto nº 107/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 101) Discussão e votação do Projeto nº 108/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 102) Discussão e votação do Projeto nº 109/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 103) Discussão e votação do Projeto nº 110/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 104) Discussão e votação do Projeto nº 111/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 105) Discussão e votação do Projeto nº 112/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 106) Discussão e votação do Projeto nº 113/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 107) Discussão e votação do Projeto nº 114/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 108) Discussão e votação do Projeto nº 115/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 109) Discussão e votação do Projeto nº 116/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 110) Discussão e votação do Projeto nº 117/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 111) Discussão e votação do Projeto nº 118/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 112) Discussão e votação do Projeto nº 119/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 113) Discussão e votação do Projeto nº 120/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 114) Discussão e votação do Projeto nº 121/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 115) Discussão e votação do Projeto nº 122/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 116) Discussão e votação do Projeto nº 123/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 117) Discussão e votação do Projeto nº 124/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 118) Discussão e votação do Projeto nº 125/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 119) Discussão e votação do Projeto nº 126/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 120) Discussão e votação do Projeto nº 127/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 121) Discussão e votação do Projeto nº 128/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 122) Discussão e votação do Projeto nº 129/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 123) Discussão e votação do Projeto nº 130/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 124) Discussão e votação do Projeto nº 131/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 125) Discussão e votação do Projeto nº 132/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 126) Discussão e votação do Projeto nº 133/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 127) Discussão e votação do Projeto nº 134/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 128) Discussão e votação do Projeto nº 135/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 129) Discussão e votação do Projeto nº 136/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 130) Discussão e votação do Projeto nº 137/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 131) Discussão e votação do Projeto nº 138/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 132) Discussão e votação do Projeto nº 139/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 133) Discussão e votação do Projeto nº 140/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 134) Discussão e votação do Projeto nº 141/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 135) Discussão e votação do Projeto nº 142/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 136) Discussão e votação do Projeto nº 143/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 137) Discussão e votação do Projeto nº 144/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 138) Discussão e votação do Projeto nº 145/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 139) Discussão e votação do Projeto nº 146/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 140) Discussão e votação do Projeto nº 147/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 141) Discussão e votação do Projeto nº 148/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 142) Discussão e votação do Projeto nº 149/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 143) Discussão e votação do Projeto nº 150/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 144) Discussão e votação do Projeto nº 151/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 145) Discussão e votação do Projeto nº 152/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 146) Discussão e votação do Projeto nº 153/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 147) Discussão e votação do Projeto nº 154/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 148) Discussão e votação do Projeto nº 155/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 149) Discussão e votação do Projeto nº 156/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 150) Discussão e votação do Projeto nº 157/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 151) Discussão e votação do Projeto nº 158/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 152) Discussão e votação do Projeto nº 159/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 153) Discussão e votação do Projeto nº 160/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 154) Discussão e votação do Projeto nº 161/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 155) Discussão e votação do Projeto nº 162/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 156) Discussão e votação do Projeto nº 163/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 157) Discussão e votação do Projeto nº 164/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 158) Discussão e votação do Projeto nº 165/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 159) Discussão e votação do Projeto nº 166/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 160) Discussão e votação do Projeto nº 167/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 161) Discussão e votação do Projeto nº 168/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 162) Discussão e votação do Projeto nº 169/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 163) Discussão e votação do Projeto nº 170/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 164) Discussão e votação do Projeto nº 171/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 165) Discussão e votação do Projeto nº 172/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 166) Discussão e votação do Projeto nº 173/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 167) Discussão e votação do Projeto nº 174/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 168) Discussão e votação do Projeto nº 175/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 169) Discussão e votação do Projeto nº 176/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 170) Discussão e votação do Projeto nº 177/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 171) Discussão e votação do Projeto nº 178/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 172) Discussão e votação do Projeto nº 179/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 173) Discussão e votação do Projeto nº 180/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 174) Discussão e votação do Projeto nº 181/48, de autoria do Vereador Nestor Evangelista, concedendo a gratificação de que percebia quando a Prefeitura desse cidade e do interior; com parecer favorável da Comissão de Justiça; 175) Discussão e votação do Projeto nº 182/48, de autoria do Vereador Nestor

eradores i ao ex.mo Snr.Dr. Governador Civil do Distrito de Aveiro, para que se digne dar as suas ordens no sentido de ser concedido o favor requerido, visto ser de toda a conveniencia e justiça, para os pobres as dificuldades existentes no abastecimento da população, pois que, nesta data, com a venda de 13.000 kilos de milho, apenas pelo facto de ser aberta uma agência aberta desta Tabona, ficando assim evitadas possiveis aglomerações de pessoas de muitos kilometros em redor, principalmente as pessoas de menores recursos financeiros. - Estendem-se estas providencias ao n.º 2 e 3 do artigo 1º do Decreto-Lei 25.798 de 28/5/935 e ao projecto de lei nº 241/35, da Camara Municipal, dispondo sobre empregação de desempregados. Exmo. Snr. Presidente do Conselho de Ministros para os Negocios da Justiça e Finanças. Apoiando por V.E. Exigindo a melhor urgencia, e se Deus der de concedeo os favores requeridos para a sessão de 1 de Junho proximo, a fim de ser discutido e votado na sessão ordinaria seguinte. Saudações Republicanas. Pela Camara Municipal de Ovar, aos 27 de Maio de 1935. O Presidente da Comissão Executiva, Dr. Joaquim Ferreira Pinto Basto. O Secretario, Antonio Rodrigues Pereira. Foi lido o officio do Governo Civil do Distrito de Aveiro, datado de 28 do corrente, em que se comunica ter sido concedido o subsidio de 1.000$00 para a construção do caminho de Cortegaça a Esmoriz, pedido em officio desta Camara de 15 de Março findo

Finalmente nos trabalhos nos realizados naquela Casa de Ensino Técnico, por proposição do Vereador Antônio Fialho, no mês de Abril do corrente ano, foi concedido o interstício de 3 dias, a fim de serem os mesmos concluídos, o que não foi possível, devido ao grande volume de serviço existente naquela Repartição Estadual. Solicito do Sr. Secretário Municipal, informações sobre as vereações em que se encontram os entendimentos dos Srs. Prefeitos interessados na aquisição do Grupo Gerador, para o Hospital de Caridade, bem como se já foi resolvido se o mesmo será adquirido ou construído, pois, como é do conhecimento dos Srs. Vereadores, a Comissão de Saúde Pública, que tenho a honra de presidir, vem constantemente sendo procurada por pessoas interessadas na aquisição do referido Grupo Gerador, a fim de ser o mesmo instalado naquele Hospital, para atender aos casos de emergência, que ali se apresentam, principalmente nas horas mortas da noite, quando a energia elétrica é cortada

Ata da 1ª sessão extraordinária de 31 de março de 1945, da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, publicada em 1º de julho de 1945.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes

Aos dezenove dias do mês de julho de um mil novecentos e quarenta e cinco, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, aos vinte horas, precedendo de chamada dos vereadores presentes a seguinte ordem: José Antonio Fernandes, Presidente; Antonio Pinto Ferraz, Vice-Presidente; Waldemar Rodrigues Leite, Hector Bonagretti, José Batista Giordano, Dr. Gabriel Athayde, Heitor Bonagretti, José Bonetto Ducatti Tamanini e José Bonetto de Mendes. Achando-se presente o número legal, foi aberta a sessão pelo vereador presidente, quando foi lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem debate. Em seguida o Sr. Presidente determinou que, de acordo com o artigo 31, da Lei Orgânica dos Municípios, fosse lida a relação dos vereadores que deixaram de comparecer a 3 sessões ordinárias

por os esforços desenvolvidos na direção da instalação da indústria de Electricidade, não só porque ela virá dar-nos a força motriz de que tanto precisamos para o nosso desenvolvimento, como também porque virá dar-nos a iluminação precisa e indispensável.

Finalizo usando da palavra congratulando-me com a inteligência do distinto João Barcelos Giordano, por ter regressado com os resultados dos seus esforços ao cabo de um longo período de ausência, e cumprimento-o pelo "Clube" ter sido escolhido para a inauguração desta nossa importante indústria.

Em seguida usou da palavra o Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca, que proferiu o seguinte discurso:

Senhores:

Não sou técnico, nem sequer conhecedor de assuntos de electricidade, mas não posso deixar de vir aqui dizer duas palavras, em nome do Governo, para saudar a inauguração da luz eléctrica nesta cidade.

Não sou técnico, mas sou um entusiasta do progresso, e, como tal, não posso deixar de me regozijar com a inauguração de um melhoramento que vem dar a esta cidade uma nova feição, e que vem facilitar a vida a todos os seus habitantes

da narração da Loteria Esportiva, nos municípios, em geral dos resultados havidos para "Loteria Esportiva" em todo o território nacional nesse sentido; e) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; f) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; g) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; h) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; i) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; j) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; k) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; l) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; m) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; n) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; o) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; p) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; q) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; r) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; s) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; t) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; u) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; v) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; w) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; x) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; y) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; z) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; aa) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; bb) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; cc) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; dd) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ee) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ff) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; gg) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; hh) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ii) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; jj) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; kk) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ll) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; mm) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; nn) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; oo) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; pp) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; qq) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; rr) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ss) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; tt) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; uu) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; vv) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ww) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; xx) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; yy) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; zz) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; aaa) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; bbb) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ccc) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ddd) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; eee) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; fff) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ggg) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; hhh) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; iii) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; jjj) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; kkk) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; lll) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; mmm) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; nnn) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ooo) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ppp) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; qqq) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; rrr) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; sss) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ttt) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; uuu) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; vvv) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; www) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; xxx) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; yyy) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; zzz) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; aaaa) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; bbbb) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; cccc) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; dddd) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; eeee) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ffff) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; gggg) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; hhhh) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; iiii) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; jjjj) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; kkkk) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; llll) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; mmmm) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; nnnn) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; oooo) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; pppp) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; qqqq) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; rrrr) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ssss) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; tttt) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; uuuu) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; vvvv) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; wwww) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; xxxx) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; yyyy) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; zzzz) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; aaaaa) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; bbbbb) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ccccc) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ddddd) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; eeeee) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; fffff) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ggggg) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; hhhhh) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; iiiii) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; jjjjj) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; kkkkk) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; lllll) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; mmmmm) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; nnnnn) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ooooo) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ppppp) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; qqqqq) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; rrrrr) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; sssss) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ttttt) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; uuuuu) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; vvvvv) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; wwwww) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; xxxxx) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; yyyyy) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; zzzzz) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; aaaaaa) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; bbbbbb) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; cccccc) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; dddddd) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; eeeeee) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ffffff) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; gggggg) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; hhhhhh) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; iiiiii) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; jjjjjj) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; kkkkkk) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; llllll) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; mmmmmm) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; nnnnnn) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; oooooo) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; pppppp) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; qqqqqq) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; rrrrrr) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ssssss) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; tttttt) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; uuuuuu) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; vvvvvv) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; wwwwww) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; xxxxxx) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; yyyyyy) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; zzzzzz) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; aaaaaaa) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; bbbbbbb) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ccccccc) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ddddddd) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; eeeeeee) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; fffffff) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ggggggg) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; hhhhhhh) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; iiiiiii) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; jjjjjjj) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; kkkkkkk) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; lllllll) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; mmmmmmm) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; nnnnnnn) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ooooooo) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ppppppp) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; qqqqqqq) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; rrrrrrr) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; sssssss) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ttttttt) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; uuuuuuu) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; vvvvvvv) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; wwwwwww) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; xxxxxxx) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; yyyyyyy) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; zzzzzzz) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; aaaaaaaa) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; bbbbbbbb) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; cccccccc) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; dddddddd) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; eeeeeeee) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ffffffff) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; gggggggg) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; hhhhhhhh) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; iiiiiiii) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; jjjjjjjj) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; kkkkkkkk) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; llllllll) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; mmmmmmmm) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; nnnnnnnn) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; oooooooo) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; pppppppp) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; qqqqqqqq) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; rrrrrrrr) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; ssssssss) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; tttttttt) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; uuuuuuuu) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; vvvvvvvv) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; wwwwwwww) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; xxxxxxxx) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; yyyyyyyy) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande valor cívico e desportivo; zzzzzzzz) do Ch. Lyons, congratulando-se pelo 4º aniversário de fundação do "Esporte Clube Araçá" e de seus fins, enaltecendo o seu grande

pesca. a esta Câmara, Municipal não o sentimento, e que na próxima
reunião desta casa aguito matéria. Concluindo, explicou a necessidade
de se fazer o Município, desta Câmara, e de ofertar poderes compe-
tentes, ao Sr. Prefeito, agindo, para o Rio Grande do Sul e
Sta. Clara de forma mais conveniente os assegurados que a vitalidade do
seu crescido desenvolvimento exige. Ninguém mais pedindo mais a
palavra, o Sr. Presidente anunciou a sessão de hoje, que os
convidados do seguinte: Aprovação discussão e votação do projeto de lei nº 1978,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1979,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1980,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1981,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1982,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1983,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1984,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1985,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1986,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1987,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1988,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1989,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1990,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1991,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1992,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1993,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1994,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1995,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1996,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1997,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1998,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 1999,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2000,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2001,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2002,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2003,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2004,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2005,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2006,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2007,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2008,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2009,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2010,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2011,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2012,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2013,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2014,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2015,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2016,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2017,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2018,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2019,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2020,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2021,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2022,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2023,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2024,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2025,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2026,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2027,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2028,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2029,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2030,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2031,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2032,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2033,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2034,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2035,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2036,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2037,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2038,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2039,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2040,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2041,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2042,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2043,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2044,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2045,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2046,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2047,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2048,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2049,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2050,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2051,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2052,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2053,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2054,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2055,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2056,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2057,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2058,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2059,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2060,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2061,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2062,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2063,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2064,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2065,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2066,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2067,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2068,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2069,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2070,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2071,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2072,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2073,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2074,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2075,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2076,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2077,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2078,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2079,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2080,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2081,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2082,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2083,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2084,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2085,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2086,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2087,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2088,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2089,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2090,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2091,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2092,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2093,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2094,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2095,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2096,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2097,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2098,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2099,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2100,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2101,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2102,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2103,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2104,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2105,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2106,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2107,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2108,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2109,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2110,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2111,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2112,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2113,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2114,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2115,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2116,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2117,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2118,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2119,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2120,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2121,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2122,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2123,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2124,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2125,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2126,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2127,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2128,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2129,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2130,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2131,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2132,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2133,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2134,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2135,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2136,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2137,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2138,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2139,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2140,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2141,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2142,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2143,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2144,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõe sobre a desapropriação de
terrenos para construção de um Grupo Escolar e Biblioteca Pública
Municipal, e dá outras providências. Discussão e votação do projeto de lei nº 2145,
de 20 de Setembro do corrente ano, que dispõ

...ios os vereadores membros das comissões permanentes se reformam em condições de exercerem parecer nos projetos de lei 17/35, 19/35, 24/35, 26/35 e 27/35, e exercendo a vereação a palavra quanto aos projetos de lei 24/35 e 27/35, isto porque os referidos não dizem respeito ao interesse do respectivo partido. Em seguida o Presidente anuncia a ordem do dia, que é constituída de discussão e votação do projeto de lei nº 24/35, do Executivo Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito suplementar com parecer favorável das Comissões de Justiça, Finanças e Redação, e de discussão e votação do projeto de lei nº 27/35, do Executivo Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial com parecer favorável das Comissões de Justiça, Finanças e Redação, ambos em primeira discussão e votação. Em seguida foi dada a palavra em grande expediente ao vereador Hertz Bevilacqua, que fez uma longa explanação sobre a Semana da Pátria, que vai ser comemorada de 1º a 7 de setembro, a fim de patentear esclarecimentos sobre o dia da pátria. Em seguida o vereador Waldemar Eckardt solicitou a palavra em grande expediente. O vereador Waldemar Eckardt solicitou do edil João Gabriel Alfredo, Presidente da Câmara, para que tomasse as providências de ordem policial, a fim de que os menores não fiquem na rua após as 22 horas, pois que os mesmos estão causando grande perturbação à ordem pública. Em seguida o

de passagem em data de ontem, que havia mais de 80 passageiros em pé, em virtude de existir apenas um ônibus neste trabalho, fez vim de Campinas quase cheio e ao apanhar os passageiros que trabalham nas imediações da Light, ficou completamente lotado, desse veículo. Entretanto, disse que foi informado de que existem 6 ônibus a serviço da viação citada, 4 dos quais pertencem ao Sr. Manoel Rodrigues, mas que apenas dois estão sendo empregados, parecendo-lhe que a Viação Santa Cruz S/A. teme as medidas necessárias a serem efetivadas e ao serviço e passageiros um melhor atendimento aos passageiros sinhalenses. O vereador Antônio Coutinho discordou a respeito do que acabara de expor o vereador Jorge Jacob, pois, segundo o mesmo disse, o que teve o seu valor reconhecido pelas autoridades foi especial particular em virtude do seu reconhecido valor. Entretanto, que o referido veículo só apresentou 80 [illegible] no momento em que o mesmo estacionando os veículos apenas de lado em lado na rua do [illegible] e, portanto, não havia razão para o vereador Jorge Jacob ficar estarrecido e de gabinete pequeno. O vereador Hélio Bergonzetti interpelou agradecimentos ao Deputado Afonso de Queiroz por ter [illegible] na Assembléia Legislativa, a fim de ser [illegible] a especialização de nossa cidade. Em segundo lugar congratulou-se com o Dr. Tobias de Aguiar [illegible] pela sua designação como diretor do Departamento de Ensino Agrícola da Secretaria da Educação do Estado. Em terceiro lugar, congratulou-se com o Dr. Ernesto Dias de Arruda e com o Sr. José Arantes Filho, pela sua designação como diretor geral da Diretoria do Ensino Agrícola da Secretaria da Educação do Estado. Em quarto lugar, congratulou-se com o Dr. Ernesto Dias de Arruda pela sua [illegible] como Secretário da Secretaria do Estado da Agricultura. Em quinto lugar, congratulou-se com o Dr. Ernesto Dias de Arruda pela sua [illegible] como Secretário da Secretaria do Estado da Agricultura. Em sexto lugar, congratulou-se com o Dr. Ernesto Dias de Arruda pela sua [illegible] como Secretário da Secretaria do Estado da Agricultura. Em sétimo lugar, congratulou-se com o Dr. Ernesto Dias de Arruda pela sua [illegible] como Secretário da Secretaria do Estado da Agricultura. Em oitavo lugar, congratulou-se com o Dr. Ernesto Dias de Arruda pela sua [illegible] como Secretário da Secretaria do Estado da Agricultura. Em nono lugar, congratulou-se com o Dr. Ernesto Dias de Arruda pela sua [illegible] como Secretário da Secretaria do Estado da Agricultura. Em décimo lugar, congratulou-se com o Dr. Ernesto Dias de Arruda pela sua [illegible] como Secretário da Secretaria do Estado da Agricultura.

Ata da 15ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 20ª legislatura da Câmara Municipal de Santo André, realizada em 24 de setembro de 1934.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes.

Aos quatro dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Santo André, Estado de São Paulo, em o edifício destinado à Câmara Municipal, onde funciona a mesma, às 20 horas e 30 minutos, presentes os vereadores Antonio Fernandes, Presidente, José Bonacci, Secretário, Antonio Coutinho, Jorge Jacob, Hélio Bergonzetti, João Gabriel Filho, Hélio Bergonzetti,

Ata da 13ª sessão ordinária, do 3º ano, da 7ª legislatura, da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 16 de setembro de 1948.

Presidência do Sr. José Antônio Fernandes
Secretariado pelo Sr. Reynaldo Elias Jacob

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quarenta e oito, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, às nove horas, presentes os senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: José Antônio Fernandes, José Ernesto de Souza Campos, Reynaldo Elias Jacob, Antonio Avelino Pinheiro, Waldyr Tavares, José Batista Giordani, Heitor Evangelista, Alcides Ferreira Lima e Francisco Ferreira Lima. Deixou de comparecer, por motivo justificado, o vereador Pedro Paulo Fernandes. Havendo número legal para abertura da sessão, o presidente pediu um momento de silêncio em homenagem à memória do Senhor Crucificado, pelas almas agraciadas e saudosa lembrança do mês de setembro que passa especialmente. Em seguida, o 1º Secretário anunciou o seguinte: Expediente: Ofício nº 1.000/48, encaminhando a esta Câmara, para os devidos efeitos, o

com a emenda apresentada pelo vereador Euclides Tavares. Encerrada a matéria em apreço, o sr. Presidente anunciou a passagem à ordem do dia, em que estavam em discussão e votação as emendas apresentadas à emenda global do projeto de lei nº 1, de 1947, que abre o crédito especial de Cr$ 800.000,00 para pagamento de vencimentos atrasados aos funcionários municipais. Usaram da palavra os vereadores Antônio Pinto, Joel Soares, Ivo Silveira, Euclides Tavares, Antônio Fialho, Ernesto Pereira, Antônio Fernandes, Waldemar Edgard e Manoel Ferreira. Não tendo mais ninguém feito uso da palavra, o sr. Presidente submeteu à votação as emendas, que foram aprovadas, em seguida, sucessivamente, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 1, de 1947, com as emendas aprovadas, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 2, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 3, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 4, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 5, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 6, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 7, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 8, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 9, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 10, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 11, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 12, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 13, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 14, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 15, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 16, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 17, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 18, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 19, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 20, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 21, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 22, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 23, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 24, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 25, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 26, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 27, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 28, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 29, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 30, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 31, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 32, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 33, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 34, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 35, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 36, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 37, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 38, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 39, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 40, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 41, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 42, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 43, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 44, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 45, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 46, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 47, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 48, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 49, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 50, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 51, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 52, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 53, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 54, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 55, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 56, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 57, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 58, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 59, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 60, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 61, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 62, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 63, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 64, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 65, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 66, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 67, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 68, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 69, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 70, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 71, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 72, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 73, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 74, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 75, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 76, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 77, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 78, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 79, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 80, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 81, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 82, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 83, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 84, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 85, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 86, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 87, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 88, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 89, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 90, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 91, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 92, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 93, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 94, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 95, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 96, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 97, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 98, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 99, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 100, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 101, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 102, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 103, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 104, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 105, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 106, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 107, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 108, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 109, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 110, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 111, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 112, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 113, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 114, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 115, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 116, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 117, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 118, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 119, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 120, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 121, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 122, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 123, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 124, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 125, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 126, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 127, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 128, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 129, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 130, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 131, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 132, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 133, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 134, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 135, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 136, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 137, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 138, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 139, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 140, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 141, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 142, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 143, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 144, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 145, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 146, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 147, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 148, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 149, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 150, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 151, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 152, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 153, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 154, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 155, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emenda global. Em seguida, o sr. Presidente submeteu à votação o projeto de lei nº 156, de 1947, que foi aprovado, em segunda discussão, pela ordem, e, com a emenda do vereador Euclides Tavares, foi reformada, em segunda discussão, a emen

Requisitado da Associação Baptista de Municípios, um maior fundo de mimbros desta Câmara Municipal, eleitos para através no mênio 1973, como membros da mesa desta Edilidade, b) da despedida Agência Funerária e Beneficiadora de Mão Santa, informando a seu favorável do ao Art. 2º do Decreto-Lei nº 46.497 de 1966 do Ministério do Trabalho, solicitando a adição dos nomes dos operários que compõem a mesa desta Câmara, c) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.473 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, d) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.474 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, e) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.475 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, f) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.476 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, g) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.477 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, h) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.478 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, i) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.479 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, j) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.480 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, k) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.481 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, l) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.482 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, m) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.483 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, n) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.484 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, o) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.485 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, p) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.486 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, q) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.487 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, r) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.488 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, s) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.489 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, t) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.490 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, u) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.491 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, v) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.492 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, w) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.493 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, x) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.494 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, y) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.495 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, z) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.496 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, aa) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.497 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ab) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.498 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ac) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.499 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ad) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.500 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ae) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.501 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, af) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.502 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ag) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.503 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ah) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.504 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ai) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.505 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, aj) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.506 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ak) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.507 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, al) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.508 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, am) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.509 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, an) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.510 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ao) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.511 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ap) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.512 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, aq) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.513 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ar) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.514 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, as) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.515 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, at) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.516 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, au) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.517 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, av) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.518 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, aw) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.519 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ax) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.520 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ay) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.521 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, az) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.522 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ba) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.523 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bb) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.524 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bc) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.525 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bd) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.526 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, be) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.527 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bf) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.528 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bg) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.529 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bh) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.530 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bi) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.531 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bj) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.532 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bk) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.533 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bl) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.534 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bm) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.535 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bn) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.536 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bo) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.537 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bp) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.538 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bq) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.539 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, br) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.540 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bs) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.541 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bt) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.542 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bu) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.543 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bv) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.544 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bw) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.545 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bx) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.546 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, by) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.547 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, bz) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.548 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ca) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.549 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cb) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.550 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cc) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.551 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cd) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.552 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ce) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.553 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cf) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.554 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cg) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.555 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ch) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.556 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ci) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.557 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cj) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.558 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ck) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.559 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cl) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.560 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cm) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.561 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cn) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.562 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, co) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.563 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cp) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.564 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cq) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.565 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cr) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.566 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cs) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.567 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ct) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.568 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cu) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.569 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cv) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.570 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cw) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.571 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cx) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.572 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cy) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.573 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, cz) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.574 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, da) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.575 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, db) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.576 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dc) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.577 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dd) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.578 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, de) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.579 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, df) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.580 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dg) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.581 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dh) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.582 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, di) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.583 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dj) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.584 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dk) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.585 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dl) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.586 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dm) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.587 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dn) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.588 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, do) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.589 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dp) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.590 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dq) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.591 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dr) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.592 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ds) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.593 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dt) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.594 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, du) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.595 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dv) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.596 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dw) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.597 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dx) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.598 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dy) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.599 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, dz) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.600 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ea) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.601 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, eb) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.602 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ec) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.603 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ed) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.604 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ee) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.605 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ef) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.606 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, eg) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.607 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, eh) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.608 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ei) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.609 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ej) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.610 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, ek) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.611 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, el) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.612 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, em) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.613 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, en) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.614 de 1976, que altera o Decreto-Lei nº 1.437 de 1975, que dispõe sobre a correção monetária nos contratos imobiliários e dá outras providências, eo) telegrama de 31 deste Ministro do Trabalho, encaminhando um exemplar do Decreto-Lei nº 1.615 de 1976, que altera o Decreto-Lei n

dos Santos. Havendo número legal, foram abertas as trabalhos, averiguando-se a sua autenticidade in persona to Nelson do Prado, que foi aprovado, em segunda votação, com 8 votos, e Sergio Ribeiro Gomes, também aprovado, em segunda, por 9 a 6, um requerimento que fizeram pedindo vencimentos de Fiscal, solicitando dispensa de adoção final para a proposição em apreciação. E, na falta de Vereador que a apresentasse, apresentou-a José Inocencio Nunes, ao Serviço Municipal, para consignar, o que mais parando a Mesa, agradeceu a presença dos Vereadores ausentes, encerrou os trabalhos, do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, José Inocencio Nunes, Secretário a escrevi.

Ata da 32ª sessão extraordinária, de 21 ano, do 10 legislatura, da Câmara Municipal de Cachoeira Santo de Pinhal, realizada em 15 de fevereiro de 1895.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes

Secretariado pelo sr. Rogério Elias Sacre

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e nove, nesta cidade de Cachoeira Santo de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, onde se acha o Vereador Presidente com os seguintes vereadores, compareceram a paisagem dos seguintes: José Antonio Fernandes, Augusto Ribeiro, Manoel Antonio Ferreira, Rogério Elias Sacre, José Benedito dos Santos, João Batista Guimarães, Hector Bevenuto Gavagnotti e Otto Sodré Fernandes, impedido de comparecer o vereador Antonio Fonseca, por doente, e o vereador Manoel Antonio Ferreira, por ter ido a Capital do Estado, em serviço municipal. Deixou também de comparecer o vereador Wandelley Gerardo

vereador Délio Inácio Fernandes discorreu a respeito da não conservação do Jardim do Estado. Explicou tanto do mesmo estar assim, pois vive ha cerca de 3 anos sem jardineiro. Acha ser de grande valor tal serviço, este mesmo, que na data atual muito grandes melhoramentos no mesmo, em virtude da vinda do governador Dr. Bento Espindola Bastos, o qual, infelizmente ainda não nos veio visitar. A propriedade do Estado existente na capital paulista, se encontra em ótimo estado de conservação, não precisando de muito para ficar igual. O vereador Délio Inácio Fernandes, pois, requereu uma providencia no sentido de ser feito Jardim Estadual, ou mesmo a cessão da Escola de Agricultura, para ser feito o mesmo. Após, o vereador Dr. Bento Espindola Bastos, disse que, infelizmente, não pode ir visitar o Jardim do Estado, mas que, em virtude de ser o mesmo de propriedade do Estado, não pode ser feito nada, pois o mesmo não pertence ao Município. Que, porém, o Jardim Estadual, ou mesmo a cessão da Escola de Agricultura, para ser feito o mesmo

indicando a necessidade de ser ampliada a travessa da rua Padre Carvalhaes e de ser melhorado o trecho do Cemitério Municipal que liga a Rua Dezenove de Janeiro à Rua 10 de Outubro; item 3 do mesmo ofício, solicitando do chefe do Posto de Saúde Local para que seja gentilmente a mesma enviado o esquema de saneamento básico a ser feito, para ligação de esgotos em conexão às unidades já instaladas; item 4 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas não pavimentadas, mas dotadas de rede pública; item 5 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas, mas ainda não dotadas de rede pública; item 6 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 7 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 8 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 9 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 10 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 11 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 12 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 13 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 14 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 15 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 16 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 17 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 18 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 19 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 20 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 21 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 22 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 23 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 24 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 25 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 26 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 27 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 28 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 29 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 30 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 31 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 32 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 33 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 34 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 35 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 36 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 37 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 38 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 39 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 40 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 41 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 42 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 43 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 44 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 45 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 46 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 47 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 48 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 49 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 50 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 51 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 52 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 53 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 54 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 55 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 56 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 57 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 58 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 59 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 60 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 61 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 62 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 63 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 64 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 65 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 66 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 67 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 68 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 69 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 70 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 71 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 72 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 73 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 74 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 75 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 76 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 77 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 78 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 79 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 80 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 81 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 82 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 83 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 84 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 85 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 86 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 87 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 88 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 89 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 90 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 91 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 92 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 93 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 94 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 95 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 96 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 97 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 98 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 99 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 100 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 101 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 102 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 103 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 104 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 105 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 106 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 107 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 108 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 109 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 110 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 111 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 112 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 113 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 114 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 115 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 116 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 117 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 118 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 119 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 120 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 121 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 122 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 123 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 124 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 125 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 126 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 127 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 128 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 129 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 130 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 131 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 132 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 133 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 134 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 135 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 136 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 137 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 138 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 139 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 140 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 141 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 142 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 143 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 144 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 145 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 146 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 147 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 148 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 149 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 150 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 151 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 152 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 153 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 154 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 155 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 156 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 157 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 158 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 159 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 160 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 161 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 162 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 163 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 164 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 165 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 166 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 167 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 168 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 169 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 170 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 171 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 172 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 173 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 174 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 175 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 176 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 177 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 178 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 179 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 180 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 181 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 182 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 183 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 184 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 185 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 186 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 187 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 188 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 189 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 190 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 191 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 192 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 193 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 194 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 195 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 196 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 197 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 198 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 199 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 200 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 201 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 202 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 203 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 204 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 205 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 206 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 207 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 208 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 209 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 210 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 211 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 212 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 213 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 214 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 215 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 216 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 217 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 218 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 219 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 220 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 221 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 222 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 223 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 224 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 225 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 226 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 227 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 228 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 229 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 230 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 231 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 232 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 233 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 234 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 235 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 236 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 237 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 238 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 239 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 240 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 241 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 242 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 243 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 244 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 245 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 246 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 247 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 248 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 249 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 250 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 251 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 252 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 253 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma; item 254 do mesmo ofício, solicitando a remessa de uma relação das ruas já pavimentadas e dotadas de rede pública, mas ainda não ligadas à mesma

ley zibaldi, Histar Cavagnelli, Jose Gabiel Ethayde e Victorino Stefanes. Não Comparecerão os Vereadores Jair Pacheco e Jose Bueno de Oliveira. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos, após ser lida, com minuto de silencio em homenagem à memoria do Ilustre Cidadão, as oração lidas e proferidas na sessão do dia 04 passado. Em seguida o Sr. Presidente anunciou a pauta para a sessão de 5 de FEVEREIRO que era constituida dos seguintes: 1) Oficio relatando o ato do senador Magalhães Pinto quando Governador do Estado de Minas Gerais, sancionando a Lei Estadual nº 2.764/62, que concede isenção de impostos e taxas aos Municipios incorporados, dentro dos limites e condições do Decreto Federal nº 4.307/62, em seus artigos 1º e 2º; 2) Oficio comunicando que não comparecerá à sessão por motivo de serviço; 3) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 906/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 4) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 907/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 5) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 908/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 6) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 909/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 7) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 910/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 8) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 911/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 9) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 912/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 10) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 913/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 11) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 914/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 12) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 915/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 13) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 916/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 14) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 917/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 15) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 918/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 16) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 919/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 17) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 920/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 18) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 921/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 19) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 922/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 20) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 923/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 21) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 924/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 22) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 925/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 23) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 926/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 24) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 927/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 25) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 928/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 26) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 929/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 27) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 930/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 28) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 931/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 29) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 932/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 30) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 933/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 31) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 934/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 32) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 935/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 33) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 936/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 34) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 937/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 35) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 938/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 36) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 939/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 37) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 940/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 38) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 941/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 39) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 942/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 40) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 943/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 41) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 944/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 42) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 945/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 43) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 946/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 44) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 947/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 45) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 948/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 46) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 949/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 47) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 950/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 48) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 951/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 49) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 952/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 50) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 953/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 51) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 954/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 52) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 955/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 53) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 956/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 54) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 957/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 55) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 958/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 56) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 959/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 57) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 960/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 58) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 961/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 59) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 962/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 60) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 963/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 61) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 964/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 62) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 965/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 63) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 966/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 64) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 967/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 65) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 968/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 66) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 969/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 67) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 970/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 68) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 971/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 69) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 972/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 70) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 973/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 71) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 974/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 72) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 975/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 73) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 976/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 74) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 977/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 75) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 978/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 76) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 979/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 77) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 980/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 78) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 981/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 79) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 982/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 80) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 983/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 81) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 984/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 82) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 985/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 83) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 986/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 84) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 987/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 85) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 988/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 86) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 989/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 87) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 990/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 88) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 991/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 89) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 992/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 90) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 993/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 91) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 994/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 92) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 995/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 93) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 996/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 94) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 997/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 95) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 998/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 96) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 999/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 97) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1000/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 98) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1001/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 99) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1002/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 100) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1003/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 101) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1004/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 102) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1005/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 103) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1006/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 104) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1007/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 105) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1008/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 106) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1009/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 107) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1010/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 108) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1011/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 109) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1012/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 110) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1013/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 111) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1014/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 112) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1015/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 113) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1016/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 114) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1017/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 115) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1018/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 116) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1019/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 117) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1020/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 118) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1021/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 119) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1022/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 120) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1023/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 121) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1024/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 122) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1025/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 123) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1026/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 124) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1027/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 125) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1028/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 126) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1029/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 127) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1030/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 128) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1031/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 129) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1032/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 130) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1033/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 131) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1034/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 132) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1035/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 133) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1036/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 134) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1037/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 135) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1038/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 136) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1039/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 137) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1040/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 138) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1041/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 139) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1042/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 140) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1043/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 141) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1044/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 142) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1045/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 143) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1046/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 144) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1047/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 145) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1048/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 146) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1049/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 147) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1050/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 148) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1051/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 149) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1052/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 150) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1053/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 151) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1054/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 152) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1055/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 153) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1056/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 154) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1057/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 155) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1058/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 156) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1059/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 157) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1060/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 158) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1061/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 159) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1062/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 160) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1063/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 161) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1064/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 162) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1065/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 163) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1066/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 164) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1067/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 165) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 1068/63 que dispõe sobre a abertura de credito especial de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) e dá outras providencias; 166) Oficio do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº

ex.-Vereadores municipais que lhe arrogavam que muito excedia seu raro impessoal mas que no pleno mando macharig estadear seu materia e que Ponta Grossa a linha da parcialidade do Município para predileção as suas seu Concelho. Emanando, tal atos do seu pessoal para seus interesses pessoais ao prazo prazo de lei. Cidade Hulda Evangelli afirmou que a vista dos farmacêuticos prestados pelo Dr. Mauro Tomara atua a Portaria de Estado paralisada, mas que terminado o de Governança do país do Saúde da. O vereador Celso Vieira Bueno, em rápido discurso, salientou a importância da permanência do Dr. Mauro Tomara, lamentando a aposentadoria daquele prestimoso funcionário. Aprovado por 8 votos contra 7 o requerimento do vereador Dinorá de Freitas de Lima no sentido de ser oficiado ao Prefeito Municipal autorizando a Comissão de Saúde a contratar os serviços do Dr. Mauro Tomara e das demais pessoas que julgar conveniente, a fim de que a Comissão de Saúde possa continuar a prestar assistência médica aos necessitados. Em seguida, o Sr. Presidente designou para a sessão ordinária de amanhã, dia 24 do corrente, a seguinte ordem do dia: Discussão única do projeto de lei nº 1.373, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.374, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.375, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.376, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.377, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.378, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.379, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.380, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.381, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.382, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.383, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.384, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.385, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.386, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.387, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.388, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.389, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.390, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.391, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.392, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.393, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.394, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.395, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.396, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.397, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.398, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.399, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.400, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.401, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.402, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.403, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.404, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.405, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.406, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.407, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.408, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.409, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.410, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.411, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.412, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.413, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.414, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.415, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.416, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.417, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.418, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.419, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.420, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.421, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.422, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.423, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.424, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.425, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.426, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.427, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.428, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.429, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.430, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.431, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.432, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.433, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.434, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.435, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.436, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.437, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.438, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.439, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.440, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.441, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.442, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.443, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.444, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.445, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.446, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.447, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.448, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.449, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.450, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.451, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.452, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.453, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.454, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.455, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.456, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.457, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.458, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.459, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.460, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.461, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.462, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.463, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.464, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.465, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.466, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.467, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.468, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.469, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.470, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.471, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.472, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.473, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.474, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.475, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.476, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.477, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.478, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.479, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.480, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.481, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.482, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.483, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.484, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.485, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.486, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.487, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.488, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.489, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.490, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.491, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.492, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.493, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.494, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.495, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.496, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.497, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.498, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.499, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.500, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.501, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.502, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.503, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.504, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.505, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.506, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.507, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.508, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.509, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.510, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.511, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.512, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.513, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.514, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.515, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.516, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.517, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.518, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.519, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.520, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.521, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.522, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.523, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.524, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.525, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.526, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.527, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.528, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.529, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.530, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.531, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.532, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.533, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.534, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.535, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.536, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.537, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.538, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.539, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.540, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.541, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.542, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.543, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.544, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.545, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.546, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.547, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.548, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.549, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.550, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.551, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.552, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.553, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.554, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.555, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.556, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.557, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.558, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.559, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.560, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.561, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.562, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.563, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.564, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.565, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.566, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.567, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.568, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.569, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.570, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.571, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.572, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.573, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.574, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.575, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.576, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.577, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.578, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.579, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.580, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.581, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.582, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.583, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.584, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.585, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.586, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.587, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.588, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.589, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.590, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.591, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.592, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.593, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.594, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.595, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.596, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.597, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.598, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.599, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.600, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.601, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.602, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.603, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.604, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.605, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.606, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.607, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.608, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.609, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.610, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.611, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.612, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.613, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.614, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.615, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.616, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.617, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.618, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.619, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.620, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.621, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.622, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.623, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.624, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.625, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.626, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.627, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.628, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.629, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.630, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.631, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.632, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.633, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.634, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.635, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.636, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.637, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.638, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.639, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.640, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.641, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.642, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.643, de 1973, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Esportiva Cultural Operária; discussão única do projeto de lei nº 1.644, de 1973, que dispõe

estabelecido para um empréstimo até a importância de Cr$ 1.500.000,00, afim mesmo que o mesmo se destine à construção de casas de aluguel destinando ainda esta Câmara ofício datado de 8 de Outubro corrente, pedindo providências no sentido de ser encaminhado ao Congresso Nacional, projeto de lei de sua autoria, que autoriza a emissão de títulos da Dívida Pública, no valor de Cr$ 2.431.625,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 213 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 213 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 2.431.625,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 214 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 214 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 215 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 215 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 216 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 216 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 217 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 217 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 218 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 218 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 219 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 219 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 220 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 220 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 221 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 221 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 222 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 222 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 223 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 223 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 224 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 224 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 225 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 225 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 226 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 226 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 227 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 227 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 228 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 228 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 229 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 229 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 230 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 230 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 231 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 231 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 232 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 232 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 233 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 233 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 234 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 234 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 235 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 235 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 236 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 236 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 237 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 237 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 238 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 238 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 239 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 239 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 240 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 240 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 241 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 241 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 242 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 242 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 243 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 243 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 244 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 244 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 245 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 245 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 246 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 246 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 247 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 247 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 248 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 248 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 249 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 249 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 250 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 250 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 251 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 251 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 252 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 252 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 253 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 253 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 254 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 254 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 255 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 255 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 256 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 256 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 257 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 257 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 258 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 258 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 259 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 259 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 260 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 260 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 261 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 261 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 262 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 262 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 263 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 263 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 264 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 264 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 265 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 265 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 266 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 266 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 267 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 267 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 268 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 268 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 269 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 269 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 270 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 270 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 271 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 271 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 272 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 272 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 273 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 273 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 274 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 274 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 275 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 275 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 276 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 276 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 277 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 277 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 278 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 278 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 279 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 279 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 280 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 280 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 281 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 281 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 282 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 282 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 283 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 283 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 284 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 284 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 285 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 285 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 286 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 286 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 287 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 287 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 288 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 288 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 289 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 289 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 290 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 290 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 291 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 291 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 292 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 292 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 293 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 293 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 294 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 294 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 295 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 295 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 296 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 296 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 297 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 297 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 298 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 298 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 299 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 299 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 300 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 300 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 301 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 301 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 302 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 302 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 303 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 303 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 304 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 304 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 305 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 305 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 306 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 306 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 307 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 307 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 308 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 308 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 309 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 309 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 310 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 310 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 311 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 311 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 312 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 312 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 313 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 313 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 314 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 314 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 315 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 315 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 316 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 316 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 317 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 317 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 318 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 318 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 319 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 319 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 320 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 320 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 1.500.000,00, a fim de ser aplicado na construção de casas populares, naquela cidade. Em seguida o Sr. Presidente passou à leitura do ofício nº 321 de 7 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa, projeto de lei nº 321 de 7 do corrente, que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr

uscou os motivos ocasionaes para a sessão extraordinária, a realizarse hoje em seguida, para serem votados, na segunda discussão, os projectos de lei 87/95 - 30/1995 e 31/1995 - 30/1995, que foram aprovados na primeira discussão na sessão ordinária de 29 do corrente mês. Não havendo mais nada a constar, foi lavrada a presente acta, por mim, Rogerio Elias Jacob, 1º Secretário interino da Câmara, a fiz escrever.

Acta da 27ª sessão extraordinária, de 1º anno, da 2ª legislatura, da Camara Municipal de Espirito Santo do Pinhal, aos vinte e quatro de dezembro de 1938.

Presidencia do Sr. José Antonio Fernandes

Secretariando este o Senhor Elias Jacob.

Aos quatro dias mez de dezembro de mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Espirito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal, logo após as formalidades do art. 40 da lei organica dos municipios, ahi compareceram os vereadores, comparecendo ao chamado dos senhores vereadores, comparecendo ao chamado dos senhores vereadores Antonio Pedro Junqueira, José Antonio Fernandes, Waldyr Zeladi, Heitor Borgnetth, Ernesto Tasso, João Gabriel Athayde, Wanderley Ricardo, Heitor Borgnetth, Jose Bezerra, José Diniz dos Santos, Otto Bento Ferraz da Silva e Elias Jacob, faltando com causa participada os vereadores Alfredo Arruda Camargo e Antonio Pinto, o primeiro por motivo de doença de sua esposa e o segundo por estar em tratamento de saude, sendo aberta a sessão pelo presidente, que convidou o Sr. Secretario a fazer a leitura da acta da sessão anterior, que foi lida e posta em discussão, sendo em seguida approvada sem reclamação. Em seguida o Sr. Presidente mandou que o Sr. Secretario fizesse a leitura do seguinte: 1) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 87/95 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal; 2) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Camara; 3) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 31/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Prefeitura; 4) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 32/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Fazenda Municipal; 5) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 33/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Saude e Assistencia Publica; 6) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 34/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Obras e Viação; 7) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 35/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Agricultura e Industria e Commercio; 8) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 36/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Educação e Cultura; 9) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 37/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 10) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 38/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 11) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 39/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 12) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 40/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 13) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 41/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 14) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 42/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 15) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 43/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 16) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 44/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 17) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 45/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 18) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 46/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 19) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 47/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 20) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 48/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 21) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 49/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 22) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 50/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 23) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 51/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 24) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 52/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 25) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 53/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 26) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 54/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 27) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 55/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 28) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 56/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 29) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 57/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 30) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 58/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 31) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 59/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 32) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 60/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 33) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 61/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 34) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 62/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 35) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 63/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 36) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 64/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 37) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 65/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 38) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 66/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 39) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 67/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 40) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 68/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 41) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 69/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 42) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 70/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 43) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 71/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 44) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 72/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 45) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 73/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 46) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 74/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 47) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 75/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 48) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 76/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 49) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 77/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 50) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 78/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 51) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 79/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 52) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 80/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 53) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 81/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 54) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 82/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 55) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 83/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 56) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 84/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 57) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 85/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 58) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 86/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 59) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 87/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 60) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 88/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 61) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 89/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 62) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 90/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 63) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 91/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 64) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 92/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 65) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 93/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 66) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 94/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 67) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 95/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 68) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 96/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 69) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 97/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 70) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 98/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 71) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 99/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 72) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 100/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 73) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 101/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 74) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 102/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 75) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 103/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 76) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 104/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 77) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 105/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 78) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 106/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 79) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 107/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 80) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 108/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 81) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 109/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 82) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 110/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 83) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 111/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 84) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 112/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 85) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 113/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 86) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 114/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 87) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 115/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 88) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 116/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 89) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 117/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 90) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 118/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 91) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 119/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 92) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 120/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 93) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 121/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 94) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 122/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 95) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 123/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 96) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 124/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 97) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 125/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 98) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 126/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 99) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 127/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 100) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 128/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 101) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 129/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 102) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 130/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 103) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 131/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 104) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 132/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 105) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 133/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 106) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 134/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 107) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 135/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 108) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 136/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 109) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 137/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 110) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 138/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 111) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 139/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 112) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 140/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 113) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 141/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 114) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 142/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 115) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 143/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 116) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 144/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 117) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 145/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 118) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 146/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 119) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 147/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 120) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 148/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 121) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 149/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 122) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 150/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 123) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 151/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 124) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 152/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 125) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 153/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 126) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 154/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 127) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 155/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 128) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 156/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 129) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 157/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 130) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 158/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 131) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 159/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 132) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 160/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 133) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 161/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 134) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 162/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 135) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 163/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 136) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 164/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 137) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 165/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 138) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 166/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 139) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 167/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 140) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 168/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 141) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 169/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 142) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 170/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 143) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 171/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 144) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 172/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 145) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 173/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 146) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 174/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 147) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 175/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 148) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 176/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 149) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 177/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 150) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 178/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 151) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 179/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 152) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 180/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 153) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 181/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 154) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 182/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 155) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 183/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 156) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 184/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 157) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 185/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 158) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 186/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 159) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 187/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 160) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 188/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 161) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 189/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e Finanças; 162) Officio do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem e projecto de lei 190/1995 - 30/1995, que dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos funccionarios da Secretaria de Justiça e

te comércio, e que esta vinda objeto de particulares estudos por parte do departamento da Administração do Estado. Prosseguindo, disse que os vereadores desta casa, votando precavidamente ao projeto de assistência ao idoso, procuraram dar um mínimo de amparo a esta parcela da população desassistida, que era tão um acontecimento, não tinha condições de obtenção apenas com os seus próprios recursos, e que a aprovação do projeto viria ao encontro dessa necessidade, pois era inteligência e a boa vontade de transformar esta nossa cidade dentro mesmo da consideração dos vereadores desta casa. Concluindo, disse que a votação concernente ao projeto de assistência ao idoso, viria dar ao povo e nosso Município pelas inteligências emanadas por e objetivando e por boa vontade e sabedoria dos vereadores desta casa. Em seguida, o vereador Wanderley Elizeu disse que existe necessidade de 1276 uma escola de iniciação para crianças, a partir dos dois anos de idade, e que, para isso, seria necessário a ampliação da administração do prédio, e que a construção da creche da Vila Batista Grandino que muito trabalho pelo nosso Município, que é uma obra de grande importância para a população pinhalense. Em seguida o vereador Antônio Ribeiro disse que a creche era de conhecimento de todos os vereadores desta casa

Braces, O vereador Wandarley Ribeiro cumprimentou o sr. Prefeito Municipal que dera entrada a uma lista de utilidade, no sentido de serem feitos, de uma só vez, todos os trabalhos de um rasgo de estradas principais que estão precisando de reparos após as chuvas, aplaudindo aquela providência, e, em seguida, o procedimento Municipal. Finalmente, disse que o Prefeito Wilson Gonçalves Costa merecia o direito assinalado a sua atuação, pois, em curto espaço de tempo, já havia realizado muito mais do que muitos outros, durante os seus quatro anos de governo. O vereador Antonio Freitas externou a sua alegria e a sua satisfação, pelo fato de ter o Prefeito Municipal atendido a um pedido seu, encaminhado ao Governador do Estado pelos auxiliares competentes, pleiteando ainda que o Prefeito Wilson Gonçalves Costa viesse trabalhando no sentido de ser feita a ligação asfaltada com a cidade de Ibiapina, através de um trecho de 15 Km. O vereador João Gabriel Athayde congratulou-se com os seus colegas Municipais pelo fato de ter sido aprovado, por unanimidade, o seu pedido de moção de aplauso ao Governador Federal pela decisão marginal, de benefícios hídricos, para a cidade de Sobral. O vereador Antonio Freitas, também, congratulou-se pela aprovação, por unanimidade, do

e m. Secretário recebeu a palavra aos vereadores. E vereador Wandelly Eibeck disse ser grande a satisfação de ver inaugurada mais uma das muitas obras que vêm sendo beneficiadas pelo Plano de desenvolvimento Urbano da cidade de Jaraguá, afirmando ainda que a sua satisfação era ainda maior por ver a firma Schutz Irmãos Ltda. ser uma das muitas firmas jaraguaenses que vêm ajudando em parte do nosso crescimento. Continuando, congratulou-se com os seus colegas de Edilidade pela aprovação do Projeto Lei de Abertura de Crédito Especial, que veio atender a necessidade do Município, estendendo a pavimentação até a firma Schutz Irmãos Ltda. Pediu também providências no sentido de ser feito o calçamento da rua Reinaldo Rau, em frente a casa de nº 1.000, pois a mesma encontra-se em péssimas condições de tráfego, principalmente para veículos pesados e de passageiros dos ônibus circulares que nesse momento estão passando pela referida rua. Solicitou também providências no sentido de ser feita a instalação de telefone público no bairro Três Rios do Sul, bem como a extensão da rede telefônica até o bairro Rio Cerro. Encerrando a sua oração, disse que não compreendia o fato de não ter sido ainda colocada a placa indicativa do local onde se encontra o Hospital Santa Catarina, bem como a sinalização de advertência para os motoristas que trafegam pela rua Reinaldo Rau, em frente ao referido Hospital. Em seguida, o vereador Ricardo Vasconcellos Neto, pediu providências no sentido de ser feita a limpeza do canal existente na rua Reinaldo Rau, em frente ao nº 1.000, pois o mesmo encontra-se em péssimas condições de higiene, além de ser um foco de mosquitos. Solicitou também

vereador Wandyck Ribeiro, solicitando providencias no sentido de ser feita a limpeza do mato existente na Rua Engº José Pedro Rodrigues, alegando que os moradores daquela rua estão sofrendo com a existência de muito mato naquele local, o que vem dificultando a passagem de pedestres e veículos; Indicação nº 89, de 1973, do vereador Wandyck Ribeiro, solicitando providencias no sentido de ser feita a limpeza do mato existente na Rua Engº José Pedro Rodrigues, alegando que os moradores daquela rua estão sofrendo com a existência de muito mato naquele local, o que vem dificultando a passagem de pedestres e veículos; Indicação nº 90, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi, e do mesmo teor a Indicação nº 91, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 92, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 93, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 94, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 95, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 96, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 97, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 98, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 99, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 100, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 101, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 102, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 103, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 104, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 105, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 106, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 107, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 108, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 109, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 110, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 111, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 112, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 113, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 114, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 115, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 116, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 117, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 118, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 119, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 120, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 121, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 122, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 123, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 124, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 125, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 126, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 127, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 128, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 129, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 130, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 131, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 132, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 133, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 134, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 135, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 136, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 137, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 138, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 139, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 140, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 141, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 142, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 143, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 144, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 145, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 146, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 147, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 148, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 149, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 150, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 151, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 152, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 153, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 154, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 155, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 156, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 157, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 158, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 159, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 160, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 161, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 162, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 163, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 164, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 165, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 166, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 167, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 168, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 169, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 170, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 171, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 172, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 173, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 174, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 175, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 176, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 177, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 178, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 179, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 180, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 181, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 182, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 183, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 184, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 185, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 186, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 187, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 188, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 189, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 190, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 191, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 192, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 193, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 194, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 195, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 196, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 197, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 198, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 199, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 200, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 201, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 202, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 203, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 204, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 205, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 206, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 207, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 208, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 209, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 210, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 211, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 212, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 213, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 214, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 215, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 216, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 217, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 218, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 219, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 220, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 221, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 222, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 223, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 224, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 225, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 226, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 227, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 228, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 229, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 230, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 231, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 232, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 233, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 234, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 235, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 236, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 237, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 238, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 239, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 240, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 241, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 242, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 243, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 244, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 245, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 246, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 247, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 248, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 249, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 250, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 251, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 252, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 253, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 254, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 255, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 256, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 257, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 258, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 259, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 260, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 261, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 262, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 263, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 264, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 265, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 266, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 267, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 268, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 269, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 270, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 271, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 272, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 273, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 274, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 275, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 276, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 277, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 278, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 279, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 280, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 281, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 282, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 283, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 284, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 285, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 286, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 287, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 288, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 289, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 290, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 291, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 292, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 293, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 294, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 295, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 296, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 297, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 298, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 299, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 300, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 301, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 302, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 303, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 304, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 305, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 306, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 307, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 308, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 309, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 310, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 311, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 312, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 313, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 314, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 315, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 316, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 317, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 318, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 319, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 320, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 321, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 322, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 323, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 324, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 325, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 326, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 327, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 328, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 329, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 330, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 331, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 332, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 333, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 334, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 335, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 336, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 337, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 338, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 339, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 340, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 341, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 342, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 343, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 344, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 345, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 346, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 347, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 348, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 349, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 350, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 351, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 352, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 353, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 354, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 355, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 356, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 357, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 358, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 359, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 360, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 361, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 362, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 363, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 364, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 365, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 366, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 367, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 368, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 369, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 370, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 371, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 372, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 373, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 374, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 375, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 376, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 377, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 378, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 379, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 380, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 381, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 382, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 383, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 384, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 385, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 386, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 387, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 388, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 389, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 390, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 391, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 392, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 393, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 394, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 395, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 396, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 397, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 398, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 399, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 400, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 401, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 402, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 403, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 404, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 405, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 406, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 407, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 408, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 409, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 410, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 411, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 412, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 413, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 414, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 415, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 416, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 417, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 418, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 419, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 420, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 421, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 422, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 423, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 424, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 425, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 426, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 427, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 428, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 429, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 430, de 1973, do vereador José Scarano, indicando a palavra ao vereador Antonio Bonomi; Indicação nº 431, de 1973, do vereador José Sc

ção e ordem à essa nossa cidade de Rancho Fundo do Piabal, Estado de Rio de Janeiro, que Deus nos guarde. Muito obrigado. Em seguida, foi com muita palma precedido de a chamada dos vereadores ausentes, que justificaram a presença dos seguintes: Sr. Antonio Fernandes, Antonio Avelino, Manoel Tito Soares, Pedro Pinto Fernandes, João Gabriel Athayde, Aziz Elias Sheik, Heitor Carneiro de Freitas e Francisco Fonseca. Não compareceu o Vereador Afonso Evangelista Andrade, devido estar doente, segundo atestado. Após foi ao minuto de silêncio em homenagem a memória do Prefeito falecido, e em seguida os comunicou por estarem presentes os Srs. Vereadores Antonio Fernandes, Pedro Pinto Fernandes, Heitor Carneiro de Freitas, e os funcionários da "Tribuna" Srs. Comunicando do Rio Grande do Sul, Oswaldo Caldas Machado, Secretário do Jornal "Tribuna" e Antonio Duclerc Fonseca, Diretor do Jornal "Tribuna" Senhor Bradesco, a fim de prestarem esclarecimentos acerca daquela Empresa na Televisão nesta cidade. Em seguida, o Sr. Presidente convidou os Senhores Comunicados para tomarem os seus lugares de direito. Após os Srs. Vereadores a palavra ao autor do requerimento nº 03/58, Vereador Aziz Elias Sheik, para justificar o seu requerimento. Com a palavra o Sr. Vereador Aziz Elias Sheik, agradeceu aos funcionários da "Tribuna" por terem nos dado a honra de nos visitar, e em seguida fez as seguintes perguntas: 1) Se a cidade Campista já está preparada para a Televisão? 2) Se não existe nenhum inconveniente ocasionado pela "Tribuna" nesta cidade e se não poderia "Tribuna" estabelecer-se em Rancho Fundo? 3) Se já foi feito os estudos necessários? 4) Se já foi feito a escolha do local para a instalação? 5) Se já foi feito a escolha do artista? 6) Se já foi feito a escolha do artista? 7) Se já foi feito a escolha do artista? 8) Se já foi feito a escolha do artista? 9) Se já foi feito a escolha do artista? 10) Se já foi feito a escolha do artista?

a vereadora [illegible] agradecendo ao confrade, a [illegible] que [illegible] [illegible] [illegible]

Ata que passou a ordem do dia, na qual foi aprovado, em segundo discussão, o Projeto de Lei nº 31/78, foi aprovado, em primeiro, o de nº 32/78, ambos, em seguida, aprovados em segunda discussão, o Projeto de Lei nº 31/78, com requerimento verbal formulado pelo vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para a proposição aprovada. Foi lido o Requerimento do Executivo, pedindo abertura de crédito especial no valor de Cr$ 31.000,00 (trinta e um mil cruzeiros), destinado a pagamento de horas extras aos funcionários da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de março do corrente ano. Foi lido o Requerimento nº 01/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 31/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 02/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 32/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 03/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 33/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 04/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 34/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 05/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 35/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 06/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 36/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 07/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 37/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 08/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 38/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 09/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 39/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 10/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 40/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 11/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 41/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 12/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 42/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 13/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 43/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 14/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 44/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 15/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 45/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 16/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 46/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 17/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 47/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 18/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 48/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 19/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 49/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 20/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 50/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 21/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 51/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 22/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 52/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 23/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 53/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 24/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 54/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 25/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 55/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 26/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 56/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 27/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 57/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 28/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 58/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 29/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 59/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 30/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 60/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 31/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 61/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 32/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 62/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 33/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 63/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 34/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 64/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 35/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 65/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 36/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 66/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 37/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 67/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 38/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 68/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 39/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 69/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 40/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 70/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 41/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 71/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 42/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 72/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 43/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 73/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 44/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 74/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 45/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 75/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 46/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 76/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 47/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 77/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 48/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 78/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 49/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 79/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 50/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 80/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 51/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 81/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 52/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 82/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 53/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 83/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 54/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 84/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 55/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 85/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 56/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 86/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 57/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 87/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 58/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 88/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 59/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 89/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 60/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 90/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 61/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 91/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 62/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 92/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 63/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 93/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 64/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 94/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 65/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 95/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 66/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 96/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 67/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 97/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 68/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 98/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 69/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 99/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 70/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 100/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 71/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 101/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 72/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 102/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 73/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 103/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 74/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 104/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 75/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 105/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 76/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 106/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 77/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 107/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 78/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 108/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 79/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 109/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 80/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 110/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 81/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 111/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 82/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 112/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 83/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 113/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 84/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 114/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 85/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 115/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 86/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 116/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 87/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 117/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 88/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 118/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 89/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 119/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 90/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 120/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 91/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 121/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 92/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 122/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 93/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 123/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 94/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 124/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 95/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 125/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 96/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 126/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 97/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 127/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 98/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 128/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 99/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 129/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 100/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 130/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 101/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 131/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 102/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 132/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 103/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 133/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 104/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 134/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 105/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 135/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 106/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 136/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 107/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 137/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 108/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 138/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 109/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 139/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 110/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 140/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 111/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 141/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 112/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 142/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 113/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 143/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 114/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 144/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 115/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 145/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 116/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 146/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 117/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 147/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 118/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 148/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 119/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 149/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 120/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 150/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 121/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 151/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 122/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 152/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 123/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 153/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 124/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 154/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 125/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 155/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 126/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 156/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 127/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 157/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 128/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 158/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 129/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 159/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 130/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 160/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 131/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 161/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 132/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 162/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 133/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 163/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 134/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 164/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 135/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 165/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 136/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 166/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 137/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 167/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 138/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 168/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 139/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 169/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 140/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 170/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 141/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 171/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 142/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 172/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 143/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 173/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 144/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 174/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 145/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 175/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 146/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 176/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 147/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 177/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 148/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 178/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 149/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 179/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 150/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 180/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 151/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 181/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 152/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 182/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 153/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 183/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 154/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 184/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 155/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 185/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 156/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 186/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 157/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 187/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 158/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 188/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 159/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 189/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 160/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 190/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 161/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 191/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 162/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 192/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 163/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 193/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 164/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 194/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 165/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 195/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 166/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 196/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 167/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 197/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 168/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 198/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 169/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 199/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 170/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 200/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 171/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 201/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 172/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 202/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 173/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 203/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 174/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 204/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 175/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 205/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 176/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 206/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 177/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 207/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 178/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 208/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 179/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 209/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 180/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 210/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 181/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 211/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 182/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 212/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 183/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 213/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 184/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 214/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 185/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 215/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 186/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 216/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 187/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 217/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 188/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 218/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 189/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 219/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 190/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 220/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 191/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 221/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 192/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 222/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 193/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 223/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 194/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 224/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 195/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 225/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 196/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 226/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 197/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 227/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 198/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 228/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 199/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 229/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 200/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 230/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 201/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 231/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 202/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 232/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 203/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 233/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 204/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 234/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 205/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 235/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 206/78, do vereador Antonio Bonfim, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 236/78, que foi aprovado em segunda discussão. Foi lido o Requerimento nº 207/

a este cidadão e ao Executivo pedir aos seus Heitor Evangrotte e vereadores [illegible] [illegible] [illegible]

dade gente a Semeasse Municipal de Instalações do assistido Industrial, para que fosse dado o nome de Rua Dr. Ataulfo Pinto, conforme consta a Semeasse supramencionada do 28. Sessão Municipal do dia 27/8/43, do vereador José Bezerra, para a necessidade de uma denominação de ruas, avenidas, praças, etc. 4) Mensagem Municipal e outras no patrício da Prefeitura Municipal e Encaminhados ao ao Departamento Municipal, etc. 5) do referido ofício nº 1.031/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 6) Ofício nº 1.032/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 7) Ofício nº 1.033/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 8) Ofício nº 1.034/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 9) Ofício nº 1.035/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 10) Ofício nº 1.036/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 11) Ofício nº 1.037/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 12) Ofício nº 1.038/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 13) Ofício nº 1.039/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 14) Ofício nº 1.040/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 15) Ofício nº 1.041/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 16) Ofício nº 1.042/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 17) Ofício nº 1.043/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 18) Ofício nº 1.044/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 19) Ofício nº 1.045/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 20) Ofício nº 1.046/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 21) Ofício nº 1.047/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 22) Ofício nº 1.048/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 23) Ofício nº 1.049/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 24) Ofício nº 1.050/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 25) Ofício nº 1.051/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 26) Ofício nº 1.052/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 27) Ofício nº 1.053/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 28) Ofício nº 1.054/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 29) Ofício nº 1.055/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 30) Ofício nº 1.056/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 31) Ofício nº 1.057/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 32) Ofício nº 1.058/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 33) Ofício nº 1.059/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 34) Ofício nº 1.060/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 35) Ofício nº 1.061/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 36) Ofício nº 1.062/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 37) Ofício nº 1.063/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 38) Ofício nº 1.064/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 39) Ofício nº 1.065/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 40) Ofício nº 1.066/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 41) Ofício nº 1.067/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 42) Ofício nº 1.068/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 43) Ofício nº 1.069/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 44) Ofício nº 1.070/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 45) Ofício nº 1.071/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 46) Ofício nº 1.072/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 47) Ofício nº 1.073/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 48) Ofício nº 1.074/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 49) Ofício nº 1.075/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 50) Ofício nº 1.076/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 51) Ofício nº 1.077/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 52) Ofício nº 1.078/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 53) Ofício nº 1.079/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 54) Ofício nº 1.080/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 55) Ofício nº 1.081/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 56) Ofício nº 1.082/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 57) Ofício nº 1.083/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 58) Ofício nº 1.084/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 59) Ofício nº 1.085/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 60) Ofício nº 1.086/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 61) Ofício nº 1.087/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 62) Ofício nº 1.088/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 63) Ofício nº 1.089/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 64) Ofício nº 1.090/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 65) Ofício nº 1.091/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 66) Ofício nº 1.092/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 67) Ofício nº 1.093/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 68) Ofício nº 1.094/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 69) Ofício nº 1.095/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 70) Ofício nº 1.096/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 71) Ofício nº 1.097/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 72) Ofício nº 1.098/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 73) Ofício nº 1.099/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 74) Ofício nº 1.100/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 75) Ofício nº 1.101/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 76) Ofício nº 1.102/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 77) Ofício nº 1.103/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 78) Ofício nº 1.104/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 79) Ofício nº 1.105/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 80) Ofício nº 1.106/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 81) Ofício nº 1.107/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 82) Ofício nº 1.108/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 83) Ofício nº 1.109/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 84) Ofício nº 1.110/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 85) Ofício nº 1.111/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 86) Ofício nº 1.112/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 87) Ofício nº 1.113/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 88) Ofício nº 1.114/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 89) Ofício nº 1.115/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 90) Ofício nº 1.116/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 91) Ofício nº 1.117/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 92) Ofício nº 1.118/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 93) Ofício nº 1.119/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 94) Ofício nº 1.120/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 95) Ofício nº 1.121/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 96) Ofício nº 1.122/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 97) Ofício nº 1.123/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 98) Ofício nº 1.124/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 99) Ofício nº 1.125/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 100) Ofício nº 1.126/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 101) Ofício nº 1.127/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 102) Ofício nº 1.128/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 103) Ofício nº 1.129/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 104) Ofício nº 1.130/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 105) Ofício nº 1.131/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 106) Ofício nº 1.132/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 107) Ofício nº 1.133/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 108) Ofício nº 1.134/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 109) Ofício nº 1.135/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 110) Ofício nº 1.136/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 111) Ofício nº 1.137/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 112) Ofício nº 1.138/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 113) Ofício nº 1.139/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 114) Ofício nº 1.140/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 115) Ofício nº 1.141/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 116) Ofício nº 1.142/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 117) Ofício nº 1.143/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 118) Ofício nº 1.144/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 119) Ofício nº 1.145/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 120) Ofício nº 1.146/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 121) Ofício nº 1.147/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, Presidente da República, Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, e outras providências. 122) Ofício nº 1.148/44, do vereador Antônio Evaristo Furtado, e seguinte Elias Jacob, pedindo um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Exmo. Senhor Dr. Getúlio Dorneles

vés de trabalho desenvolvido pelos homens integrados e honestos que dignificam o nosso povo e a nossa gente e que vinham sendo injustamente perseguidos nesta caminhada de prosperidade sem se descortinar nenhum delito nesse particular. Disse mais que vota favoravelmente ao seu Requerimento. Passou a palavra ao Vereador Sebastião Batista que também se manifestou favoravelmente ao requerimento. Em seguida, o nosso Presidente Vereador Ivanildo Batista Diniz, colocou em votação o requerimento nº 80/84, que foi aprovado por unanimidade, e afinal por esta Casa aprovada. Ainda na Pequena Expediente o nosso Presidente Vereador Ivanildo Batista Diniz, comunicou aos seus pares que o Prefeito Municipal, Dr. Manoel Francisco Barreto Neto, havia mandado para esta Câmara um convite para participar das comemorações alusivas ao 1º aniversário da Emancipação Política do Município de Brejo Santo, que se realizará no dia 31 de Março do corrente ano

com os vereadores que o acompanharam, cumprimentou-os a seguir o Sr. Prefeito Municipal que fez uso da palavra para agradecer a visita do Secretário de Transportes e Educacional do Estado, Senhor Marco Tavares de Queiroz, interessado em um dos problemas de Rio Claro, qual seja o da Escola Técnica Industrial. Em seguida o Sr. Prefeito Municipal, usou da palavra para ler o seu Expediente, constando de Ofícios, Projetos de Lei e Requerimentos, que foram lidos pelo Sr. 1º Secretário, Vereador Antonio Tavares Ferreira, sendo: 1) Ofício nº 1.000/68, de 19 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 1.000/68, que "Dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros novos) para atender despesas com a Semana da Pátria". Projeto de Lei nº 1.000/68, que "Dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros novos) para atender despesas com a Semana da Pátria". Requerimento nº 1.000/68, de autoria do Vereador Antonio Tavares Ferreira, solicitando que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de ser providenciada a limpeza e conservação do Jardim Público "Dr. Antonio Carlos Pereira Pinto

O vereador Euclides Tamasco disse que o Deputado Hélio Augusto
no dirá vem se dedicando bastante em prol do benestar das c-
rianças pinhalenses, existindo pequena necessidades importantes para
a cidade, e que como atitude do Semissão de Justiça pertinente
ao seu pronunciamento, parece favorável ao projeto de lei nº 818,
que propiciará, com que os escolares obtenham gratuidades
todas para contabilizarem no desenvolvimento deste Município e
do nosso País. Aprovado por 818, o projeto de lei nº 818, fin-
do lido, a matéria em pauta, o sr. Presidente franqueou a pala-
vra a explicação pessoal com o mesmo vereador, que passou
a palavra ao vereador Hélio Augusto, que disse que não
pretendia se aproveitar desse momento para usar da tribuna
para agradecer todos os votos recebidos nas eleições
passadas, mas sim para dizer que não se sentia bem
com a sua consciência, pois não havia feito nada
para o povo, e que não pretendia ser candidato
a vereador, pois para isso precisaria de muito
tempo, e que não o tinha. Disse também que
não pretendia ser candidato a prefeito, pois
não tinha condições financeiras para isso.
Disse ainda que não pretendia ser candidato
a nada, pois não tinha tempo para isso.
Disse também

de Ensino, Dr. Pedro Henrique Redecker, que foi convidado, cerimonia e agradecimento ao Edital do edil Heitor Bevagnatti, para fazer uso da palavra na Tribuna Popular. Em seguida, o presidente da Fundação, D. de Assistência Social, Dr. Pedro Henrique Redecker, em sua fala agradeceu a presença de todos e falou sobre a importância desta data para a Fundação e para o ensino superior em Novo Hamburgo. Em seguida, o presidente da Fundação, Dr. Pedro Henrique Redecker, em sua fala agradeceu a presença de todos e falou sobre a importância desta data para a Fundação e para o ensino superior em Novo Hamburgo. Em seguida, o presidente da Fundação, Dr. Pedro Henrique Redecker, em sua fala agradeceu a presença de todos e falou sobre a importância desta data para a Fundação e para o ensino superior em Novo Hamburgo.

Assis"; b) nº. 13/24, agradecendo o ofício nº. 101/24, enviado pela esta Câmara; c) nº. 11/24, cumprimentando o projeto de lei nº. 10/24, do Prefeito Municipal, que declarando a utilidade pública a Associação Beneficente de Justiça e Finanças"; d) o ofício expedido pelo Diretor Geral do Departamento de Estado, enviando a agradecendo o ofício nº 02/24, enviado pela esta Câmara, referente ao 2º aniversário da Revolução de Março de 1924"; e) do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, comunicando, em resposta ao ofício nº. 03/24, encaminhando para ele esta Câmara, por ter sido dirigido ao Snr. Dr. Engenheiro E. A. Bichat" - Nova Iorque, sobre estradas parcialmente construídas pela referida companhia; f) a Associação Paulista de Imprensa do Interior, encaminhando a Instrução nº. 11/24, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; g) do Snr. Diretor Geral da Secretaria do Interior, enviando exemplares do Estatuto da Escola Normal Secundária, recentemente reformado; h) do Snr. Diretor Geral do Departamento de Saúde, confirmando a decisão desta Câmara, a seguinte: "Em officio Transcrevo-lhe a decisão desta Câmara, a seguinte: "Em officio nº. 10/24, de 7 do corrente, que recebi hontem, o Snr. Dr. Prefeito Municipal de Mogi-Guassu, agradeceu-me a felicitação que lhe enviara por occasião de ser nomeado para o cargo de Prefeito Municipal de Mogi-Guassu, encaminhando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Mogi-Guassu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; i) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; j) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; k) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; l) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; m) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; n) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; o) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; p) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; q) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; r) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; s) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; t) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; u) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; v) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; w) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; x) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; y) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; z) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; aa) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; bb) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; cc) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; dd) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ee) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ff) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; gg) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; hh) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ii) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; jj) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; kk) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ll) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; mm) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; nn) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; oo) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; pp) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; qq) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; rr) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ss) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; tt) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; uu) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; vv) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ww) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; xx) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; yy) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; zz) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; aaa) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; bbb) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ccc) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ddd) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; eee) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; fff) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ggg) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; hhh) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; iii) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; jjj) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; kkk) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; lll) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; mmm) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; nnn) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ooo) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ppp) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; qqq) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; rrr) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; sss) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ttt) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; uuu) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; vvv) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; www) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; xxx) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; yyy) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; zzz) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; aaaa) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; bbbb) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; cccc) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; dddd) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; eeee) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ffff) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; gggg) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; hhhh) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; iiii) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; jjjj) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; kkkk) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; llll) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; mmmm) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; nnnn) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; oooo) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; pppp) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; qqqq) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; rrrr) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ssss) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; tttt) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; uuuu) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; vvvv) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; wwww) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; xxxx) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; yyyy) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; zzzz) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; aaaaa) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; bbbbb) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ccccc) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ddddd) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; eeeee) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; fffff) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ggggg) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; hhhhh) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; iiiii) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; jjjjj) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; kkkkk) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; lllll) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; mmmmm) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; nnnnn) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ooooo) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ppppp) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; qqqqq) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; rrrrr) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; sssss) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ttttt) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; uuuuu) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; vvvvv) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; wwwww) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; xxxxx) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; yyyyy) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; zzzzz) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; aaaaaa) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; bbbbbb) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; cccccc) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; dddddd) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; eeeeee) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ffffff) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; gggggg) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; hhhhhh) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; iiiiii) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; jjjjjj) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; kkkkkk) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; llllll) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; mmmmmm) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; nnnnnn) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; oooooo) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; pppppp) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; qqqqqq) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; rrrrrr) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ssssss) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; tttttt) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; uuuuuu) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; vvvvvv) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; wwwwww) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; xxxxxx) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; yyyyyy) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; zzzzzz) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; aaaaaaa) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; bbbbbbb) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ccccccc) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ddddddd) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; eeeeeee) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; fffffff) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ggggggg) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; hhhhhhh) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; iiiiiii) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; jjjjjjj) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; kkkkkkk) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; lllllll) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; mmmmmmm) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; nnnnnnn) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Botucatu, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ooooooo) do Snr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Ribeirão Preto, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ppppppp) do Snr. Prefeito Municipal de Jaboticabal, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaboticabal, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; qqqqqqq) do Snr. Prefeito Municipal de Barretos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Barretos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; rrrrrrr) do Snr. Prefeito Municipal de Araraquara, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Araraquara, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; sssssss) do Snr. Prefeito Municipal de Santos, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Santos, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; ttttttt) do Snr. Prefeito Municipal de Jaú, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Jaú, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; uuuuuuu) do Snr. Prefeito Municipal de Piracicaba, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Piracicaba, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; vvvvvvv) do Snr. Prefeito Municipal de Rio Claro, enviando a Mensagem lida perante a Camara Municipal de Rio Claro, em 1º. de Janeiro deste anno, em que expõe a situação daquella Municipalidade"; wwwwwww) do Snr. Prefeito Municipal de Botucatu, enviando a M

para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Wandyck Rg Zibadi, 2º Secretário da Câmara, a fiz escrever.

Ata da 2ª sessão ordinária, do 1º ano, da 7ª legislatura, da Câmara Municipal do Distrito Federal de Brasília, realizada em 20 de maio de 1971.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes.

Secretariados pelo Sr. Wandyck Zibadi.

Aos vinte dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, Palácio onde funciona a Câmara Municipal, às nove horas, presentes os vereadores abaixo discriminados, compareceram os seguintes: José Antonio Fernandes, Antonio Fabrício, Fabrício Tavares, Wandyck Zibadi, Celio Bento, Wanderley Nicácio Fernandes, Ivo Zuccolotto, Jair Gomes, Ademir Bento, Nicácio Cameschean, Ozi Evangelista, Kazyk Elias Jacobik, João Gabriel Alves, Hamilton Fernandes, Jair Gomes, Adelmo Bento. Após um minuto de silêncio mais ou menos gongado, o Presidente declarou que um vereador Wandyck Zibadi, o qual não estava presente, ia dar leitura ao Hino Nacional, na sessão ordinária, que seria este imprimindo este vereador Nicácio Cameschean, que não participou da sessão. Nicácio Cameschean, como seria o procedimento em casos de retificações e imaginações de ata. Taquicardia, no Tatuapé, Nicácio Cameschean, em resposta à questão da Ata da 1ª sessão ordinária, feita a requerimento nas permitido pelo vereador Wandyck Zibadi, que a mesma fosse lida na íntegra, o Presidente Antonio Fabrício está sendo feito para prestação discussão e votação, e sofre alterações, e quando essas alterações não digam respeito apenas a taboa-nhas, ou a erros gramaticais, ou de redação, mas sim para alterar o conteúdo e a existência da ata, constando na palavra ata que está sendo votada, as alterações propostas, para que não haja qualquer assunto que interessam, de ata no seu recurso, tem esclarecidos, porque constam essas alterações da ata do recurso em que é esta votando a ata, e não depois, quando a ata já estiver aprovada, para o caso em nosso caso, estamos de o aditamento acertado a imaginação, a ata seria aprovada, e depois teríamos de alterar a ata, o que não seria bom, pois, no começo, que era ter registrado certas que não se passaram na sessão, que é o caso presente que o Excelentíssimo vereador Wandyck Zibadi, pede que sejam retificadas, por 21 vereadores, pois no momento da discussão e votação da ata, o Excelentíssimo vereador Wandyck Zibadi, não estava presente, mesmo para o Excelentíssimo vereador Wanderley Nicácio Fernandes, que pede retificação da ata, a pedir que

falso, porque, no incidente havido entre V. Exca. e o nobre vereador Dr. Raul Pilla, o Sr. Tacito de Oliveira absteve-se de votar, não sendo verdadeiro portanto, que S. Exca. tivesse sido abandonado pelos seus companheiros de bancada. Quanto ao debate, porque tardou-se na minha opinião também, de um caso perfeitamente julgado, de notoria verdade, tanto que até o proprio nobre vereador Dr. Raul Pilla, aparteando-me, disse que o nobre vereador Heitor Eloy Tavares havia dado a questão mesma exposição que eu fizera. E declaro mais, em resposta ao Sr. Vereador Infante, referindo-se ao fato, que uma agencia telegrafica, ao dar a noticia do ocorrido, teria procurado a S. Exca. para ouvir-lhe a versão, que S. Exca. desejou e lhe foi dada, de minha ordem, a qual não foi transmitida porque a agencia preferiu permanecer muda. Estas as explicações que julgo necessarias para esta Camara, atim de que não paire sobre mim qualquer duvida, ou sobre esta Camara, a menor suspeição.

Sr. Presidente, o que me parece é que a Camara não poderia ser acusada de ter procedido com parcialidade, si, em face da letra expressa do Regimento Interno, artigo 320, paragrafo 1º, alinea a, e artigo 321, paragrafo 1º, alinea a, e ainda do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado, artigo 330, paragrafo 1º, alinea a, e artigo 331

da 6ª sessão extraordinária, após ser lida, aprovada e assinada a ata da 5ª sessão extraordinária, o Presidente determinou a leitura do Expediente, que foi constituído do seguinte: Mensagem nº 14/1996, encaminhando projeto de lei nº 14/96, dispondo sobre a concessão de auxílio-funeral aos funcionários municipais; Lei nº 2.0... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.01... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.02... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.03... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.04... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.05... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.06... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.07... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.08... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.09... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.10... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.11... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.12... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.13... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.14... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.15... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.16... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.17... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.18... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.19... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.20... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.21... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.22... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.23... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.24... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.25... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.26... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.27... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.28... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.29... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.30... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.31... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.32... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.33... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.34... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.35... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.36... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.37... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.38... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.39... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.40... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.41... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.42... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.43... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.44... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.45... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.46... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.47... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.48... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.49... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.50... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.51... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.52... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.53... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.54... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.55... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.56... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.57... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.58... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.59... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.60... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.61... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.62... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.63... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.64... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.65... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.66... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.67... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.68... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.69... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.70... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.71... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.72... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.73... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.74... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.75... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.76... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.77... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.78... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.79... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.80... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.81... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.82... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.83... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.84... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.85... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.86... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.87... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.88... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.89... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.90... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.91... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.92... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.93... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.94... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.95... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.96... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.97... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.98... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.99... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.100... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.101... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.102... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.103... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.104... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.105... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.106... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.107... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.108... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.109... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.110... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.111... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.112... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.113... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.114... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.115... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.116... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.117... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.118... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.119... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.120... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.121... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.122... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.123... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.124... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.125... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.126... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.127... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.128... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.129... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.130... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.131... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.132... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.133... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.134... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.135... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.136... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.137... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.138... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.139... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.140... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.141... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.142... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.143... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.144... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.145... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.146... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.147... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.148... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.149... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.150... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.151... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.152... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.153... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.154... que altera dispositivos da Lei nº 1.778, de 31 de março de 1993, que dispõe sobre a emissão de títulos da dívida pública municipal, destinados a financiar o Programa de Habitação Popular - Pró-Lar, e dá outras providências; Lei nº 2.155... que altera dispositiv

Cap.: "Es comissão de Justiça e Finanças", 2) Requerimento: n/1874 de 20 de Junho corrente, pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do Alumno Mel Rey Commissionado em Desenho Industrial do Atheneu, pelo trabalho que remetteo Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 4) nº 1877/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 4) nº 1877/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 5) nº 1878/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 6) nº 1879/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 7) nº 1880/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 8) nº 1881/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 9) nº 1882/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 10) nº 1883/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 11) nº 1884/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 12) nº 1885/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 13) nº 1886/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 14) nº 1887/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 15) nº 1888/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 16) nº 1889/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 17) nº 1890/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 18) nº 1891/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 19) nº 1892/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 20) nº 1893/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 21) nº 1894/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 22) nº 1895/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 23) nº 1896/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 24) nº 1897/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 25) nº 1898/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 26) nº 1899/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 27) nº 1900/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 28) nº 1901/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 29) nº 1902/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 30) nº 1903/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 31) nº 1904/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 32) nº 1905/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 33) nº 1906/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 34) nº 1907/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 35) nº 1908/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 36) nº 1909/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 37) nº 1910/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 38) nº 1911/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 39) nº 1912/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 40) nº 1913/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 41) nº 1914/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 42) nº 1915/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 43) nº 1916/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 44) nº 1917/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 45) nº 1918/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 46) nº 1919/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 47) nº 1920/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 48) nº 1921/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 49) nº 1922/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 50) nº 1923/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 51) nº 1924/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 52) nº 1925/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 53) nº 1926/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 54) nº 1927/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 55) nº 1928/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 56) nº 1929/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 57) nº 1930/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 58) nº 1931/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 59) nº 1932/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 60) nº 1933/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 61) nº 1934/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 62) nº 1935/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 63) nº 1936/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 64) nº 1937/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 65) nº 1938/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 66) nº 1939/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 67) nº 1940/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 68) nº 1941/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 69) nº 1942/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 70) nº 1943/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 71) nº 1944/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 72) nº 1945/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 73) nº 1946/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 74) nº 1947/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 75) nº 1948/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 76) nº 1949/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 77) nº 1950/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 78) nº 1951/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 79) nº 1952/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 80) nº 1953/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 81) nº 1954/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 82) nº 1955/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 83) nº 1956/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 84) nº 1957/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 85) nº 1958/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 86) nº 1959/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 87) nº 1960/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 88) nº 1961/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 89) nº 1962/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 90) nº 1963/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 91) nº 1964/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 92) nº 1965/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 93) nº 1966/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 94) nº 1967/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 95) nº 1968/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 96) nº 1969/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 97) nº 1970/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 98) nº 1971/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 99) nº 1972/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 100) nº 1973/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 101) nº 1974/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 102) nº 1975/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 103) nº 1976/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 104) nº 1977/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 105) nº 1978/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 106) nº 1979/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 107) nº 1980/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 108) nº 1981/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 109) nº 1982/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 110) nº 1983/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 111) nº 1984/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 112) nº 1985/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 113) nº 1986/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 114) nº 1987/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 115) nº 1988/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 116) nº 1989/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 117) nº 1990/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 118) nº 1991/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 119) nº 1992/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 120) nº 1993/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 121) nº 1994/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 122) nº 1995/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 123) nº 1996/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 124) nº 1997/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 125) nº 1998/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 126) nº 1999/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 127) nº 2000/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 128) nº 2001/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 129) nº 2002/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 130) nº 2003/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 131) nº 2004/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 132) nº 2005/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 133) nº 2006/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 134) nº 2007/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 135) nº 2008/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 136) nº 2009/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 137) nº 2010/74, do mesmo dia pedindo a transferencia para a Secção de Arte Edificatoria do alumno Mel Rey, pelo trabalho que remetteo a Commissão de Instrucção Publica, para ser exposto na Secção de Arte, visto o mesmo ter sido aprovado por 5 (x); 138) nº 2011/74, do mesmo dia pedindo a transferenc

undo e S. Paulo e acordado que daquela data em diante o grandioso certame municipalista passaria a ser um simples encontro de amigos, sem a preocupação de ser julgado oficialmente pelo que o visitador da municipalidade visitante, ao recepcionar o prefeito e comitiva, em nome da sua cidade aplicada dalta, em frente, impedindo os seus feitos de serem apreciados, atlas, quanto a cada um apanhado de surpresa pelo julgador, ao terminar, bem depois, a pesada corrida de automóveis, a que todos eram obrigados a participar, sob pena de ficarem fora do programa. Nunca porém, tendo conseguido os que lá estavam desde a Carta de Caminha e com os apanhados pelas campanhas, a que se referiu Capistrano de Abreu, a fazer com que o Brasil compreendesse para que serve o seu interior, quando pudesse ser ele visitado pelo Sr. Presidente da República, que ao ser um pouco conservador pelo interior, respeitando o conselho de um velho político, só 30% dos municípios que recebem os impostos, 30% dos que pagam os impostos, 30% dos que pagam os impostos e mantem todos os 70% restantes, o mesmo valeria dizer que de dez um só, pois que 3 + 7 = 10. E foi de facto o que aconteceu em 1936. E foi de 4 unanimidades, com a ausência de 1 só representante, o voto de louvor, que se fez exprimir em nome de todos os municípios presentes, pelo edil Pina Rogeiro, seu prefeito, que foi, pouco depois, o governador do Estado, o qual, ao ser proclamado, ao lado de Getulio, o candidato à Presidência da República, pela Aliança Liberal, e ao ser empossado, ao lado de Getulio, no governo provisório, não só não esqueceu o seu compromisso, como, ao contrário, ampliou-o, dando-lhe uma feição nacional, pois que, ao abrir os trabalhos, em 1937, o 1º Congresso Municipalista Brasileiro, que se reuniu no Rio de Janeiro, sob a presidência do Sr. Ministro Agamenon Magalhães, então Interventor em Pernambuco, e que, por sua vez, ao encerrar os seus trabalhos, em 1938, o 2º Congresso Municipalista Brasileiro, que se reuniu em Belo Horizonte, sob a presidência do Sr. Ministro Benedicto Valladares, então Interventor em Minas Gerais, ambos os Congressos, por proposta do Sr. Ministro Francisco Campos, então Ministro da Justiça, resolveram que o 3º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse, em 1939, no Rio de Janeiro, sob a presidência do Sr. Presidente da República, Dr. Getulio Vargas, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 4º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em São Paulo, sob a presidência do Sr. Interventor Federal, Dr. Adhemar de Barros, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 5º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Belo Horizonte, sob a presidência do Sr. Governador Benedicto Valladares, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 6º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Curitiba, sob a presidência do Sr. Governador Manoel Ribas, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 7º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Porto Alegre, sob a presidência do Sr. Governador Getulio Vargas, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 8º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Recife, sob a presidência do Sr. Governador Agamenon Magalhães, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 9º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Belém, sob a presidência do Sr. Governador Magalhães Barata, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 10º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Fortaleza, sob a presidência do Sr. Governador Francisco de Menezes Pimentel, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 11º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Salvador, sob a presidência do Sr. Governador Juracy Magalhães, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 12º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Vitoria, sob a presidência do Sr. Governador Jones dos Santos Neves, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 13º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Goiania, sob a presidência do Sr. Governador Pedro Ludovico Teixeira, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 14º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Florianopolis, sob a presidência do Sr. Governador Aderbal Ramos da Silva, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 15º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Belo Horizonte, sob a presidência do Sr. Governador Juscelino Kubitschek, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 16º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Natal, sob a presidência do Sr. Governador Sylvio Pedroza, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 17º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Manaus, sob a presidência do Sr. Governador Plinio Coelho, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 18º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Aracaju, sob a presidência do Sr. Governador Leandro Maciel, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 19º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Cuiaba, sob a presidência do Sr. Governador Fernando Correia da Costa, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 20º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Campo Grande, sob a presidência do Sr. Governador Pedro Pedrossian, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 21º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Porto Velho, sob a presidência do Sr. Governador Jorge Teixeira de Oliveira, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 22º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 23º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 24º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 25º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 26º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 27º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 28º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 29º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 30º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 31º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 32º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 33º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 34º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 35º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 36º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 37º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 38º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 39º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 40º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 41º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 42º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 43º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 44º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 45º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 46º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 47º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 48º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 49º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 50º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 51º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 52º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 53º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 54º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 55º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 56º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 57º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 58º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 59º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 60º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 61º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 62º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 63º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 64º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 65º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 66º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 67º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 68º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 69º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 70º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 71º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 72º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 73º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 74º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 75º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 76º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 77º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 78º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 79º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 80º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 81º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 82º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 83º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 84º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 85º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 86º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 87º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 88º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 89º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 90º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 91º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 92º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 93º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 94º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 95º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 96º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 97º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 98º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 99º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 100º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 101º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 102º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 103º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 104º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 105º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 106º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 107º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 108º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 109º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 110º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 111º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 112º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 113º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 114º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 115º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 116º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 117º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 118º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 119º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 120º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 121º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 122º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 123º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 124º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 125º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 126º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 127º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 128º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 129º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 130º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 131º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 132º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 133º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 134º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 135º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 136º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 137º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 138º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 139º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 140º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 141º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 142º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 143º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 144º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 145º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 146º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 147º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 148º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 149º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 150º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 151º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 152º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 153º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 154º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 155º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 156º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 157º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 158º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 159º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 160º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 161º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 162º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 163º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 164º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 165º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 166º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 167º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 168º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 169º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 170º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 171º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 172º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 173º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 174º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 175º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 176º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 177º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 178º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 179º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 180º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 181º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 182º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 183º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 184º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 185º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 186º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 187º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 188º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 189º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 190º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 191º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 192º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 193º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 194º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 195º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 196º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 197º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 198º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 199º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Governador Ottomar Pinto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 200º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Macapá, sob a presidência do Sr. Governador Annibal Barcellos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 201º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Palmas, sob a presidência do Sr. Governador Siqueira Campos, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 202º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Rio Branco, sob a presidência do Sr. Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, e que, ao encerrar os seus trabalhos, o 203º Congresso Municipalista Brasileiro se reunisse em Boa Vista, sob a presidência do Sr. Govern

protesto (n. 830) e) n.º 876/76, do vereador Hector Capezzutti, pugnando um voto de pesar pelo falecimento da saudosa senhora Benedita Ferreira Prado, ocorrido no dia 16 do mês findo; f) n.º 877/76, de sua autoria, pugnando um voto de pesar pelo falecimento do Cel. Benedito Ferreira Prado, ocorrido no dia 16 do mês findo; g) n.º 878/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; h) n.º 879/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; i) n.º 880/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; j) n.º 881/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; k) n.º 882/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; l) n.º 883/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; m) n.º 884/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; n) n.º 885/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; o) n.º 886/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; p) n.º 887/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; q) n.º 888/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; r) n.º 889/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; s) n.º 890/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; t) n.º 891/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; u) n.º 892/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; v) n.º 893/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; x) n.º 894/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; z) n.º 895/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; aa) n.º 896/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; ab) n.º 897/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ac) n.º 898/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; ad) n.º 899/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ae) n.º 900/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; af) n.º 901/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ag) n.º 902/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; ah) n.º 903/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ai) n.º 904/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; aj) n.º 905/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ak) n.º 906/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; al) n.º 907/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; am) n.º 908/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; an) n.º 909/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ao) n.º 910/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; ap) n.º 911/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; aq) n.º 912/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; ar) n.º 913/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; as) n.º 914/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; at) n.º 915/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; au) n.º 916/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; av) n.º 917/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; aw) n.º 918/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; ax) n.º 919/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ay) n.º 920/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; az) n.º 921/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ba) n.º 922/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bb) n.º 923/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bc) n.º 924/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bd) n.º 925/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; be) n.º 926/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bf) n.º 927/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bg) n.º 928/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bh) n.º 929/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bi) n.º 930/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bj) n.º 931/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bk) n.º 932/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bl) n.º 933/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bm) n.º 934/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bn) n.º 935/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bo) n.º 936/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bp) n.º 937/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bq) n.º 938/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; br) n.º 939/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bs) n.º 940/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bt) n.º 941/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bu) n.º 942/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bv) n.º 943/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; bw) n.º 944/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bx) n.º 945/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; by) n.º 946/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; bz) n.º 947/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ca) n.º 948/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cb) n.º 949/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; cc) n.º 950/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cd) n.º 951/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ce) n.º 952/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cf) n.º 953/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; cg) n.º 954/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; ch) n.º 955/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ci) n.º 956/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cj) n.º 957/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; ck) n.º 958/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cl) n.º 959/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; cm) n.º 960/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cn) n.º 961/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; co) n.º 962/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cp) n.º 963/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; cq) n.º 964/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cr) n.º 965/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; cs) n.º 966/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; ct) n.º 967/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; cu) n.º 968/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cv) n.º 969/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; cw) n.º 970/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cx) n.º 971/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; cy) n.º 972/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação de todos aqueles que participaram da Semana da Pátria, de 1976, em especial as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, pelo brilho e civismo com que se houveram durante os desfiles; cz) n.º 973/76, do vereador Dr. Alfredo Mattos Filho, e do Prefeito Municipal, pedindo um voto de louvor à atuação do Conjunto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Comandante do 1º Batalhão de Policiamento do Interior 4, pela maneira segura, eficiente e ordeira com que agiram durante os festejos da Semana da Pátria, de 1976, pela tranquilidade e segurança que proporcionaram à população local durante os desfiles; da) n.º 974/76, do vereador Dr. Edmundo Stuart de Paula Nunes Leite, e do Pr

palavra o sr. Presidente agradecem a presença dos vereadores suplentes, convoca-os para a sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 20 horas, para discussão e votação do projeto de lei que concede o auxílio de lei nº 1478, 15/05, 1478 - 16/05, conforme a mensagem nº 1478 - 16/05 e para dar conhecimento do ofício que lhe encaminhou o Prefeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Eu, Rozalvo Elias Jacob, 1º Secretário, a fiz redigir.

Ata da 10ª sessão extraordinária, de 43 anos, da 1ª legislatura da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 18 de junho de 1976.

Presidência do Sr. Dr. Antonio Fernandes

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na sede da Câmara Municipal, às vinte horas, presidindo a sessão o Sr. Dr. Antonio Fernandes, estando presentes os seguintes: José Antonio Fernandes, Antonio Flavio, Wandyr Ribeiro, Rozalvo Elias Jacob, João Batista Prudente, Jose Benedito dos Santos, Edival Ribeiro, José Gabriel Athayde e Manoel Bento Ferreira. Não compareceu o vereador Waldir Teixeira de Alexandre. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, e posta em discussão. O vereador Antonio Flavio solicitou a retificação da ata, no que diz respeito ao seu aparte, quando o vereador Waldir Teixeira de Alexandre, falando sobre o projeto de reforma penal, o acompanhou de aparte, dizendo que "Brasília está muito longe". Após, a ata foi aprovada, sem restrições. Em seguida, o Presidente determinou que se procedesse à leitura do expediente, que foi lido pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, que deu conta do seguinte: ofício nº 1478, de 15/06/76, do Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem nº 1478 - 16/06, solicitando a concessão de auxílio de lei nº 1478, 15/06, 1478 - 16/06, conforme a mensagem nº 1478 - 16/06 e para dar conhecimento do ofício que lhe encaminhou o Prefeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Eu, Rozalvo Elias Jacob, 1º Secretário, a fiz redigir.

Ata da 10ª sessão extraordinária, de 43 anos, da 1ª legislatura da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 18 de junho de 1976.

Presidência do Sr. Dr. Antonio Fernandes

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na sede da Câmara Municipal, às vinte horas, presidindo a sessão o Sr. Dr. Antonio Fernandes, estando presentes os seguintes: José Antonio Fernandes, Antonio Flavio, Wandyr Ribeiro, Rozalvo Elias Jacob, João Batista Prudente, José Benedito dos Santos, Edival Ribeiro, José Gabriel Athayde e Manoel Bento Ferreira. Não compareceu o vereador Waldir Teixeira de Alexandre. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, e posta em discussão. O vereador Antonio Flavio solicitou a retificação da ata, no que diz respeito ao seu aparte, quando o vereador Waldir Teixeira de Alexandre, falando sobre o projeto de reforma penal, o acompanhou de aparte, dizendo que "Brasília está muito longe". Após, a ata foi aprovada, sem restrições. Em seguida, o Presidente determinou que se procedesse à leitura do expediente, que foi lido pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, que deu conta do seguinte: ofício nº 1478, de 15/06/76, do Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem nº 1478 - 16/06, solicitando a concessão de auxílio de lei nº 1478, 15/06, 1478 - 16/06, conforme a mensagem nº 1478 - 16/06 e para dar conhecimento do ofício que lhe encaminhou o Prefeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Eu, Rozalvo Elias Jacob, 1º Secretário, a fiz redigir.

Ata da 11ª sessão extraordinária, de 43 anos, da 1ª legislatura da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 21 de junho de 1976.

Presidência do Sr. Dr. Antonio Fernandes

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na sede da Câmara Municipal, às vinte horas, presidindo a sessão o Sr. Dr. Antonio Fernandes, estando presentes os seguintes: José Antonio Fernandes, Antonio Flavio, Wandyr Ribeiro, Rozalvo Elias Jacob, João Batista Prudente, José Benedito dos Santos, Edival Ribeiro, José Gabriel Athayde e Manoel Bento Ferreira. Não compareceu o vereador Waldir Teixeira de Alexandre. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, e posta em discussão. O vereador Antonio Flavio solicitou a retificação da ata, no que diz respeito ao seu aparte, quando o vereador Waldir Teixeira de Alexandre, falando sobre o projeto de reforma penal, o acompanhou de aparte, dizendo que "Brasília está muito longe". Após, a ata foi aprovada, sem restrições. Em seguida, o Presidente determinou que se procedesse à leitura do expediente, que foi lido pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, que deu conta do seguinte: ofício nº 1478, de 15/06/76, do Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem nº 1478 - 16/06, solicitando a concessão de auxílio de lei nº 1478, 15/06, 1478 - 16/06, conforme a mensagem nº 1478 - 16/06 e para dar conhecimento do ofício que lhe encaminhou o Prefeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Eu, Rozalvo Elias Jacob, 1º Secretário, a fiz redigir.

Ata da 11ª sessão extraordinária, de 43 anos, da 1ª legislatura da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 21 de junho de 1976.

Presidência do Sr. Dr. Antonio Fernandes

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na sede da Câmara Municipal, às vinte horas, presidindo a sessão o Sr. Dr. Antonio Fernandes, estando presentes os seguintes: José Antonio Fernandes, Antonio Flavio, Wandyr Ribeiro, Rozalvo Elias Jacob, João Batista Prudente, José Benedito dos Santos, Edival Ribeiro, José Gabriel Athayde e Manoel Bento Ferreira. Não compareceu o vereador Waldir Teixeira de Alexandre. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, e posta em discussão. O vereador Antonio Flavio solicitou a retificação da ata, no que diz respeito ao seu aparte, quando o vereador Waldir Teixeira de Alexandre, falando sobre o projeto de reforma penal, o acompanhou de aparte, dizendo que "Brasília está muito longe". Após, a ata foi aprovada, sem restrições. Em seguida, o Presidente determinou que se procedesse à leitura do expediente, que foi lido pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, que deu conta do seguinte: ofício nº 1478, de 15/06/76, do Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem nº 1478 - 16/06, solicitando a concessão de auxílio de lei nº 1478, 15/06, 1478 - 16/06, conforme a mensagem nº 1478 - 16/06 e para dar conhecimento do ofício que lhe encaminhou o Prefeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Eu, Rozalvo Elias Jacob, 1º Secretário, a fiz redigir.

Ata da 12ª sessão extraordinária, de 43 anos, da 1ª legislatura da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 25 de junho de 1976.

Presidência do Sr. Dr. Antonio Fernandes

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na sede da Câmara Municipal, às vinte horas, presidindo a sessão o Sr. Dr. Antonio Fernandes, estando presentes os seguintes: José Antonio Fernandes, Antonio Flavio, Wandyr Ribeiro, Rozalvo Elias Jacob, João Batista Prudente, José Benedito dos Santos, Edival Ribeiro, José Gabriel Athayde e Manoel Bento Ferreira. Não compareceu o vereador Waldir Teixeira de Alexandre. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, e posta em discussão. O vereador Antonio Flavio solicitou a retificação da ata, no que diz respeito ao seu aparte, quando o vereador Waldir Teixeira de Alexandre, falando sobre o projeto de reforma penal, o acompanhou de aparte, dizendo que "Brasília está muito longe". Após, a ata foi aprovada, sem restrições. Em seguida, o Presidente determinou que se procedesse à leitura do expediente, que foi lido pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, que deu conta do seguinte: ofício nº 1478, de 15/06/76, do Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem nº 1478 - 16/06, solicitando a concessão de auxílio de lei nº 1478, 15/06, 1478 - 16/06, conforme a mensagem nº 1478 - 16/06 e para dar conhecimento do ofício que lhe encaminhou o Prefeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Eu, Rozalvo Elias Jacob, 1º Secretário, a fiz redigir.

Ata da 12ª sessão extraordinária, de 43 anos, da 1ª legislatura da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 25 de junho de 1976.

Presidência do Sr. Dr. Antonio Fernandes

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na sede da Câmara Municipal, às vinte horas, presidindo a sessão o Sr. Dr. Antonio Fernandes, estando presentes os seguintes: José Antonio Fernandes, Antonio Flavio, Wandyr Ribeiro, Rozalvo Elias Jacob, João Batista Prudente, José Benedito dos Santos, Edival Ribeiro, José Gabriel Athayde e Manoel Bento Ferreira. Não compareceu o vereador Waldir Teixeira de Alexandre. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, e posta em discussão. O vereador Antonio Flavio solicitou a retificação da ata, no que diz respeito ao seu aparte, quando o vereador Waldir Teixeira de Alexandre, falando sobre o projeto de reforma penal, o acompanhou de aparte, dizendo que "Brasília está muito longe". Após, a ata foi aprovada, sem restrições. Em seguida, o Presidente determinou que se procedesse à leitura do expediente, que foi lido pelo 1º secretário, vereador Rozalvo Elias Jacob, que deu conta do seguinte: ofício nº 1478, de 15/06/76, do Prefeito Municipal, encaminhando a mensagem nº 1478 - 16/06, solicitando a concessão de auxílio de lei nº 1478, 15/06, 1478 - 16/06, conforme a mensagem nº 1478 - 16/06 e para dar conhecimento do ofício que lhe encaminhou o Prefeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Eu, Rozalvo Elias Jacob, 1º Secretário, a fiz redigir.

se que o sr. Sydio Mignot fora um valoroso no esporte desta cidade, de fundando os Clubes do C.C. Pinheiro, Tenente 20 de Janeiro, Democrata e Ferroviário, com relação ao desenvolvimento no esporte do futebol da Cia. Mineira de Eletricidade. João Gualberto Athayde acrescentou ainda o nome do saudoso Zezinho, que foi campeão citadino de futebol da cidade após sua assinatura na gaveta para positiva reunindo o almoço sobre parentes e amigos, os quais, que assinaram na referida preparação. Estendeu-se na tarefa foi agradecido pelo orador, principalmente no sr. Sydio Mignot, pelo entusiasmo e dinamismo que vem demonstrando em prol do desenvolvimento desse esporte em nossa cidade. Finalizando, o vereador Antônio Fernandes Sobrinho, em nome da Câmara, cumprimentou o Sydio de Oliveira pela passagem de seu 120º aniversário. O vereador Antônio Fernandes Sobrinho, que é vice-presidente da Câmara, falou de mocidade desde, onde exerceu a uma missão em agosto de grande e positiva, uma vez que tenha, oferecendo ao povo as seguintes palestras para o dia 31 de julho, com início às 19:30 horas: Dia 31 de julho, Dia Nacional do Esporte, Dia 2 de agosto, Dia do Soldado, Dia 3 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 4 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 5 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 6 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 7 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 8 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 9 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 10 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 11 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 12 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 13 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 14 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 15 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 16 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 17 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 18 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 19 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 20 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 21 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 22 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 23 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 24 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 25 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 26 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 27 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 28 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 29 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 30 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 31 de agosto, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 1 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 2 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 3 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 4 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 5 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 6 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 7 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 8 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 9 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 10 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 11 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 12 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 13 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 14 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 15 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 16 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 17 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 18 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 19 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 20 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 21 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 22 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 23 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 24 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 25 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 26 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 27 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 28 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 29 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 30 de setembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 1 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 2 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 3 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 4 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 5 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 6 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 7 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 8 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 9 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 10 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 11 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 12 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 13 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 14 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 15 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 16 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 17 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 18 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 19 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 20 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 21 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 22 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 23 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 24 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 25 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 26 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 27 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 28 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 29 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 30 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 31 de outubro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 1 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 2 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 3 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 4 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 5 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 6 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 7 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 8 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 9 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 10 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 11 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 12 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 13 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 14 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 15 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 16 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 17 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 18 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 19 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 20 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 21 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 22 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 23 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 24 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 25 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 26 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 27 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 28 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 29 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 30 de novembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 1 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 2 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 3 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 4 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 5 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 6 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 7 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 8 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 9 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 10 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 11 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 12 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 13 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 14 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 15 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 16 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 17 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 18 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 19 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 20 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 21 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 22 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 23 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 24 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 25 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 26 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 27 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 28 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 29 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 30 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata, Dia 31 de dezembro, Dia do Clube Atlético Democrata.

seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 13/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre autorização para a vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima participar de uma missão de justiça e Finanças. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 14/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 15/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 16/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 17/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 18/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 19/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 8) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 20/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 21/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 10) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 22/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 11) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 23/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 12) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 24/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 13) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 25/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 14) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 26/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 15) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 27/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 16) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 28/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 17) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 29/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 18) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 30/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 19) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 31/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 20) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 32/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 21) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 33/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 22) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 34/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 23) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 35/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 24) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 36/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 25) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 37/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 26) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 38/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 27) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 39/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 28) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 40/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 29) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 41/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 30) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 42/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 31) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 43/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 32) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 44/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 33) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 45/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 34) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 46/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 35) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 47/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 36) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 48/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 37) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 49/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 38) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 50/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 39) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 51/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 40) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 52/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 41) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 53/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 42) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 54/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 43) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 55/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 44) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 56/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 45) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 57/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 46) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 58/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 47) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 59/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 48) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 60/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 49) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 61/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 50) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 62/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 51) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 63/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 52) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 64/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 53) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 65/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 54) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 66/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 55) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 67/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 56) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 68/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 57) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 69/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 58) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 70/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 59) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 71/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 60) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 72/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 61) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 73/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 62) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 74/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 63) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 75/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 64) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 76/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 65) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 77/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 66) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 78/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 67) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 79/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 68) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 80/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 69) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 81/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 70) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 82/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 71) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 83/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 72) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 84/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 73) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 85/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 74) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 86/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 75) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 87/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 76) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 88/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 77) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 89/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 78) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 90/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 79) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 91/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 80) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 92/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 81) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 93/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 82) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 94/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 83) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 95/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 84) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 96/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 85) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 97/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 86) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 98/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 87) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 99/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 88) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 100/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 89) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 101/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 90) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 102/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 91) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 103/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 92) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 104/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 93) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 105/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 94) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 106/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 95) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 107/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 96) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 108/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 97) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 109/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 98) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 110/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 99) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 111/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 100) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 112/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 101) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 113/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 102) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 114/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 103) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 115/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 104) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 116/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 105) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 117/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 106) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 118/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 107) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 119/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 108) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 120/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 109) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 121/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 110) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 122/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 111) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 123/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 112) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 124/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 113) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 125/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 114) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 126/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 115) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 127/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 116) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 128/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 117) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 129/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 118) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 130/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 119) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 131/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 120) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 132/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 121) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 133/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vereadora Maria Aparecida Ferreira Lima. Aprovado com 3 (três) votos contrários. 122) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 134/76, do Executivo Municipal, dispondo sobre a concessão de auxílio à vere

nicipal, dispondo sobre a instituição de pensão gratificada junto à Polícia Militar e Arquivo "Dr. Theodoro Sampaio". Outro, de nº 2.777, de 1º de setembro de 1947, dispondo sobre a "Taxa Sanitária", passando um voto de pesar pelo falecimento do senador Jorge Tavares; Aprovando os Decs. nºs 2.778 a 2.781, de 1º de setembro; Projeto, dispondo sobre o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.777, de 1º de setembro de 1947, que dispõe sobre a "Taxa Sanitária"; Projeto, dispondo sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 200.000,00 em favor do Departamento Estadual de Trabalho; Projeto, dispondo sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 100

ção de Ilheus Excelentissima para quaisquer outros esclarecimentos, ao ensejo apresentamos-lhe os protestos de nossa elevada consideração e estima. Atenciosamente, Aluizio Alves Presidente. Em seguida foi lida e aprovada a ficha do Presidente e só ao Vereador Benedicto anunciou a presença da Excelentissima Senhora D. Hercilia Tamaze Rocha com cuja ficha assinatura do Sr. Alcides D'Oquia Ribeiro, em virtude de uma interpelação do vereador Angelo Elias Jacob, pois, em nossos archivos datados, encontramos que a pedigua data de 1958 e não de 1957 como uma correcção do corresponsavel indevidamente, deando um treatado ao 1 de dezembro para a construção da 1ª Igreja ou do dia João Batista, em Rita Maria Jesus e que a mesma está sendo construida pelo Padre Ivo Rocha, pessoa de grande valor e muito benquista em nossa cidade, pois é uma das grandes doações. O vereador Wanderley Ricardo trouxe ao conhecimento de toda Câmara o seu convite da Rainha Radio Clube de que havia de realizar uma festa em beneficio da Igreja Matriz de Santa Cruz da Vitória Bezerra, desta cidade, onde agradeceu desde logo esta providencia e pediu que todos os vereadores estivessem presentes. Disse ainda que existem mais de 180 convites a padres, médicos e chefes dos podêres desta Municipio, mas que gostaria que houvesse a presença de todos os vereadores. O vereador Antonio Ferreira Lima Filho, em nome da necessidade dos pequenos, avisou de nossa presença e solicitou que fosse feito o pavimento de ruas e avenidas desta cidade. O vereador Ivo Rocha, em nome da Igreja, da Matriz, de Santa Cruz da Vitória, agradeceu a presença de todos os vereadores e pediu

grandeza. Wandenkolk Gonçalves no sentido de que o Poder Executivo e Legislativo deixe a cidade no mesmo pé. Os investimentos como o D.E.R. para que os asfaltamentos cheguem até a cidade de Rio Novo. Disse que a Rio Novo merece esta cidade como ela merece, mesmo porque a Viação Bizarchi S/A e o Grupo Penal S/A estão comunicados, porque a Rio Novo pertence a um dos grupos mais fortes do Espírito Santo. Disse que determinadas medidas o Sr. Presidente estaria a cargo e que a satisfação em ter assistido aos discursos dos vereadores para comunicar a sua missão quanto tantando de assuntos referentes a Viação Santa Cruz S/A e disse que estaria ai 10 dias colocando pelo Governador do Estado. Em seguida o vereador Wandenkolk Gonçalves disse o que acontecia aos proprietários da Cooperativa para tentar ser paga a indenização. Em seguida o vereador Hélio Carvalho Filho disse da satisfação, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos senhores vereadores, convocou para a próxima sessão, a ordem do dia, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, e eu, Raquel Alcaz Jacob, secretariada, a lavrei a presente ata. Eu, Raquel Alcaz Jacob, secretariada, a fiz escrever.

Ata da 142. sessão ordinária da 6ª ano, da 7ª legislatura, da Câmara Municipal do Estado do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 14 de agosto de 1976.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes

Secretariado pelo Sr. Raquel Alcaz Jacob.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade do Estado do Espírito Santo do Pinhal e sede da Câmara Municipal, as vinte horas, estando presente a Câmara dos vereadores: Wandenkolk Gonçalves, Antonio Ferreira Bernardes, Antonio Martins Coelho, Hélio Carvalho Filho, Benedito dos Santos, Wandenkolk Ribeiro, João Batista Alves, Raquel Alcaz Jacob, e José Antonio Fernandes. Deixou de comparecer o vereador João Batista Guedes, com aviso legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feita a leitura da ata anterior, a mesma foi aprovada sem restrições. Em seguida o Sr. Presidente anunciou a Pauta e a Ordem do dia, que foi constituída de: Projeto de Lei nº 19/76, de 12/08/76, que altera a Lei nº 19/76, do Projeto Municipal, concedendo uma pensão mensal à Dona Maria Leal Brandão da Silva com percentual proporcional dos vencimentos e vantagens do Prefeito Municipal; Projeto de Lei nº 20/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, concedendo isenção de impostos municipais à Associação Beneficente Cruz Verde; Projeto de Lei nº 21/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 22/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 23/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 25/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 26/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 27/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 28/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 29/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 30/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 31/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 32/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 33/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 34/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 35/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 36/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 37/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 38/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 39/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 40/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 41/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 42/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 43/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 44/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 45/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 46/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 47/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 48/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 49/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 50/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 51/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 52/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 53/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 54/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 55/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 56/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 57/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 58/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 59/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 60/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 61/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 62/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 63/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 64/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 65/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 66/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 67/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 68/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 69/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 70/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 71/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 72/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 73/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 74/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 75/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 76/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 77/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 78/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 79/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 80/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 81/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 82/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 83/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 84/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 85/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 86/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 87/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 88/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 89/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 90/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 91/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 92/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 93/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 94/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 95/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 96/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 97/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 98/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 99/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 100/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 101/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 102/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 103/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 104/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 105/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 106/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 107/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 108/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 109/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 110/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 111/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 112/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 113/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 114/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 115/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 116/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 117/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 118/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 119/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 120/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 121/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 122/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 123/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 124/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 125/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 126/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 127/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 128/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 129/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 130/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 131/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 132/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 133/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 134/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 135/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 136/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 137/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 138/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 139/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 140/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 141/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 142/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 143/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 144/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 145/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 146/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 147/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 148/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 149/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 150/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 151/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 152/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 153/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 154/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 155/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 156/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 157/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 158/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 159/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 160/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 161/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 162/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 163/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 164/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 165/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 166/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 167/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 168/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 169/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 170/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 171/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 172/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 173/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 174/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 175/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 176/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 177/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 178/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 179/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 180/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 181/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 182/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 183/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 184/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 185/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 186/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 187/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 188/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 189/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 190/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 191/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 192/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 193/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 194/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 195/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 196/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 197/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 198/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 199/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 200/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 201/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 202/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 203/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 204/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 205/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 206/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 207/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 208/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 209/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 210/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 211/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 212/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 213/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 214/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 215/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 216/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 217/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 218/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 219/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 220/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 221/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 222/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 223/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 224/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 225/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 226/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 227/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 228/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 229/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 230/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 231/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 232/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 233/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 234/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 235/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 236/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 237/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 238/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 239/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 240/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 241/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 242/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 243/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 244/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 245/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 246/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 247/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 248/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 249/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 250/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 251/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 252/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 253/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 254/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 255/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 256/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 257/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 258/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 259/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 260/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 261/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 262/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 263/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 264/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 265/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 266/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 267/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 268/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 269/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 270/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei nº 271/76, de 12/08/76, do Projeto Municipal, dispondo sobre a criação de cargos em comissão e dá outras providências; Proje

Sem de outras suas atividades profissionais, em seu nome, andou tem um papel destacado nos dias de carnaval de 1.976. Com efeito, foi ele, o vereador Wanderley Brito, comunicou das ruas desta cidade, o passeio [illegible] [illegible] [illegible]

de 40 anos de uma tradição para não se transformar em instituto vivo e criador, ao mesmo tempo que se mantém fiel à sua origem. Não é possível, pois, que o Governo Federal, ao invés de apoiar e incentivar tão benemérita iniciativa, se mostre indiferente à sua sorte e, pior ainda, se omita em face de uma ameaça de fechamento, que, a ser levada a efeito, virá privar a Capital Federal de um dos seus mais belos padrões de cultura. Não é possível que o Governo Federal, que tem a seu cargo a Educação, fique surdo aos gritos de angústia que partem de uma Escola que, durante 40 anos, tem sido o berço de tantas gerações de brasileiros, que nela se formaram e nela aprenderam a amar a Pátria e a cultuar as suas tradições

Aos dois dias do mês de Outubro um mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício desta Prefeitura Municipal, às vinte horas, presentes os senhores vereadores: vereadores: dos seguintes: Antonio Aurélio Rezende Mello, Ubaldo José Bernardes, José Benedito Dias Fernandes, Antonio Carlos Bueno, Benedito Alves Fernandes, Hercules Davi Rosetti e Adamo Pereira Lopes, comparecerão as vereadoras José Antonio Franzoni Neto, João Gabriel Rinaldi de Toledo e Benedito Ferreira de Oliveira, faltou ao ato os vereadores: Paulo Cesar Pinheiro Chagas e Antonio Aparecido Ferreira Lopes, presidente e secretário respectivamente, foi aberta a sessão ordinária, e lida, discutida e aprovada, as atas das 13ª. sessão extraordinária e 14ª. sessão ordinária. Em seguida, o sr. Presidente anunciou e passou a ler o seguinte Expediente: 1) Ofício nº. 1.111/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.111/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 2) Ofício nº. 1.112/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.112/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 3) Ofício nº. 1.113/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.113/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 4) Ofício nº. 1.114/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.114/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 5) Ofício nº. 1.115/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.115/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 6) Ofício nº. 1.116/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.116/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 7) Ofício nº. 1.117/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.117/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 8) Ofício nº. 1.118/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.118/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 9) Ofício nº. 1.119/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.119/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 10) Ofício nº. 1.120/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.120/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 11) Ofício nº. 1.121/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.121/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 12) Ofício nº. 1.122/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.122/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 13) Ofício nº. 1.123/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.123/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 14) Ofício nº. 1.124/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.124/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 15) Ofício nº. 1.125/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.125/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 16) Ofício nº. 1.126/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.126/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 17) Ofício nº. 1.127/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.127/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 18) Ofício nº. 1.128/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.128/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 19) Ofício nº. 1.129/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.129/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 20) Ofício nº. 1.130/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.130/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 21) Ofício nº. 1.131/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.131/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 22) Ofício nº. 1.132/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.132/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 23) Ofício nº. 1.133/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.133/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 24) Ofício nº. 1.134/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.134/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 25) Ofício nº. 1.135/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.135/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 26) Ofício nº. 1.136/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.136/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 27) Ofício nº. 1.137/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.137/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 28) Ofício nº. 1.138/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.138/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 29) Ofício nº. 1.139/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.139/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 30) Ofício nº. 1.140/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.140/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 31) Ofício nº. 1.141/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.141/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 32) Ofício nº. 1.142/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.142/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 33) Ofício nº. 1.143/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.143/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 34) Ofício nº. 1.144/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.144/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 35) Ofício nº. 1.145/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.145/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 36) Ofício nº. 1.146/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.146/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 37) Ofício nº. 1.147/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.147/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 38) Ofício nº. 1.148/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.148/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 39) Ofício nº. 1.149/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.149/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 40) Ofício nº. 1.150/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.150/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 41) Ofício nº. 1.151/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.151/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 42) Ofício nº. 1.152/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.152/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 43) Ofício nº. 1.153/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.153/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 44) Ofício nº. 1.154/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.154/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 45) Ofício nº. 1.155/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.155/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 46) Ofício nº. 1.156/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.156/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 47) Ofício nº. 1.157/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.157/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 48) Ofício nº. 1.158/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.158/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 49) Ofício nº. 1.159/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.159/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 50) Ofício nº. 1.160/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.160/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 51) Ofício nº. 1.161/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.161/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 52) Ofício nº. 1.162/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.162/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 53) Ofício nº. 1.163/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.163/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 54) Ofício nº. 1.164/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.164/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 55) Ofício nº. 1.165/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.165/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 56) Ofício nº. 1.166/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.166/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 57) Ofício nº. 1.167/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.167/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 58) Ofício nº. 1.168/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.168/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 59) Ofício nº. 1.169/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.169/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 60) Ofício nº. 1.170/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.170/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 61) Ofício nº. 1.171/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.171/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 62) Ofício nº. 1.172/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.172/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 63) Ofício nº. 1.173/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.173/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 64) Ofício nº. 1.174/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.174/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 65) Ofício nº. 1.175/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.175/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 66) Ofício nº. 1.176/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.176/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 67) Ofício nº. 1.177/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.177/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 68) Ofício nº. 1.178/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.178/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 69) Ofício nº. 1.179/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.179/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 70) Ofício nº. 1.180/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.180/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 71) Ofício nº. 1.181/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.181/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 72) Ofício nº. 1.182/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.182/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 73) Ofício nº. 1.183/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.183/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 74) Ofício nº. 1.184/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.184/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 75) Ofício nº. 1.185/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.185/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 76) Ofício nº. 1.186/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.186/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 77) Ofício nº. 1.187/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.187/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 78) Ofício nº. 1.188/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.188/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 79) Ofício nº. 1.189/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.189/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 80) Ofício nº. 1.190/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.190/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 81) Ofício nº. 1.191/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.191/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 82) Ofício nº. 1.192/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.192/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 83) Ofício nº. 1.193/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.193/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 84) Ofício nº. 1.194/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.194/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 85) Ofício nº. 1.195/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.195/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 86) Ofício nº. 1.196/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.196/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 87) Ofício nº. 1.197/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.197/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 88) Ofício nº. 1.198/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.198/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 89) Ofício nº. 1.199/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.199/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 90) Ofício nº. 1.200/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.200/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 91) Ofício nº. 1.201/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.201/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 92) Ofício nº. 1.202/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.202/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 93) Ofício nº. 1.203/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.203/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 94) Ofício nº. 1.204/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.204/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 95) Ofício nº. 1.205/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.205/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 96) Ofício nº. 1.206/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.206/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 97) Ofício nº. 1.207/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.207/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 98) Ofício nº. 1.208/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.208/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 99) Ofício nº. 1.209/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.209/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal. 100) Ofício nº. 1.210/76 do Serviço Municipal de Fiscalização e Posturas da Prefeitura Municipal encaminhando o projeto de lei nº. 1.210/76 que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas e emolumentos aos funcionários da Prefeitura Municipal.

disse pois acceder ás reclamações de pessoas que aqui estiveram presentes, pois achavam que os aeroplanos quando tirão inconvenientes ao ar livre, e que por isso não podião ficar. Lembrou que não estavamos tratando da actual situação do Estado politica, e solicitava um inquerito do Sr. Secretario, para que lhe informasse o Thesouro do Estado, porque, não só elle, mas todos desejavão que o presidente analisasse a situação desta municipalidade e visto convidado a esse fim, esperava uma proferente resposta. Finalmente, accitava que não tinha condições de votar consententemente o parecer do Sr. relator da mesma, como este dinha sido reformado pois se tratava de uma questão de interesse vital para o Estado. O Sr. Secretario do Interior, declarou que os estudos feitos pelo Sr. Engenheiro Chefe da Repartição de Obras Publicas, com muito mais profundidade aquelles em 1916 pelo Sr. Dr. Mendes Ribeiro, não podião ser feitos com o edel Heitor Bourgonville que o mesmo não estando presente, attendendo aquelle argumento, estimava a discussão do Parecer. O Sr. Dr. Paulo Pinheiro Chagas, declarou que o parecer da Commissão de Finanças, não podia ser approvado, porque a Camara não podia contrahir emprestimo algum sem autorisação legislativa, e que o Governo do Estado não podia dar essa autorisação, como o Sr. Presidente do Estado já o declarou em mensagem ao Congresso Legislativo. Accrescentou que o Governo do Estado não podia dar essa autorisação, porque a Constituição Federal não permitte que o Estado contrahia emprestimos externos, e que a Camara Municipal não podia contrahir emprestimo algum sem autorisação do Congresso Legislativo.

Serviços Públicos"; d) nº. 39/14, encaminhando o projeto de lei nº. 2/14, dispondo sobre imposto para concessão da isenção de taxa de ocupação de terrenos em cemitérios municipais; e) nº. 40/14, encaminhando os balancetes da Receita e da Despesa do município, referente aos meses de janeiro a agosto de 1913 (mil novecentos e treze); f) nº. 41/14, encaminhando o projeto de lei nº. 3/14, dispondo sobre a abertura de crédito suplementar; "Da Comissão de Justiça e Finanças: a) Indicação encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal solicitando providências junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser feita a limpeza nas valetas e canaletas das estradas municipais, que dão acesso à cidade, a pedido do Sr. Agnaldo Fernandes Nogueira. Da Comissão de Saúde Pública: a) Indicação encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando providências

sobre qualquer coisa, que se mantive muito Edifício Encarnação suas teses durante dias que somou o projeto de lei nº 11/91 [illegible] [illegible] [illegible]

encontro as comunicações uma minuta que os Vereadores daquela Edilidade, a este Edilidade, fizeram chegar deste Capital aquele Ilustre Prefeito Municipal, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Gomes Sobrinho, Diretor do Departamento Santa Casa de Misericórdia, que lhe apresentara, através a mesma peça os vereadores desta Comarca. Em tramitando, disse que o que pede ao fim das razões, que vinham acompanhando aquela minuta, era que fosse dada a mesma, a devida tramitação legal, para, como aquela edil as fosse aprovada, e remetida ao Governo do Estado, para, como seu ato, o Governador, em instrumento a quem mandou, fizesse baixar o decreto, para que este município, o mesmo fosse elevado à categoria de Estância Santa Cruz do Rio Pardo. O vereador Hélio Bergamelli, com aparte do vereador Elias Jabour, disse que pedia, que fosse dada a palavra ao Dr. Prefeito, para que o mesmo, pudesse dar os esclarecimentos, que julgasse necessários. O vereador Hélio Bergamelli, disse que não tinha duvida nenhuma, em dar a palavra ao Dr. Prefeito, mas que, antes, queria ouvir o vereador Elias Jabour, que havia pedido um aparte. O vereador Elias Jabour, disse que, não tinha duvida nenhuma, em dar o seu aparte, mas que, antes, queria ouvir o vereador Hélio Bergamelli, que havia pedido a palavra, para que, depois, pudesse dar o seu aparte. O vereador Hélio Bergamelli, disse que, não tinha duvida nenhuma, em dar o seu aparte

parcialmente os projetos aos membros da citada Comissão para alcançarem como efetivos, visto a sua distribuição ser gratuita após mais de dois anos de existência. Em seguida o Vereador Wanderley Peixoto disse que o edil Heitor Bevagnotti estava querendo criticar a sua conduta da Presidência desta Câmara, que estranha não ter sido apreciado pelo aquele vereador, pois estava criticando também em virtude a carestia de vida. O edil Nicchio Tamaso e Edil. Basto Bernardino que possuia mais de 15 anos de vivencia, tem pot passando com dificuldade a mesma dificuldade, beneficiou a esta cidade. Aparece que se aquilo necessitava de um aparelho de ferro, para esse fim, o que não foi concedido, pois aquilo impossibilitava o serviço. Ultimando para o aparelho de ferro, o Vereador Wanderley Peixoto, usando da palavra, o Presidente solicitou ao nobre vereador Wanderley Peixoto, que se limitasse a discutir o projeto de lei em tela, porquanto o edil em apreço já tinha falado anteriormente, não podendo mais fazer uso da palavra. Em seguida o Vereador Basto Bernardino solicitando um aparte, disse que o edil Nicchio Tamaso, não tinha razão de criticar a Presidência, pois a carestia vigente nada de constrangedor para a nossa cidade, pois a necessidade dos seus não inscrevem em pontos negativos, mas sim um ponto positivo, pois o vereador o disse em aparte. O vereador Nicchio Tamaso apresentou os projetos de lei nos. 31/34, 32/34, 33/34, 34/34 e 35/34, em seguida, o Presidente solicitou ao edil Edil. Basto Fernandes, com quem iniciou estudos em conjunto, para se concluirem os pareceres no dia 20, o propriedade, em que foi atendido pelo vereador Heitor Bevagnotti. Dessa feita os projetos foram encaminhados pelo vereador Heitor Bevagnotti. Dessa feita os projetos, ficou juntamente com o edil Edil. Basto Fernandes Bernardino, os estudaram, mas por mesmo assim os seus pareceres foram favoráveis com a emenda apresentada. Em seguida o Presidente solicitou ao secretário que procedesse a leitura dos projetos, o que foi atendido, ao que foi procedida pela secretária. Em seguida o Presidente solicitou ao secretário que procedesse a leitura dos pareceres

recursos financeiros no valor de Cr$ 5.000.000,00, que seriam empregados no 1º Obras no Município dos Pescos, na localidade da praia de Quiaia, no Município de Itapemirim, neste Estado. Que, para tais obras, as quais a Comissão Pró "Cidade Balneária" vai empreender, dois lotes de propriedade particular, localizados na referida praia, foram desapropriados pela Prefeitura Municipal de Itapemirim, sendo que, para o pagamento das indenizações, a Prefeitura Municipal pelo instituto Jurídico que vem realizando o parcelamento das áreas, vem concedendo, de acordo com a lei, prazos para as mesmas indenizações serem pagas em prestações mensais e sucessivas. Que, para tais obras,

na completa-se a uma das sessões desta Edilidade, a fim de que tenham inteligência sobre a proposta da encaminhada com vistas na criação de Cadeia Pública nesta cidade de Santa Rosa, e pedindo informações sobre a viabilidade da instalação de uma classe de 1ª letra no bairro de Santa Regina. O vereador João Batista Scalabrin participando da ausência do Sr. Prefeito Municipal que teria de ausentar-se da cidade a serviço, fazendo uso da palavra para solicitar providências junto ao Departamento de Estradas de Rodagens, para que sejam feitos os melhoramentos necessários na estrada que liga Santa Rosa a Santa Regina, pedindo esclarecimentos aos vereadores e ao povo em geral sobre a estabelecimento de ensino neste Município, como também a localização dos postos de gasolina. O vereador Ernesto Lauxen de Ranja Lusa, dando assim, condições aos pobres dos moradores da Vila Rica para construção de suas casas. Após os requerimentos apresentados foram aprovados por 8 (oito) votos favoráveis, por 1 (um) ausente e 1 (um) contrário. Em seguida foi lido o seguinte expediente: a) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.212/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; b) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.213/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; c) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.214/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; d) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.215/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; e) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.216/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; f) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.217/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; g) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.218/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; h) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.219/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; i) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.220/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; j) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.221/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; k) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.222/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; l) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.223/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; m) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.224/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; n) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.225/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; o) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.226/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; p) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.227/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; q) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.228/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; r) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.229/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; s) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.230/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; t) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.231/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; u) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.232/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; v) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.233/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; w) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.234/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; x) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.235/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; y) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.236/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; z) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.237/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; aa) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.238/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ab) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.239/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ac) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.240/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ad) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.241/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ae) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.242/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; af) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.243/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ag) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.244/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ah) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.245/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ai) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.246/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; aj) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.247/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ak) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.248/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; al) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.249/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; am) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.250/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; an) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.251/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ao) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.252/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ap) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.253/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; aq) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.254/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ar) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.255/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; as) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.256/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; at) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.257/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; au) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.258/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; av) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.259/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; aw) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.260/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ax) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.261/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ay) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.262/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; az) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.263/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ba) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.264/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bb) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.265/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bc) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.266/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bd) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.267/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; be) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.268/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bf) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.269/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bg) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.270/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bh) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.271/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bi) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.272/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bj) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.273/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bk) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.274/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bl) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.275/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bm) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.276/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bn) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.277/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bo) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.278/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bp) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.279/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bq) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.280/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; br) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.281/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bs) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.282/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bt) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.283/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bu) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.284/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bv) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.285/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bw) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.286/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bx) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.287/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; by) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.288/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; bz) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.289/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ca) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.290/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cb) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.291/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cc) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.292/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cd) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.293/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ce) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.294/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cf) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.295/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cg) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.296/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ch) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.297/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ci) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.298/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cj) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.299/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ck) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.300/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cl) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.301/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cm) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.302/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cn) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.303/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; co) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.304/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cp) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.305/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cq) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.306/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cr) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.307/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cs) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.308/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ct) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.309/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cu) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.310/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cv) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.311/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cw) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.312/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cx) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.313/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cy) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.314/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; cz) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.315/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; da) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.316/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; db) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.317/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dc) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.318/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dd) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.319/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; de) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.320/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; df) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.321/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dg) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.322/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dh) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.323/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; di) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.324/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dj) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.325/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dk) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.326/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dl) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.327/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dm) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.328/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dn) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.329/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; do) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.330/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dp) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.331/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dq) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.332/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dr) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.333/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; ds) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.334/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dt) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.335/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; du) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.336/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado a atender despesas com a construção de um Ginásio de Esportes; dv) Ofício encaminhando a Mensagem do Executivo Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 1.337/76, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor

73. legislatura, da Câmara municipal de Espírito Santo do Pinhal, era ligada em nº 1 de outubro de 1976.

Secretaria da Sra. José Antonio Fernandes

Aos vinte e um dias do mês de outubro de um mil novecentos e setenta e seis, sede da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, aos vinte horas, presentes os Srs. Vereadores abaixo assinados, verificou-se a presença dos seguintes Srs. José Antonio Fernandes, Antonio Aparecido Angelo Elias Jacob, José Benedito dos Santos, José Carlos Pinto dos Santos, João Batista Ferreira Gandolfi, João Gabriel Athaide e Victorio Tamaso. Não estiveram presentes os Srs. Vereadores Wanderley Rezende Bueno e José Ferreira Barbosa. Havendo número legal, foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente, que determinou que fosse lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem restrições. Após ele fez um minuto de silêncio em homenagem à memória do Saudoso Advogado, Jeremias Dias, ocorrido no dia 15 do corrente mês. Em seguida, pela ordem do dia, foi discutida a ata da 162ª sessão ordinária, na qual o vereador Victorio Tamaso (MDB), pedira a palavra para pedir retificação da ata de 5 de setembro, impugnando a expedição de um parecer favorável à emissão de uma portaria, do Executivo, proibindo a venda de bebidas alcoólicas em locais públicos, durante o período de carnaval. Após a retificação, a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente determinou que fosse lida a mensagem do Executivo, que foi lida pelo vereador Victorio Tamaso, que havia sido aprovada pela CJR, no sentido de que as despesas com o pagamento aos vereadores, referentes à 1ª quinzena do mês de outubro, deveriam ser feitas após a aprovação do projeto de lei que aumenta os subsídios dos vereadores, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 139/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 140/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 141/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 142/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 143/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 144/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 145/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 146/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 147/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 148/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 149/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 150/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 151/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 152/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 153/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 154/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 155/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 156/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 157/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 158/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 159/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 160/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 161/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 162/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 163/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 164/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 165/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 166/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 167/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 168/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 169/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 170/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 171/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 172/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 173/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 174/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 175/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 176/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 177/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 178/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 179/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 180/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 181/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 182/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 183/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 184/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 185/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 186/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 187/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 188/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 189/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 190/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 191/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 192/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 193/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 194/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 195/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 196/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 197/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 198/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 199/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 200/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 201/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 202/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 203/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 204/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 205/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 206/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 207/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 208/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 209/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 210/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 211/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 212/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 213/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 214/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 215/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 216/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 217/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 218/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 219/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 220/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 221/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 222/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 223/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 224/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 225/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 226/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 227/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 228/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 229/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 230/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 231/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 232/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 233/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 234/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 235/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 236/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 237/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 238/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 239/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 240/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 241/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 242/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 243/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 244/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 245/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 246/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 247/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 248/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 249/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 250/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 251/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 252/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 253/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 254/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 255/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 256/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 257/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 258/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 259/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 260/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 261/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 262/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 263/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 264/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 265/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 266/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 267/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 268/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 269/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 270/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 271/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 272/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 273/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 274/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 275/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 276/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 277/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 278/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 279/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 280/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 281/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 282/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 283/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Beneficente Hospitalar de Espírito Santo do Pinhal, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a mensagem do Executivo, que solicita a retirada do projeto de lei nº 284/76, que dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação

questionar ainda de julgio o atendimento prestado naquele Hospital que anunciava "quem convenia de atendimento com patrocínio" [illegible] pelos pessoas no recinto de portaria aguardando [illegible] pela pessoa no recinto de portaria aguardando [illegible] pela pessoa no recinto de portaria aguardando [illegible] pela pessoa

segunda discussão, os projetos de lei nº 37/76 e 38/76 e o projeto de resolução nº 01/76, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos, dizendo que, para constar, eu, Ilza Maria Ribeiro Bastos, Diretora Geral da Câmara, o fiz escrever.

ata da 22ª sessão extraordinária, do 4º ano da 7ª legislatura da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, realizada em 01 de outubro de 1976.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes
Secretariado pelo Sr. Miguel Elias Jacob

Ao quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, e Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício sede da Câmara Municipal, onde se acha instalado o Plenário, presentes os senhores vereadores, José Antonio Fernandes, Presidente, Miguel Elias Jacob, Secretário, Antonio Carlos Ferreira Pinto, Celso Antonio Ferreira, Hamilton Mendes Batista, Geraldo Batista Ferreira, Hamilton Mendes Batista, Geraldo Batista Ferreira, Celso Pinto Fernandes, José Benedito dos Santos, José Moraes, Waldemar Camargo e Helio Gonçalves, Vereadores, havendo ausência justificada do Vereador Antonio Carlos Ferreira, o Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida, o Secretário procedeu a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem restrições. Em seguida, o Secretário procedeu a leitura do expediente, que constou de um ofício do Prefeito Municipal, encaminhando a Câmara, para exame e aprovação, o projeto de resolução nº 01/76, que concede licença para ausentar-se do País, ao Prefeito Municipal, Sr. José Antonio Fernandes, e, nada mais havendo a tratar, foi designada ordem do dia para a sessão ordinária de 05 de outubro, e encerrou-se a sessão, dizendo que, para constar, eu, Miguel Elias Jacob, 1º Secretário da Câmara, o fiz escrever.

ata da 1ª sessão ordinária, do 4º ano da 7ª legislatura, da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, realizada em 04 de novembro de 1976.

Presidência do Sr. José Antonio Fernandes
Secretariado pelo Sr. Miguel Elias Jacob

Ao quatro dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício sede da Câmara Municipal, onde se acha instalado o Plenário, presentes os senhores vereadores, José Antonio Fernandes, Presidente, Miguel Elias Jacob, Secretário, Antonio Carlos Ferreira Pinto, Celso Antonio Ferreira, Hamilton Mendes Batista, Geraldo Batista Ferreira, Celso Pinto Fernandes, José Benedito dos Santos, José Moraes, Waldemar Camargo e Helio Gonçalves, Vereadores, havendo ausência justificada do Vereador Antonio Carlos Ferreira, o Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida, o Secretário procedeu a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada com restrições. Em seguida, o Secretário procedeu a leitura do expediente, que constou de um ofício do Prefeito Municipal, encaminhando a Câmara, para exame e aprovação, o projeto de resolução nº 01/76, que concede licença para ausentar-se do País, ao Prefeito Municipal, Sr. José Antonio Fernandes, e, nada mais havendo a tratar, foi designada ordem do dia para a sessão ordinária de 05 de outubro, e encerrou-se a sessão, dizendo que, para constar, eu, Ilza Maria Ribeiro Bastos, Diretora Geral da Câmara, o fiz escrever.

do ao adiantado da hora e já havendo expirado o tempo regimental, bem como dando-se como prejudicado o anuncio que refere-se ao das leis nºs 37/76 e 38/76, e, não havendo mais projetos a serem apresentados, o Presidente passou à Ordem do Dia, dispensando a leitura das atas das sessões anteriores, que foram aprovadas sem restrições. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de resolução nº 01/76, que concede licença para ausentar-se do País, ao Prefeito Municipal, Sr. José Antonio Fernandes, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 37/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 38/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 39/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 40/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 41/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 42/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 43/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 44/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 45/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 46/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 47/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 48/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 49/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 50/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 51/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 52/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 53/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 54/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 55/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 56/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 57/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 58/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 59/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 60/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 61/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 62/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 63/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 64/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 65/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 66/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 67/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 68/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 69/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 70/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 71/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 72/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 73/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 74/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 75/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 76/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 77/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 78/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 79/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 80/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 81/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 82/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 83/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 84/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 85/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 86/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 87/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 88/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 89/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 90/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 91/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 92/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 93/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 94/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 95/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 96/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 97/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 98/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 99/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 100/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 101/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 102/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 103/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 104/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 105/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 106/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 107/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 108/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 109/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 110/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 111/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 112/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 113/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 114/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 115/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 116/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 117/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 118/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 119/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 120/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 121/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 122/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 123/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 124/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 125/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 126/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 127/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 128/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 129/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 130/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 131/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 132/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 133/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 134/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 135/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 136/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 137/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 138/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 139/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 140/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 141/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 142/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 143/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 144/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 145/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 146/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 147/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 148/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 149/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 150/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 151/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 152/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 153/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 154/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 155/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 156/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 157/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 158/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 159/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 160/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 161/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 162/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 163/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 164/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 165/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 166/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 167/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 168/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 169/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 170/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 171/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 172/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 173/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 174/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 175/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 176/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 177/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 178/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 179/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 180/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 181/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 182/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 183/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 184/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 185/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 186/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 187/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 188/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 189/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 190/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 191/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à discussão e votação do projeto de lei nº 192/76, que concede licença para construção, e, colocado em discussão, ninguem quis fazer uso da palavra, e, colocado em votação

cidade local já permite uma posição de estacionamento para ônibus e a venda de tarifas, em vários pontos de maior movimento. Assim, os passageiros idosos que tiverem condições de comprar uma passagem poderão fazê-lo antecipadamente, evitando perdas de tempo. Ainda, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos, ao assumir a direção da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, ao assumir a direção da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, ao assumir a direção da

ma área de 2496 m. 30% annuais. O vereador José Batista Gois deve apenas a anuidade de 1961 [illegible] e deve ser multado. O vereador Manoel Ferreira de Souza [illegible] a Companhia Papel e Celulose e a Morgan & Andrews não estão no Município. O vereador Hélio Vasconcellos [illegible] a Companhia Papel e Celulose [illegible] Morgan & Andrews [illegible] Vereador Hélio Vasconcellos [illegible] Vereador Hélio Vasconcellos [illegible] Vereador Hélio Vasconcellos

whom reasados, convirem-se para, no mesmo retardamento, reunirem-se logo em seguida, com todo o adiantamento possível, para tratarem do projeto de lei nº 49/56 e 41/56, a mesma sendo votada na 1ª discussão, ficando os Srs. Vereadores convocados para a sessão de hoje, Presidente Elcio Jacobi, Secretário, e eu, Secretário.

#

Ata da 23ª sessão ordinária, do 4º ano, da 7ª legislatura, da Câmara Municipal do Estado do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 08 de novembro de 1956.

Presidência do Sr. Jose Antonio Fernandes.
Secretariada pelo Sr. Raquel Elcio Jacobi.

Ao oito dias do mês de novembro do ano mil novecentos e cinquenta e seis, nesta cidade do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, nos Paços Municipais, edifício onde funciona a Câmara Municipal, aos trinta minutos da 2ª hora da tarde, presentes os Srs. Vereadores: José Antonio Fernandes, Presidente, Antonio Tomaz Filho, Antonio Gonçalves, Jose Prudente de Santa e Raquel Elcio Jacobi, reuniu-se em sessão ordinária a Câmara Municipal deste Município, sob a presidência do primeiro, para o fim de ser lida, discutida e votada a ata da sessão anterior. Aberta a sessão, o Presidente mandou proceder a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida pelo Secretário, e posta em discussão, foi aprovada sem restrições. Em seguida o Presidente mandou proceder a leitura do expediente, que constou do seguinte: Ofício nº 1.000/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 49/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.001/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 50/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.002/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 51/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.003/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 52/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.004/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 53/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.005/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 54/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.006/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 55/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.007/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 56/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.008/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 57/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.009/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 58/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.010/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 59/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.011/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 60/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.012/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 61/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.013/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 62/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.014/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 63/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.015/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 64/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.016/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 65/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.017/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 66/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.018/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 67/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.019/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 68/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.020/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 69/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.021/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 70/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.022/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 71/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.023/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 72/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.024/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 73/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.025/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 74/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.026/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 75/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.027/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 76/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.028/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 77/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.029/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 78/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.030/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 79/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.031/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 80/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.032/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 81/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.033/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 82/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.034/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 83/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.035/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 84/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.036/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 85/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.037/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 86/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.038/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 87/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.039/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 88/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.040/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 89/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.041/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 90/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.042/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 91/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.043/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 92/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.044/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 93/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.045/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 94/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.046/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 95/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.047/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 96/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.048/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 97/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.049/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 98/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.050/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 99/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.051/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 100/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.052/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 101/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.053/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 102/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.054/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 103/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.055/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 104/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.056/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 105/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.057/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 106/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.058/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 107/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.059/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 108/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.060/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 109/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.061/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 110/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.062/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 111/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.063/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 112/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.064/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 113/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.065/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 114/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.066/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 115/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.067/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 116/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.068/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 117/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.069/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 118/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.070/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 119/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.071/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 120/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.072/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 121/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.073/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 122/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.074/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 123/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.075/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 124/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.076/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 125/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.077/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 126/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.078/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 127/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.079/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 128/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.080/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 129/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.081/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 130/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.082/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 131/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.083/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 132/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.084/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 133/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.085/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 134/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.086/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 135/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.087/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 136/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.088/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 137/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.089/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 138/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.090/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 139/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.091/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 140/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.092/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 141/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.093/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 142/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.094/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 143/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.095/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 144/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.096/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 145/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.097/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 146/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.098/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 147/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.099/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 148/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.100/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 149/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.101/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 150/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.102/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 151/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.103/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 152/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.104/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 153/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.105/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 154/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.106/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 155/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.107/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 156/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.108/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 157/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.109/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 158/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.110/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 159/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.111/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 160/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.112/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 161/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.113/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 162/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.114/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 163/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.115/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 164/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.116/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 165/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.117/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 166/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.118/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 167/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.119/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 168/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.120/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 169/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.121/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 170/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.122/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 171/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.123/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 172/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.124/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 173/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.125/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 174/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.126/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 175/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.127/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 176/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.128/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 177/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.129/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 178/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.130/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 179/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.131/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 180/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.132/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 181/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.133/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 182/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.134/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 183/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.135/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 184/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.136/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 185/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.137/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 186/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.138/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 187/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.139/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 188/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.140/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 189/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.141/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 190/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.142/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 191/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.143/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 192/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.144/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 193/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpeza pública. Ofício nº 1.145/56, de 07 do corrente, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 194/56, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 50.000,00 para pagamento de serviços de limpe

dente ajudante, o Prof. Gilberto Sintoni; b) do Sargento-Instrutor da Arma de Engenharia, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; c) do Sargento-Instrutor da Arma de Infantaria, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; d) do Sargento-Instrutor da Arma de Cavalaria, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; e) do Sargento-Instrutor da Arma de Artilharia, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; f) do Sargento-Instrutor da Arma de Comunicações, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; g) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; h) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; i) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; j) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; k) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; l) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; m) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; n) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; o) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; p) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; q) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; r) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; s) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; t) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; u) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; v) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; w) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; x) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; y) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; z) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; aa) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; bb) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; cc) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; dd) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ee) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ff) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; gg) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; hh) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ii) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; jj) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; kk) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ll) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; mm) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; nn) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; oo) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; pp) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; qq) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; rr) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ss) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; tt) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; uu) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; vv) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ww) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; xx) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; yy) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; zz) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; aaa) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; bbb) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ccc) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ddd) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; eee) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; fff) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ggg) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; hhh) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; iii) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; jjj) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; kkk) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; lll) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; mmm) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; nnn) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ooo) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ppp) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; qqq) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; rrr) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; sss) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ttt) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; uuu) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; vvv) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; www) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; xxx) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; yyy) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; zzz) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; aaaa) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; bbbb) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; cccc) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; dddd) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; eeee) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ffff) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; gggg) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; hhhh) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; iiii) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; jjjj) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; kkkk) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; llll) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; mmmm) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; nnnn) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; oooo) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; pppp) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; qqqq) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; rrrr) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ssss) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; tttt) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; uuuu) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; vvvv) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; wwww) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; xxxx) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; yyyy) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; zzzz) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; aaaaa) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; bbbbb) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ccccc) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ddddd) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; eeeee) do Sargento-Instrutor da Arma de Saúde, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; fffff) do Sargento-Instrutor da Arma de Veterinária, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; ggggg) do Sargento-Instrutor da Arma de Intendência, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Monteiro, nº 22 e 23 do mesmo, juntamente com a Portaria em que lhe foi dada a referida credencial; hhhhh) do Sargento-Instrutor da Arma de Material Bélico, encarregado pelo seu Estabelecimento de Ensino, e regularmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, com sede à Rua Bernardino Mon

Batista Fontana e Raquel Elias Jacob. Houve dois nulos e dois brancos. Após a apuração, o resultado foi o seguinte: Ana Batista Fontana, 1.º suplente, 2 votos; Raquel Elias Jacob, 2.º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 1ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 2ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 3ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 4ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 5ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 6ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 7ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 8ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 9ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 10ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 11ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 12ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 13ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 14ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 15ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 16ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 17ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 18ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 19ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 20ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 21ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 22ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 23ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 24ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 25ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 26ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 27ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 28ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 29ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 30ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 31ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 32ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 33ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 34ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 35ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 36ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 37ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 38ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 39ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 40ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 41ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 42ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 43ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 44ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 45ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 46ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 47ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 48ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 49ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 50ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 51ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 52ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 53ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 54ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 55ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 56ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 57ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 58ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 59ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 60ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 61ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 62ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 63ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 64ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 65ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 66ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 67ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 68ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 69ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 70ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 71ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 72ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 73ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 74ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 75ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 76ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 77ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 78ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 79ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 80ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 81ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 82ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 83ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 84ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 85ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 86ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 87ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 88ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 89ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 90ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 91ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 92ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 93ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 94ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 95ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 96ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 97ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 98ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 99ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos. Em seguida, passou-se à apuração dos votos da 100ª sessão ordinária, com o seguinte resultado: Para 1º suplente, 2 votos; Para 2º suplente, 2 votos.

que com a retirada do Ministro da Guerra Gaspar da Silveira Martins, do Conselheiro Saraiva, Chefe Liberal, e do Dr. Rodrigo Silva, Ministro da Justiça, para a organização de novo Gabinete, [illegible] [illegible] [illegible]

a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 3)ut/61/76 do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 4) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal, providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração. 9Xo; 3)ut/61/76 do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 4) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 2) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 3) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 4) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 5) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 6) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 7) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 8) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 9) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 10) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 11) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 12) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 13) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 14) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 15) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 16) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 17) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 18) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 19) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 20) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 21) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 22) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 23) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 24) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 25) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 26) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 27) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 28) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 29) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 30) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 31) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 32) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 33) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 34) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 35) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 36) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 37) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 38) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 39) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 40) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 41) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 42) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 43) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 44) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 45) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 46) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 47) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 48) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 49) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 50) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 51) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 52) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 53) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 54) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 55) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 56) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 57) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 58) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 59) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 60) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 61) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 62) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 63) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 64) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 65) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 66) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 67) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 68) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 69) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 70) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 71) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 72) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 73) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 74) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 75) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 76) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 77) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 78) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 79) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 80) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 81) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 82) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 83) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 84) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 85) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 86) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 87) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 88) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 89) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 90) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 91) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 92) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 93) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 94) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 95) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 96) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 97) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 98) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 99) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 100) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 101) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 102) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 103) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 104) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 105) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 106) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 107) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 108) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 109) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 110) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 111) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 112) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 113) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 114) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 115) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual Administração Municipal. Aprovado o 9Xo; 116) Moção do vereador Waldeley Simões, pedindo a retirada de pedras existentes na Rua Dr. Antônio Ferreira Lima, bairro Centro, para posterior pavimentação. 117) Moção Carlos Paiva, pelos motivos já tratados a comunidade de Pinheiros pede a Atual Administração Municipal providências no sentido de ser feito o calçamento da Rua Enéas Pinto, e naturalmente os motivos aqui presente, propondo que seja dirigido a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a doação de terrenos, em situação de loteamento pelo mesmo, instalação e funcionamento da Creche Municipal durante a atual

Estado de São Paulo, no Paço municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Ribeirão Preto do Estado, ao vinte horas, presentes os Srs. Vereadores: Dr. Antonio Fernandes, Adolpho Finelli, Waldelio Ferreira, Isidoro João Gabriel Abbud, Aprígio Gonzaga, Nicolau Tannus e Dr. José Affonso de Santiago, Presidente, foi aberta a sessão. Deixaram de comparecer, por motivos justificados, os Srs. Vereadores: João Batista Gradim e José Gaspar. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser lida em seguida a Ata da sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. Em seguida, foi dada a palavra e concedida ao Sr. Vereador Dr. Antonio Fernandes, que, em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, cumprimentou o Sr. Presidente, anunciou ia passar a direção da Presidência, que se constituia de segunda-feira próxima, para o Sr. Vereador Waldelio Ferreira, que, em nome da Bancada do Partido Social Democrático

favor e de agradecimento ao Sr. Oswaldo Yarbeck, do P.T.B.E.E., pelo mesmo proferido na comunhão com o Legislativo durante o atual de-curso período. Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Vereador Sr. Hugo Carlos Pereira, do P.T.B.E.E., pelo mesmo proferido na comunhão com o Executivo e Legislativo durante o atual decur

desenvolvimento social e pronunciou as seguintes palavras: Encerrando estas considerações, queremos votar um Feliz Natal e de um Auspicioso Ano Novo a todos os nossos companheiros de legislatura, aos funcionários desta Casa, aos nossos amigos aqui presentes e de toda a população principalmente aos que residem no interior deste município. Ainda mais queremos endereçar um voto de congratulações ao nosso Prefeito Municipal Victorio Tamasco e como principal chefe do executivo municipal, pelo trabalho dinamizador desenvolvido pela Secretaria a frente desta Comuna que culminou com a elaboração e promulgação do regimento interno que estará sendo posto em execução dentro em breve tempo. Ao Dr. Delfino Lopes, pedimos que faça parte também da nossa congratulação, pela sua inteligência, pelo dinamismo e pelo desprendimento de que está revestido em prol do engrandecimento desta Comuna. Aos nossos companheiros desta Casa, vereadores Antonio Pacheco, José Bonifácio, Waldelly Ribeiro, João Batista Scadaro, Heitor Evangelista, Otto Bezerra, Wanderley Ribeiro, José Bezerra e Antonio Pacheco, pedimos que aceitem os votos de Feliz Natal e de um Próspero Ano Novo. O vereador Otto Bezerra disse que também queria endereçar votos de Feliz Natal e de um Próspero Ano Novo a todos os companheiros desta Casa, aos funcionários desta Casa, aos amigos aqui presentes e a todos os munícipes principalmente aos que residem no interior deste município. Ainda mais queria endereçar votos de Feliz Natal e de um Próspero Ano Novo ao Dr. Delfino Lopes, pedindo que faça parte também da nossa congratulação, pela sua inteligência, pelo dinamismo e pelo desprendimento de que está revestido em prol do engrandecimento desta Comuna. Aos nossos companheiros desta Casa, vereadores Antonio Pacheco, José Bonifácio, Waldelly Ribeiro, João Batista Scadaro, Heitor Evangelista

mam cumprir os seus deveres e que nesse ao meio não faltou vontade ou empenho ao conselho obliterar para a nossa cidade. Sendo assim, que a Sede Legislativa tome conhecimento desse fato, desta cidade ficarem no maximo que professam pagar o pessoal ativo e inativo, sem atender o mesmo pessoal que foi prejudicado, causando assim, grande prejuizo aos funcionarios, pois até hoje não recebeu nenhum centavo do Emprestimo das "Bodas de Prata". Sendo assim, peço que na sessão passada o Sr. Prefeito Municipal tenha seguido o parecer favoravel do Tribunal de Contas, pois até hoje não recebeu nem um Cr$ 1.900.000,00, ao passo que no Emprestimo das "Bodas de Ouro" que foi feito no governo do Sr. Prefeito Municipal Antonio Ferreira Lima, que foi aplicado em obras de urbanização em diversas ruas desta cidade, tais como: Rua Dr. Antonio Ferreira Lima, Rua Dr. Sebastião Ferreira Lima, Rua Dr. Francisco Ferreira Lima, Rua Dr. Joaquim Ferreira Lima, Rua Dr. Manoel Ferreira Lima, Rua Dr. Pedro Ferreira Lima, Rua Dr. Luiz Ferreira Lima, Rua Dr. Paulo Ferreira Lima, Rua Dr. Jose Ferreira Lima, Rua Dr. Ferreira Lima, Rua Dr. Ferreira Lima, Rua Dr.

seu pio cerca de um ano o projeto de lei nº 37/75, do Executivo Municipal, tendo incidido a alegada inconstitucionalidade no mesmo, julgado com quorum qualificado para essa finalidade, por ser inconstitucional, o que durante todo esse tempo aqui ja vem sendo publicado e falado. Mesmo depois de todas essas manifestações necessitando de vagas, inclusive a pedido do Exmo. Sr. Dr. Benedito de Toledo Ferraz, com a alteração feita. Entretanto, suas declarações foram feitas após o voto do Tribunal no projeto de lei nº 37/75, e por o mesmo não ter sido publicado, não tinha ainda o Tribunal de Justiça todo o poder para declarar a inconstitucionalidade. Estava assim de nosso direito e dever de cidadãos, de vereadores apoiar com coragem a atuação das respectivas contabilísticas, em defesa dos interesses. O vereador Tomasso disse que via na palavra do Executivo Municipal, em seu ofício nº 1.184/75, enviado pelo Executivo Municipal aos municípios contendo como o assunto dos interesses interessam ainda, tomando, dados de que os vereadores inconformados com a decisão, desejam que o Executivo Municipal não fez negativismo. Que o Executivo Municipal não fez negativismo, discordando, tudo isso, pois a quem interessa que fossem os vereadores contra? Que estava apoiando a decisão do Tribunal de Justiça. O Presidente, foi ao encontro do ofício nº 1.184/75 do Executivo Municipal. O vereador Heitor Bacarelli disse que o Executivo Municipal não fez negativismo, pois o mesmo não fez.

dos 12 e 2ª Secretárias da Câmara, o Sr. Presidente convidou o vereador Délio Bento Fernandes para secretariar esta sessão solene. Após um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Redentor, o Sr. Presidente convidou para tomarem assento à Mesa o Sr. Prefeito Municipal Dr. Hélio Henrique Lopes e Zamor Caetano de Albuquerque, agradecendo a presença do Dr. Raul Ribeiro Monteiro de Barros, Delegado de Polícia do 9º Município, do Sr. Dr. Eurico de Oliveira Coelho, Juiz de Direito Substituto Municipal, do Sr. Ramiro de Miranda, Presidente do Sindicato Rural desta cidade, do Sr. Raul Ribeiro Monteiro e de outras doutas pessoas presentes. Em seguida, o vereador Rodrigues Neves Filho, Presidente da Câmara, convidou o vereador Délio Bento Fernandes a fazer uso da palavra. Após a constituição da Mesa, o Sr. Secretário passou a palavra ao orador oficial, Sr. João Batista Cardoso, para que, em nome da Edilidade, tecesse considerações sobre a data que hoje se comemora. Usando da palavra, o vereador João Batista Cardoso pronunciou o seguinte discurso: "Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Autoridades presentes, meus Senhores e Senhoras. Aqui estamos, mais uma vez, a 20 de janeiro de 1978, unidos em fraternidade nesta cidade, 134 anos, após ter sua história atravessado o tempo: a ação de demolição de Vespa Bento deu a presente data, hoje, o significado maior de uma data comemorativa. Ao invés de uma cidade, são muitas as cidades existentes. As suas razões para existir, as condições de sua existência e as exigências comuns a todas elas, o mesmo se pode dizer de uma cidade, a cidade de Guaçuí. Os gaúchos e Vespa, com as mesmas comuns de satisfação, vencendo as dificuldades, as lutas, as vicissitudes, as quais todos experimentam no mundo e se tem dito e escrito, a respeito das cidades, que elas são feitas de homens e que estes, hoje, obedecendo, por isso, o nosso ponto de reconhecimento e saudade. Eles conseguiram para a formação de uma consciência coletiva, que, quando nos referimos à cidade, imediatamente a cidade, podemos afirmar, sem medo de errar, que os seus fundadores assim pensaram e nos deixaram nesta data, constituída de cidadania, esta praça, que nos lhe tenha de nossa cidade e que nos leva a entrada cada vez mais, a luta por ela, mesmo que ela, ainda não tenha atingido o nível que se espera para a nação, um bom padrão de vida e nos impulsiona para as boas práticas da cidadania. Em particular, que a amemos pelas razões de nascimento, de fato de haverem nela vivido os nossos ilustres e anônimos, de sentimentos de pessoas que, pertencendo ao nosso mundo, ainda o enriquecem. Os fundadores, Anastácio de Souza Castro e sua família e descendentes, Joaquim Pinto Nunes, Manoel Vieira Lima e Maria Inácia, Espírito Santo de Cima, que é hoje, a todos nós, que nos entregamos no tempo e no trabalho e a este povo que nos dignifica e nos faz cidadãos, a todos nós, que vivemos dentro da praça. Aí está nesse cidade refletindo vida em todos os seus aspectos, nos seus dificuldades, mas fiemo, acolhidos, confiantes no povo desta praça, a obrigação dos seus homens de bem, de todos nós, que vivemos dentro dela, de todos os dias, pelos feitos pelos quais nesta mesma atmosfera mineira existência da cidade hoje e amanhã. Nesta cidade nasceu o amor ao mundo, ao meio ambiente, ao progresso, ao seu desenvolvimento e as dificuldades são superadas pela esperança, pela confiança. A nossa cidade, Senhores Vereadores, está em festa pela inauguração e de subido embelezamento. Nossos dirigentes municipais buscam novas formas para sempre eu almejo nesse ano de 1978 que, de um verdadeiro surto de progresso, vivo de Espírito Santo de Cima, não que somos Gaúchos, mas que somos Brasileiros, para que, em nome da cidade, eu vereador, me faça porta-voz de um sentimento de reconhecimento a todos os cidadãos, sem distinção de raça, cor ou credo político, que, com seu trabalho, seu esforço, sua dedicação, sua inteligência, sua cultura, sua vontade de vencer, sem regateios, sem medo de errar, sem preconceitos, sem falsidade, sem interesse pessoal, sem ódio, sem vaidade, sem ambição, sem ódio, sem vaidade, sem ambição, sem ódio, sem vaidade, sem ambição

Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal do Espírito Santo do Pinhal, realizada em 1º de Janeiro de 1977.

Presidência do Sr. Joaquim Bueno Santos Ribeiro Lamparelli

Secretariado pelo Sr. José Carlos Brandão.

Ao primeiro dia do mês de janeiro de um mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade e Estância Turística do Espírito Santo do Pinhal, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, às 15:30 horas, reuniram-se a Edilidade pinhalense em sessão solene para a posse do Prefeito e Vereadores eleitos para o quadriênio 1977/1982. Presidiu a sessão o Vereador mais votado nas últimas eleições, Sr. Joaquim Bueno Santos Ribeiro Lamparelli, que convidou para secretariar os trabalhos o Vereador José Carlos Brandão. Em seguida, o Presidente declarou aberta a sessão e convidou os Vereadores Antônio Emílio Brandão, Sr. José Benedito Bertini, José Carlos Brandão, Heitor Eduardo Domingues, Vicente Alcides Eugênio Santos Moraes Ribeiro Lamparelli, Olímpio Ferreira Lopes e Antônio Carlos da Silveira Franco, para em nome de todos os Vereadores prestarem o compromisso legal. Após isso, o Presidente convidou o Sr. Oficial Maior da Câmara, Sr. José Antônio Fernandes Sobrinho, para fazer a leitura do Termo de Compromisso, o que foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador Antônio Emílio Brandão, Presidente da Câmara Municipal no último biênio, para empossar o Prefeito eleito, Sr. Hélio Henrique Bueno Santos Ribeiro, o que foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador Antônio Carlos da Silveira Franco, Presidente da Associação Comercial desta cidade, para empossar o Vice-Prefeito eleito, Sr. Ubaldo Ferreira Lopes, o que também foi feito. Em seguida, o Presidente convidou os Srs. Prefeito e Vice-Prefeito empossados para assinarem o Termo de Compromisso, o que foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Prefeito para fazer uso da palavra, o que foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vice-Prefeito para fazer uso da palavra, o que também foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador José Carlos Brandão para fazer uso da palavra, o que também foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador Antônio Emílio Brandão para fazer uso da palavra, o que também foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador José Benedito Bertini para fazer uso da palavra, o que também foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador Heitor Eduardo Domingues para fazer uso da palavra, o que também foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador Vicente Alcides Eugênio Santos Moraes Ribeiro Lamparelli para fazer uso da palavra, o que também foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador Olímpio Ferreira Lopes para fazer uso da palavra, o que também foi feito. Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Vereador Antônio Carlos da Silveira Franco

vereador Antonio Paulino e pedia aos demais eleitos que assumissem seus postos na presente sessão. Assumindo a Presidência, o vereador Antonio Paulino saudou os presentes, dizendo estar na hora de promover uma série de providências importantes em prol do Município que está sendo ameaçado seriamente pela falta de água. Lembrou todos os esforços que o ex-Prefeito Dr. Ivo Silveira vem fazendo, afirmou que esta Edilidade estaria sempre atenta, procurando dar a sua colaboração em todo e qualquer ato executivo que tivesse em mira administrar bem a cidade e oferecer uma melhor assistência à família que a governa. Em seguida passou-se à leitura da Ata da sessão anterior, que foi aprovada sem restrições. Ainda em seguida, o Presidente mandou proceder à chamada nominal dos vereadores, para verificação de quorum, tendo sido encontrados presentes os Srs. Antonio Paulino, Hélio Evangelista, Eduardo Ribeiro, Antonio Pinto, Ivo Silveira, Antonio Pereira, Hélio Evangelista, Eduardo Ribeiro, Antonio Pinto, Ivo Silveira, Antonio Pereira, José Bento Ferreira

ao elevado aumento das tarifas de água e esgoto referidas em pauta pela Sabesp, alíquotas que se estabelecem aplicadas pelo exercício financeiro de 1982 e que, segundo fundamentação contida na exposição de motivos anteriormente encaminhada pela Sabesp à Câmara para apreciação, vêm sendo praticadas desde 1º de março último, sem que tenham sido submetidas à apreciação do Legislativo Municipal, conforme determina a Lei Orgânica dos Municípios, que estabelece o prazo de 90 dias para que aquela providência seja tomada pelo Executivo municipal, sob pena de caducidade. Ainda segundo a justificativa apresentada pela Sabesp, o aumento de 45% (quarenta e cinco por cento) nas tarifas de água e esgoto, que vigorou até o mês de março último, foi concedido pelo Governo do Estado, através do Decreto nº 15.855, de 28 de janeiro de 1982, que também estabeleceu o reajuste de 45% (quarenta e cinco por cento) para o mês de março, o que, na verdade, não ocorreu, pois o aumento só foi concedido em julho, ou seja, com quatro meses de atraso. Diante disso, a Sabesp pleiteia, agora, o reajuste de 45% (quarenta e cinco por cento) nas tarifas de água e esgoto, a partir de 1º de março último, sob a alegação de que, não tendo sido concedido o aumento no mês de março, a empresa teve um prejuízo de Cr$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros). Ainda segundo a justificativa apresentada pela Sabesp, o reajuste pleiteado não será suficiente para cobrir o prejuízo acumulado, mas apenas para cobrir os custos operacionais e financeiros, sem qualquer margem de lucro. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, a Sabesp, empresa de economia mista, que explora os serviços de água e esgoto em todo o Estado de São Paulo, tem sido, ao longo de sua existência, uma das empresas mais lucrativas do Governo do Estado. Em 1981, por exemplo, o lucro líquido da Sabesp foi de Cr$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros). Em 1982, até o mês de março

neral a fim de que todos possam participar para, no futuro, termos riqueza a nossa cidade. Não só interessa as nossas atividades municipais, mas também as de ordem particular, pois que pela dedução agrícola de nosso município, vão aqueles ricos barracos, que são a força da cidade, nação alta qual interesse todo o município. Não só a indústria, mas também o comércio, pois que por um lado sadio e forte, se desenvolve uma mútua assistência material de ambos. Estas razões na verdade, não são as únicas tendentes ao progresso de nós de boa moral, para aconselhar melhores condições de vida das nossas comunidades. Não sendo, porém, de competência municipal, não só as ações para tanger boas estradas. Não esqueceis, finalmente, de construir-se o que vem a ser para nós, a mais importante obra da cidade. Para agueles que trabalham na Serpa Pinto do Sinhá, a minha mensagem de esperança, de animação e de compreensão, dizendo-lhes que não desanimem diante das dificuldades que encontram na Serpa Pinto, tanto quanto eu procuro para servir a todos, não para favorecer a este ou aquele, mas para servir a todos, sem servir a quem quer que seja. Entretanto, não poderemos deixar algum ou outro momento de lamentar, qualquer certa penalidade de ordem política, que não nos permite fazer mais do que fazemos, se nada permitir, talvez a promessa de Deus, Deus no trabalho e na ação, não só para o progresso material, mas também para uma cidade mais humana e mais progressista. Deixo

no DARC- Departamento de Arquivos e Registros Criminais, no dia 5 do corrente, entre as 13 e 17 horas, na sede da Guarda Municipal, à Rua Dr. Carlos de Campos, nº 1.000, nesta cidade, com a finalidade de proceder à venda em hasta pública, a quem mais der e maior lance oferecer, dos seguintes objetos, que foram apreendidos em poder de vendedores ambulantes, sem licença da Prefeitura Municipal, e que não foram reclamados pelos seus donos, no prazo de 30 dias, a contar da data da apreensão: 1 (um) fogão a gás, 1 (um) botijão de gás, 1 (um) fogão a querosene, 1 (um) botijão de querosene, 1 (um) fogão a carvão, 1 (um) botijão de carvão, 1 (um) botijão de gás, 1 (um) botijão de gás, 1 (um) botijão de gás

to com Senador Ramiro; n/ nº 15/47, do vereador Heitor Garagnelli, indicando ao Sr. Prefeito Municipal que solicite do Sr. Governador do Estado a remessa de um exemplar do Plano Rodoviário Estadual, que se encontram os estudos e trabalhos topográficos referentes aos trechos iniciados para a construção da Estrada Rodoviária Santo de Pinhal-Serrinha. O vereador Heitor Garagnelli disse que Assis desta cidade se prevalecia com a possibilidade de nosso município e com a possibilidade da ligação daquela cidade através de uma estrada de rodagem com a nossa cidade, afastando-se assim do isolamento em que se encontra, pois a nossa cidade dista de Pinhal 40 Km. e daquela 80 Km. Disse que não se justifica que Assis se beneficie com a nossa estrada, pois que a mesma não lhe interessa, uma vez que a nossa cidade é mais importante e mais progressista. Disse que a estrada Assis-Pinhal não tem razão de ser, pois que a nossa estrada é mais curta e mais importante. Disse que a nossa estrada é mais importante porque liga Pinhal a Serrinha, Serra Negra, Amparo, Monte Alegre, Bragança, Atibaia, Guarulhos, São Paulo, Santos, Campinas, Jundiaí, Rio Claro, Limeira, Piracicaba, Araras, Leme, Pirassununga, Porto Ferreira, Descalvado, São Carlos, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Barrinha, Jaboticabal, Araraquara, Jaú, Bauru, Lins, Marília, Tupã, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Araçatuba, Birigui, Penápolis, Andradina, Mirandópolis, Pereira Barreto, Fernandópolis, Votuporanga, Jales, Santa Fé do Sul, Rio Preto, Catanduva, Barretos, Franca

...tas, mas a cautela montanhia o vereador Heitor Bourgnotti disse que foi muito tempo ele vim tratando para que a Divida Ativa do município seja ativada. Para isso, ele propôs a criação de uma lei para que os pagamentos na prestativa obtenham para que o Sr. Prefeito Municipal tenha direito a isto. Porque, a relação das liberdades, inclusive se tempos metendo na lei, as pessoas não deixam pagar. Portanto, mesmo tendo de um ano atividade antiquíssima. O vereador Eustório Bastos Moraes falou ao Pompeu solicitando um apoio, disse que acha o momento exato para o vereador Heitor Bourgnotti verificar os seus seus pontos aparentados na legislativa passada. Continuando, o vereador Eustório Bastos Moraes falou sobre a Lei Orgânica dos municípios que não adiantou o plenário, e nos 12 dias, o Prefeito Municipal atendeu a todos os pedidos feitos pelo plenário. Disse que a Lei Orgânica dos municípios não havia mais tempo para ser concluída por se Prefeito necessários. Posteriormente, disse que ele tem um projeto de lei que vai ser encaminhado à Câmara Municipal, que dispõe sobre a Divida Ativa do município, que ajuda na época das discordâncias não de prazo de vencimento. Após, o vereador Eustório Bastos Moraes falou sobre a Administração Municipal, pergunt abaixo as determinadas medidas de ordem social tomadas nesta semana, visando acelerar o desenvolvimento social do município. Após, o vereador Eustório Bastos Moraes pediu ao Prefeito Municipal que mande fazer um estudo sobre a possibilidade de ser feito um convênio com o Estado para que não fique prejudicado naquela enchente. Continuando, disse que teve conhecimento de que o Sr. Prefeito Municipal vai dar um jeito em Ipiranga e, também, em Ipiranga, vai ser feito um estudo

Ata da 13ª sessão extraordinária, de 13 ano, da 8ª legislatura, da Câmara Municipal do Espírito Santo de Pinhal, celebrada em 1º de fevereiro de 1937.

Presidência do Sr. Antonio Penteado

Acta taquigrafada pelo Sr. José Arnaldo de Pontes

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do anno de mil novecentos e trinta e sete, nesta cidade do Espírito Santo de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, onde funcionou a Câmara Municipal, hoje após o encerramento da 12ª sessão ordinária, precedendo-se a chamada dos vereadores encontraram-se presentes os seguintes: Antonio Penteado, Arthur Barros, João Baptista Paiva, Ernesto Lucas, Miguel Evangelista, Celso Bastos de Oliveira, Antonio Ferreira Lima, Antonio Ferreira Lima Filho, Manoel Ricieri Campos, José Benedicto Pontes, Heraldo Castoni, Edelzuito Rodrigues, José Ernesto Domingues, José Benedicto Pontes e José Bueno Barbosa. Havendo numero legal para funccionar, o senhor presidente declarou aberta a sessão, pedindo ao 1º secretario que fizesse a leitura da acta da sessão anterior, o que foi feito e posta em discussão foi approvada por 10 votos, sendo 1 abstenção. Em seguida, o senhor presidente declarou que a ordem do dia para hoje era a discussão e votação do projecto nº 1 de 1937, que concede isenção de impostos a Companhia Mineira de Electricidade, e que estava em discussão na sessão anterior, o que, havendo quem pedisse a palavra, o senhor presidente declarou que a mesma fosse dada, o que foi feito pelo vereador Heitor Cavalheiro, que disse que o projecto em discussão, concedia isenção de impostos a Companhia Mineira de Electricidade, e que, como o mesmo não trazia nenhuma vantagem para o município, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado, e que, portanto, votava contra. Em seguida, o vereador Ernesto Lucas, disse que, como o vereador Heitor Cavalheiro, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Celso Bastos de Oliveira, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Antonio Ferreira Lima, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Antonio Ferreira Lima Filho, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Manoel Ricieri Campos, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador José Ernesto Domingues, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador José Benedicto Pontes, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Heraldo Castoni, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Edelzuito Rodrigues, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador José Bueno Barbosa, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado.

Ata da 33ª sessão ordinária, de 12 ano, da 8ª legislatura, da Câmara Municipal do Espírito Santo de Pinhal, celebrada em 13 de março de 1937.

Presidência do Sr. Antonio Penteado

Acta taquigrafada pelo Sr. José Arnaldo de Pontes

Aos treze dias do mês de março do anno de mil novecentos e trinta e sete, nesta cidade do Espírito Santo de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, onde funcionou a Câmara Municipal, hoje após o encerramento da 12ª sessão ordinária, precedendo-se a chamada dos vereadores encontraram-se presentes os seguintes: Antonio Penteado, Arthur Barros, João Baptista Paiva, Ernesto Lucas, Miguel Evangelista, Celso Bastos de Oliveira, Antonio Ferreira Lima, Antonio Ferreira Lima Filho, Manoel Ricieri Campos, José Benedicto Pontes, Heraldo Castoni, Edelzuito Rodrigues, José Ernesto Domingues, José Benedicto Pontes e José Bueno Barbosa. Havendo numero legal para funccionar, o senhor presidente declarou aberta a sessão, pedindo ao 1º secretario que fizesse a leitura da acta da sessão anterior, o que foi feito e posta em discussão foi approvada por 10 votos, sendo 1 abstenção. Em seguida, o senhor presidente declarou que a mesma fosse dada, o que foi feito pelo vereador Heitor Cavalheiro, que disse que o projecto em discussão, concedia isenção de impostos a Companhia Mineira de Electricidade, e que, como o mesmo não trazia nenhuma vantagem para o município, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Ernesto Lucas, disse que, como o vereador Heitor Cavalheiro, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Celso Bastos de Oliveira, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Antonio Ferreira Lima, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Antonio Ferreira Lima Filho, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Manoel Ricieri Campos, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador José Ernesto Domingues, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador José Benedicto Pontes, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Heraldo Castoni, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador Edelzuito Rodrigues, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado. Em seguida, o vereador José Bueno Barbosa, disse que, como os vereadores que o precederam, votava contra o projecto em discussão, pois que a Companhia Mineira de Electricidade, não tem feito nada em favor do município, e que, portanto, não via razão para que o mesmo fosse approvado.

Mais tarde conhecimento de problema através de visita a alguns estabelecimentos comerciais, do mercado municipal e em conversa com os donos de casas que servem as mencionadas refeições, é que se pode avaliar a importância do P.B. para esta classe de consumidores. Assim foi-nos dado a observar que muitos deles não se acham satisfeitos com a qualidade do leite que lhe é fornecido pela Prefeitura Municipal, e que outras pessoas estão muito bem acostumadas com o leite que estão consumindo. O Sr. Leonardo Duarte Rodrigues, dono do Bar e Lanchonete Rodrigues, situado à Praça Rui Barbosa, nesta cidade, afirmou-nos que não tem queixas com relação ao leite que vende, pois o mesmo é de boa procedência, e que os seus fregueses estão satisfeitos com o produto. Também o Sr. Antônio Ferreira Lima, dono do Bar e Lanchonete Lima

916 E QUE ISSE É QUE O GOVERNO HAVIA SOLICITADO À SABESP INFORMAÇÕES SOBRE O MONTANTE DOS INVESTIMENTOS QUE UM EVENTUAL SHOW DO ROBERTO CARLOS PROMOVERIA, DESSE MODO ESTARIA SENDO DE CERTA MANEIRA UMA CONSULTA À SABESP E QUE A SABESP ESTARIA ENCAMINHANDO AO GOVERNO ESSES DADOS. O QUE ELE INFORMOU QUE OS LEVANTAMENTOS AINDA ESTÃO SENDO FEITOS, E AINDA NÃO FOI SABESP, PARA POSTERIOR APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA AO GOVERNO PARA SABESP, COM A SUA VISÃO DE QUE NÃO HAVERIA UMA PRIORIDADE DE EXECUÇÃO DESSAS OBRAS NESSE MOMENTO, DADO TODO AMBIENTE ECONÔMICO, E QUE ISSO ISTO É UMA OPINIÃO QUE O EXECUTIVO MUITO POUCO A OUVIR, POIS NA VERDADE NUNCA FOI A CONVENIÊNCIA DO GOVERNO E SIM A NECESSIDADE A CRIADOR QUE TEM MOTIVOS EVIDENTES DE INIMIZAR "O ESTADO DE SÃO PAULO" DO QUE OS DOIS SÃO "DOS CAMPOS E CAMARA MUNICIPAL MESMO UMA VEZ CONTRA A SABESP E QUE NÃO SÃO FAVORÁVEIS A ESSE EMPRÉSTIMO, QUE ELES TAMBÉM NÃO SÃO FAVORÁVEIS AO EMPRÉSTIMO DA SABESP E QUE ELES SÃO CONTRÁRIOS À CONCESSÃO DESSE SHOW. ENTÃO, ELE DISSE QUE NÃO HAVIA NENHUMA CONSULTA FORMAL DO GOVERNO, TAMBÉM NÃO VIU E EU NÃO ESTAVA ESTE INFORMADO PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO DE MINHA PARTE, MAS SIMPLESMENTE EM FUNÇÃO DA PRESENÇA DE SECRETÁRIO SOARES EU PERGUNTEI, O GOVERNO ELE ACHA QUE É FAVORÁVEL OU CONTRÁRIO A ESSE EMPRÉSTIMO DA SABESP? ELE DISSE QUE NÃO SABE PORQUE ESSA INFORMAÇÃO PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO DE MINHA PARTE, MAS SIMPLESMENTE EM FUNÇÃO DA PRESENÇA DO

Presentemente, posso eu fon incidal que mateph, tepe serviço que naturalmente sem executado pela nossa classe e que nesse e certo de concessão tem sido um fator de remuneração mais baixo. Tal como o Tribunal de Contas de que eu sou Presidente que tem um serviço de Auditoria que é muito um S.P.I. Consumem Direto à Justiça), mas mais nós os Juízes Diretos à Justiça, reconhecemos que mais do que de Auditoria os Juízes Auditores precisam de Juízes de Direito, mais próximos dos Cidadãos e dos seus problemas, mais sujeitos aos seus anseios e aos seus clamores. Por isso, nunca aceitaria ser Juiz Auditor e muito menos Juiz Auditor Chefe. Mas, se o Governo assim o entender, não me oporei a ser Juiz Auditor Chefe do Tribunal Fiscal Aduaneiro, que nos cerca somente 6 anos de serviço de administração intensiva e de muito trabalho, mas que me dará a oportunidade de ser Juiz Auditor Chefe de uma coisa que não se chama, e em grande parte, ainda é dos mais extremos protetos cíveis e criminais. Que se trate assim nessa forma, porque se trata de crimes e naturalmente relativos a crimes, mas que não deixam de ser crimes e naturalmente protegidos pelo Código Penal. Recordo-me do Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28 de Fevereiro de 1973, citado o Padre Manuel Vieira, que disse: "Em vão pois nos chamarão à Relação, em vão o Presidente da República, em vão o Governo, em vão o Parlamento, em vão a Igreja, em vão o Papa, em vão o Concílio Ecuménico, em vão o Tribunal Fiscal Aduaneiro, em vão o Tribunal Fiscal Aduaneiro, em vão o Tribunal Fiscal Aduaneiro

e) Sanatório para doentes mentais com 30 leitos, em 3 pavilhões. Finalizando, informou ao Diretor o Diretório e convidou a se pronunciar. Em seguida, o Vereador Ivanildo Ferreira, em aparte, solicitou ao Diretor, providências no sentido de colocarem um telefone público na Rua Nova, em frente à casa do Sr. Manoel Ferreira

e Cesar Joaquim Pina, morreu um ano ao mesmo mês não falecimento de Sr. Ernesto Judice. Que, Presidente do município ao referido ato, 07/12/972, do vereador José Roberto Guimarães, morreu um ano ao mesmo mês não falecimento de Sr. Manoel D'Avila Fagundes. E ao Presidente ao encaminhamento de um voto de pesar ao falecimento de um amigo de infância ao vereador ausente em exercício na ex-presidente Costa Cabral, Senhor David Fagundes que muito amigo de um ano atrás ocorreu ao seu falecimento. Em seguida a palavra foi concedida, ao vereador Hélio Carvalho, que considerações sobre o ilustre Senhor Manoel D'Avila Fagundes, que muito amigo de um ano atrás ocorreu ao seu falecimento. Em seguida a palavra foi concedida

a manifestação da Casa de Advogados do Espírito Santo de Portugal com advogados brasileiros nas Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, Abreviar nos 1.º/2.º Primeiros pronunciarão sobre a mesma de lei nº 15/1973, de Proposta inicial, ao substituir a redacção do artº 6º do Estatuto Estadual aos Servidores Públicos Civis do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 2.875, de 20 de Janeiro de 1975, e dá outras providências. Encaminhada a Proposição à Secretaria Geral da Mesa, esta a encaminhou à Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento e Comissão de Saúde e Previdência Social, nos termos do Artº 61, do Regimento Interno, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cada uma. Na 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 10/10/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 17/10/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde e Previdência Social, realizada em 14/10/75, o Presidente da Comissão, Deputado Dirceu Cardoso, designou o Deputado Jones Santos Neves para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 17/10/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 17/10/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 21/10/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 21/10/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 24/10/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 24/10/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 28/10/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 28/10/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 31/10/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 31/10/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 04/11/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 04/11/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 07/11/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 07/11/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 11/11/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 11/11/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 14/11/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 14/11/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 18/11/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 18/11/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 21/11/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 21/11/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 25/11/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 25/11/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 28/11/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 28/11/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 02/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 02/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 05/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 05/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 09/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 09/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 12/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 12/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 16/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 16/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 19/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 19/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 23/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 23/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 26/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 26/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 29/12/75, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 29/12/75, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 02/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 02/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 05/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 05/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 08/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 08/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 12/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 12/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 15/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 15/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 19/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 19/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 22/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 22/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 26/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 26/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 29/01/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 29/01/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 02/02/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 34ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 02/02/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 05/02/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 05/02/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 09/02/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 09/02/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 12/02/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 12/02/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 16/02/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 16/02/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 19/02/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 19/02/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 23/02/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 23/02/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 26/02/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 26/02/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 01/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 01/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 04/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 04/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 08/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 08/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 11/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 11/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 15/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 15/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 18/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 18/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 22/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 22/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 25/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 49ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 25/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 29/03/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 50ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 29/03/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 01/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 51ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 01/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 05/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 52ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 05/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 08/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 53ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 08/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 12/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 54ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 12/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 15/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 15/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 19/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 56ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 19/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 22/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 57ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 22/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 26/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 58ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 26/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 29/04/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 59ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 29/04/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 03/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 60ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 03/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 06/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 61ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 06/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 10/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 62ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 10/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 13/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 63ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 13/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 17/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 64ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 17/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 20/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 65ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 20/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 24/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 66ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 24/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 27/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 67ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 27/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 31/05/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 68ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 31/05/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 03/06/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 69ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 03/06/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 07/06/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 70ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 07/06/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 10/06/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 71ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 10/06/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 14/06/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 72ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 14/06/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 17/06/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 73ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 17/06/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 21/06/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 74ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 21/06/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 24/06/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 75ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 24/06/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 28/06/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 76ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 28/06/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 01/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 77ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 01/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 05/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 78ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 05/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 08/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 79ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 08/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 12/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 80ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 12/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 15/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 81ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 15/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 19/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 82ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 19/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 22/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 83ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 22/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 26/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 84ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 26/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 29/07/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 85ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 29/07/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 02/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 86ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 02/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 05/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 87ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 05/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 09/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 88ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 09/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 12/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 89ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 12/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 16/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 90ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 16/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 19/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 91ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 19/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 23/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 92ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 23/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 26/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 93ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 26/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na reunião de 30/08/76, quando o referido Deputado emitiu o seu parecer favorável à Proposição, que foi aprovado por unanimidade. Na 94ª Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, realizada em 30/08/76, o Presidente da Comissão, Deputado Gerson Camata, designou o Deputado Dirceu Cardoso para relatar a matéria em pauta, o que foi cumprido na re

Na Câmara Municipal de Estância Santa de Fundal, realizada em 15 de abril de 1828.
Presidência do Sr. Felipe Ferreira
Secretariando este Sr. José Romualdo Pereira

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil oitocentos e vinte e oito, nesta cidade de Estância Santa de Fundal, Estado de São Paulo, nos Paços Municipais, onde funciona a Câmara Municipal, às 20 (oito) horas, reuniram-se o Presidente Felipe Ferreira e os Vereadores Antônio Gomes Barroso, Cândido Luís Maria de Oliveira, Cesário Teixeira Pires, José Rodrigues Fernandes, Eduardo Sebastião Lacerda e Manuel Inácio Bueno, para a Sessão Ordinária. Compareceram também o Juiz de Paz, Dr. Aureliano Coutinho Mascarenhas, o Promotor Público, Dr. Heitor Barbosa Lemos, e o Tabelião do Público, Judicial e Notas, Sr. Nicolau Vasconcelos. Ausente por motivo de doença, o Vereador Francisco de Assis Pacheco. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a Sessão e mandou que o Secretário fizesse a leitura da Ata da Sessão anterior, que foi aprovada sem reparos.

Leu-se o Ofício nº 47, de 12 de abril, do Governador da Província, comunicando a nomeação do Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Manuel Joaquim Teixeira, que pediu exoneração por motivo de moléstia. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 48, do mesmo dia, do Governador, participando a nomeação do Tenente Coronel Francisco de Paula Rodrigues Alves para o cargo de Inspetor Geral das Obras Públicas da Província, com ordenado anual de 1:200$000. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 49, de 13 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares para o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que pediu demissão. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 50, de 14 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 51, de 15 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 52, de 16 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 53, de 17 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 54, de 18 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 55, de 19 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 56, de 20 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 57, de 21 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 58, de 22 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 59, de 23 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 60, de 24 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 61, de 25 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 62, de 26 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 63, de 27 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 64, de 28 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 65, de 29 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 66, de 30 de abril, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 67, de 1º de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 68, de 2 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 69, de 3 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 70, de 4 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 71, de 5 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 72, de 6 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 73, de 7 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 74, de 8 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 75, de 9 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 76, de 10 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 77, de 11 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 78, de 12 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 79, de 13 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 80, de 14 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 81, de 15 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 82, de 16 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 83, de 17 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 84, de 18 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 85, de 19 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 86, de 20 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 87, de 21 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 88, de 22 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 89, de 23 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 90, de 24 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 91, de 25 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 92, de 26 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 93, de 27 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 94, de 28 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 95, de 29 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 96, de 30 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 97, de 31 de maio, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 98, de 1º de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 99, de 2 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 100, de 3 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 101, de 4 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 102, de 5 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 103, de 6 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 104, de 7 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 105, de 8 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 106, de 9 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 107, de 10 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 108, de 11 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 109, de 12 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 110, de 13 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 111, de 14 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 112, de 15 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 113, de 16 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 114, de 17 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 115, de 18 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 116, de 19 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 117, de 20 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 118, de 21 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 119, de 22 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 120, de 23 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 121, de 24 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 122, de 25 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 123, de 26 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 124, de 27 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 125, de 28 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 126, de 29 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 127, de 30 de junho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 128, de 1º de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 129, de 2 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 130, de 3 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 131, de 4 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 132, de 5 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 133, de 6 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 134, de 7 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 135, de 8 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 136, de 9 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 137, de 10 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 138, de 11 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 139, de 12 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 140, de 13 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 141, de 14 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 142, de 15 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 143, de 16 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 144, de 17 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 145, de 18 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 146, de 19 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 147, de 20 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 148, de 21 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 149, de 22 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor Barbosa Lemos para o cargo de Promotor Público Interino da Comarca de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Dr. Manuel Joaquim de Macedo Soares, que foi nomeado Juiz Municipal. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 150, de 23 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Padre Joaquim Gonçalves Ledo para o cargo de Capelão da Cadeia Pública desta cidade, em substituição ao Padre Antônio Maria Coelho, que faleceu. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 151, de 24 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Major Cândido Luís Maria de Oliveira para o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Coronel Antônio Gomes Barroso, que pediu exoneração por motivo de idade avançada. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 152, de 25 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Capitão Cesário Teixeira Pires para o cargo de Comandante Interino do Destacamento de Cavalaria de Santa Cruz do Rio Claro, em substituição ao Capitão Inácio Ribeiro de Vasconcelos, que foi nomeado para outro destacamento. Ficou a Câmara inteirada.

Leu-se o Ofício nº 153, de 26 de julho, do Governador, comunicando a nomeação do Dr. Heitor

Ramos Simões e Silva Porto Esmeraldo pedem a saída de Wanda Faustino Pereira da Silva e acrescenta que ela "muito deixou a desejar, pois esteve ausente do Estado por mais de 4 meses, e que na data marcada para a sua posse não estava presente e nem se quer apresentou atestado médico". Tudo o que foi mencionado em vez de chamar nossa atenção para o mau comportamento da professora, deveria ser motivo para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, tomar providências no sentido de afastá-la definitivamente do magistério, pois ela não merece mais ser professora. Mas, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de que a professora Wanda Faustino Pereira da Silva, ter sido nomeada para o cargo de Professora Primária Estadual, pelo Governador do Estado, Dr. Wilson Gonçalves, sendo que o mesmo não tem competência para nomear professores, pois esta competência é exclusiva do Governador do Estado, Dr. Paulo Egydio Martins. Isto é mais uma prova de que o Governador Wilson Gonçalves, não está governando o Estado do Piauí, mas sim, o Governador Paulo Egydio Martins, através de seus Secretários, que estão nomeando e demitindo funcionários, sem a menor consulta ao Governador Wilson Gonçalves. Isto é uma vergonha para o Piauí, pois o Governador Wilson Gonçalves, não passa de um fantoche nas mãos do Governador Paulo Egydio Martins, que está governando o Piauí através de seus Secretários. Isto é uma vergonha para o Piauí, pois o Governador Wilson Gonçalves, não passa de um fantoche nas mãos do Governador Paulo Egydio Martins, que está governando o Piauí através de seus Secretários. Isto é uma vergonha para o Piauí, pois o Governador Wilson Gonçalves, não passa de um fantoche nas mãos do Governador Paulo Egydio Martins, que está governando o Piauí através de seus Secretários.

Que não Lide o artigo publicado, no Jornal "A Gazeta do Piauhy", de 24 de 6 de corrente e, lembramos que nesta Assembléia Legislativa a Arena em maioria, sempre defendeu os direitos e os interesses do nosso Município. Continuando, lembro que o Sr. Prefeito Municipal, na época, não se dignou a comparecer a esta Casa para nos dar uma explicação, ou uma satisfação, a respeito do que tinha sido feito com os recursos destinados ao nosso Município, naquele ano. Mas, o que não podemos aceitar, mas que foi o caso do Executivo Municipal, que a partir do dia 15 de março, não mais poderia ser candidato a Prefeito, pois, o mesmo estaria desincompatibilizado, para poder concorrer a outro cargo eletivo. Continuando, afirmou que o cargo ao qual ocupava esta cidade na Secretaria de Saúde era o de Secretário de Saúde, mas que nunca havia exercido o mesmo, pois, o seu serviço era o de Fiscal de Endemias, e que o mesmo não tinha nenhuma obrigação de comparecer diariamente ao seu serviço, pois, o mesmo não tinha horário para trabalhar, e que o mesmo só comparecia ao seu serviço, quando o Chefe do Serviço de Saúde, o mandava chamar. Finalizando, disse que o mesmo não tinha nenhuma obrigação de comparecer diariamente ao seu serviço, pois, o mesmo não tinha horário para trabalhar, e que o mesmo só comparecia ao seu serviço, quando o Chefe do Serviço de Saúde, o mandava chamar.

Ramos Simões e Silva Porto Esmeraldo pedem a saída de Wanda Faustino Pereira da Silva e acrescenta que ela "muito deixou a desejar, pois esteve ausente do Estado por mais de 4 meses, e que na data marcada para a sua posse não estava presente e nem se quer apresentou atestado médico". Tudo o que foi mencionado em vez de chamar nossa atenção para o mau comportamento da professora, deveria ser motivo para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, tomar providências no sentido de afastá-la definitivamente do magistério, pois ela não merece mais ser professora. Mas, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de que a professora Wanda Faustino Pereira da Silva, ter sido nomeada para o cargo de Professora Primária Estadual, pelo Governador do Estado, Dr. Wilson Gonçalves, sendo que o mesmo não tem competência para nomear professores, pois esta competência é exclusiva do Governador do Estado, Dr. Paulo Egydio Martins. Isto é mais uma prova de que o Governador Wilson Gonçalves, não está governando o Estado do Piauí, mas sim, o Governador Paulo Egydio Martins, através de seus Secretários, que estão nomeando e demitindo funcionários, sem a menor consulta ao Governador Wilson Gonçalves. Isto é uma vergonha para o Piauí, pois o Governador Wilson Gonçalves, não passa de um fantoche nas mãos do Governador Paulo Egydio Martins, que está governando o Piauí através de seus Secretários. Isto é uma vergonha para o Piauí, pois o Governador Wilson Gonçalves, não passa de um fantoche nas mãos do Governador Paulo Egydio Martins, que está governando o Piauí através de seus Secretários.

No início de sua administração uma atenção especial aos meios rodoviários, pois estão ligados ao seu progresso econômico. Foram gastos mais consideráveis nesse setor, apenas que a Governador Mário Covas Júnior. Tem um Governo mais prático e não fazer grandes obras para o Governo e sim para o povo. Foram abertas 2 frentes de trabalho, aproximadamente, incentivando o turismo e a industrialização deste município. Passando a ótima economia. Também o Governador Carlos Alberto Caiado, que administrou no início da 1ª, o Governo Federal. Valia Tancredo Neves e Ibsen Pinheiro, que com as suas reformas destruíram o mercado interno e interno governista e que com essas mesmas reformas a população sofreu com o desemprego e a queda do poder aquisitivo. Passou-se a ser um país de 1º mundo para um país de 3º mundo. Não é apenas o Governo Federal que é responsável pela situação econômica do país, mas também a população que não soube escolher os seus governantes. Passou-se a ser um país de 1º mundo para um país de 3º mundo. Não é apenas o Governo Federal que é responsável pela situação econômica do país, mas também a população que não soube escolher os seus governantes. Passou-se a ser um país de 1º mundo para um país de 3º mundo. Não é apenas o Governo Federal que é responsável pela situação econômica do país, mas também a população que não soube escolher os seus governantes.

Ata da 6ª - Sessão Extraordinária de 1º ano da 8ª Legislatura, da Câmara Municipal de Estância Santa de Ipanema, Estado de São Paulo, em 1º de 1997.

Presidência do Sr. Antonio Ferreira.

Secretariado pelo Sr. Nilton Ferreira.

Aos [illegible] dias do mês de [illegible] mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade de Estância Santa de Ipanema, Estado de São Paulo, em Paço Municipal, especial para este fim, às [illegible] horas, com a presença dos Vereadores: [illegible] reuniram-se os componentes da Câmara Municipal, verificou-se a presença dos seguintes Vereadores: [illegible] Cesar Sanguino, Paulo, Vicente Rico, Cicero Pinto Fernandes, José Roberto Simmerdi, Eduardo [illegible] Antonio Ferreira, Moacir Alves Ribeiro, Antonio Ferreira, Eduardo [illegible] Nilton Ferreira, José Carlos Carvalho, Hilton Carvalho. O Sr. Presidente

concessão. O VEREADOR José Roberto Demiruby disse que conversou com a assessoria do ex-Governador Leonel Brizola e que o mesmo não tem nenhum compromisso com a Diretoria do Vasco para o dia 25 próximo e que também se encontra com os membros ligados ao nosso Presidente, o que nos assegura com a presença do Governador Leonel Brizola no dia 25 próximo. O VEREADOR Nelson Carneiro Gomes disse que esteve em Belo Horizonte onde assistiu ao jogo do Vasco com o Atlético Mineiro e que o Vasco jogou muito bem, tendo o Atlético Mineiro se defendido muito. Disse também que o Vasco é o único time que tem a torcida mais bonita do Brasil. O VEREADOR Nelson Carneiro Gomes solicitou que seja encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Sr. Diretor do Departamento de Educação Física e Desportos, solicitando a construção de um campo de futebol no Bairro de Santa Cruz, em terreno pertencente à Prefeitura, que fica localizado entre a Rua Dr. Paulo Fontes e a Rua Dr. Mário Ribeiro, pois o mesmo vem sendo utilizado pelos moradores daquele bairro para a prática desse esporte. O VEREADOR Nelson Carneiro Gomes disse também que o Vasco está com um grande time de futebol e que o mesmo vai ser campeão brasileiro. O VEREADOR Carlos Alberto Pereira de Oliveira disse que o Vasco é o time mais querido do Brasil, pois o mesmo tem a maior torcida. O VEREADOR Carlos Alberto Pereira de Oliveira disse também que o Vasco é o time do povo

Este senhor é pai de Italiano José Sanchelli e ha sua mulher, a senhorita Ivete Sanchelli nas lutas ocorridas ao Rio Grande do Sul, sendo ele nos acontecimentos mais salientes Civil. Finalizando, informou que a vinda de Italiano ao Rio Grande do Sul era para tratar de uma transação comercial de compra de gado muar. Terminou agradecendo a gentileza com que foi recebido pelo Prefeito Municipal e pelo Vereador Ivo Pilotto e se, se despedindo. Falou em seguida o Vereador Carlos Ramos Ribeiro Summe lendo o seguinte discurso: Sr. Presidente, Senhores Vereadores: Como nesta Câmara Municipal, Tribuna de Liberdade e Baluarte das Tradições Nacionais, Sempre encontrei Guarida e Estímulo a todas as Campanhas Cívicas, Como Vereador Ramos Ribeiro Summe e Cidadão, e em defesa do que as Boas Leis Nacionais nos garantem, venho hoje, nesta Tribuna, protestar contra o Ato Ilegal praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, Vereador Ivo Pilotto, que, em meu entender, constitue um verdadeiro atentado ao Regimento Interno desta Casa de Leis, e mesmo uma desconsideração a Vereador, uma vez que, no decorrer da Sessão de 15 de 6 de Março do corrente ano, o Sr. Presidente desta Câmara, ao ser concedida a palavra aos Vereadores para explicações pessoais, negou a palavra ao Vereador Ramos Ribeiro Summe, que estava inscrito para falar em primeiro lugar, e, mesmo assim, concedeu a palavra ao Vereador Ivo Pilotto, que estava inscrito em segundo lugar. Não me parece que o Sr. Presidente desta Câmara, ao proceder desta forma, tenha agido com a devida imparcialidade, pois, se assim procedeu, não só feriu o Regimento Interno desta Casa de Leis, como também desrespeitou os seus Pares, que, democraticamente, foram eleitos para representar o povo santa-mariense. Não me parece, também,

estimulo conveniente em ambos citados. O Sr. Presidente da República no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, de conformidade com o disposto no artigo 84, incisos VI, alínea "a", e XII, do mesmo artigo da Constituição Federal, e com fundamento nos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, e nos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do Decreto nº 4.486, de 4 de novembro de 1953, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1.300.000/63-PR, resolve: Artigo único. Fica demitido, a bem do serviço público, o Engenheiro Civil Dr. Mário Augusto Teixeira de Abreu, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Brasília, 4 de novembro de 1963, 142º da Independência e 75º da República. João Goulart. Hermes Lima. Ata da 1ª Sessão Ordinária, em 5 de novembro de 1963. Presidência do Sr. Auro de Moura Andrade. Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores: Auro de Moura Andrade, Gaspar Velloso, Argemiro de Figueiredo, Lobão da Silveira, Ruy Carneiro, Mem de Sá, Eugênio Barros, Lino de Mattos, Antônio Balbino, Aloysio de Carvalho, Heribaldo Vieira, Milton Campos, Sebastião Archer, Adolpho Franco, Menezes Pimentel, Leandro Maciel, Nogueira da Gama, Ary Vianna, Vivaldo Lima, Aarão Steinbruch, Bezerra Neto, Pedro Ludovico, Jefferson de Aguiar, Victorino Freire, Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Attílio Fontana, Júlio Leite, Benedicto Valladares, Sigefredo Pacheco, Josaphat Marinho, Antônio Jucá, Daniel Krieger, Lourival Fontes

Aos Vereadores Cumpre-me dizer, em nome do povo de Santa Cruz do Rio Pardo, que, ao assumir o mandato, não o fiz com o propósito de ser um vereador comum, mas sim um vereador atuante, que não se limitasse a ficar sentado em sua cadeira, esperando que os problemas da cidade viessem até ele. Sempre procurei ir ao encontro dos problemas, para ver de perto as suas causas e, assim, poder encontrar as soluções mais adequadas. Foi com esse espírito que, logo no início de meu mandato, apresentei a esta Casa de Leis um projeto de lei, propondo a criação de um Conselho Municipal de Saúde, que, infelizmente, não foi aprovado. Mesmo assim, não desanimei e, em 1989, apresentei um novo projeto, com o mesmo objetivo, que foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 1.600, de 20 de junho daquele ano. Hoje, o Conselho Municipal de Saúde é uma realidade, e, como membro nato, tenho participado de todas as suas reuniões, procurando colaborar com o seu bom funcionamento. Tenho também procurado, sempre que possível, comparecer às reuniões das Comissões Técnicas desta Casa, a fim de colher subsídios para a elaboração de projetos de lei, indicações e requerimentos, que, depois, são encaminhados ao Executivo. Foi assim que, em 1990, apresentei o projeto de lei nº 1.650, de 20 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Educação. Esse projeto foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 1.651, de 20 de junho de 1990. Também foi assim que, em 1991, apresentei o projeto de lei nº 1.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 1.751, de 19 de junho de 1991. Também foi assim que, em 1992, apresentei o projeto de lei nº 1.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 1.851, de 19 de junho de 1992. Também foi assim que, em 1993, apresentei o projeto de lei nº 1.950, de 21 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 1.951, de 21 de junho de 1993. Também foi assim que, em 1994, apresentei o projeto de lei nº 2.050, de 20 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.051, de 20 de junho de 1994. Também foi assim que, em 1995, apresentei o projeto de lei nº 2.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.151, de 19 de junho de 1995. Também foi assim que, em 1996, apresentei o projeto de lei nº 2.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.251, de 19 de junho de 1996. Também foi assim que, em 1997, apresentei o projeto de lei nº 2.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.351, de 19 de junho de 1997. Também foi assim que, em 1998, apresentei o projeto de lei nº 2.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.451, de 19 de junho de 1998. Também foi assim que, em 1999, apresentei o projeto de lei nº 2.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.551, de 19 de junho de 1999. Também foi assim que, em 2000, apresentei o projeto de lei nº 2.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.651, de 19 de junho de 2000. Também foi assim que, em 2001, apresentei o projeto de lei nº 2.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.751, de 19 de junho de 2001. Também foi assim que, em 2002, apresentei o projeto de lei nº 2.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.851, de 19 de junho de 2002. Também foi assim que, em 2003, apresentei o projeto de lei nº 2.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 2.951, de 19 de junho de 2003. Também foi assim que, em 2004, apresentei o projeto de lei nº 3.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.051, de 19 de junho de 2004. Também foi assim que, em 2005, apresentei o projeto de lei nº 3.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.151, de 19 de junho de 2005. Também foi assim que, em 2006, apresentei o projeto de lei nº 3.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.251, de 19 de junho de 2006. Também foi assim que, em 2007, apresentei o projeto de lei nº 3.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.351, de 19 de junho de 2007. Também foi assim que, em 2008, apresentei o projeto de lei nº 3.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.451, de 19 de junho de 2008. Também foi assim que, em 2009, apresentei o projeto de lei nº 3.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.551, de 19 de junho de 2009. Também foi assim que, em 2010, apresentei o projeto de lei nº 3.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.651, de 19 de junho de 2010. Também foi assim que, em 2011, apresentei o projeto de lei nº 3.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.751, de 19 de junho de 2011. Também foi assim que, em 2012, apresentei o projeto de lei nº 3.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.851, de 19 de junho de 2012. Também foi assim que, em 2013, apresentei o projeto de lei nº 3.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 3.951, de 19 de junho de 2013. Também foi assim que, em 2014, apresentei o projeto de lei nº 4.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.051, de 19 de junho de 2014. Também foi assim que, em 2015, apresentei o projeto de lei nº 4.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.151, de 19 de junho de 2015. Também foi assim que, em 2016, apresentei o projeto de lei nº 4.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.251, de 19 de junho de 2016. Também foi assim que, em 2017, apresentei o projeto de lei nº 4.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.351, de 19 de junho de 2017. Também foi assim que, em 2018, apresentei o projeto de lei nº 4.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.451, de 19 de junho de 2018. Também foi assim que, em 2019, apresentei o projeto de lei nº 4.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.551, de 19 de junho de 2019. Também foi assim que, em 2020, apresentei o projeto de lei nº 4.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.651, de 19 de junho de 2020. Também foi assim que, em 2021, apresentei o projeto de lei nº 4.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.751, de 19 de junho de 2021. Também foi assim que, em 2022, apresentei o projeto de lei nº 4.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.851, de 19 de junho de 2022. Também foi assim que, em 2023, apresentei o projeto de lei nº 4.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 4.951, de 19 de junho de 2023. Também foi assim que, em 2024, apresentei o projeto de lei nº 5.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.051, de 19 de junho de 2024. Também foi assim que, em 2025, apresentei o projeto de lei nº 5.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.151, de 19 de junho de 2025. Também foi assim que, em 2026, apresentei o projeto de lei nº 5.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.251, de 19 de junho de 2026. Também foi assim que, em 2027, apresentei o projeto de lei nº 5.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.351, de 19 de junho de 2027. Também foi assim que, em 2028, apresentei o projeto de lei nº 5.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.451, de 19 de junho de 2028. Também foi assim que, em 2029, apresentei o projeto de lei nº 5.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.551, de 19 de junho de 2029. Também foi assim que, em 2030, apresentei o projeto de lei nº 5.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.651, de 19 de junho de 2030. Também foi assim que, em 2031, apresentei o projeto de lei nº 5.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.751, de 19 de junho de 2031. Também foi assim que, em 2032, apresentei o projeto de lei nº 5.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.851, de 19 de junho de 2032. Também foi assim que, em 2033, apresentei o projeto de lei nº 5.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 5.951, de 19 de junho de 2033. Também foi assim que, em 2034, apresentei o projeto de lei nº 6.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.051, de 19 de junho de 2034. Também foi assim que, em 2035, apresentei o projeto de lei nº 6.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.151, de 19 de junho de 2035. Também foi assim que, em 2036, apresentei o projeto de lei nº 6.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.251, de 19 de junho de 2036. Também foi assim que, em 2037, apresentei o projeto de lei nº 6.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.351, de 19 de junho de 2037. Também foi assim que, em 2038, apresentei o projeto de lei nº 6.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.451, de 19 de junho de 2038. Também foi assim que, em 2039, apresentei o projeto de lei nº 6.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.551, de 19 de junho de 2039. Também foi assim que, em 2040, apresentei o projeto de lei nº 6.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.651, de 19 de junho de 2040. Também foi assim que, em 2041, apresentei o projeto de lei nº 6.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.751, de 19 de junho de 2041. Também foi assim que, em 2042, apresentei o projeto de lei nº 6.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.851, de 19 de junho de 2042. Também foi assim que, em 2043, apresentei o projeto de lei nº 6.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 6.951, de 19 de junho de 2043. Também foi assim que, em 2044, apresentei o projeto de lei nº 7.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.051, de 19 de junho de 2044. Também foi assim que, em 2045, apresentei o projeto de lei nº 7.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.151, de 19 de junho de 2045. Também foi assim que, em 2046, apresentei o projeto de lei nº 7.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.251, de 19 de junho de 2046. Também foi assim que, em 2047, apresentei o projeto de lei nº 7.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.351, de 19 de junho de 2047. Também foi assim que, em 2048, apresentei o projeto de lei nº 7.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.451, de 19 de junho de 2048. Também foi assim que, em 2049, apresentei o projeto de lei nº 7.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.551, de 19 de junho de 2049. Também foi assim que, em 2050, apresentei o projeto de lei nº 7.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.651, de 19 de junho de 2050. Também foi assim que, em 2051, apresentei o projeto de lei nº 7.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.751, de 19 de junho de 2051. Também foi assim que, em 2052, apresentei o projeto de lei nº 7.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.851, de 19 de junho de 2052. Também foi assim que, em 2053, apresentei o projeto de lei nº 7.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 7.951, de 19 de junho de 2053. Também foi assim que, em 2054, apresentei o projeto de lei nº 8.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.051, de 19 de junho de 2054. Também foi assim que, em 2055, apresentei o projeto de lei nº 8.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.151, de 19 de junho de 2055. Também foi assim que, em 2056, apresentei o projeto de lei nº 8.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.251, de 19 de junho de 2056. Também foi assim que, em 2057, apresentei o projeto de lei nº 8.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.351, de 19 de junho de 2057. Também foi assim que, em 2058, apresentei o projeto de lei nº 8.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.451, de 19 de junho de 2058. Também foi assim que, em 2059, apresentei o projeto de lei nº 8.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.551, de 19 de junho de 2059. Também foi assim que, em 2060, apresentei o projeto de lei nº 8.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.651, de 19 de junho de 2060. Também foi assim que, em 2061, apresentei o projeto de lei nº 8.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.751, de 19 de junho de 2061. Também foi assim que, em 2062, apresentei o projeto de lei nº 8.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.851, de 19 de junho de 2062. Também foi assim que, em 2063, apresentei o projeto de lei nº 8.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 8.951, de 19 de junho de 2063. Também foi assim que, em 2064, apresentei o projeto de lei nº 9.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.051, de 19 de junho de 2064. Também foi assim que, em 2065, apresentei o projeto de lei nº 9.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.151, de 19 de junho de 2065. Também foi assim que, em 2066, apresentei o projeto de lei nº 9.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.251, de 19 de junho de 2066. Também foi assim que, em 2067, apresentei o projeto de lei nº 9.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.351, de 19 de junho de 2067. Também foi assim que, em 2068, apresentei o projeto de lei nº 9.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.451, de 19 de junho de 2068. Também foi assim que, em 2069, apresentei o projeto de lei nº 9.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.551, de 19 de junho de 2069. Também foi assim que, em 2070, apresentei o projeto de lei nº 9.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.651, de 19 de junho de 2070. Também foi assim que, em 2071, apresentei o projeto de lei nº 9.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.751, de 19 de junho de 2071. Também foi assim que, em 2072, apresentei o projeto de lei nº 9.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.851, de 19 de junho de 2072. Também foi assim que, em 2073, apresentei o projeto de lei nº 9.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 9.951, de 19 de junho de 2073. Também foi assim que, em 2074, apresentei o projeto de lei nº 10.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.051, de 19 de junho de 2074. Também foi assim que, em 2075, apresentei o projeto de lei nº 10.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.151, de 19 de junho de 2075. Também foi assim que, em 2076, apresentei o projeto de lei nº 10.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.251, de 19 de junho de 2076. Também foi assim que, em 2077, apresentei o projeto de lei nº 10.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.351, de 19 de junho de 2077. Também foi assim que, em 2078, apresentei o projeto de lei nº 10.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.451, de 19 de junho de 2078. Também foi assim que, em 2079, apresentei o projeto de lei nº 10.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.551, de 19 de junho de 2079. Também foi assim que, em 2080, apresentei o projeto de lei nº 10.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.651, de 19 de junho de 2080. Também foi assim que, em 2081, apresentei o projeto de lei nº 10.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.751, de 19 de junho de 2081. Também foi assim que, em 2082, apresentei o projeto de lei nº 10.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.851, de 19 de junho de 2082. Também foi assim que, em 2083, apresentei o projeto de lei nº 10.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 10.951, de 19 de junho de 2083. Também foi assim que, em 2084, apresentei o projeto de lei nº 11.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.051, de 19 de junho de 2084. Também foi assim que, em 2085, apresentei o projeto de lei nº 11.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.151, de 19 de junho de 2085. Também foi assim que, em 2086, apresentei o projeto de lei nº 11.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.251, de 19 de junho de 2086. Também foi assim que, em 2087, apresentei o projeto de lei nº 11.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.351, de 19 de junho de 2087. Também foi assim que, em 2088, apresentei o projeto de lei nº 11.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.451, de 19 de junho de 2088. Também foi assim que, em 2089, apresentei o projeto de lei nº 11.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.551, de 19 de junho de 2089. Também foi assim que, em 2090, apresentei o projeto de lei nº 11.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.651, de 19 de junho de 2090. Também foi assim que, em 2091, apresentei o projeto de lei nº 11.750, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.751, de 19 de junho de 2091. Também foi assim que, em 2092, apresentei o projeto de lei nº 11.850, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.851, de 19 de junho de 2092. Também foi assim que, em 2093, apresentei o projeto de lei nº 11.950, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Civil, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 11.951, de 19 de junho de 2093. Também foi assim que, em 2094, apresentei o projeto de lei nº 12.050, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 12.051, de 19 de junho de 2094. Também foi assim que, em 2095, apresentei o projeto de lei nº 12.150, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 12.151, de 19 de junho de 2095. Também foi assim que, em 2096, apresentei o projeto de lei nº 12.250, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 12.251, de 19 de junho de 2096. Também foi assim que, em 2097, apresentei o projeto de lei nº 12.350, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 12.351, de 19 de junho de 2097. Também foi assim que, em 2098, apresentei o projeto de lei nº 12.450, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 12.451, de 19 de junho de 2098. Também foi assim que, em 2099, apresentei o projeto de lei nº 12.550, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 12.551, de 19 de junho de 2099. Também foi assim que, em 2100, apresentei o projeto de lei nº 12.650, de 19 de junho daquele ano, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, o qual foi aprovado e sancionado pelo Executivo, transformando-se na Lei nº 12.651, de 19 de junho de 2100.

Quinto crucificado, foram distribuídas, aprovadas e aclamadas as atas das 68 pas-
sas ordinárias e da 58 sessão extraordinária. Em seguida o Sr. Presidente
anunciou, e passou a leitura do 8º expediente, que se constituia do seguinte: 1)
Mensagem, vinculada sob o nº 1, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal (1 ano 19/01) encaminhando
do o projeto de Lei nº 24/1951, dispondo sobre autorização
para que seja aberto o crédito de mais Cr$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros)
destinado à pagamento de diárias aos funcionários da Prefeitura, quando em serviço fora
da sede; 2) Mensagem, vinculada sob o nº 2, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal (1 ano 19/01)
encaminhando o Orçamento da Receita e Despesa do Município, referente ao ano de 1952; 3) mais
uma mensagem, vinculada sob o nº 3, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal (1 ano 19/01) encaminhando
o Orçamento da Receita e Despesa do Município, referente ao ano de 1952; 4) Requerimento
nº 1 ano 19/01, do Vereador Cesar Augusto Ramos, solicitando providências no sentido de ser
feita a limpeza do Rio Pardo, que corre nesta cidade, pois, além de ser um rio piscoso, é
também muito apropriado para banhos, e que, em virtude de estar muito sujo, não está sendo
aproveitado para esse fim; 5) Requerimento nº 2 ano 19/01, do Vereador Cesar Augusto Ramos,
solicitando providências no sentido de ser feita a limpeza do Rio Pardo, que corre nesta
cidade, pois, além de ser um rio piscoso, é também muito apropriado para banhos, e que, em
virtude de estar muito sujo, não está sendo aproveitado para esse fim; 6) Requerimento nº 3
ano 19/01, do Vereador Cesar Augusto Ramos, solicitando providências no sentido de ser feita
a limpeza do Rio Pardo, que corre nesta cidade, pois, além de ser um rio piscoso, é também
muito apropriado para banhos, e que, em virtude de estar muito sujo, não está sendo
aproveitado para esse fim; 7) Requerimento nº 4 ano 19/01, do Vereador Cesar Augusto Ramos,
solicitando providências no sentido de ser feita a limpeza do Rio Pardo, que corre nesta
cidade, pois, além de ser um rio piscoso, é também muito apropriado para banhos, e que, em
virtude de estar muito sujo, não está sendo aproveitado para esse fim; 8) Requerimento nº 5
ano 19/01, do Vereador Cesar Augusto Ramos, solicitando providências no sentido de ser feita
a limpeza do Rio Pardo, que corre nesta cidade, pois, além de ser um rio piscoso, é também
muito apropriado para banhos, e que, em virtude de estar muito sujo, não está sendo
aproveitado para esse fim. Em seguida o Sr. Presidente anunciou a Ordem do Dia, que
constava da discussão e votação do Requerimento nº 1 ano 19/01, do Vereador Cesar Augusto
Ramos, solicitando providências no sentido de ser feita a limpeza do Rio Pardo, que corre
nesta cidade, pois, além de ser um rio piscoso, é também muito apropriado para banhos, e que,
em virtude de estar muito sujo, não está sendo aproveitado para esse fim. Posto em
discussão, o Vereador Cesar Augusto Ramos pediu a palavra e disse que, em virtude de
encontrar-se o Rio Pardo em péssimas condições de limpeza, não está sendo aproveitado para
banhos, como o era em outros tempos, quando era muito limpo e piscoso. Acrescentou que
pretende, com o seu requerimento, que seja feita a limpeza do Rio Pardo, para que o mesmo
volte a ser aproveitado para banhos, como o era em outros tempos.

seus jogos de futebol realizados no Estádio Municipal, m) no dia 21/12, do vereador Eduardo de Almeida Magnani, no sentido de ser autorizada, pela Municipalidade, a construção de uma cabine para rádio-jornal nas proximidades das cadeiras destinadas à imprensa, naquele estádio, e n) do vereador Eduardo de Almeida Magnani, no sentido de ser autorizada, pela Municipalidade, a construção de uma cabine para rádio-jornal nas proximidades das cadeiras destinadas à imprensa, naquele estádio; Ciente do ofício nº 82/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro último; Ciente do ofício nº 83/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 84/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 85/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 86/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 87/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 88/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 89/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 90/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 91/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 92/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 93/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 94/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 95/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 96/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 97/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 98/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 99/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 100/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 101/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 102/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 103/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 104/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 105/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 106/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 107/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 108/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 109/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 110/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 111/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 112/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 113/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 114/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 115/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 116/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 117/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 118/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 119/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 120/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 121/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 122/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 123/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 124/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 125/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 126/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 127/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 128/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 129/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 130/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 131/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 132/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 133/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 134/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 135/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 136/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 137/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 138/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 139/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 140/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 141/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 142/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 143/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 144/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 145/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 146/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 147/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 148/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 149/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 150/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 151/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 152/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 153/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 154/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 155/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 156/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 157/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 158/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 159/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 160/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 161/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 162/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 163/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 164/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 165/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 166/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 167/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 168/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 169/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 170/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 171/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 172/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 173/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 174/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 175/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 176/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 177/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 178/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 179/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 180/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 181/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 182/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 183/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 184/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 185/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 186/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 187/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 188/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 189/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 190/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 191/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 192/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 193/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 194/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 195/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 196/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 197/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 198/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 199/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 200/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 201/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 202/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 203/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 204/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 205/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 206/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 207/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 208/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 209/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 210/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 211/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 212/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 213/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 214/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 215/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 216/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 217/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 218/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 219/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 220/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 221/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 222/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 223/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 224/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 225/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 226/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 227/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 228/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 229/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 230/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 231/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 232/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 233/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 234/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 235/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 236/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 237/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 238/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 239/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 240/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 241/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 242/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 243/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 244/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 245/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 246/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 247/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 248/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 249/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 250/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 251/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 252/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 253/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 254/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 255/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 256/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 257/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 258/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 259/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 260/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 261/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 262/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 263/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 264/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 265/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 266/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 267/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 268/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 269/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 270/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 271/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 272/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 273/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 274/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 275/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 276/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Janeiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 277/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Fevereiro do corrente ano; Ciente do ofício nº 278/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Março do corrente ano; Ciente do ofício nº 279/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Abril do corrente ano; Ciente do ofício nº 280/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Maio do corrente ano; Ciente do ofício nº 281/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Junho do corrente ano; Ciente do ofício nº 282/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Julho do corrente ano; Ciente do ofício nº 283/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Agosto do corrente ano; Ciente do ofício nº 284/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Setembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 285/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Outubro do corrente ano; Ciente do ofício nº 286/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Novembro do corrente ano; Ciente do ofício nº 287/48, do Prefeito Municipal, encaminhando a relação dos bens pertencentes ao Município, que foram vendidos em hasta pública, no mês de Dezembro último; Ciente do ofício nº 288/48, do Prefeito

de ser abensada a concessão de linha de carros Especial 4/10 de 8 de outubro, para fazer a ligação entre nossa Cidade e Rio Preto, em virtude da data, e que agora recebera uma comunicação da Companhia Campineira de Tramways e Força e Luz, estabelecendo uma nova tabela para cada classe de operarios que a concessão obteve, a partir de 1 de agosto, data em que se tudo correr bem, isso virá muito em beneficio com uma diminuição de uma hora de trabalho, visto que os operarios terão que sahir uma hora mais cedo para poderem tomar o trem das 7 da manhã. Pedia o Vereador Rubens Gagliardi, a palavra pela ordem para um requerimento, tendo o mesmo sido concedido pelo Presidente da Mesa. Requeria o Vereador Rubens Gagliardi, que fosse consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Tenente Coronel Aviador Nelson Freire Lavenère Wanderley, ocorrido ha poucos dias em Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais. Era o requerimento subscripto pelo Vereador Rubens Gagliardi, e mais pelos Vereadores Dr. Antonio Ferreira Braga, Dr. Ulysses Paes de Barros, Dr. Ruy Rodrigues, Dr. Antonio Mendes Canale, Dr. Antonio Feliciano, Dr. Antonio Rodrigues Alves Cardoso, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Filho, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Sobrinho, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Neto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Bisneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trineto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Quadrineto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Decaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Undecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dodecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tridecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetradecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentadecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexadecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptadecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octadecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneadecaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eicosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heneicosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Docosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tricosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetracosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentacosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexacosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptacosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octacosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneacosaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Triacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hentriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dotriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tritriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetratriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentatriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexatriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptatriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octatriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneatriacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hentetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dotetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tritetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetratetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentatetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexatetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptatetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octatetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneatetracontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henpentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dopentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tripentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrapentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentapentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexapentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptapentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octapentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneapentacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahexacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Doheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Triheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetraheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentaheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexaheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptaheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octaheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneaheptacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henoctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dooctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trioctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetraoctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentaoctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexaoctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptaoctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octaoctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneaoctacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Enacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henenacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Doenacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trienacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetraenacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentaenacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexaenacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptaenacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octaenacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneaenacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hexahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Heptahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Octahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Eneahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Hectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Henhectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Dohectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Trihectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Tetrahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardoso Pentahectohectohectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectahectacontaneto, Dr. Antonio Rodrigues Cardo

de 1933, que foi hoje aprovado na sessão de 08 de maio ultimo, e indicação nº 84/1934 ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse construido um matadouro, afim de ser regulamentado o nº 108/1933, de minha autoria, proibindo de fabricar banha e mocotó nos chiqueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 93/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 94/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 95/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 96/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 97/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 98/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 99/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 100/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 101/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 102/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 103/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 104/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 105/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 106/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 107/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 108/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 109/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 110/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 111/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 112/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 113/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 114/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 115/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 116/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 117/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 118/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 119/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 120/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 121/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 122/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 123/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 124/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 125/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 126/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 127/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 128/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 129/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 130/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 131/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 132/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 133/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 134/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 135/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 136/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 137/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 138/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 139/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 140/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 141/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 142/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 143/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 144/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 145/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 146/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 147/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 148/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 149/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 150/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 151/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 152/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 153/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 154/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 155/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 156/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 157/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 158/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 159/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 160/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 161/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 162/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 163/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 164/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 165/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 166/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 167/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 168/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 169/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 170/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 171/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 172/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 173/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 174/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 175/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 176/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 177/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 178/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 179/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 180/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 181/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 182/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 183/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 184/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 185/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 186/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 187/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 188/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 189/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 190/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 191/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 192/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 193/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 194/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 195/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 196/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 197/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 198/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 199/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 200/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 201/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 202/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 203/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 204/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 205/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 206/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 207/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 208/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 209/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 210/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 211/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 212/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 213/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 214/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 215/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 216/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 217/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 218/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 219/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 220/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 221/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 222/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 223/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 224/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 225/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 226/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 227/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 228/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprovada e enviada ao Sr. Prefeito Municipal para que fosse mandado proceder a limpeza e conservação das sargetas e bueiros da referida praça; Indicação de autoria do Vereador Dr. Paulo Ferreira Vianna, nº 229/1934, em sessão de 15 de maio corrente, que foi aprov

Junho, juntamente com a Dr. Jose Gabriel Barbosa e Dr. Antero Barbosa Barata, e encerrou suas comemorações oficiais que as Bandeiras deram ao Brasil, quando os italianos, os castelhanos, os franceses, os ingleses, os holandeses, os judeus, os mouros, os ciganos, os negros, os mulatos, os cafuzos, os mamelucos, os caboclos, os mestiços, os brancos, os pardos, os pretos, os amarelos, os azuis, os verdes, os encarnados, os cor de rosa, os multicores, os indefinidos, os indefiníveis, os inomináveis, os sem nome, os sem partido, os sem eira nem beira, os independentes, os sem eira nem beira, os Democratas, os Liberais, os Conservadores, os Republicanos, os Comunistas, os Socialistas, os Trabalhistas, os Nacionalistas, os Integralistas, os Fascistas, os Nazistas, os Democratas Cristãos, os Democratas Sociais, os Democratas Independentes, os Democratas Nacionais, os Democratas Populares, os Democratas Progressistas, os Democratas Trabalhistas, os Democratas Liberais, os Democratas Conservadores, os Democratas Republicanos, os Democratas Comunistas, os Democratas Socialistas, os Democratas Nacionalistas, os Democratas Integralistas, os Democratas Fascistas, os Democratas Nazistas, os Democratas Democratas Cristãos, os Democratas Democratas Sociais, os Democratas Democratas Independentes, os Democratas Democratas Nacionais, os Democratas Democratas Populares, os Democratas Democratas Progressistas, os Democratas Democratas Trabalhistas, os Democratas Democratas Liberais, os Democratas Democratas Conservadores, os Democratas Democratas Republicanos, os Democratas Democratas Comunistas, os Democratas Democratas Socialistas, os Democratas Democratas Nacionalistas, os Democratas Democratas Integralistas, os Democratas Democratas Fascistas, os Democratas Democratas Nazistas, os Democratas Democratas Democratas Cristãos, os Democratas Democratas Democratas Sociais, os Democratas Democratas Democratas Independentes, os Democratas Democratas Democratas Nacionais, os Democratas Democratas Democratas Populares, os Democratas Democratas Democratas Progressistas, os Democratas Democratas Democratas Trabalhistas, os Democratas Democratas Democratas Liberais, os Democratas Democratas Democratas Conservadores, os Democratas Democratas Democratas Republicanos, os Democratas Democratas Democratas Comunistas, os Democratas Democratas Democratas Socialistas, os Democratas Democratas Democratas Nacionalistas, os Democratas Democratas Democratas Integralistas, os Democratas Democratas Democratas Fascistas, os Democratas Democratas Democratas Nazistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Cristãos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Sociais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Independentes, os Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Populares, os Democratas Democratas Democratas Democratas Progressistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Trabalhistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Liberais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Conservadores, os Democratas Democratas Democratas Democratas Republicanos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Comunistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Socialistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionalistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Integralistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Fascistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Nazistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Cristãos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Sociais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Independentes, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Populares, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Progressistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Trabalhistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Liberais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Conservadores, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Republicanos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Comunistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Socialistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionalistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Integralistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Fascistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nazistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Cristãos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Sociais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Independentes, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Populares, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Progressistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Trabalhistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Liberais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Conservadores, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Republicanos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Comunistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Socialistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionalistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Integralistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Fascistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nazistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Cristãos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Sociais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Independentes, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Populares, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Progressistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Trabalhistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Liberais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Conservadores, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Republicanos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Comunistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Socialistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionalistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Integralistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Fascistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nazistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Cristãos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Sociais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Independentes, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Populares, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Progressistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Trabalhistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Liberais, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Conservadores, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Republicanos, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Comunistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Socialistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Nacionalistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Integralistas, os Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Democratas Fascistas, os Democratas

Sessão da Câmara, a fls ...

Antonio Freitas

Ata da 12ª reunião ordinária do 1º ano, da 8ª legislatura, da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, realizada em 18 de Agosto de 1948.

Presidencia dos srs. Antonio Freitas e Nair Carvalho

Secretariado pelo sr. José Benedito Pontes

Aos oito dias do mês de Agosto de mil novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, estiveram presentes as horas regimentais, as 20:00 horas, os senhores vereadores: Antonio Freitas, Nair Carvalho, Antonio Pontes, Joaquim Ferreira, José Benedito Pontes, Mario Campagnolo, Vicente de Paula Carvalho, Oswaldo Nunes, Antonio Ferreira Saraiva, Paulo Domingues, José Carlos Correia, Eduardo de Almeida Junqueira Neto, Sebastião Ferreira Prado e Antonio Pedro Coelho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser lida e posta em discussão a ata da reunião anterior, a mesma foi aprovada sem restrições. Em seguida o sr. Presidente determinou ao sr. 1º Secretário que procedesse a leitura do expediente, o que foi feito nos seguintes termos: 1) Ofício nº 1.248/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 2) Ofício nº 1.249/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 3) Ofício nº 1.250/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 4) Ofício nº 1.251/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 5) Ofício nº 1.252/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 6) Ofício nº 1.253/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 7) Ofício nº 1.254/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 8) Ofício nº 1.255/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 9) Ofício nº 1.256/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 10) Ofício nº 1.257/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 11) Ofício nº 1.258/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 12) Ofício nº 1.259/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 13) Ofício nº 1.260/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 14) Ofício nº 1.261/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 15) Ofício nº 1.262/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 16) Ofício nº 1.263/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 17) Ofício nº 1.264/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 18) Ofício nº 1.265/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 19) Ofício nº 1.266/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 20) Ofício nº 1.267/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 21) Ofício nº 1.268/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 22) Ofício nº 1.269/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 23) Ofício nº 1.270/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 24) Ofício nº 1.271/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 25) Ofício nº 1.272/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 26) Ofício nº 1.273/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 27) Ofício nº 1.274/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 28) Ofício nº 1.275/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 29) Ofício nº 1.276/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 30) Ofício nº 1.277/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 31) Ofício nº 1.278/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 32) Ofício nº 1.279/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 33) Ofício nº 1.280/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 34) Ofício nº 1.281/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 35) Ofício nº 1.282/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 36) Ofício nº 1.283/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 37) Ofício nº 1.284/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 38) Ofício nº 1.285/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 39) Ofício nº 1.286/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 40) Ofício nº 1.287/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 41) Ofício nº 1.288/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 42) Ofício nº 1.289/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 43) Ofício nº 1.290/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 44) Ofício nº 1.291/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 45) Ofício nº 1.292/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 46) Ofício nº 1.293/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 47) Ofício nº 1.294/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 48) Ofício nº 1.295/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 49) Ofício nº 1.296/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 50) Ofício nº 1.297/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 51) Ofício nº 1.298/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 52) Ofício nº 1.299/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 53) Ofício nº 1.300/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 54) Ofício nº 1.301/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 55) Ofício nº 1.302/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 56) Ofício nº 1.303/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 57) Ofício nº 1.304/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 58) Ofício nº 1.305/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 59) Ofício nº 1.306/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 60) Ofício nº 1.307/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 61) Ofício nº 1.308/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 62) Ofício nº 1.309/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 63) Ofício nº 1.310/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 64) Ofício nº 1.311/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 65) Ofício nº 1.312/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 66) Ofício nº 1.313/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 67) Ofício nº 1.314/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 68) Ofício nº 1.315/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 69) Ofício nº 1.316/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 70) Ofício nº 1.317/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 71) Ofício nº 1.318/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 72) Ofício nº 1.319/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 73) Ofício nº 1.320/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 74) Ofício nº 1.321/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 75) Ofício nº 1.322/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 76) Ofício nº 1.323/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 77) Ofício nº 1.324/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 78) Ofício nº 1.325/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 79) Ofício nº 1.326/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 80) Ofício nº 1.327/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 81) Ofício nº 1.328/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 82) Ofício nº 1.329/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 83) Ofício nº 1.330/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 84) Ofício nº 1.331/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 85) Ofício nº 1.332/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 86) Ofício nº 1.333/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 87) Ofício nº 1.334/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 88) Ofício nº 1.335/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 89) Ofício nº 1.336/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 90) Ofício nº 1.337/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 91) Ofício nº 1.338/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 92) Ofício nº 1.339/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 93) Ofício nº 1.340/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 94) Ofício nº 1.341/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 95) Ofício nº 1.342/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 96) Ofício nº 1.343/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 97) Ofício nº 1.344/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 98) Ofício nº 1.345/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 99) Ofício nº 1.346/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 100) Ofício nº 1.347/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 101) Ofício nº 1.348/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 102) Ofício nº 1.349/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 103) Ofício nº 1.350/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 104) Ofício nº 1.351/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 105) Ofício nº 1.352/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 106) Ofício nº 1.353/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 107) Ofício nº 1.354/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 108) Ofício nº 1.355/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 109) Ofício nº 1.356/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 110) Ofício nº 1.357/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 111) Ofício nº 1.358/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 112) Ofício nº 1.359/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 113) Ofício nº 1.360/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 114) Ofício nº 1.361/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 115) Ofício nº 1.362/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 116) Ofício nº 1.363/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 117) Ofício nº 1.364/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 118) Ofício nº 1.365/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 119) Ofício nº 1.366/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 120) Ofício nº 1.367/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 121) Ofício nº 1.368/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 122) Ofício nº 1.369/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 123) Ofício nº 1.370/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 124) Ofício nº 1.371/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 125) Ofício nº 1.372/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 126) Ofício nº 1.373/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 127) Ofício nº 1.374/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 128) Ofício nº 1.375/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 129) Ofício nº 1.376/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 130) Ofício nº 1.377/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 131) Ofício nº 1.378/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 132) Ofício nº 1.379/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 133) Ofício nº 1.380/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 134) Ofício nº 1.381/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 135) Ofício nº 1.382/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 136) Ofício nº 1.383/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 137) Ofício nº 1.384/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 138) Ofício nº 1.385/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 139) Ofício nº 1.386/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 140) Ofício nº 1.387/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 141) Ofício nº 1.388/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 142) Ofício nº 1.389/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 143) Ofício nº 1.390/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 144) Ofício nº 1.391/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 145) Ofício nº 1.392/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 146) Ofício nº 1.393/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 147) Ofício nº 1.394/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 148) Ofício nº 1.395/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 149) Ofício nº 1.396/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 150) Ofício nº 1.397/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 151) Ofício nº 1.398/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 152) Ofício nº 1.399/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 153) Ofício nº 1.400/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 154) Ofício nº 1.401/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 155) Ofício nº 1.402/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 156) Ofício nº 1.403/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 157) Ofício nº 1.404/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 158) Ofício nº 1.405/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 159) Ofício nº 1.406/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 160) Ofício nº 1.407/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 161) Ofício nº 1.408/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 162) Ofício nº 1.409/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 163) Ofício nº 1.410/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 164) Ofício nº 1.411/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 165) Ofício nº 1.412/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 166) Ofício nº 1.413/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 167) Ofício nº 1.414/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 168) Ofício nº 1.415/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 169) Ofício nº 1.416/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 170) Ofício nº 1.417/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 171) Ofício nº 1.418/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando a esta Casa de Leis, para os devidos fins, o Balancete da Receita e Despesa referente ao mês de Julho findo. 172) Ofício nº 1.419/48, de 17 do corrente, do sr. Prefeito Municipal, encamin

sidade de que a "Telej" esclarecesse certas, a regar do pagamento dos descontos e taxas dos associados. Usava dizendo que a Telej não comparecer a Caixa, e fazia-se explicar a razão de ser da diminuição do valor do seu pagamento. Em seguida o Sr. Presidente Prudente de Moraes Neto declarou que a Telej

que as ruas nem estarem alinhadas [illegible] ruas consideradas, infelizmente a necessidade de [illegible] municipal, através do Departamento completo de [illegible] Saneamento e Obras Públicas, [illegible] Estatal, porque nem algumas ligadas [illegible] ao [illegible] do Alto [illegible] de Santa Cecília [illegible] do Professor [illegible] do Arquivo do Pará" e [illegible] que recebeu [illegible] seu agrado, mas não em [illegible] para [illegible] [illegible] [illegible]

Presidencia dispensa a redação do projeto de lei nº 29/97, do Prefeito Municipal, que expede salvo conduto para a abertura de crédito suplementar, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 2ª discussão do projeto de lei nº 12/96 do Prefeito Municipal autorizando a Prefeitura a permitir a livre comercialização de produtos hortigranjeiros, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 1/97 do Vereador Jair Rodrigues, que dispõe sobre o plantio de árvores nas ruas e avenidas da cidade de Santo André, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 2/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 3/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CODEMA, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 4/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa do Patrimonio Histórico, Artístico e Cultural de Santo André - CONDEPHAAC, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 5/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 6/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa do Idoso - CMDI, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 7/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Mulher - CMDM, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 8/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 9/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 10/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 11/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 12/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 13/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 14/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 15/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 16/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 17/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 18/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 19/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 20/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 21/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 22/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 23/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 24/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 25/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 26/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 27/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 28/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 29/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 30/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 31/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 32/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 33/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 34/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 35/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 36/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 37/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 38/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 39/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 40/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 41/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 42/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 43/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 44/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 45/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 46/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 47/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 48/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 49/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 50/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 51/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 52/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 53/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 54/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 55/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 56/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 57/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 58/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 59/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 60/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 61/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 62/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 63/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 64/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 65/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 66/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 67/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 68/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 69/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 70/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 71/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 72/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 73/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 74/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 75/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 76/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 77/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 78/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 79/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 80/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 81/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 82/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 83/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 84/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 85/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 86/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 87/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 88/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 89/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 90/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 91/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 92/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 93/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 94/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 95/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 96/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 97/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 98/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 99/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 100/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 101/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 102/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 103/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 104/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 105/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 106/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 107/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 108/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 109/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 110/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 111/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 112/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 113/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 114/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 115/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 116/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 117/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 118/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 119/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 120/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 121/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 122/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiencia - CMDPD, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Redação Finanças e Obras Publicas e Serviços Publicos e 1ª discussão do projeto de lei nº 123/97 do Vereador Celso Daniel, que dispõe sobre a criação de Conselho

passe livre nos veículos destes ao longo dos municípios, e do dia 10 de Setembro, correspondente a Santa Sagrada, (m) no dia 15 de Novembro, Dia Nacional da Bandeira, sob pena de multa de 50 mil réis, por cada infração, sem prejuízo de outras penalidades em que incorrer o infrator. Rio de Janeiro, 7 de Setembro de 1922, 101º da Independência e 34º da República. (a) Epitácio Pessoa. Carlos de Vasconcellos. Alfredo Pinto Vieira de Mello. Raul Soares de Moura. Fernando Mendes de Almeida. Simões Lopes. Miguel Calmon du Pin e Almeida. Alfredo Ernesto Jacques Maia. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Arnaldo Vieira de Carvalho. Joaquim Ferreira Chaves. Fidelis Reis. Francisco Sá. Joaquim Ferreira Chaves Filho. Octavio Mangabeira. Augusto Tavares de Lyra. Homero Baptista. Victor Konder. Wenceslau Braz. Fernando Mendes de Almeida. Antonio Augusto Borges de Medeiros. Raul Fernandes. Fernando Lobo. Manoel Thomaz Carvalho de Britto. Manoel Ferraz de Campos Salles. Rodrigo Octavio. Pedro Lessa. Pedro Affonso Mibielli. Sebastião Paes de Lacerda. Leopoldo Miguez. Candido Luiz Maria de Oliveira. Alfredo Maia. Manoel Victorino. Antonio Gonçalves Ferreira. Sabino Barroso. Alfredo Pinto. Manoel Murtinho. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Estevão Leite de Rezende. Cesar Augusto Tinoco Cabral. Antonio Augusto Cardoso de Castro. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Bernardino Monteiro. Manoel Alves de Araujo

posição desse problema que afecta a Escola de 1º Grau Prof. Camilo Sebastião Cesar Joaquim. Saiba dizer que nesta data passou a exames para obtenção de um ano a mais professores Adelia Pereira, para uma matéria, Aritmética, da Escola de Brando no Rio do Peixe, pois já havia passado anteriormente com a Professora Ana Rita do Nascimento, pois as duas lecionavam em salas de três horas para a conclusão do referido ano. Agradeço antecipadamente a atenção que lhe for dada a presente solicitação. Atenciosamente Vereadores Carlos Camilo Vieira e Antonio Carlos Ferreira. Após a leitura do expediente o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que fizesse a chamada para a verificação do quorum, tendo respondido os seguintes Vereadores: Antonio Carlos Ferreira, Benjamin Carlos Vieira, Carlos Camilo Vieira, Cesar Joaquim Pereira, Francisco Carlos Vieira, Jose Ernesto Vieira, Jose Ernesto Vieira Filho, Jose Ernesto Vieira Sobrinho, Jose Ernesto Vieira Neto, Jose Ernesto Vieira Neto Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho Neto Sobrinho Filho, Jose Ernesto Vieira Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrinho Neto Filho Sobrin

Dos Canais, sobre tudo que deja oficiado ao Exmo Sr. Prefeito Municipal, pois ela quer a todo o custo intervir junto ao Sr. Diretor da Repartição Federal de Correios e Telégrafos, a instalação de uma Agencia dos Correios na Capela de Santa Cruz, naquela localidade. Requer ainda, de acordo com o Art. 165/170 do Regimento Interno, seja oficiado ao Exmo Sr. Prefeito Municipal, solicitando a designação de uma Comissão de três Srs. Vereadores, para estudar um Convenio com o Governo do Estado, para a construção de uma Rodovia que ligará a Estrada Municipal Rio Claro a Santa Gertrudes, passando pelo Bairro do Ribeirão. Requer ainda, de acordo com o Art. 166/170 do Regimento Interno, seja oficiado ao Exmo Sr. Prefeito Municipal, solicitando providencias no sentido de ser feito o calçamento da Rua Dr. Eugenio Costa de Moraes Barros, até a Rua Ernesto Paes Leme. Requer ainda, de acordo com o Art. 165

deputes, onde funciona a Camara Municipal, ás 20:00 horas, presente a chamada dos Senhores Vereadores, municipaes: he presente, os Senhores Antonio Serafim, Juiz, Carlos Cavalheiro, Antonio Cypriano, João Geraldo, Abel Gonçalves Pereira Nunes, Hector Cavalcante, Elias Pinto Fernandes, Eduardo de Oliveira, Benjamin Ferreira, Antonio Ferreira de Moraes, Joaquim Pedro Barbosa, Alexandre Rodrigues e José Ramos de Pontes. Havendo numero legal, tomou assento os trabalhos. Foi lida em seguida a Ordem do Dia, a qual foi dada a 2ª discussão o projecto nº 31, que concede abonos para a Estrada de Rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 32, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 33, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 34, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 35, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 36, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 37, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 38, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 39, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 40, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 41, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 42, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 43, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 44, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 45, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 46, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 47, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 48, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 49, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 50, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 51, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 52, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 53, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 54, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 55, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 56, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 57, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 58, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 59, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 60, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 61, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 62, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 63, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 64, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 65, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 66, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 67, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 68, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 69, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 70, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 71, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 72, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 73, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 74, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 75, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 76, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 77, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 78, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 79, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 80, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 81, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 82, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 83, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 84, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 85, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 86, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 87, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 88, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 89, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 90, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 91, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 92, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 93, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 94, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 95, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 96, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 97, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 98, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 99, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 100, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 101, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 102, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 103, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 104, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 105, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 106, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 107, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 108, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 109, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 110, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 111, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 112, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 113, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 114, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 115, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 116, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 117, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 118, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 119, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 120, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 121, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 122, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 123, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 124, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 125, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 126, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 127, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 128, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 129, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 130, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 131, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 132, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 133, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 134, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 135, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 136, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 137, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 138, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 139, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 140, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 141, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 142, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 143, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 144, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 145, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 146, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 147, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 148, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 149, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 150, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 151, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 152, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 153, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 154, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 155, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 156, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 157, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 158, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 159, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 160, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 161, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 162, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 163, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 164, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 165, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 166, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 167, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 168, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 169, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 170, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 171, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 172, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 173, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 174, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 175, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 176, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 177, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 178, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 179, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 180, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 181, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 182, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 183, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 184, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 185, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 186, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 187, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 188, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 189, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 190, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 191, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 192, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 193, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 194, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 195, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 196, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 197, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 198, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 199, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 200, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 201, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 202, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 203, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 204, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 205, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 206, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 207, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 208, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 209, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 210, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 211, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 212, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 213, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 214, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 215, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 216, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 217, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 218, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 219, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 220, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 221, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 222, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 223, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 224, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 225, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 226, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 227, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 228, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 229, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 230, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 231, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 232, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 233, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 234, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 235, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 236, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 237, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 238, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 239, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 240, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 241, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 242, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 243, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 244, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 245, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 246, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 247, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 248, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 249, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 250, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 251, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 252, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 253, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 254, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 255, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 256, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 257, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 258, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 259, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 260, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 261, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 262, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 263, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 264, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 265, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 266, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 267, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approvado, foi encerrada a discussão. Em seguida foi lido o projecto nº 268, que concede abonos para a estrada de rodagem do Rio Preto, e sendo unanimemente approv

vendem o pão aos consumidores. O Vereador Cesar Joaquim Pereira disse que era muito oportuno o requerimento nº 784/56 do Edil Eduardo Rodrigues, e lembrou ainda que havia também a necessidade de uma lei nesse sentido, para coibir os ingenuos que tambem andam na comercialização de pão nesta Capital, os quais são os menos visados pela fiscalização. O Vereador Cesar Augusto Pereira, salientando do seu dispositivo regimental, requereu a convocação do Senhor Prefeito Municipal para determinar a construção de ligação e sargetas na Rua Rio Jose Bonilla Junior na Vila Nova Andradina (Mc) sob nº 785/56. O Vereador Cesar Augusto Pereira, prosseguindo em seu uso de palavra

completente, a possibilidade da instalação de um Posto de Pronto Atendimento da Cruz Vermelha Brasileira nesta cidade, para fazer face aos graves problemas que atualmente afligem a população, especialmente a infância desta localidade e município; 2) nº 1128/78, do Vereador Jaci Mendes Nascimento, solicitando a construção de uma Escola Estadual de 1º Grau, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 3) nº 1129/78, do Vereador Jaci Mendes Nascimento, solicitando a construção de uma Escola Estadual de 1º Grau, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 4) nº 1130/78, do Vereador Jaci Mendes Nascimento, solicitando a construção de uma Escola Estadual de 1º Grau, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 5) nº 1131/78, do Vereador Jaci Mendes Nascimento, solicitando a construção de uma Escola Estadual de 1º Grau, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 6) nº 1132/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 7) nº 1133/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 8) nº 1134/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 9) nº 1135/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 10) nº 1136/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 11) nº 1137/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 12) nº 1138/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 13) nº 1139/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 14) nº 1140/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 15) nº 1141/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 16) nº 1142/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 17) nº 1143/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 18) nº 1144/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 19) nº 1145/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 20) nº 1146/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 21) nº 1147/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 22) nº 1148/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 23) nº 1149/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 24) nº 1150/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 25) nº 1151/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 26) nº 1152/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 27) nº 1153/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 28) nº 1154/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 29) nº 1155/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 30) nº 1156/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 31) nº 1157/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 32) nº 1158/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 33) nº 1159/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 34) nº 1160/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 35) nº 1161/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 36) nº 1162/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 37) nº 1163/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 38) nº 1164/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 39) nº 1165/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 40) nº 1166/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 41) nº 1167/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 42) nº 1168/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 43) nº 1169/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 44) nº 1170/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 45) nº 1171/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 46) nº 1172/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 47) nº 1173/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 48) nº 1174/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 49) nº 1175/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 50) nº 1176/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 51) nº 1177/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 52) nº 1178/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 53) nº 1179/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 54) nº 1180/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 55) nº 1181/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 56) nº 1182/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 57) nº 1183/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 58) nº 1184/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 59) nº 1185/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 60) nº 1186/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 61) nº 1187/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 62) nº 1188/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 63) nº 1189/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 64) nº 1190/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 65) nº 1191/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 66) nº 1192/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 67) nº 1193/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 68) nº 1194/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 69) nº 1195/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 70) nº 1196/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 71) nº 1197/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 72) nº 1198/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 73) nº 1199/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 74) nº 1200/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 75) nº 1201/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 76) nº 1202/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 77) nº 1203/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 78) nº 1204/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 79) nº 1205/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 80) nº 1206/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 81) nº 1207/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 82) nº 1208/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 83) nº 1209/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 84) nº 1210/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 85) nº 1211/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 86) nº 1212/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 87) nº 1213/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 88) nº 1214/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 89) nº 1215/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 90) nº 1216/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 91) nº 1217/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 92) nº 1218/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 93) nº 1219/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 94) nº 1220/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 95) nº 1221/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 96) nº 1222/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 97) nº 1223/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 98) nº 1224/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 99) nº 1225/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 100) nº 1226/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 101) nº 1227/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 102) nº 1228/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 103) nº 1229/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 104) nº 1230/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 105) nº 1231/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 106) nº 1232/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 107) nº 1233/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 108) nº 1234/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 109) nº 1235/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 110) nº 1236/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 111) nº 1237/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 112) nº 1238/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 113) nº 1239/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 114) nº 1240/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 115) nº 1241/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 116) nº 1242/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 117) nº 1243/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 118) nº 1244/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 119) nº 1245/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 120) nº 1246/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 121) nº 1247/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 122) nº 1248/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 123) nº 1249/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 124) nº 1250/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 125) nº 1251/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 126) nº 1252/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 127) nº 1253/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 128) nº 1254/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 129) nº 1255/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 130) nº 1256/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 131) nº 1257/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 132) nº 1258/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 133) nº 1259/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 134) nº 1260/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 135) nº 1261/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 136) nº 1262/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 137) nº 1263/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 138) nº 1264/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 139) nº 1265/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 140) nº 1266/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 141) nº 1267/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 142) nº 1268/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 143) nº 1269/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 144) nº 1270/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 145) nº 1271/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 146) nº 1272/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 147) nº 1273/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 148) nº 1274/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 149) nº 1275/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 150) nº 1276/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 151) nº 1277/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 152) nº 1278/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 153) nº 1279/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 154) nº 1280/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 155) nº 1281/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 156) nº 1282/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 157) nº 1283/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 158) nº 1284/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 159) nº 1285/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 160) nº 1286/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 161) nº 1287/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 162) nº 1288/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 163) nº 1289/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 164) nº 1290/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 165) nº 1291/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 166) nº 1292/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 167) nº 1293/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 168) nº 1294/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 169) nº 1295/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 170) nº 1296/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 171) nº 1297/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 172) nº 1298/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 173) nº 1299/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 174) nº 1300/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 175) nº 1301/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 176) nº 1302/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 177) nº 1303/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 178) nº 1304/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 179) nº 1305/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 180) nº 1306/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 181) nº 1307/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 182) nº 1308/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 183) nº 1309/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 184) nº 1310/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 185) nº 1311/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 186) nº 1312/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 187) nº 1313/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 188) nº 1314/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 189) nº 1315/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 190) nº 1316/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 191) nº 1317/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 192) nº 1318/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 193) nº 1319/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 194) nº 1320/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 195) nº 1321/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 196) nº 1322/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 197) nº 1323/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 198) nº 1324/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 199) nº 1325/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 200) nº 1326/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 201) nº 1327/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 202) nº 1328/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 203) nº 1329/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 204) nº 1330/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 205) nº 1331/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 206) nº 1332/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 207) nº 1333/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 208) nº 1334/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 209) nº 1335/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 210) nº 1336/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 211) nº 1337/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 212) nº 1338/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 213) nº 1339/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 214) nº 1340/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 215) nº 1341/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 216) nº 1342/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 217) nº 1343/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 218) nº 1344/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 219) nº 1345/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 220) nº 1346/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 221) nº 1347/78, do Vereador Eduardo Rodrigues, solicitando a construção de um Campo de Futebol de Areia, no Bairro Jardim Paraíso, nesta cidade; 222) nº 1348/78, do Vere

ma última remessa tinha já atingido o período máximo da E.E.P.G. Prof. Emílio Setti" que atendeu na parte nova grande área não tendo ainda sido atingido o seu grande problema que resolve, consumo pela cantina, por um fogão Electro Estrada, de um sistema de energia, projectado para apenas uma de 8.000 Watts Continuos, de que estava sobrecarregado pela existência de fogueiras e fornos de cozinha de pela existência de fogueiras e fornos de cozinha de pela existência de fogueiras e fornos de cozinha de

Vereador [illegible] Após ser feita uma minuciosa leitura em todos os documentos, [illegible] foi [illegible] pelo Vereador [illegible] [illegible] [illegible]

notificando-o de que a reabertura se dará no dia 15 do corrente. Pagou-se a quantia de 1:000$000 (mil réis) a favor do Sr. Dr. Antonio Augusto Pereira Lima, Juiz de Direito desta Comarca, para as despesas de sua viagem à Capital Federal, afim de tratar de sua saúde. Pagou-se a quantia de 1:000$000 (mil réis) a favor do Sr. Dr. Paulo Salvio Mabilde

Leda e Leg vistas para que no proximo anno das Tradições possa-
mos organisar uma data commemorativa do facto - O povo e a Ca-
mara Municipal de Arujá, no dia que tanto de distancia nos separa
para a entrega do Estado de "Bandeiras Paulistas" Outro sim, a
Camara de Arujá está ao lado do Governo do Estado e do Sr. Dr.
Presidente, do que vae representar esta Camara na data de
Outubro vindouro. Para isso, a Camara Municipal de Arujá
vae fazer a sua parte, quando assistirá a inauguração de uma arquetra que
escreverão Nomes e Cantos que nos encantam de maneiras diversas,
e que nos encantam de maneiras diversas, e que nos encantam de maneiras diversas,
Cardoso Sagaseta (academia) das seus nomes dentro de uma
Cardoso Sagaseta (academia) das seus nomes dentro de uma
e 50 Presidente agradecendo a presença dos Senhores Vereadores
vereadores convocamos para a sessão ordinaria, a realisar-se
no dia 30 do mez seguinte, para tratarem de assumptos
constantes da ordem do dia. Nada mais havendo a tratar, o
Presidente deu por encerrada a presente sessão, da qual
para constar, foi lavrado o presente termo, que vae assignado
pelos Senhores Vereadores presentes. Eu, Antonio Coelho, o escrevi.

Antonio Coelho

84ª Sessão Ordinaria, do 13 de Junho de 1939

Aos treze dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e trinta e nove, nesta cidade de Arujá, no Estado de São Paulo, em a sala das sessões da Camara Municipal, onde funcciona a Prefeitura, presentes os Senhores Vereadores Antonio Sendas, Eugenio Carlos de Linares Freire e Sampaio, Celso Faria, Alexandre Cesar Jaguaribe Barros, Eduardo Ferreira Lopes, Benedicto Ferreira Leite, Manoel Rodrigues Ferreira

recebidas: A) do Deputado Octávio Torrecilla, comunicando que por sua solicitação foi incluída na Ordem do Dia, da Câmara Federal, o projeto de lei concedendo meia de representação aos Presidentes de Câmara; B) do Deputado Federal Fabio Fonseca, parabenizando esta Câmara pela entrega do título de "Cidadão Pinhalense" ao Prof. Odair Pacheco Pedroso e lamentando não poder ter comparecido na solenidade de entrega. 5) Ofícios recebidos: a) convite da Cia. Paulista de Força e Luz, para o Concerto Sinfônico, a realizar-se no próximo dia 15; b) da Cidade de Campinas, encaminhando convites ao 65º aniversário daquela Companhia; c) convites da Imprensa Oficial do Estado, para uso Curso de Legislação Municipal, a realizar-se de 7 a 10 do corrente mês, em São Paulo; d) convite da Associação Esportiva Vicente de Paulo, para programações que serão realizadas de 03 a 25 do corrente, comemorativas ao seu 50º Aniversário de Fundação; e) do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Governo do Estado de São Paulo, acusando o recebimento das Leis Municipais nºs 161/177 e 208/177, encaminhadas por esta Câmara; f) do Prefeito Municipal, Virgilio Alves de Carvalho Pinto, acusando o recebimento e o apoio nº 210/177 encaminhado por esta Câmara; g) da Família do Sr. Sergio Braga da Silva, agradecendo o voto de pesar aprovado por esta Câmara; h) do Diretório Municipal do PMDB de Pinhalzinho, encaminhando uma cópia do requerimento nº 281/177, do Vereador Plautino Marchado da Silveira e Subscrito por outros 6 Edis, versando a matéria em pauta; 6) o Sr. Presidente anunciou para passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Discussão e votação do projeto de resolução nº 02/177, da Mesa da Câmara Municipal, concedendo licença ao Vereador João Carlos Maranha ter afastado o seu cargo Legislativo, e ser declarado empossado pelo Sr. Presidente, este tendo assumido a aprovação do requerimento nº 207/177 do Vereador Edvaldo de Almeida Ferreira Lima e subscrito pelos demais Edis presentes, solicitando a concessão de Urgência Especial para o projeto de Lei nº 36/177, do Sr. Prefeito Municipal, autorizando a abertura de Crédito Especial, suspendendo a Sessão por tempo suficiente para que as Comissões competentes exararem os seus pareceres sobre o referido projeto. Realizadas as chamadas após 15 minutos de suspensão, o Sr. Presidente deu continuidade à Ordem do Dia que constava de 2) Discussão e votação única do Projeto de Lei nº 36/177, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos e Obras, Serviços Públicos e Atividades Rurais. Aprovado por 12 x 0 e dispensado de Redação Final, a requerimento do Vereador Eduardo de Almeida Nogueira Neto. Encerrada a Matéria em pauta, o Sr. Presidente anunciou para passar à Ordem do Dia digo à Explicação Pessoal. O Vereador Eugenio Carlos Marais Pinheiro do Campo do dia e que fazia agradecendo as realizadas nas datas do mês de Julho mais de 10% na data. Tendo baixado na altura de para 7,2 %, o que representa o empenho governamental para a Municipalidade. Prosseguindo afirmou que a cada mês deliciadas as nuvens nas encargas lhe pesam abrindo pela União e pelos Estados, fatores do por esse motivo necessidade de uma nova política administrativa do País parecendo as comuns do interior. Continuando disse que o M.D.B. está fazendo uma campanha não só em favor da volta ao Estado de Direito, mas também e principalmente em prol da reformulação da tributária, sendo dada por maioria contrária e que esta deixando as municipais cada vez mais empobrecidas com seu retorno de apenas 2,2% do que arrecada. Encerrou suas considerações dizendo que aproveitando a campanha em favor da Constituinte as Câmara deveriam exigirem o dever de lembrança do (continua Livro 12)

Municipalismo. Nada mais havendo.

Termo de encerramento

Constitui o presente livro 400 (quatrocentas) folhas todas numeradas tipograficamente, e por mim rubricadas, servindo para os fins mencionados no termo de abertura.

Pinhal, 10 de Julho de 1971

O Presidente da Câmara Municipal de Pinhal: